



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

FAMÍLIA, PODER LOCAL E DOMINAÇÃO
Um estudo sobre os processos de disputas políticas da(s)
família(s) Ernesto-Rêgo em Queimadas-PB

JOSÉ MARCIANO MONTEIRO

ORIENTADORA: DRA. ELIZABETH CHRISTINA DE
ANDRADE LIMA

CAMPINA GRANDE – PB

Março – 2009

JOSÉ MARCIANO MONTEIRO

FAMÍLIA, PODER LOCAL E DOMINAÇÃO
Um estudo sobre os processos de disputas políticas da(s)
família(s) Ernesto-Rêgo em Queimadas-PB

Texto apresentado ao Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

CAMPINA GRANDE – PB
Março – 2009

MONTEIRO, José Marciano. FAMÍLIA, PODER LOCAL E DOMINAÇÃO: um estudo sobre os processos de disputas políticas entre a(s) família (s) Ernesto-Rêgo em Queimadas/Paraíba. José Marciano Monteiro. Campina Grande, 2009. 168p.

Inclui Bibliografia

Orientadora: Profa. Dra. Elizabeth Christina de Andrade Lima

1. Relações de Poder 2. Poder local 3. Família 4. *Habitus* Político.

UFCG

CDU

TERMO DE APROVAÇÃO

JOSÉ MARCIANO MONTEIRO

FAMÍLIA, DOMINAÇÃO E DISPUTAS

**Um estudo sobre os processos de dominação e de disputas políticas da(s)
família (s) Ernesto-Rêgo em Queimadas/Paraíba.**

Dissertação apresentada para defesa em ____ de abril de 2009 em cumprimento às exigências para a obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais, junto ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande, pela seguinte banca examinadora:

Prof^ª. Dra. Elizabeth Christina de Andrade Lima
ORIENTADORA

Prof^ª. Dra. Mércia Rejane Rangel Batista
EXAMINADORA INTERNA

Prof. Dr. Roberto Vêras de Oliveira
EXAMINADOR INTERNO

A definir
EXAMINADOR EXTERNO

DEDICO ESTE ESTUDO:

A minha avó paterna Eudocia Souto Vélez
E ao meu avô materno Manoel Teófilo da Silva
(ambos *in memoriam*).

A todos os professores/educadores que
contribuíram para minha aprendizagem.

AGRADECIMENTOS

A caminhada foi bastante árdua no que diz respeito aos passos realizados por mim, para que aqui pudesse chegar. Muitos obstáculos foram superados. Muitas noites foram minhas companhias, mas não só elas, os autores com seus textos também me foram companhias. Mas, além destes, tive também, nesta trajetória, companheiros, diria, pessoas amigas que me orientaram no decorrer da construção desse texto, com sugestões, opiniões e dicas, cito aqui, Elizabeth Christina de Andrade Lima, carinhosamente, Bebety, orientadora e amiga, pessoa humana que muito contribuiu e tem contribuído para a minha formação profissional e humana, a quem agradeço profundamente. Aos professores Mércia Batista e Roberto Véras, a minha profunda admiração enquanto profissionais e seres humanos que respeitosa e fizeram sugestões e me apontaram caminhos quando da defesa do texto para Exame de Qualificação.

Este texto, portanto, embora escrito por mim, nele se encontram falas, vozes e palavras de muitos. Muitos que, embora não saibam, sem eles, não seria possível realizar este trabalho. Refiro-me as pessoas que me concederam o espaço nos seus lares, abrindo suas portas, para que eu pudesse registrar suas memórias. Agradeço profundamente aos que através de suas lembranças, recordações e memórias, possibilitaram-me o consentimento de entrevistá-los: Williams dos Correios, Paulo de Américo, Edmundo da Silva, Poeta Kabôclo, João Vitorino, Albertina de Souza Andrade, Antônio Carlos Ferreira Lopes, Antônio Olímpio de Arruda, Maurício da Silva Xavier, Francisco de Assis Pereira, Maria das Neves de Lima, Wilson Gomes da Silva, Maria Dulce Barbosa, Cecília Correia Lima, José Cruz Herculano, Everaldo Alves, Marizabel Toscano de Oliveira, Saulo Leal Ernesto de Melo, Tereza Leal Ernesto Amorin e José Vital Figueiredo (*in memoriam*), este último, amigo que me cedeu a visitação à sua biblioteca particular para que eu pudesse realizar as minhas pesquisas documentais, e que tão logo ao concluí-las, fiquei sem o seu convívio sempre amigo.

Não poderia deixar de mencionar os meus agradecimentos àqueles que sempre estiveram me dando força na construção deste trabalho. Aos meus amigos João Cutia, Danilo Raimundo e José Ezequiel, professor, que, além de terem me concedido entrevistas,

promoveram profícuos diálogos e conversas, nos bares do município de Queimadas, nos finais de semanas.

Meus agradecimentos também se direcionam ao corpo docente deste mestrado, que contribuíram para a minha formação, e aos funcionários que tão bem me atenderam quando precisei de esclarecimentos sobre alguma dúvida de ordem administrativa. A Rinaldo, funcionário competente do mestrado vai aqui os meus registros de agradecimentos. A Ruy e Armany, que sempre me atendeu respeitosamente em seus ambientes de trabalho. A todos que diretamente ou indiretamente contribuem para o êxito desta instituição, funcionários, docentes e discentes.

Finalizo, portanto, meus agradecimentos, aos meus pais, José Velez Monteiro e Maria José Monteiro, pelo apoio, embora com muitas dificuldades, mãe acordando cedo para fazer tapioca para que meu pai pudesse vender para ajudar nos meus estudos. Com o esforço destes dois e com a coragem e a vontade de superação que os mesmos têm, é que consegui alcançar mais uma etapa em minha vida. Mas não poderia deixar de agradecer também aos meus irmãos Marcia Manuela Monteiro, Flávia Morgana Monteiro e Marlon Luã Monteiro e o meu sobrinho Kaio Monteiro Silva, a quem carinhosamente tenho profunda admiração pelo exemplo de família que estamos construindo.

A minha noiva, Kaline, pela compreensão das vezes que não pude ir a sua casa nos finais de semana, por estar lendo algum texto ou mesmo escrevendo este trabalho. A dona Anastácia sua mãe, que tem sido pra mim, uma outra mãe, e ao meu cunhado Kleiton, pelos nossos momentos de diversão, registro aqui meus agradecimentos.

Desculpe-me se faltei mencionar alguém, mas segue, embora não citando o nome, os meus profundos agradecimentos.

RESUMO

A presente dissertação tem por objetivo analisar os discursos e as práticas que permitiram a perpetuação do poder local da família Ernesto-Rêgo no município de Queimadas – PB. Analisa o exercício do domínio político por mais de quatro gerações no município e as razões pelas quais a política queimadense, desde o seu processo de emancipação, tem apresentado em suas disputas eleitorais ao cargo executivo, uma forte presença e definindo, a seu favor, a continuidade do poder no interior do grupo familiar ou de seus prepostos. Objetiva-se responder às seguintes questões: Através de que práticas se instituíram tal dominação? Qual a origem genealógica dessa família e seus ramos parentais? Quais as formas ou maneiras dessas famílias realizarem as ações políticas locais? Para responder a estas questões, em termos metodológicos, fez-se uso do trabalho de campo e da história oral, recorrendo principalmente, à memória, através de entrevistas abertas; outra fonte de pesquisa foram os jornais, vídeos e pesquisa bibliográfica. E como fio teórico condutor da análise, a abordagem de Pierre Bourdieu, a partir de sua proposta de Sociologia da Prática, pautada na noção de *campo*, *habitus* e *capitais*, atravessa todo o texto analítico. O texto assim, discorre sobre a genealogia desta família, tentando compreender os *capitais* que, historicamente, foram sendo construídos. E associado a isto, a dominação política que esta família foi exercendo através dos capitais construídos historicamente e das práticas e ações desenvolvidas localmente. Capitais estes que estão relacionados ao “nome da família”, a posse de terras, as práticas e ações que dizem respeito às relações de compadrio e as trocas de favores na sociedade queimadense. Desta feita, constatou-se que a dominação política local se estabelece a partir das ações de dependência construídas por aqueles que são detentores de um maior quantum de capital possível em relação àqueles que são desprovidos de capital. Fato que permite concluir que a dominação política exercida por esta família a partir das relações de compadrio e das relações de favores, é quem constroem os laços sentimentais e pragmáticos que ligam as pessoas à liderança, e a dependência política se traduz na triste frase “eu devo favor”, o que significa uma forma de gratidão, uma dívida cujo preço é a fidelidade sem limites, que pode resultar na possibilidade constante de subordinação pessoal e familiar, ou seja, na mais profunda violência simbólica.

Palavras chaves: Relações de Poder; Poder local; Família; *Habitus* Político.

ABSTRACT

The present dissertation objectives to analyze the discourses and the practices that allowed the perpetuation of local power of the family Ernesto-Rêgo in the city of Queimadas - PB. Analyzes the exercise of politic domain extended for more than four generations in the city and the reasons why politic of Queimadas, since its process of emancipation, has presented on its electoral disputes for executive loads, an strong presence and defined on its favor, the continuity of power in the interior of familiar groups or its functionaries. We objective to answer the following questions: Which practices instituted this domination? What are the genealogic origin of this family and its parental branches? How does this family realizes local politic actions? To answer these questions, in methodological terms, we did a camp work and oral history, appealing mainly to memory, through open interviews; another font of researches were the newspapers, videos and bibliographic research. And conducting this analyze, the boarding of Pierre Bourdieu, from his propose of Sociology of Practice, following the notions of *campo*, *habitus e capitaís*, pass through the analytic text. The text discuss about the genealogy of this family, trying to understand the *capitaís* that historically, were being build. And, associated to this, the politic domination that this family was doing through capitals historically constructed and the practices and actions developed locally. These capitals are related to “family name”, land ownership, the practices and actions that are related to proximal relationships and exchanged favors on the society. We contacted that local politic domination is established from actions of dependency built for those who detain the biggest quantity of possible capital in relation to that who are disproved of that. Fact that allows to conclude that politic domination exerted for this family of proximal relationships and favors relationships, build sentimental bows and pragmatics that link people to leadership, and political dependency is traduced in the sad statement: “I must reattribute a favor”, what means a way of gratitude, one bill that price is the fidelity without limits, that can result on the possibility of personal subordination and familiar, that is, the deepest symbolic violence.

Key words: Power Relations; Local Power, Family, *Habitus* Politic

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
a) Um pouco de história pessoal	12
b) Apresentando o objeto de estudo	15
CAPÍTULO I – DISCUSSÃO TEÓRICA E CAMINHOS DA PESQUISA	20
1.1. Algumas questões teóricas	20
1.2. A vigilância epistemológica: a construção do objeto e a instituição de um novo olhar.	25
1.3. Passos metodológicos para um exercício do “olhar” sobre o “outro” na sociedade do pesquisador	29
1.4. Apontamentos sobre as técnicas utilizadas na pesquisa e a metodologia da história oral.....	31
CAPÍTULO II – HISTÓRIA LOCAL, FAMÍLIA E PODER	35
2.1. A história contada.....	35
2.2. O espaço local construído pelas relações de poder.....	39
2.3. A genealogia política dos Heráclio-Ernesto-Rêgo.....	42
2.4. A família no Poder e o poder da família.....	46
CAPÍTULO III – TRADIÇÃO FAMILIAR E DOMINAÇÃO NA POLÍTICA LOCAL	51
3.1. Do Coronel Chico Heráclio ao Major Veneziano	51
3.2. O fazer político de Carlos Ernesto	63
3.2.1. Relações de “favores”, relações de “compadrio” e dominação.....	63
3.2.2. Dádiva e troca de favores.....	76
3.2.3. Troca de favores, jogos sociais e violência simbólica.....	82
3.2.4. O padrinho político.....	87
CAPÍTULO IV – TRAJETÓRIAS, RITUAIS E DISPUTAS POLÍTICAS	95
4.1. Pelas trilhas históricas dos agentes políticos	95
4.1.1. A trajetória política de Sebastião de Paula Rego	95
4.1.2. A trajetória política de Saulo Ernesto	106

4.2. Campo Político e Rituais	121
4.2.1. Campanhas franciscanas	121
4.2.2. O nascimento dos “ <i>showmícios</i> ”	132
4.3. Os discursos e os jogos de linguagem	137
4.3.1. A Raposa e o Lagarteiro	137
4.3.2. O Matuto sabido e o Doutor	143
CAPÍTULO V – CULTURA POLÍTICA	150
5.1. Sobre uma possível nobreza no poder.....	150
5.2. Cultura política e o <i>habitus</i>	154
5.3. Sujeição e morte da alteridade.....	157
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	161
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	163
ANEXOS.....	169

INTRODUÇÃO

a) Um pouco de história pessoal

Resultado de vivências, experiências, vontades, desejos, angústias, emoções e paixões, o presente estudo, surge como produto do envolvimento que tive teoricamente e empiricamente com os estudos da antropologia da política e da minha inserção, desde cedo, no espaço da política local no município de Queimadas¹.

Aos 18 anos de idade ocorreram os meus primeiros contatos com os textos das ciências humanas, especificamente com os textos de antropologia e de política, esta combinação, deste o início do meu ingresso na Universidade Federal de Campina Grande, já me acompanhava, se tornando uma das minhas paixões. Posteriormente, com a minha inserção junto ao Programa de Educação Tutorial – PET – à época, Programa de Especial de Treinamento – só veio a contribuir e intensificar o meu interesse por esses estudos.

Associado a isso, e também ainda aos 18 anos de idade, iniciava-se minha participação política no município de Queimadas, cidade em que nasci e resido até hoje, através da minha filiação junto ao Partido dos Trabalhadores (PT) – vale salientar que desde a minha infância fui envolvido com organizações sociais, particularmente aquelas ligadas ao segmento religioso, cito a Pastoral da Juventude do Meio Popular – PJMP – , Grupo de Crisma, de Catecismo, enfim, desde criança já sentia esta admiração pelo campo político, ou com o que estivesse relacionado ao fenômeno do poder, mesmo que entrecortado pelo campo religioso.

Mas foi o meu envolvimento e militância no Partido dos Trabalhadores que me trouxe algumas questões, não tão formalizadas, mas questões que já despertava o interesse em compreender a vida política do município de Queimadas, a vida política

¹ O Município de Queimadas pertence à região semi-árida do Nordeste brasileiro. Situado no Estado da Paraíba, com uma área total de 399 km² o que corresponde a 0,68% da área do Estado da Paraíba. No que diz respeito à localização geográfica, o município situa-se na Mesorregião do Agreste da Borborema, na Microrregião de Campina Grande, conforme o IBGE. O município foi criado em 1961, pela lei nº 2.622 de 14/12/1961, sendo instalado em 30/12/1961, até então, pertencia ao território do município de Campina Grande.

local. Questões do tipo: Por que Saulo Ernesto² sempre sai candidato ao pleito executivo para disputar com Sebastião de Paula Rêgo³ ou com um candidato indicado por este? Por que Tião – apelido de Sebastião de Paula Rego – é quem sempre indica o sucessor, quando não é ele o candidato? Indagações como estas já me despertavam o interesse e a paixão, por assim dizer, pelo objeto que me proporia investigar anos mais tarde. Além disso, no ambiente familiar, sempre ouvia comentários tais como: “se a disputa não for Tião e Saulo Ernesto não tem graça”. Ou seja, os dois líderes dividiam o município em termos de disputas e de grupos familiares a eles unidos.

Portanto, em Queimadas, cidade do interior da Paraíba, seria possível encontrar um cenário ideal de disputas políticas, dois grupos que, hegemonicamente, disputavam as eleições: o grupo ligado ao líder político Sebastião de Paula Rêgo, conhecido popularmente por Tião, e o grupo ligado ao líder político Saulo Leal Ernesto de Melo, conhecido popularmente por Saulo Ernesto.

Estas disputas me conduziram a querer entender o porquê destes dois grupos disputarem o poder e não outros, aliás, o Partido dos Trabalhadores, partido do qual pertencia à época, se constituía, na década de 1990, enquanto outro grupo político, mas sem expressão, não era um grupo que se constituía hegemônico dentro deste *campo político*, como fora o grupo ligado a Tião do Rêgo e o grupo ligado a Saulo Ernesto.

Posteriormente, a esta minha inserção e envolvimento na vida política local através do PT, fui convidado no ano de 2003 para fazer parte do Partido Socialista Brasileiro – PSB – mas ignorei o convite, e continuei no PT. As eleições municipais de 2004 se aproximavam e o PT, historicamente, no município de Queimadas, ainda não havia conseguido eleger, sequer, um vereador, tendo mais de 16 anos de fundação no município.

Este fato do PT não conseguir eleger um candidato ao cargo de vereador me fez levantar alguns questionamentos no interior do Partido: qual o papel deste partido na construção da sociedade queimadense? Afinal, um Partido que tem na presidência da república um representante e que não consegue eleger sequer um dos seus candidatos a vereador no decorrer dos 16 anos de fundação, tem alguma coisa de errado? Estes meus questionamentos no interior do Partido causou certo mal estar, tendo em vista que

² Saulo Ernesto vem de uma família tradicional local e é uma figura política de destaque no município de Queimadas. Candidato a prefeito do município por cinco vezes, nos anos de 1976, 1988, 1992, 1996 e 2004, consegue no último pleito eleger-se prefeito do município.

³ Sebastião de Paula Rêgo é originário de uma família tradicional do município, a família Rêgo. Foi candidato à vice-prefeito, foi vereador por dois mandatos e prefeito três vezes.

afirmei, a época, que os culpados éramos nós que fazíamos o Partido e não nos abríamos para o debate com outras forças políticas locais, estávamos agindo da mesma maneira que os outros grupos ou organizações partidárias locais, ou seja, só nos apresentávamos à sociedade em períodos eleitorais e pior, não aceitávamos acordo com nenhum grupo.

Mas quais forças, ou melhor, quais grupos políticos estavam no cenário? Os grupos políticos ligados a Tião do Rêgo e a Saulo Ernesto. Mais uma vez, a discussão/eleição se polarizaria entre esses grupos. Um outro candidato também se apresentara na disputa política local, Ronaldo Lucena (PMN), filho de uma família tradicional, mas inexpressiva em termos políticos, visto que saíra candidato várias vezes e não passara de 500 (quinhentos) votos, ou seja, a mesma inexpressividade que o PT apresentava nas eleições ao cargo majoritário. O PT em nenhuma das eleições que disputou nas eleições majoritárias conseguiu mais de 250 votos e na proporcional não conseguia eleger nenhum representante para o legislativo. O que eu propus internamente no Partido foi à abertura, em termos de diálogo com essas forças tradicionais da política local, visto que não caberia mais ao PT lançar candidato à majoritária, mas sim eleger um representante ao legislativo. Esta minha proposta dividiu o grupo do PT o que levou alguns a afirmarem que “fazendo aliança com qualquer um dos grupos ligados a Tião do Rêgo ou Saulo Ernesto” sairiam do Partido dos Trabalhadores.

Com esta postura assegurada pela maioria dos representantes, só foi possível realizar algumas “conversas” com essas forças tradicionais, mas nenhuma aliança ocorreu com essas lideranças tidas como “raposas velhas” da política local. A aliança foi realizada com Ronaldo Lucena, o que mais uma vez confirmou a inexpressividade dos dois grupos, posto que o citado candidato obteve apenas 133 votos nas eleições de 2004.

Com este resultado se confirmava o que, alhures, eu havia debatido no interior do Partido. Saulo Ernesto é eleito com o apoio da máquina administrativa local, liderada pelo Deputado Jacó Maciel, e ao assumir, me fez o convite para ser Chefe de Departamento de Cultura. Aceitei o convite e a partir disso se deu, para mim, uma nova fase de envolvimento com a política local de Queimadas.

Antes desse convite, até então, tive um “olhar de fora” da máquina administrativa, agora, depois de inserido neste Departamento, fazendo parte da Administração local, sou um agente que tenho um “olhar de dentro”, estou inserido no próprio seio das decisões. A minha permanência neste cargo durou 02 (dois) anos.

Posteriormente, fui convidado a me filiar ao Partido Socialista Brasileiro – PSB – do qual em termos de Paraíba havia eleito o Prefeito da Capital – Ricardo Coutinho – este que também era dissidente do PT.

Posteriormente, em março de 2006, fui convidado a ser responsável pela pasta de Secretaria de Desenvolvimento, através da qual conduzi o Planejamento Estratégico do Município – Plano Diretor, até o final de 2008.

Todas essas experiências e vivências só vieram a contribuir para com o meu fascínio pelo objeto que me propusera a estudar, uma vez que agora não percebia a política local apenas como um pesquisador que “olha de fora para dentro”, agora sou também um agente envolvido, que posso olhar igualmente o objeto de estudo de “dentro para fora”, nesta relação dialética, sabendo que posso correr o risco de me envolver demais com o objeto, mas afinal, para ser pesquisador tem que ter interesse e paixão pelo que se estuda e isso, sem nenhuma falsa modéstia, eu tenho. Não sei se conseguirei em sua totalidade, realizar a vigilância epistemológica proposta por Pierre Bourdieu (1996), mas tentei, o tempo inteiro, me vigiar.

b) apresentando o objeto de estudo

Baseado nessa vivência e com as informações acumuladas com essa experiência, outras questões foram surgindo em minha mente inquieta, questões do tipo: por que a política de Queimadas, em termos de disputa, em sua história política pós-ditadura militar, sempre se deu entre a família Ernesto e Rêgo? O que permite que estas famílias permaneçam disputando e ocupando o cargo executivo local desde praticamente a fundação deste município? Através de que elementos se construíram esta dominação? De onde se originam essas famílias? Quais as formas ou maneiras dessas famílias realizarem as ações políticas locais? Estas são algumas das indagações que pretendo responder neste texto dissertativo.

Foram essas indagações que surgidas da própria experiência e vivência no espaço da política local e somadas as discussões que realizei com minha orientadora no decorrer de minha trajetória acadêmica, em especial nestes últimos três anos, que me fizeram lançar o olhar epistemológico com o intuito de problematizar e tentar compreender a dominação política destas duas famílias, Ernesto e Rêgo, no município de Queimadas.

O que proponho, portanto, na presente dissertação, é analisar, remontando através da genealogia das famílias Ernesto e Rêgo, a dominação política que estas exerceram e ainda exercem no município de Queimadas; tenho por intenção ainda investigar quais os elementos que possibilitaram esta dominação, e como se deram às disputas no seio destes grupos, bem como quais os *capitais*,⁴ no sentido de Bourdieu (1996) que estão em jogo. Com isto, tentarei perceber como se estruturou o *campo*⁵ e o *habitus*⁶ político local e que práticas foram utilizadas para a realização destes.

Desta feita tentarei, a partir das práticas realizadas pelos agentes locais, estabelecer compreensões sobre a sua cultura política, no sentido de compreender as estruturas sociais, na qual os agentes estão envolvidos e as estruturas mentais (*habitus*).

Em outras palavras, buscarei investigar como esta estrutura social, através dos valores, foi incorporada aos agentes e, conseqüentemente, como estes orientaram e orientam às suas práticas através da percepção que fora internalizada tornando-se uma legítima matriz de percepção e de orientação do agir no espaço social no qual os agentes se encontram inseridos num espaço que é de disputa e de relações de poder, ou seja, um espaço de dominação e de violências simbólicas.

Assim tentarei compreender a cultura como sendo marcada e construída a partir das práticas desenvolvidas pelos agentes sociais e políticos, pelas instituições e indivíduos que atuam dentro do *espaço social*⁷, conforme Bourdieu (2001a). Por assim dizer, uma das maneiras de compreender a constituição política de um país, de um estado ou de um município, pode ser através do entendimento de como se constitui

⁴ Por capitais aqui é entendido, conforme Bourdieu, elementos distintivos, princípios de diferenciação entre os agentes que se encontram em um espaço social estruturado através dos campos. Neste caso, conforme o quantum de capital, os indivíduos assumem uma posição dentro do campo, do espaço da prática. Capitais, para tanto, enquanto elementos de distinção, diferenciação, não são apenas de ordem econômica, mas também de ordem cultural, político ou social.

⁵ Conforme a análise de Bourdieu “campo é esse espaço onde as posições dos agentes se encontram a priori fixadas. O campo se define como o locus onde se trava uma luta concorrencial entre os atores em termos de interesses específicos que caracterizam a área em questão; O campo se particulariza, pois, como um espaço onde se manifestam relações de poder, o que implica afirmar que ele se estrutura a partir da distribuição desigual de um quantum social que determina a posição que um agente específico ocupa em seu seio”. Bourdieu denomina esse quantum de “Capital social”. (BOURDIEU, 1983, p. 19-21)

⁶ “os *habitus* são princípios geradores de práticas distintas e distintivas – o que o operário come, e sobretudo sua maneira de comer, o esporte que pratica e sua maneira de praticá-lo, suas opiniões políticas e sua maneira de expressá-las diferem sistematicamente do consumo ou das atividades correspondentes do empresário industrial; mas são também esquemas classificatórios, princípios de classificação, princípios de visão e de divisão e gostos diferentes.” (BOURDIEU, 1996, p. 22)

⁷ O espaço social, isto é, a estrutura das distribuições, é o fundamento de tomadas de posições antagônicas sobre o espaço, vale dizer, sobretudo, sobre a distribuição, e, ao mesmo tempo, um móvel de lutas e de confrontos entre os pontos de vista (...) essas lutas para impor a visão e a representação legítimas do espaço, a orto-doxia, recorrendo frequentemente, no campo político, à profecia ou à previsão, pretendem impor princípios de visão e divisão (...) que a partir de *self-fulfilling prophecy*, podem contribuir para fazer os grupos existirem. (BOURDIEU, 2001a, p. 224)

e/ou se constitui o *campo* e o *habitus* político, situando e estabelecendo a relação entre as estruturas objetivas, no âmbito da sociedade, e as estruturas subjetivas, no que diz respeito aos valores, costumes e crenças incorporadas e transmitidas pelos agentes quanto a sua maneira de fazer política.

Especificamente nesta dissertação o objetivo é compreender o que levou estes dois grupos políticos a permanecer tanto tempo no domínio político local, quais relações sociais se desenvolveram no seio desta sociedade e que práticas políticas foram desenvolvidas que possibilitaram tais práticas de dominação. A partir disso, entender-se-á como se constituiu a estruturação deste espaço e qual o *habitus político* no município de Queimadas, a partir da década de 1970 até final da década de 1990, remontando através da genealogia, a origem destes grupos.

Com tal intento, problematizo e identifico as principais práticas políticas desenvolvidas pelos dois agentes políticos locais Sebastião de Paula Rêgo e Saulo Ernesto, os quais são herdeiros políticos diretos da liderança Carlos Ernesto.⁸

Com base no exposto, o meu objeto de estudo é *a análise da dominação política local através da tradição familiar*, enfatizando as práticas dos agentes envolvidos nas disputas pelo poder executivo local. Para tanto, realizo uma análise do espaço social e do campo político, conseqüentemente, como espaço das relações de poder e do exercício da violência simbólica.

Para tanto, a dissertação encontra-se dividida em cinco capítulos; no primeiro capítulo intitulado: “**Discussão teórica e caminhos da pesquisa**”, apresento alguns aspectos teórico-metodológicos da abordagem. Baseando-me na proposta sociológica de Pierre Bourdieu, explico alguns de seus conceitos com os quais teoricamente operei e dialoguei com os dados empíricos e, em termos metodológicos, discuto o que Bourdieu propôs através da noção de vigilância epistemológica enquanto um exercício de instituição do olhar do pesquisador em relação aquilo que está investigando, no que diz respeito ao objeto pesquisado.

No segundo capítulo: “**História local, família e poder**” apresento sucintamente a maneira como a história local de Queimadas é contada a partir das famílias tradicionais e destaco, em um segundo momento, como essa história é apenas uma versão dos dominantes, visto que estas famílias se construíram historicamente no

⁸ Como será visto no Capítulo III “Tradição familiar e dominação na política local”, Carlos Ernesto é uma das lideranças locais advindas da família Heráclio-Ernesto-Rêgo que exerceu domínio político no município de Queimadas da metade da década de 1960 até o início da década de 1980.

município de Queimadas a partir de práticas e ações, portanto, exercícios de poder, sobre as demais famílias e sobre o espaço local, de dominação dos espaços locais por meio do controle da maioria das terras e do domínio político através dos diversos capitais, construídos historicamente pela família e consentido, portanto, legitimado, por aqueles que são subsumidos ao capital, mas que sobrevivem de sua dependência quer seja econômica, quer seja política. Assim problematizo a origem genealógica da família “Ernesto-Rêgo”, a ocupação por ela nas instâncias de poder local, estadual e nacional e poder desta família nos Estados da Paraíba e Pernambuco.

No terceiro capítulo: **“Tradição familiar e dominação na política local”**, tendo já no segundo capítulo destacado e a genealogia e o exercício de dominação da família ‘Heráclio-Ernesto-Rêgo’ e apresentado suas influências, no estado de Pernambuco e da Paraíba, analiso como se deu a dominação política por esta família no município de Queimadas, através das práticas desenvolvidas pela liderança Carlos Ernesto. Com isso, apresento as práticas de compadrio e a troca de favores, enquanto práticas norteadoras do fazer político local, como exercícios de dominação violenta, ou seja, como violências simbólicas sobre aqueles que se encontram nestas relações de dependência e submissão.

No quarto capítulo: **“Trajetórias, rituais e disputas políticas”**, apresento a trajetória de duas lideranças construídas e apresentadas para o poder executivo local por Carlos Ernesto, na década de 1970, e que, posteriormente, nas décadas de 1980 até o final da década de 1990, se constituíram como os dois grupos políticos locais que disputariam os pleitos subsequentes ao executivo. Para tanto, tento perceber os rituais e as metáforas que foram construídas para a atuação destes personagens, conseqüentemente, os elementos de *distinção*, que foram sendo construídos um em relação ao outro. Apresento, dessa maneira, as metáforas da “raposa e o lagarteiro” e o “matuto sabido e o doutor” não apenas como visão de um em relação ao outro, mas como uma imposição de um modo de fazer política de cada um e di-visão, portanto, diferenciação, de um em relação ao outro, sendo, enquanto elementos discursivos, jogos de linguagens e jogos estratégicos de disputas políticas.

No quinto e último capítulo, intitulado: **“Cultura Política”**, apresento, uma discussão sobre a cultura política, a partir das práticas desenvolvidas por esta “possível nobreza” que dominou politicamente Queimadas, percebendo-a como uma cultura da “sujeição”, da dependência e da subserviência o que conduz os agentes sociais, subsumidos ao acesso de qualquer tipo de capital, a sofrerem através das práticas e trocas de favores, violências simbólicas e a perda da autonomia, tornando-os

verdadeiros “devedores de favores”, muitas vezes sendo levados a contrair “dívidas eternas”, perdendo assim a autonomia e se tornando sujeitos “heterônomos”, submissos e dependentes dos favores praticados pelas lideranças políticas locais.

Por fim, apresento as considerações finais, tentando identificar os resultados finais a que cheguei com o presente trabalho e esperando sinceramente, que esse texto seja uma contribuição à área de estudos de Cultura Política e de Antropologia da Política, bem como das Relações de Poder Local e que sirva, sobremaneira, à curiosidade acadêmica e desperte em seus leitores o desejo de continuidade de realização de pesquisas na área em questão.

CAPÍTULO I – DISCUSSÃO TEÓRICA E CAMINHOS DA PESQUISA

1.1. Algumas questões teóricas

A sociologia de Pierre Bourdieu é caracterizada por uma ênfase atribuída, fundamentalmente, às relações de poder. Por isso, a linguagem, a comunicação, para além de possibilitar a interação, propicia também a construção de relações de poder; como explica o autor:

as relações de comunicação são, de modo inseparável, sempre, relações de poder que dependem, na forma e no conteúdo, do poder material ou simbólico acumulado pelos agentes (ou pelas instituições) (...) cumprem a sua função política de instrumento de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para a ‘domesticação dos dominados’ (BOURDIEU, 2001, p. 11)

Uma vez que os agentes sociais estão situados dentro de um *campo*, este espaço da prática e de disputas é que ocupam posições diferenciadas.

A sociedade é constituída por campos nos quais os agentes disputam posição dentro destes. Assim o *campo*, ensina Ortiz, “se particulariza, pois, como um espaço onde se manifestam relações de poder, o que implica afirmar que ele se estrutura a partir da distribuição desigual de um **quantum** social que determina a posição que um agente específico ocupa em seu seio. Bourdieu denomina este **quantum** de ‘capital social’” (ORTIZ, 1983, p. 21)

Sendo a sociedade estruturada pelos *campos* os quais são estrutura estruturada, nele se encontram os dois pólos, ou seja, os dominantes e os dominados. Ao primeiro, está relacionado à maior dimensão do *quantum*, ao maior acúmulo de capital; ao segundo se relaciona a raridade de capital. Quanto maior for a quantidade de *capital* acumulado, mais o indivíduo tende a ser dominante no campo.

Dáí a tentativa, nesta dissertação, de compreensão dos capitais que se encontravam em jogo, em disputa, a partir das duas lideranças Sebastião de Paula Rego e Saulo Ernesto, no campo político no município, destacando a posição que cada um ocupa dentro do espaço social, sua origem e os capitais simbólicos que permeiam o seu *habitus* político.

Ora, só assim poder-se-á destacar que no campo político, concebendo este enquanto espaço da prática e de disputa, se encontra a concorrência por determinados

tipos de bens simbólicos, a exemplo, o poder, que é o elemento essencial de disputa dentro do campo político; em torno disso, ou melhor, em busca deste *bem*, o campo se estrutura a partir de toda uma distribuição desigual de capital, assim como de uma luta desigual visto que existem os agentes que possuem mais capital político que outro. Estes capitais possuídos por determinados indivíduos mais que por outros é o que possibilita a diferenciação, a distinção, ou seja, este “traço distintivo propriedade relacional que só existe em relação a outras propriedades” (BOURDIEU, 1996, p. 18).

Nestes termos, para uma leitura que leve em consideração tanto à dimensão do dominante quanto a dimensão do dominado, ver-se-á, através da análise do sociólogo francês Pierre Bourdieu, principalmente em seu livro “O poder simbólico”, à problemática dos “sistemas simbólicos”, sistemas estes que são, antes de mais nada, pensados como estruturas estruturantes.

O *habitus*, por exemplo, pode ser pensado como uma estrutura estruturante, está no plano da subjetividade e se relaciona aos indivíduos e grupos. Em outros termos, o *habitus* é o processo de inculcação dos valores, normas e princípios sociais; é o não-conhecido, o que não se reduz ao moldes das estruturas objetivas. Há nele, portanto, um *quantum* de vago que necessita de pesquisa empírica para que o conceito não seja letra morta. Assim, para saber, numa dada pesquisa, quais foram às estruturas objetivas que realmente foram incorporadas, faz-se necessário observar, associado às posições que os agentes ocupam no campo, os móveis da ação individual implicada que serão localizados na idade, sexo, nível social, econômico etc.

Logo, o *habitus* é um conceito que precisa de pesquisa e investigação, já que esse conceito foi forjado por Bourdieu para dar conta das dinâmicas sociais, dos confrontos.

O sociólogo francês chama a atenção quando desenvolve e recupera o conceito da tradição filosófica (Aristóteles), para a dimensão não tão somente da ação individual dos agentes, mas também para o contexto no qual este agente está inserido. Dito de outra maneira, o *habitus* é a conexão individual e grupal com o mundo social, é a incorporação de valores, costumes, que os agentes adquirem no decorrer de suas trajetórias de vida, as quais são construídas em contextos sociais e dentro de espaços de lutas e disputas por capitais. Assim, não se torna cabível pensar apenas as ações subjetivas dos agentes como sendo construtoras do mundo social, mas antes observar que o mundo social existe porque há a confluência entre estruturas objetivas (que existem fora e antes do indivíduo) e estruturas incorporadas (que existem no indivíduo

que o formarão como agente social). Ou seja, não há, conforme Bourdieu, por que se decidir entre um pólo e outro, visto que ambos interagem dialeticamente.⁹

O *habitus*,¹⁰ por assim dizer, não se reduz à mera cultura individual, posto que é a interiorização da exterioridade, é o processo através do qual os indivíduos, enquanto agentes sociais, incorporam por meio do processo de socialização os valores e costumes existentes na sociedade; é o plano subjetivo da ação do sujeito; é a maneira como a mente incorpora as estruturas objetivas. Em outros termos, é a maneira como a mente organiza os valores da sociedade, das estruturas estruturadas, ao mesmo tempo convertendo-as em estrutura estruturante.

As estruturas estruturantes são antes estruturas estruturadas, estas que se remetem à dimensão objetiva da sociedade; os campos sociais, por exemplo, são estruturas estruturadas. Estruturas que possuem uma lógica própria e automatizados, ou seja, a cada campo cabe funcionar da sua forma, sendo, portanto, interligados uns aos outros; no sentido de que os participantes, podem muito bem participar de um e de outro conforme o seu capital. O “prestígio”, por exemplo, é o capital por excelência, no campo religioso, o “dinheiro”, no campo econômico e o “poder” no campo político, em princípio.

Assim, os indivíduos agem a partir da posição que ocupa na sociedade, porém esta posição está relacionada a toda a organização da sociedade e ao espaço social do qual o agente faz parte.

Além disso, dentro do espaço social estão constituídos os “sistemas simbólicos”¹¹ que funcionam também como sistemas de dominação, uma vez que exercem força sobre os indivíduos. Daí que Pierre Bourdieu (2001) irá falar sobre o “poder simbólico”, entendido como

⁹ Aqui se percebe a crítica e, ao mesmo tempo, a recuperação que Bourdieu faz das duas vertentes do pensamento sociológico clássico, uma que atribuiu ênfase à estrutura (sociedade) e outro que privilegiou a ação (indivíduo). Bourdieu fugindo desta dicotomia postula uma sociologia da prática uma vez que recupera a análise daqueles que atribuíram maior ênfase à força exercida pela sociedade, pela estrutura estruturada, a exemplo Durkheim e Marx, percebendo que estes esqueceram de atribuir importância a ação dos agentes dentro desta estrutura, assim como também recupera a análise sociológica de Weber que se coloca no outro pólo do debate, qual seja, atribuindo ênfase a ação individual dos sujeitos, mas esquecendo da estrutura (sociedade).

¹⁰ Antes de Bourdieu, outros intelectuais, como Norbert Elias já fazia uso do termo *habitus* como conceito sociológico que visava superar o dualismo entre indivíduo e sociedade. Aparentemente, Bourdieu parte dessa concepção de *habitus* de Elias para resolver essa dicotomia entre as duas instâncias do social.

¹¹ Os sistemas simbólicos (arte, religião, ciência e língua) exercem um poder estruturantes porque, antes são estruturados. São instrumentos de construção e interação do mundo social, assim como são instrumentos de dominação, visto que sistemas simbólicos são sistemas de comunicação e as “relações de comunicação são de modo inseparável, sempre relações de poder que dependem, na forma e no conteúdo, do poder material ou simbólico acumulado pelos agentes (ou pelas instituições) envolvidas nas relações”. (BOURDIEU, 2001b, p. 11)

poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exerce e, ainda, o poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário. (BOURDIEU, 2001b, p.14)

E ainda, conforme Louis Pinto (2000: p.77), o poder simbólico é entendido como sendo este dispositivo que não pode ser “estabelecido pela separação entre o poder e a violência, o conhecimento e a política (...)” daí que, para Bourdieu, o simbólico se exprime pelo seu “contrário” aparente, o poder e a violência.

Nesses termos, é possível perceber, a partir da própria noção de poder simbólico, as relações políticas e as práticas que irão se construindo e se constituindo pelas lideranças locais, as quais possuem características que por muitos eram e são tidas como naturais, como sendo características pessoais da personalidade das mesmas; deixando assim de perceber que é a cultura incorporada e o seu modo de agir historicamente construído que se *apresenta* como sendo algo inerente a sua natureza.

Esta concepção de um poder invisível que caracteriza o *poder simbólico* pode ser percebida através do modo como é exercida a dominação política local através das lideranças por intermédio de suas práticas políticas. Para tanto, compreender a dominação é perceber o exercício do poder não apenas do ponto de vista do ‘detentor’, mas por aqueles que são dominados, uma vez que o poder simbólico se legitima e se exerce quanto mais for ignorado, e mais se constrói na relação. Assim, o que tentarei a partir do aporte teórico bourdiniano será compreender a dimensão relacional do poder simbólico e o exercício legítimo da dominação presentes nos dois principais grupos políticos locais do município de Queimadas.

Os agentes, muitas vezes, deixam de perceber que os poderes atribuídos são produzidos socialmente numa relação na qual os seguidores ou liderados depositam no dirigente a crença e credibilidade nos seus dons extraordinários como portador de uma missão ou algo semelhante e que é preciso ele acreditar nesta crença para que seja legítima.

Assim, ocorre, nesta relação, o que Bourdieu denomina de poder invisível, poder simbólico, poder dissimulado, uma vez que os indivíduos não percebem os processos

que estão por traz das ações dos mesmos. Eles reconhecem, legitimam o poder, porém não compreendem que este é construído a partir deles, dos dominados que depositam a crença e a credibilidade nas lideranças.

Nesta relação de dominação pelas lideranças ocorre uma violência simbólica onde se apresentam encobertas as relações de poder, tendo em vista que a sua força é tanto maior quanto menos os dominados reconhecerem a engrenagem, o funcionamento e a maneira pela qual se dá o surgimento e a perduração desta forma de poder. Desta feita, legitima-se este poder como algo originário das próprias lideranças, percebendo como algo “natural”, e não identificando assim os seus processos e não encarando como algo que se construiu relacional e socialmente pelos envolvidos.

Ver-se-á, dessa maneira, que o poder simbólico, exerce também uma violência simbólica, visto que o seu exercício se dá de maneira invisível, porém reconhecível, senão não seria efetivo. Aliás, todo poder é reconhecível, os sinais e os símbolos envolvidos no contexto social e, portanto, nas relações de poder, são reconhecíveis, o problema está em que as pessoas reconhecem, mas não entendem os seus processos. É, portanto, o não entender os seus processos que Bourdieu vai afirmar que quanto mais ignorado mais efetivo ele o é, e cabe ao pesquisador desvendar estes processos.

O poder simbólico é um poder reconhecido e legitimado. É um poder camuflado em seus processos, posto que exerce sobre os indivíduos uma violência simbólica já que não se percebe os seus processos que são invisíveis se observado não com um olhar diferenciado. Diferenciado, nesse sentido, de não se analisar que as crenças e as credibilidades são decorrentes da legitimidade dos correligionários, crentes e seguidores; são eles quem imprime visibilidade às lideranças. A legitimidade, nesse sentido, se torna possível pelo fato de que as pessoas que admiram aquela liderança, passam a exaltá-la, aliás, a crer naquilo que ela representa. É essa crença e a credibilidade que o torna visível.

Com isto, Bourdieu irá, a partir da elaboração do conceito de poder simbólico, perceber que são os dominados, que não percebendo os processos do poder, acabam legitimando a autoridade como se a liderança surgisse dos poderes deles próprios. Assim, para se compreender essa forma de poder é necessário levar em consideração: a) a sua forma de representação; b) a sua natureza relacional e a c) sua relação com o capital político do grupo e do líder, situando-o dentro do campo.

O poder simbólico enfim, é uma forma legítima de poder, reconhecido na sua constituição de poder e irreconhecível na sua constituição de, enquanto poder, ser

exercício de uma violência simbólica. E enquanto violência simbólica, ser instrumento de imposição e de legitimação da dominação.

Com base neste aporte teórico e com base na presente proposta investigativa, creio que este estudo não somente pode ser classificado como uma investigação sobre famílias, dominação política e disputas, mas também busca problematizar e apresentar as alianças locais como uma via de interpretação para compreender as formas de organização política local e, por consequência, compreender a organização política da Paraíba a partir das relações parentais com base no domínio historicamente exercido pelas famílias tradicionais, destacando o tipo de dominação que estas exercem politicamente.

Por último, esse texto foi construído com o sincero desejo de vir a ser uma contribuição aos estudos de poder local, bem como aos estudos de cultura política do município de Queimadas.

1.2. A vigilância epistemológica: a construção do objeto e a instituição de um novo olhar

Um trabalho que se pretende científico deve, antes de tudo, explicitar qual metodologia que orientou a pesquisa. Como a linguagem denuncia a perspectiva daquele que a escreve, pela linguagem e pelos conceitos que venho trabalhando desde a introdução, fica notório que Pierre Bourdieu é o principal teórico que me utilizo como suporte teórico para a construção deste texto. E não seria diferente em se tratando de metodologia, até porque este também nos oferece uma proposta para se pensar o ofício do sociólogo e, por assim dizer, o ofício do cientista social.

Em toda e qualquer pesquisa científica a relação que se estabelece é entre o sujeito e o objeto. Nas ciências humanas esse objeto estudado são seres concretos e históricos (agentes sociais), assim como o pesquisador. Daí decorre as dificuldades e a problemática discussão de como obter resultados científicos nas ciências humanas (ciências do espírito) de maneira que estes sejam objetivos. Que os resultados não sejam apenas a descrição da realidade (senso comum) ou o que Bourdieu chama de descrição da realidade realizada pelo empirismo, ou que os conceitos não sejam apenas modelos heurísticos que se encaixam numa dada realidade.

As teorias científicas e as construções conceituais científicas devem ser sempre testadas com o mundo empírico. É esta relação entre teoria e prática que permite a

construção do conhecimento científico. Esta se dá não de maneira mecânica na aplicação da teoria à prática, mas de forma dinâmica numa relação entre o pesquisador e o objeto pesquisado.

Portanto faz-se necessário ao pesquisador romper com o senso comum, com aquilo que se apresenta para ele; nestes termos ensina Bourdieu: “a construção do objeto – pelo menos na minha experiência de investigador – não é uma coisa que se produza de uma assentada, por uma espécie de ato teórico inaugural, e o programa de observações ou de análises por meio do qual a operação se efetua, não é um plano que se desenhe antecipadamente, à maneira de um engenheiro: é um trabalho de grande fôlego, que se realiza pouco a pouco, por retoques sucessivos, por toda uma série de correções, de emendas, sugeridos por o que se chama ofício, quer dizer, esse conjunto de princípios práticos que orientam as opções ao mesmo tempo minúsculas e decisivas”. (BOURDIEU, 2001, p. 26-27)

O objeto ou o fato científico é conquistado, construído e constatado. E não apenas constatado como o faz o empirismo. Portanto, aqui se apresenta na perspectiva metodológica de Bourdieu toda uma hierarquia dos atos epistemológicos, ou seja, construir um objeto científico não é apenas descrevê-lo, mas analisá-lo, e nessa análise romper com o conhecimento de primeira ordem, aquilo que se apresenta para o pesquisador. Em outras palavras, “construir o objeto supõe também que se tenha, perante os factos, uma postura ativa e sistemática”. (BOURDIEU, 2001, p.32)

Para romper com a passividade empirista, que não faz senão ratificar as pré-construções do senso comum, não se trata de propor grandes construções do senso comum, não se trata de propor grandes construções teóricas vazias, mas sim de abordar um caso empírico com a intenção de construir um *modelo* – que não tem necessidade de se revestir de uma forma matemática ou formalizada para ser rigoroso –, de ligar os dados pertinentes de tal modo que eles funcionem como um programa de respostas sistemáticas, apropriadas a receber respostas sistemáticas. Em resumo, trata-se de construir um sistema coerente de relações, que devem ser postas à prova *como tal*. Trata-se de interrogar *sistematicamente* o caso particular, construído em “caso particular do possível”, como diz Bachelard, para retirar dele as propriedades gerais ou invariantes que só se denunciam mediante uma interrogação assim conduzida (se esta intenção está ausente, freqüentemente, dos trabalhos dos historiadores, é sem dúvida porque a definição social da sua tarefa, que está inscrita na definição social da sua disciplina, é

menos ambiciosa ou pretenciosa, mas também menos exigente, deste ponto de vista, do que a que se impõe ao sociólogo”. (BOURDIEU, 2001, p. 32)

A atividade de pesquisa, nesse sentido, requer, por parte do pesquisador, aquilo que Bourdieu denomina de vigilância epistemológica o que leva o cientista social a romper com a familiaridade que o universo social constitui e que é, para o pesquisador social, um obstáculo epistemológico por excelência porque ela produz continuamente concepções ou sistematizações fictícias (BOURDIEU, 2004a, p.23).

Com esta vigilância o pesquisador se distancia das opiniões comuns a qualquer sociologia espontânea a qual apresenta a realidade da maneira que esta se apresenta. E assim, realizada esta ruptura com o senso comum, pode-se dizer que o olhar sociológico é científico, no sentido de não afirmar aquilo que está se apresentando pela realidade, mas por tentar compreender os processos que originaram tal realidade. Portanto, para Bourdieu, “não é a descrição das atitudes, opiniões e aspirações individuais que tem a possibilidade de proporcionar o princípio explicativo do funcionamento de uma organização, mas a apreensão da lógica objetiva da organização é que conduz ao princípio capaz de explicar, por acréscimo, as atitudes, opiniões e aspirações. Esse objetivismo provisório que é a condição da compreensão da verdade objetivada dos sujeitos é também a condição da compreensão completa da relação vivida que os sujeitos mantêm com sua verdade objetivada em um sistema de relações objetivas”. (BOURDIEU, 2004a, p. 29)

Com esta proposta metodológica faz-se necessário não tão somente romper com o senso comum, mas também romper com o senso comum da ciência, com os conceitos que são usados de maneira mecânica sem que estes sejam testados conforme a realidade estudada, é romper com o pré-construído para que a partir da realidade estudada possa conquistar, construir e constatar o objeto que nela se encontra.

Logo, construir um objeto científico é, antes de mais e, sobretudo,

romper com o senso comum, quer dizer com representações partilhadas por todos, quer se trate dos simples lugares comuns da existência vulgar, quer se trate das representações oficiais, freqüentemente inscritas nas instituições, logo, ao mesmo tempo na objetividade das organizações sociais e nos cérebros. O pré-construído está em toda a parte. O sociólogo está literalmente cercado por ele, como o está qualquer pessoa. O sociólogo tem um objeto a conhecer, o mundo social, de que ele próprio é produto e, deste modo, há todas as probabilidades de os problemas que põe a si mesmo acerca deste mundo, os conceitos – e, em especial, as noções classificatórias que emprega para conhecer, noções comuns como os nomes de profissões,

noções eruditas como as transmitidas pela tradição da disciplina – sejam produto desse mesmo objeto. Ora isto contribui para lhes conferir uma evidência – a que resulta da coincidência entre as estruturas objetivas e as estruturas subjetivas – que as põe a coberto de serem postas em causa. (BOURDIEU, 2001, p. 34)

Ora, assim cabe ao cientista, não somente desconfiar deste olhar da familiar realidade que está estudando, mas desconfiar da teoria que está se utilizando para realizar o estudo. Isto equivale afirmar que cabe ao cientista social vigiar-se constantemente contra dois “sensos comuns”: 1) o senso comum da realidade que é visto e concebido por todos, são representações, conceitos compartilhados por todos ou pela maioria dos que naquela realidade vivem, é a produção de certa “sociologia espontânea”, que é importante para o estudo sociológico crítico, mas que não deve ser a descrição verdadeira dos fatos, mas sim o ponto de partida para se chegar a uma compreensão do fato científico; e 2) do senso comum que é advindo da *doxa* do senso comum douto, o senso comum da ciência, ou seja, cabe também ao pesquisador colocar sob o crivo da crítica a própria construção social dos conceitos produzidos pela sociologia. Com esta postura o cientista social poderá, conforme Bourdieu, “romper com os instrumentos de ruptura que anulam a própria experiência contra a qual eles se construíram”. (BOURDIEU, 2001, p. 48)

Nestes termos, Bourdieu acrescenta que a “ruptura é, com efeito, uma *conversão do olhar*, e pode-se dizer de ensino de pesquisa em sociologia que ele deve em primeiro lugar “dar novos olhos” como dizem por vezes os filósofos iniciáticos. Trata-se de produzir, senão “um homem novo”, pelo menos, “um olhar novo”, um *olhar sociológico*. E isso não é possível sem uma verdadeira conversão, uma *metanoia*, uma revolução mental, uma mudança de toda a visão do mundo social”. (BOURDIEU, 2001, p. 49). E, ainda, continua Bourdieu, deixando-nos a reflexão de que “aquilo a que se chama a “ruptura epistemológica”, quer dizer, o pôr-em-suspensa as pré-construções vulgares e os princípios geralmente aplicados na realização dessas construções, implica uma ruptura com modos de pensamento, conceitos, métodos que têm a seu favor todas as aparências do *senso comum*, do bom senso vulgar e do bom senso científico (tudo o que a atitude positivista dominante honra e reconhece)”.

Em termos metodológicos fica, portanto, a lição de que o fato deve ser conquistado, construído e constatado no próprio processo de pesquisa e é nesse processo, por sua vez, nesta relação com a empiria, que as hipóteses são verificadas e

testadas, cabendo, ao pesquisador, a realização neste estudo do exercício da vigilância epistemológica constante e, conseqüentemente, o “policiamento” em relação aos “senso comuns” em que pode recair o trabalho.

1.3. Passos metodológicos para um exercício do “olhar” sobre o “outro” na sociedade do pesquisador

O que proponho estudar, como já mencionado, é a *dominação política local através da tradição familiar*. É um estudo que se relaciona ao fenômeno do poder e que exige um exercício epistemológico feito por parte do pesquisador numa tentativa de compreender as práticas desenvolvidas por esta tradição familiar. Isto exige, na linguagem de Bourdieu, o exercício da vigilância epistemológica constante para não cair no senso comum ou na descrição da realidade da maneira tal qual ela se apresenta e, assim, cair no erro da sociologia espontânea que de nada apresenta de científica.

Trata-se também de um estudo antropológico, de um olhar antropológico sobre o fenômeno da política, em especial sobre a dominação política, através de instituições tais como a família, a dádiva e a reciprocidade, que se fortalecem por meio das práticas e trocas de favores. Trata-se de um estudo sobre o cotidiano da política, através dos jogos de linguagens utilizados pelas lideranças locais e significados e legitimados pelos agentes sociais. Trata-se ainda, de uma compreensão sobre a cultura política local, pensada a partir das estruturas sociais que se encontram estruturadas (estruturas objetivas) e as estruturas estruturantes, incorporadas nos agentes em forma de *habitus* e que situadas num espaço de poder possibilitam disputas e concorrências, assim como exercícios de dominação e, conseqüentemente, de violência simbólica.

É um olhar, enfim, mais uma vez, sobre o “outro”, olhar que caracteriza a antropologia, desde a sua formação. O olhar sobre a alteridade, sendo que, neste momento, o “outro” não é mais o distante, mas, sim o próximo, o familiar, que faz parte da sociedade, do contexto cultural do pesquisador, daí a necessidade do policiamento do olhar, da vigilância constante. Ou seja, a necessidade de construir este texto para além da descrição empírica dos fatos, de compreendê-lo a partir da conquista, da construção e, por conseguinte, da constatação, uma vez que o que nos é familiar é como se não tivesse algo para desvendar, como se ele por si só já fosse explicativo.¹²

¹² Sobre a questão do exótico e do familiar, do próximo e do distante, consultar os trabalhos de Roberto DaMatta: “O ofício do etnólogo, ou como ter ‘*Anthropological Blues*’”; e de Gilberto Velho,

A necessária vigilância epistemológica refere-se ao processo de ruptura com os “sentidos comuns”, diz respeito a uma ruptura epistemológica que requer por parte do pesquisador, uma nova postura crítica diante do objeto estudado. É uma postura que requer uma compreensão teórica da tradição sociológica, mas que não fique apenas na repetição desta, visto que o objeto estudado é novo em termos de olhar e em termos de contexto no qual está inserido. É uma postura, portanto, que não despreza a empiria, mas que não cabe apenas descrevê-la. Esta realidade que será por mim estudada deverá portanto, ser pensada de maneira relacional e histórica.

Nesse sentido, em termos de ciência histórica são dois sujeitos que se encontram (o sujeito-pesquisador e o sujeito-objeto pesquisado), ambos fazendo parte do mesmo contexto sócio-cultural. Nestes termos:

a interpretação que se constrói sobre análises qualitativas não está isolada das condições em que o entrevistador e o entrevistado se encontram. A coleta de material não é apenas um momento de acumulação de informações, mas se combina com a reformulação de hipóteses, com a descoberta de pistas novas que são elaboradas em novas entrevistas. Nestas investigações, o pesquisador é o mediador entre a análise e a produção da informação, não apenas como transmissor porque não são fases sucessivas, mas como elo necessário. (CARDOSO, 1986:p. 101)

Esse encontro com o “outro” da mesma sociedade, esse encontro do sujeito-pesquisador com o informante, entrevistado, não é um subjetivismo extremista, pois existe uma reflexão racional e relacional nesse encontro, como salienta Ruth Cardoso:

não se trata do subjetivismo descontrolado invadindo o campo da reflexão racional, mas sim da **natureza intersubjetiva** da relação entre o pesquisador e o informante. (CARDOSO, 1986, p.102)

E acrescenta a referida autora:

a relação intersubjetiva não é o encontro de indivíduos autônomos e auto-suficientes. É uma **comunicação simbólica** que supõe e repõe processos básicos responsáveis pela criação de significados e de grupos. É nesse encontro entre pessoas que se estranham e que fazem um movimento de aproximação que se pode desvendar sentidos ocultos e explicitar relações desconhecidas. (CARDOSO, 1986, p. 103) (grifo nosso)

“Observando o familiar”, ambos podem ser encontrados no livro organizado por NUNES, E. O. “A Aventura Sociológica”, Rio de Janeiro, Zahar, 1987.

Neste campo político, campo de disputa, o simbólico assume relevância fundamental para a compreensão da construção do personagem político, uma vez que as próprias festividades da política, como comícios e passeatas, são exemplos de ritos constitutivos deste fenômeno que é a política. E a antropologia, enquanto ciência do “outro”, busca compreender o sentido simbólico desta alteridade.

O “outro”, portanto, é aqui encarado como o “outro-distante”, epistemologicamente, uma vez que se faz necessário este distanciamento do “olhar”, ou melhor, esta vigilância epistemológica. É um objeto de estudo em que o pesquisador convive na ambiência do objeto pesquisado. A política, os processos de dominação e o exercício de poder pelas elites políticas local, através de suas práticas costumeiras, é algo da sociedade do pesquisador, dessa maneira, necessitando constantemente desta vigilância epistemológica, para não cair no erro de uma sociologia espontânea.

1.4. Apontamentos sobre as técnicas utilizadas na pesquisa e a metodologia da história oral

Para realizar este estudo fez-se necessário à utilização de recursos e técnicas metodológicas que possibilitassem arregimentar os dados empíricos e documentais. Após um ano de intensa coleta e análise de dados, tais como: discursos gravados em fitas K7, vídeos de campanhas, fotografias, registros documentais, consultas ao jornal local, consultas ao site do Tribunal Regional Eleitoral, entrevistas abertas com roteiro semi-estruturado, creio ter conseguido os dados necessários e suficientes para a escrita da presente dissertação.

Realizei ao todo 21 (vinte e uma) entrevistas. Para selecionar os informantes estes foram escolhidos com base nas variáveis: faixa etária, sexo, local de origem – se na zona rural ou urbana – profissão, vinculação partidária e vínculo a grupo político local. Com este feito, o intuito foi situar as falas dos agentes dentro do campo, para detectar de onde o agente fala. Percebendo, assim e, metodologicamente, conforme Bourdieu, que a linguagem não é apenas um elemento de comunicação, mas também de poder.

Foi também realizada pesquisa bibliográfica sobre o tema abordado, destacando os trabalhos de diversos antropólogos desde a chamada Antropologia clássica à contemporânea, passando por alguns estudiosos da ciência política, da sociologia, da comunicação e da filosofia.

Durante a pesquisa realizei intenso trabalho de campo, no que diz respeito à busca de informantes que pudessem indicar as pessoas que viveram nos momentos das disputas políticas existentes no município, a partir da década de 1960. Com os informantes, foi adotado também a metodologia da História Oral, visto que

constitui uma metodologia qualitativa de pesquisa voltada para o conhecimento do tempo presente, permite conhecer a realidade presente e o passado ainda próximo pela experiência e pela voz daqueles que os viveram. Não se resume a uma simples técnica, incluindo também uma postura, na medida em que seu objetivo não se limita à ampliação de conhecimentos e informações, mas visa conhecer a versão dos agentes. Permite conhecer diferentes versões sobre um mesmo período ou fato, versões estas marcadas pela posição social daqueles que os viveram e os narram. (LANG apud MENEZES, 2003, p.06)¹³

O pesquisador se encontra envolvido num contexto sócio-cultural que no processo de entrevistas têm-se as interações sociais, nas quais cada um dos entrevistados, a partir de sua posição dentro do campo, apresenta suas diferenças de narrativas pela posição de classe ou de gênero que ocupam. Daí decorre que “a entrevista é apenas um momento da prática de pesquisa e não se orienta por procedimentos pré-fixados e rígidos, mas trata-se de um espaço de interação entre pessoas em posições sociais diferenciadas, em que se negociam saberes, práticas e interesses”. (MENEZES, 2003, p. 06)

A entrevista, por assim dizer, defende ainda a citada autora, se constrói no envolvimento entre duas subjetividades, a do pesquisador e a do pesquisado, e que possibilita uma prática reflexiva que acompanha todas as etapas de realização da pesquisa, desde a construção do objeto até a construção do texto final.

O olhar, o ouvir e o escrever se coadunam dentro do processo de pesquisa, posto que é “nesse ímpeto de conhecer que o ouvir, completando o olhar, participa das mesmas condições desse último, na medida em que está preparado para eliminar todos os ruídos que lhe parecem insignificantes, isto é, que não façam nenhum sentido no corpus teórico de sua disciplina ou para o paradigma no interior do qual o pesquisador foi treinado”. (Oliveira, 2000, p.21)

¹³ Consultar MENEZES, Marilada Aparecida. **História oral: uma metodologia para o estudo da memória**. CNPQ, 2001-2003.

É exatamente no que diz respeito ao ouvir que surgem alguns problemas. Um deles é que se encontram dois mundos diferentes: o do pesquisador e o do pesquisado, mesmo quando o objeto de estudo é da mesma cultura, esta questão se apresenta. Outro problema que surgiu durante a pesquisa foi o fato de nem sempre as pessoas manifestarem motivação para falar sobre o tema da política, visto que envolviam os agentes políticos no estudo ora realizado, sendo notório um forte receio, o que levou alguns dos entrevistados a desmarcarem seus agendamentos para realização das entrevistas e a assumirem o que Gerald Berreman¹⁴ denominou de controle de impressões, ou seja, “como forma de interação, a observação participante envolve sempre controle de impressões”. (BERREMAN, 1980, p.143)

Em outras palavras, nem sempre os informantes falam espontaneamente aquilo que poderia corresponder ao fato investigado. Selecionam as palavras, controlam as impressões, tentando transmitir o melhor para o pesquisador, principalmente quando este lhe é familiar. Por isso estivemos bastante atentos ao “olhar” e ao “ouvir” de como transcorreram as entrevistas e os relatos de história oral. Com tais cuidados, foi possível a aquisição de importantes e ricas informações. Mesmo com essas dificuldades, o “ouvir” é fundamental porque está relacionado a um processo de interação entre sujeitos, no espaço da observação participante. Esta participação, juntamente com os conceitos teóricos apreendidos, possibilitou a construção deste texto.

Chega-se ao momento da escrita, “o escrever”, conforme Oliveira (2000). É o momento da sistematização dos dados colhidos, é a relação direta entre o pensar e o exercício da construção do texto, não que este pensar, este ato reflexivo não se acompanhe de todo o processo. Mas só agora chega o momento em que as escritas não sistematizadas e anotadas no momento do “ouvir”, já que foram transcritas as entrevistas, serão trabalhadas pelo pensar e discutidas com as teorias ou leituras que foram adquiridas sistematicamente, assim, “o escrever passa a ser parte quase indissociável do nosso pensamento, uma vez que o ato de escrever é simultâneo ao ato de pensar”. (OLIVEIRA, 2000, p.31)

Assim e, seguindo, os passos de Bourdieu a relação de pesquisa

é uma relação social que exerce efeitos (...) sobre os resultados obtidos. Sem dúvida a interrogação científica exclui por definição a intenção de exercer qualquer forma de violência simbólica capaz de

¹⁴ Consultar BERREMAM, Gerald. “Por Detrás de Muitas Máscaras”. In: Desvendando Máscaras Sociais. 2ª edição, Rio de Janeiro, RJ, Livraria Francisco Alves Editora S.A, 1980.

afetar as respostas; acontece, entretanto, que nesses assuntos não se pode confiar somente na boa vontade, porque todo tipo de distorções estão inscritas na própria estrutura da relação de pesquisa. (BOURDIEU, 1997, p. 694)

A situação de pesquisa, nesse sentido, necessita por parte do pesquisador de uma atitude reflexiva constante, de uma vigilância epistemológica, desde o momento da entrevista até o momento da escrita, desde o olhar e o ouvir até o escrever.

Os resultados da análise dos dados, juntamente com a atitude reflexiva sobre os dados coletados e as teorias discutidas, estão presentes nos capítulos seguintes, que compõem esta dissertação.

CAPÍTULO II – HISTÓRIA LOCAL, FAMÍLIA E PODER

2.1. A história contada

A história do município de Queimadas¹⁵ encontra-se umbilicalmente ligada à história do município de Fagundes, pelo fato dessas duas localidades estarem próximas e por se situarem na serra do Bodopitá; igualmente, a história de Queimadas, enquanto espaço geográfico, é pautada pela história das famílias tradicionais, a começar pelos Oliveira Ledo. E, como nos afirma Elpídio de Almeida,¹⁶ “A história de Fagundes começa com a de Campina Grande, ou começa antes, pois quando Teodósio de Oliveira Ledo aldeou os ariús na grande campina (1967), já os padres da Companhia de Jesus se haviam retirado da serra de Bodopitá (Fagundes), onde tentaram sem persistência a agricultura, retornando com seus índios à missão do pilar” (ALMEIDA, 1993, p. 399), portanto, foi com o abandono da aldeia pelos jesuítas, não deixando nenhum marco de sua permanência que, afirma Almeida, permitiu a Teodósio de Oliveira Ledo¹⁷ requerer ao governador da então capitania, no ano de 1702, terras devolutas na parte mais fértil da serra de Bodopitá, onde hoje se localiza a cidade de Fagundes.

Continua Almeida (1993) fazendo menção a Irineu Jóffily sobre “Sinopse das Sesmarias”, que Teodósio de Oliveira Ledo afirmava em seu requerimento que “tinha descoberto com grande trabalho e despesa de sua fazenda na serra chamada Bodopitá um brejo de canas bravas e matas em que há um olho d’água ... e nesses brejos e matas que nela há lhe parecem capazes de produzir roças e outros legumes necessários para a conservação com mais cômodo, não só da guerra contra os Tapuias, mas também dos

¹⁵ Os dados utilizados na formulação desse capítulo foram retirados do Diagnóstico do Plano Diretor Participativo do Município de Queimadas – Diagnóstico Síntese da Leitura Técnica e Comunitária da Realidade. Os dados secundários utilizados para a elaboração do Diagnóstico foram obtidos no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD; Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE; Atlas Escolar da Paraíba; Prefeitura Municipal de Queimadas; Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil, entre outros.

¹⁶ Consultar, ALMEIDA, Elpídio. História de Campina Grande. Campina Grande/PB (1962). Edição (facsimile), Epigraf – 1993.

¹⁷ Salienta Linda Lewin (1993): “Líderes da abertura dos sertões da Paraíba ao povoamento, entre os anos de 1660 e 1720, e fundadores de Pombal, Campina Grande e um grande número de outros povoados no interior, os Oliveira Ledo constituíram o mais importante tronco ancestral das “primeiras famílias do sertão”. Antônio de Oliveira Ledo, o mais antigo desbravador pertencente a essa família, foi nomeado governador militar do sertão pela Coroa portuguesa. Seu título, capitão-mor de Piranhas, Cariri e Piancós (...). sucederam-no primeiramente seu irmão Custódio de Oliveira Ledo, depois o filho de Custódio, Constantino de Oliveira Ledo, e finalmente o famoso irmão de Constantino, Teodósio de Oliveira Ledo. Os laços agnáticos – o parentesco entre irmãos, pai e filho, tio e sobrinho – definiram a conquista, a ocupação e o domínio político-militar como um negócio de família para os Oliveira Ledo até o final do século XVIII”. (LEWIN, 1993, p. 53)

moradores do dito sertão, que mais facilidades as poderão povoar e assistir nelas; por isso requeria a mercê de quatro léguas de comprimento e uma de largura no dito brejo e olho d'água das canas bravas na serra de Bodopitá, tomada de norte a sul” (ALMEIDA, 1993, p. 399).

Dez anos após esta solicitação, em 1712, será a vez de Pascácio de Oliveira Ledo requerer também junto ao governador da capitania, apresentando os mesmos motivos, ou seja, que também havia descoberto “um olho d'água no pé da serra chamada Bodopitá, na qual havia terras devolutas e até o presente sem serem cultivadas para lavouras e do pé da dita serra para baixo, fazendo-lhe benefício, se pode também criar” duas léguas de comprimento por uma de largura. (ALMEIDA, 1993, p.400),

Estas terras foram concedidas pelo Governador a Pascácio de Oliveira Ledo, mas logo este as vendeu ao seu parente o Sr. Capitão-mor Francisco de Oliveira Ledo. Este, por sua vez, “transpassou, em 1765, a Antônio Soares da Silva, da freguesia do Taipu. Declarou ele na escritura, ainda existente no Cartório “Cel. João Queiroga”, Pombal, que entre os bens que possuía, ‘estava de mansa e pacífica posse de um sítio de terra de criar e lavouras no sertão do Cariri de Fora, chamado “**As Queimadas**, o qual sítio houve por título de compra que dêle fez a Pascácio de Oliveira Ledo... contesta pela parte do nascente com as terras do brejo, pela parte do poente com terras do Bodocongó, pela parte sul com terras da data de André Vidal e pela parte do norte com terras de Campina Grande, o qual sítio das ‘**Queimadas**’” (ALMEIDA, 1993, p.400) (grifos nossos).

A partir do exposto, percebe-se que é datado de 1712, da origem da sesmaria, a origem a cidade de Queimadas. Sesmaria esta que fora requerida por Pascácio de Oliveira Ledo e que nasceu com o nome que a cidade ainda conserva, mas que, em 1943, fora mudado, através do decreto-lei nº 520, para Tataguaçu, topônimo este que, a bem de preservação histórica do lugar, teve curta duração oficial, conforme afirma Almeida.

Destaca Antônio Lopes (2006, p.09) que “antes da efetiva exploração comandada pelos burgueses, mais precisamente pela família Oliveira Ledo, esta parte da Borborema da qual faz parte do município de Queimadas, era habitada por um povo nativo que vivia em harmonia com a natureza retirando da mesma a sua sobrevivência”.

A ocupação dessa região aconteceu em decorrência de que sendo o Brasil colônia de Portugal, o seu rei tinha interesse em explorar a colônia para garantir a sua posse, no entanto, lhe faltava recursos financeiros para tal intento. A solução encontrada

para esse problema foi à criação do sistema de Sesmaria e de Data, que consistia em distribuir terra para quem tivesse prestado serviço à coroa e possuísse condições de explorá-la, vale salientar que estas duas políticas encontradas pela coroa para distribuir terras através da Sesmaria e da Data, diferenciava-se uma da outra quanto ao tamanho, à segunda em relação à primeira era menor em termos de tamanho das terras.

Como bem salienta Nelson Werneck Sodré (1979), em seu livro “Formação histórica do Brasil”, “a dádiva principal que a Coroa fazia era a da terra, e havia terra de sobra. A Carta de Doação concedia ao donatário não a propriedade da capitania inteira mas a propriedade de uma parte dela; o restante, ele poderia conceder em sesmarias (...) o sesmeiro poderia alienar o que recebia, arrendar, ceder, transmitir por herança, segundo a legislação vigente”. (SODRÉ, 1979, p.68)

A sesmaria¹⁸ da terra onde hoje está assentada a cidade de Queimadas foi concedida a Pascácio de Oliveira Ledo. Segundo Lopes (2006), em seu livro “Queimadas, seu povo sua terra”, explica que conforme a “tradição popular Pascácio namorava uma moça na Bahia e os pais da mesma, por serem de família tradicional, não aprovavam o casamento, sendo assim, a opção mais viável foi roubar a moça e fugir para o Sertão da Paraíba”.

Ao chegar ao sertão, especificamente, Pombal, Pascácio recebeu a concessão de duas Datas de terra, uma de Cabaceiras e a outra que também fora citado com os motivos acima já apresentados, na serra de Bodopitá. A Data da serra de Bodopitá, inicialmente chamada de Tataguassu, palavra indígena que significa fogo grande, refere-se certamente ao fogo posto na mata por Pascácio de Oliveira Ledo e seus homens, por volta de 1712.

Ainda Lopes (2006) acrescenta que foi no século XIX que a localidade ganhou o seu nome definitivo. Pessoas residentes em Fagundes dirigiam-se ao Boqueirão da serra de Bodopitá, ao chegar aí ateavam fogo na mata para utilizar a terra para a pecuária, com a criação de gado e a agricultura. Essa prática tornou-se comum e as pessoas que saíam de Fagundes, geralmente diziam: “vamos para as Queimadas”.

Esse nome instituiu-se conforme dito em 1943 através da Lei de nº 520; tentaram ainda, posteriormente, mudar o nome para Tataguassu, mas não deu certo e o nome oficial passou a ser definitivamente Queimadas.

¹⁸ Conforme Almeida “a Carta Régia de 7 de dezembro de 1697, fixou as sesmarias em três léguas de comprimento e uma de largura” (ALMEIDA, 1993, p.37).

Por volta do ano de 1882, destaca Lopes que existiam no local onde hoje é a cidade de Queimadas duas casas, uma de propriedade da família Tavares e outra da família Muniz. Poucos anos depois chegavam ao local à família Manoel Lopes de Andrade e a família Gonzaga que possibilitaram um aumento da população na cidade de Queimadas. Teve também presença marcante na formação da população queimadense as famílias Maia, Cardoso, Vélez, Pachu, Rego, Araújo, Ernesto, Duarte, Teixeira e Gomes.

Conforme Epaminondas Câmara (1998) foi a partir de 1889 que Queimadas teve início enquanto povoado. E Lopes (2006) afirma que o decreto estadual nº 37, de 15 de outubro de 1890, criou o município de Fagundes na qual ficou pertencendo a sub-delegacia de Queimadas. Área esta que pertencia ao município de São João do Cariri que deu ensejo a Campina Grande, que por sua vez, cedeu área para Queimadas.

Campina Grande foi emancipada através da “Lei provincial 137 de 11/10/1864”, e foi a Lei nº 533, de 25 de outubro de 1921, que criou o distrito de Paz de Queimadas, em Campina Grande, tendo a frente da presidência da província Sólon de Lucena.

Foi através do decreto Lei federal nº 311, de 1938 que determinou a transformação das sedes municipais em cidades e as sedes distritais em vilas sendo assim Queimadas foi transformada em Vila, já que esta pertencia a Campina Grande na condição de Distrito.

Antônio Carlos **QUEIMADAS SEU POVO SUA TERRA**

Programa Das Festas Comemorativas Da Instalação Do Município De Queimadas

DIA 30 dezembro 1961.

<p>1 - 16,30 hora* - Chegada do Comitê Oficial.</p> <p>2 - 17,00 hora - Instalação solene da Câmara de Queimadas, pelo Excmo. Deputado Embaixador Presidente do Tribunal de Justiça do Estado.</p> <p>2 - 11,30 hora - a) Inauguração das Bandeira Nacional e da Paraíba, no Edifício da Prefeitura; b) Leitura da Lei de criação do Município; c) Leitura e assinatura do termo de posse do Prefeito; d) Discurso do Prefeito Lourival Barbosa; e) Discurso do Deputado Vital do Régio, autor do Substitutivo que emancipou o distrito; f) Discurso do Deputado Petrólio Figuerêdo; g) Discurso do Excmo. Senhor Governador Pedro Macena Guimarães.</p> <p>4 - 18,30 hora - Missa solene em Ação de Graças, celebrada pelo Rev. CO-</p>	<p>5 - 19,30 hora - Solenidade de entrega de Certificados dos Concluintes do Grupo Escolar "José Tavares".</p> <p>6 - 20,00 hora - a) Banquete oferecido pela Sociedade local ao Governador do Estado e Comitiva Oficial; b) Projeção, ao ar livre, de filmes selecionados através do Cinema Educativo; c) Retirada pela Banda de Música da Polícia Militar do Estado. Bailes populares nos seguintes locais.</p> <p>7 - 22,00 hora -</p> <p>a) Meseada Pública; b) Salão de Orates; c) Rua Nova; d) Rua do Castanho.</p> <p>Queimadas, dezembro de 1961.</p> <p style="text-align: right;">*) COMISSÃO ORGANIZADORA.</p>
--	---

Folheto com a programação festiva da emancipação política de Queimadas.

Programação das Festas Comemorativas da Instalação do município de Queimadas. (In.: LOPES, Antonio Carlos Ferreira. **Queimadas, seu povo sua terra**. Queimadas, 2006. p.11)

A partir da lei nº 2.622, de 14 de dezembro de 1961, que Queimadas passou a ser considerada município, sendo assim instalada a sua sede no dia 30 do mesmo mês e ano. O município de Queimadas, portanto, passou a ser reconhecido enquanto instância legal e ente da federação a partir do dia 14 de dezembro de 1961.

Destaca-se desde o povoamento do município de Queimadas as práticas de queimadas, coivaras e desmatamentos, os quais contribuíram e contribuem até os dias de hoje para o predomínio da agricultura rudimentar. O uso indevido do solo, a monocultura em áreas íngremes da Serra de Bodopitá, o superpastejo da pecuária extensiva, a devastação da caatinga para a produção de lenha e carvão, com destaque as espécies jurema e angico, hoje em extinção, tem sido práticas que têm reduzido a biodiversidade local. Observa-se ainda, que desde a formação do município predomina uma estrutura agrária concentradora de terra. Esse fato é algo comum não só para o município de Queimadas, mas para o Nordeste como um todo. Este dado é importante, visto que as lideranças políticas locais, da década de 60 até a década de 90, todas foram advindas da zona rural e, em sua maioria, filhos de grandes proprietários de terras no município.

2.2. O espaço local construído pelas relações de poder

José Adilson Filho, em seu livro “A cidade atravessada: velhos e novos cenários na política belojardinense”, abre o Capítulo II – A Cidade do Progresso: Mitos e Emblemas, com a seguinte narrativa: “toda cidade é um fenômeno socialmente construído que se materializa em maneiras e estilos de vida que são ao mesmo tempo marcados por uma certa universalidade e particularidade histórico-espacial”¹⁹, a cidade de Queimadas não seria diferente; esta foi construída socialmente a partir das ações e relações de poder constituídas pelos que neste espaço a habitavam e habitam; ou seja, o espaço é construído conforme as práticas que neles são desenvolvidas.

Quando se pergunta a qualquer queimadense sobre a história e a fundação deste município, muitos se remeterão ao discurso que acima está posto, ou seja, a narrativa que se escuta é que Queimadas se origina a partir do momento em que diversas pessoas vinham realizar “queimadas”, queimar o “agave”, o “sisal”, que por aqui existia. Mas quem foram essas pessoas que trabalhava queimando o sisal? quem trabalhavam nas

¹⁹ ADILSON FILHO, José. A cidade atravessada: velhos e novos cenários na política belojardinense. Recife, COMUNIGRAF, 2009, p. 87.

atividades braçais? Eram exatamente os mais pobres, aqueles que prestavam serviços aos donos e proprietários de fazendas, assim a história, ou uma das formas de expressar o discurso historiográfico, como o imaginário local, é de que foi a partir das “queimadas” que se originou o município. E, posteriormente, contraditoriamente, os que serão lembrados como fundadores deste são os responsáveis por torná-lo legal diante da ordem jurídica. Os membros da elite política local.

A história do município de Queimadas, portanto, é uma história de dominação política econômica, cultural e territorial. O espaço fora ocupado por diversos agentes, cabendo aos agentes das famílias tradicionais o domínio sobre as melhores terras, os melhores espaços físicos territoriais. Logo, este espaço físico-territorial foi construído a partir de um espaço na ordem do poder, ou como sugere Bourdieu, no campo do poder. Daí o motivo de que quando se fala em Queimadas, são reconhecidamente lembrados aqueles que a dominaram politicamente, mas não se faz menção aos processos e práticas de dominação por estes exercida e como esta se construiu.

As famílias caracterizadas como tradicionais no município são exatamente aquelas que possuíam sobre o espaço do município as melhores terras, são as que conseguiam ter mais trabalhadores atuando em suas terras em uma determinada época queimando o sisal, e em outra época do ano plantando e colhendo o algodão, o milho e o feijão. É do tronco dessas famílias que exerceram domínio e poder sobre as relações trabalhistas locais que se tornaram historicamente reconhecidos como a “possível nobreza” que, posteriormente, assumirá o poder do município. Portanto, fazer parte dessas famílias ou ter “o sangue” dessas famílias é possuir capitais simbólicos que tornaram esses agentes diferentes dentro do campo político.

E não foi por mero acaso ou por observância da lei divina que estas famílias historicamente dominaram política, econômica, espacial e culturalmente o município de Queimadas, mas através de suas práticas desenvolvidas no interior de um espaço social construído desigualmente por elementos de diferenciação, tais como família, terra e poder econômico, político e cultural. Os filhos das famílias tradicionais, em sua grande maioria, saíam para estudar nos grandes centros e voltavam para o exercício de cargos públicos locais como “Doutores”, mais acúmulo de capital simbólico, o que permitem o exercício legítimo da dominação política local, como sendo aqueles mais preparados para o ofício da governança local.

Dados do Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, mostra-nos há aproximadamente uma década algo que até o presente momento não é tão dispare, mas que se aproxima, ou seja, a razão de dependência que mede o quanto às pessoas são dependentes de fonte de renda externa ou de outra pessoa para sobreviver. Esse índice, embora bastante elevado, caiu de 87,1% (1991) para 73,9% (2000).

ANO - POPULAÇÃO	1991	2000
Menos de 15 anos	12.785	12.533
De 15 a 64 anos	17.401	20.722
De 65 e mais	2.369	2.777
Razão de dependência	87,1%	73,9%

Quadro 01: Distribuição da População
Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil

As principais atividades econômicas do município nos últimos anos são o comércio e a pecuária leiteira que tem uma produção estimada de mais 6.000 litros/dia. O Produto Interno Bruto - PIB do município em 2003 foi de R\$ 9.174 milhões e o PIB per capita de R\$ 2.546,07. A análise das receitas públicas do município mostra a forte dependência em relação às transferências constitucionais do Governo Federal onde 99,0% dos recursos públicos advêm de repasses constitucionais federais (QUEIMADAS, PDPQ, 2007).

Ressaltam-se, nesse sentido, os problemas relacionados à dependência das transferências do Governo Federal, a desordem do sistema tributário do município, a dificuldade de acesso ao crédito pelos pequenos e médios agricultores, a estrutura agrária, ainda, concentradora de terra, como é característico do Semi-Árido nordestino, a baixa produtividade em todos os setores da atividade econômica, uma elevada concentração de renda com o índice de GINI²⁰ (que mede a concentração da renda), elevando-se de 0,48 (1991) para 0,52 (2000) e a baixa qualificação da mão-de-obra (QUEIMADAS, PDPQ, 2007).

Outro dado a ser observado e que confirma a alta concentração de renda do município é que o mesmo possui 9.126 domicílios (IBGE, 2000). Desse total, recebem até 2 (dois) salários mínimos, 6.658 responsáveis pelos domicílios ou 72,96%; enquanto

²⁰ Segundo Sandroni (2005, p.156) o coeficiente de GINI é a medida da concentração, principalmente, aplicado a renda. Os valores desse coeficiente variam entre 0 e 1, assim, quanto mais próximo de zero menor a concentração e quanto mais próximo de um maior a concentração.

que 27,04% dos responsáveis por domicílios recebem mais de 2 (dois) salários mínimos mensais.

Todas essas características tornam perceptível o processo de desigualdade social e má distribuição de renda desde que a cidade foi construída. Além disso, demonstra como o processo de concentração de renda nas mãos de poucos possibilita a que muitos agentes locais se tornem reféns do assistencialismo e clientelismo políticos e de práticas de ajudas proporcionadas pelas lideranças tradicionais locais.

Desta feita, para estabelecer a compreensão do espaço local e, conseqüentemente, a construção do espaço físico-territorial de qualquer cidade ou município faz-se, necessário, antes indagar e analisar como este foi conquistado e dominado, através dos agentes sociais; como esses agentes exerceram e/ou exercem domínio, e, assim, entender quais deles exerceram e/ou exercem domínio através dos seus diferentes capitais, compreendendo isto se compreenderá que o espaço social e a construção de um município não são resultado do acaso ou de um mero ato da lei, mas sim dos diversos interesses e relações de poder estabelecidos no espaço social e que sobre ele os domínios são efetivados.

2.3. A genealogia política dos Heráclio-Ernesto-Rêgo

A árvore genealógica que servirá de base para as análises das relações de poder no município de Queimadas e representada abaixo, é composta por seis gerações da família Heráclio, da qual se constituem alguns ramos²¹ que serão fundamentais na construção desta família, enquanto uma família de poder, de influências e de dominação política. Os Ernesto-Rêgo são variantes dos Heráclio. No município de Queimadas, por exemplo, esta família Ernesto-Rêgo será a que vai exercer a dominação política, inclusive, até o momento atual. Os primeiros a chegarem ao município de Queimadas, foram o filho primogênito de Ernesto Ciridião de Araújo Rêgo, José Vital do Rego, o que se casou com a sua prima Maria Heráclio do Rêgo, no começo de suas vidas pós matrimônio, o casal habitou a fazenda salinas, propriedade de seu sogro, trabalhou muito e, com o lucro obtido, começou a comprar terras nas proximidades. Tais aquisições não foram, entretanto, as mais importantes. Ele comprou posteriormente boas

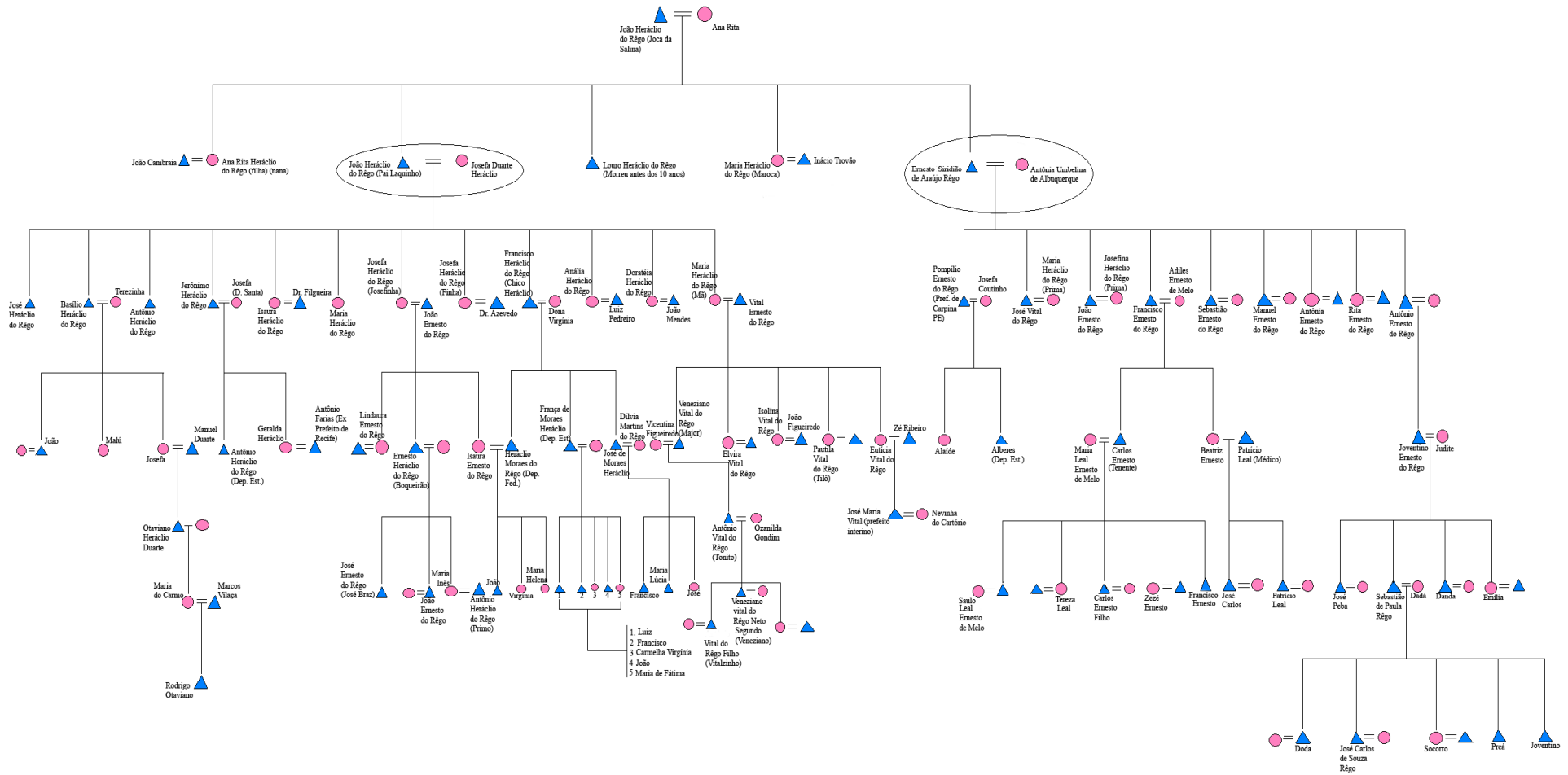
²¹ Veja em anexo alguns ramos desta tradição política, baseado nos estudos realizados por RÊGO, André Heráclio do. Família e Coronelismo no Brasil: uma história de poder. São Paulo, Girafa Editora, 2008.

terras nas fazendas Jardim e Caridade²², as primeiras terras situavam-se no município de Fagundes, próximo a Queimadas, e a segunda, com a ajuda de seu sogro, fica atualmente em Campina Grande, saída para João Pessoa, em seguida, como herança, recebeu a fazenda Campo de Boi, esta última foi herdada pelo seu filho Major Veneziano Vital do Rêgo, situa-se entre Campina Grande e Queimadas, além dessas, também comprou a fazenda Castanho em Queimadas, onde viveu e exerceu o poderio político durante muitos anos principalmente na década de 1940 à década de 1950, com o auxílio e ajuda do seu filho e herdeiro político Veneziano Vital do Rêgo. É deste ramo que irá advir à liderança política Antônio Vital do Rêgo, conhecido como Vital do Rêgo e deste Vital do Rêgo filho, Deputado Federal e Veneziano Vital do Rego Neto Segundo, atual prefeito da Cidade de Campina Grande.

Outro que habitou e comprou terras e construiu sua vida no município de Queimadas foi Francisco Ernesto do Rêgo, que primeiramente morou na fazenda do Castanho, e posteriormente, comprou suas terras, onde residiu até o fim da sua vida e onde criou os seus filhos, Carlos Ernesto e Beatriz Ernesto. Conforme escrito em um dos informativos da Fundação Carlos Ernesto:

Em 1919, no sítio Castanho, no então distrito de Fagundes do município de Campina Grande, nascia Carlos Ernesto, filho do Sr. Francisco Ernesto do Rêgo e Dona Adiles Ernesto de Melo, teve como irmã, Beatriz Ernesto, filha primogênita do casal. Radicado definitivamente na fazenda Munbuca, hoje município de Queimadas, a família de Francisco Ernesto tornou-se ponto de referência e admiração, para todos aqueles que desfrutavam o seu afável convívio. Foi nesse círculo de afeto, que cresceram para a vida o casal de irmãos Beatriz e Carlos. (Informativo da Fundação Carlos Ernesto, maio de 2004).

²² RÊGO, André Heráclio do. Família e Coronelismo no Brasil: uma história de poder. São Paulo, Girafa Editora, 2008, p. 89.



Chico Ernesto, como era conhecido, construiu assim como o seu irmão o seu patrimônio, a sua propriedade em território do então distrito de Queimadas. É deste ramo local que advirão as lideranças políticas locais, Carlos Ernesto, filho de Chico Ernesto e Saulo Leal Ernesto de Melo, ex-prefeito de Queimadas. João Ernesto do Rêgo, também filho de Ernesto Seridião, irmão de José Vital do Rêgo e Francisco Ernesto do Rêgo, diferenciando-se destes radica-se em Pernambuco, casado com a sua prima Josefa Heráclio do Rêgo, passa a adquirir terras, propriedades, não somente no Pernambuco, mas também na Paraíba. Em Limoeiro – PE, adquiriu de seu cunhado e primo, Jerônimo Heráclio do Rêgo, fazendeiro e político, a fazenda Bom Jejum, e em Vertentes – PE, a propriedade Riacho da Topada. João Ernesto deixou como herdeiros Ernesto Heráclio do Rego – casado com Edite Pereira de Lucena, filha do coronel José Braz Pereira de Lucena, chefe político de Santa Maria de Cambucá²³, então distrito do município de Taquaritinga, no agreste de Pernambuco, esta sua esposa é irmã de Josefina Pereira de Lucena, esposa do seu tio Jerônimo Heráclio do Rêgo, fazendeiro e político em Limoeiro – e Isaurita Ernesto do Rêgo, casada com seu primo Heráclio Moraes do Rêgo, filho do coronel Francisco Heráclio do Rêgo, fazendeiro, deputado estadual e federal por Pernambuco. Ernesto Heráclio do Rêgo, radica-se em Cabaceiras – PB e passa a atuar politicamente neste município do qual pertencera Boqueirão, situado no cariri paraibano. Afirma André Heráclio que Ernesto e Veneziano eram como irmãos, em suas palavras,

Ernesto dividia seu tempo entre Limoeiro e Cabaceiras e, na década de 1940, começou a ocupar espaços políticos nesse município, que era o centro de irradiação dos descendentes de seu antepassado Joca das Salinas. Era muito ligado a Veneziano, seu primo considerando-se os dois como irmãos, já que ambos não possuíam irmãos homens, pelo menos os que se consideravam filhos legítimos.²⁴

De Ernesto Heráclio do Rêgo, conhecido posteriormente como Ernesto de Boqueirão, o herdeiro político viria ser o seu filho, José Braz do Rêgo, fazendeiro, deputado estadual e conselheiro do Tribunal de Contas da Paraíba, mas este morre em um acidente de carro, e quem passará a ser o herdeiro político de Ernesto Heráclio é o ex-deputado federal e ex-senador Carlos Marques Dunga.

²³ RÊGO, André Heráclio do. Op. cit, p. 107.

²⁴ RÊGO, André Heráclio do. Op. cit, p. 117.

Ligado ao grupo de Carlos Dunga, no município de Queimadas, a partir da década de 1980, destacam-se os nomes de Sebastião de Paula Rêgo, filho de Joventino Ernesto do Rêgo, este primo legítimo de Ernesto de Boqueirão, de Carlos Ernesto e de Major Veneziano Vital do Rêgo.

A partir do exposto, é patente e inegável às influências e, conseqüentemente, o domínio político dessa família não somente no Estado de Pernambuco, através da maior liderança Chico Heráclio e os outros seus irmãos Jerônimo Heráclio do Rêgo e todos os seus descendentes, mas também o domínio político no interior da Paraíba e, em especial, no cariri Paraibano e as suas influências e domínio em algumas regiões no Agreste da Borborema. Domínios e influências políticas através dessa família advinda da divisa entre Pernambuco e Paraíba, Salinas, que permanece até os dias atuais, como exemplo da continuidade do poder local basta citar os nomes de Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto, atual prefeito de Campina Grande; Vital do Rêgo Filho, atual deputado federal; José Carlos de Souza Rêgo, atual prefeito de Queimadas; Carlos José, prefeito de Boqueirão, e seu irmão Dunga Júnior, deputado estadual, ambos filhos de Carlos Dunga.

2.4. A família no Poder e o poder da família

André Heráclio do Rêgo em seu livro “Família e Coronelismo no Brasil: uma história de poder” no qual estuda a família Heráclio e da qual o mesmo herda o sobrenome, apresenta uma interessante síntese estatística em termos de ocupação nos poderes legislativo e executivo dos Estados de Pernambuco e Paraíba, pela família Heráclio do Rêgo.

Apresenta-nos André Heráclio que “a família Heráclio do Rêgo iniciou suas atividades políticas em 1920, dando-lhes continuidade até hoje. Essas atividades se traduzem em trinta mandatos (vinte e três em Pernambuco e sete na Paraíba), se se considera também os membros ligados à família pelo casamento. Os Heráclio do Rêgo são o grupo familiar que de 1947 a 2000 elegeu mais representantes à Assembléia Legislativa de Pernambuco. No que concerne ao Congresso Nacional, a família conquistou nove mandatos de deputado (seis em Pernambuco e três na Paraíba), e um mandato de senador por Pernambuco”²⁵. Mas essa família não ocupou cargos apenas nas esferas estadual e federal, mais construiu também uma sólida base na esfera municipal, em outras palavras “na esfera local, os membros da família assumiram vinte e oito mandatos de prefeito (dezoito em Pernambuco e dez na Paraíba), em sete

²⁵ RÊGO, André Heráclio. Família e Coronelismo no Brasil: uma história de poder. São Paulo, A Girafa editora, 2008, p. 18.

diferentes municípios. A família também elegeu representantes às Câmaras Municipais do Recife (um), de Campina Grande (quatro) e de João Pessoa (dois), para não mencionar seus representantes nas câmaras municipais de Limoeiro, Surubim, Boqueirão e Queimadas.”²⁶

A partir desses dados fica notório o exercício e a força política de uma família na participação dos poderes existentes no Estado de Pernambuco e na Paraíba, além de ocupações em cargos na esfera nacional e local. Portanto, nota-se o poder que esta família foi construindo a partir do ingresso no cenário político, um poder que, para além da materialidade através das grandes extensões de terras que passaram a possuir e a concentrar, se constitui através de outros capitais, não na ordem da materialidade econômica, mas, sim, na dimensão simbólica, como exemplo o “nome”, que enquanto capital simbólico pode ser convertido em capital econômico ou político.

Os laços de casamentos estabelecidos com outras famílias tradicionais locais, de grande capital material, em termos de propriedade, e de enorme capital simbólico em termos de representatividade da família local, assumem uma dimensão estratégica fundamental para o exercício da ampliação do patrimônio, quer seja material quer seja simbólico, e, conseqüentemente, o exercício da dominação posto que além de ter um aumento do capital econômico através da herança que é herdada em termos de propriedade, também reúnem-se grupos familiares, fortalecendo, ainda mais, os laços de parentesco e a dominação política local.

Esses casamentos poderiam ser de ordem endogâmica ou exogâmica, dentro ou fora do grupo familiar, mas todos com a intenção quando não de conservar, ampliar o poderio da família. Se observarmos, conforme a árvore genealógica da família Heráclio-Ernesto-Rêgo, exposto páginas atrás, dos filhos de João Heráclio do Rêgo e dos filhos do seu irmão Ernesto Seridião de Araújo Rêgo casaram-se: Josefa Heráclio do Rêgo com seu primo João Ernesto do Rêgo e Maria Heráclio do Rêgo com o seu primo José Vital do Rêgo. Esses são apenas alguns exemplos estratégicos de casamento dentro desta família através da endogamia, ou seja, casamento dentro do próprio grupo, o que contribuiria para a conservação do patrimônio da família. Mas outras estratégias também podem ser constatadas ainda nas práticas desta família, os matrimônios cruzados, “dois outros filhos, Antônio e Francisco, casaram-se na família Cavalcante, e outros dois, Ernesto Pompílio e José, com duas irmãs oriundas de uma família de senhor

²⁶ RÊGO, André Heráclio. Op. cit, p. 18.

de engenho Nazaré da Mata, os Coutinho”²⁷. Com esta maneira de realização da prática do matrimônio cruzado, entre irmãos de uma família com irmãs de outras famílias, ou vice-versa, foi possível a estratégia de ampliar os laços e aumentar o patrimônio.

Essa prática no seio da família vai ser realizada também na próxima geração, ou seja, dos cinco filhos de Maria Heráclio do Rêgo e José Vital do Rêgo, residentes no distrito de Queimadas, dois desses realizarão matrimônios cruzados, Veneziano Vital do Rêgo se casará com Vicentina Figueiredo, e sua irmã Isolina Vital do Rêgo, com João Figueiredo, ambos filhos de Cel. Silvino Figueiredo, grande proprietário de terras e chefe político de Campina Grande, pai de Acácio Figueiredo e Argemiro Figueiredo, lideranças políticas no Estado da Paraíba. A família de José Vital e Maria Heráclio, dessa forma se aliavam estrategicamente ao governador e interventor da Paraíba, Argemiro de Figueiredo, cunhado de Veneziano e de Isolina. Das outras irmãs de Veneziano, duas casaram-se com famílias de proprietários de terras em Campina Grande e a terceira conservou-se celibatária²⁸. Eutícia Vital do Rêgo casa-se com José Ribeiro, filho de proprietários de terras e produtores de Algodão, residiram em Queimadas e foram proprietários do Cartório do município. Desta união nasceu, José Maria Ribeiro, o qual foi prefeito interino no município, após a criação do projeto lei do seu primo Antônio Vital do Rêgo.

Da mesma maneira seguem os filhos de Francisco Ernesto do Rêgo, Carlos Ernesto e Beatriz Ernesto, primos de Veneziano Vital do Rêgo. Carlos Ernesto se casa com Maria Leal de Melo e Beatriz Ernesto com Patrício Leal de Melo, médico renomado e conceituado no município de Queimadas e em Campina Grande, foi também Deputado Estadual. À próxima geração continuam essas relações estratégicas matrimoniais na família Heráclio-Ernesto-Rêgo tendo em vista que, Antônio Vital do Rêgo reproduzindo as estratégias matrimônias da geração anterior, casa-se com Ozanilda Gondim, filha da liderança política e governador da Paraíba, Pedro Gondim.

Então, fica claro que existe toda uma prática estratégica, no seio desta família e das famílias tradicionais, em realizar casamentos com outras forças políticas ou econômicas, posto que estas já possuíam certo tipo de capital, e dentro do espaço social, que é constituído, por relações de poder, quem possui um maior *quantum de capital*,

²⁷ RÊGO, André Heráclio. Op. cit, p. 84.

²⁸ RÊGO, André Heráclio. Op. cit, p. 107.

defende Bourdieu, ocupa o espaço enquanto dominante²⁹, aqueles que são desprovidos ou possuem pouco capitais econômico, político, cultural ou social, pertencem à posição dos dominados.

Essa estratégia realizada pela maioria das famílias tradicionais só vinha a reforçar o seu poderio político, econômico e simbólico sobre os agentes desprovidos desses capitais mencionados. Dessa maneira, e estando essa família no poder, é que aumenta o poder dessa família, haja vista que nela se encontra uma concentração de capitais. Ou seja, são possuidores de terras³⁰ (capital econômico), possuidores de cargos legislativos e executivo, exercendo influência, junto ao poder judiciário (capital político) e são possuidores de um “nome”, o qual não é apenas uma palavra, mas sim e, conforme o sociólogo francês, um elemento de distinção, de diferenciação, *capital simbólico*, posto que a representação deste nome configura toda uma história de domínio e de poder, tendo sido construído histórico e simbolicamente, exercendo assim um poder reconhecido como legítimo, sendo, portanto, o nome um dos elementos de distinção social.

Nesse sentido, “o nome da família pode ser considerado como uma forma de capital simbólico que garante a identidade coletiva de um grupo determinado e que é em parte responsável pela representação que outros indivíduos fazem deste grupo”³¹. Os Ernesto e os Rêgo, em Queimadas, advindos da família Heráclio, possuem em termos de “nome” todo um capital simbólico herdado historicamente por esta tradição, assim como desenvolveram práticas como a prestação de favores pautadas na personalidade que contribuiu profundamente para o exercício da dominação política por mais de quatro décadas. Assim, esta família conseguiu a permanência no poder desde a década de 1920 até os dias atuais, obviamente tendo momentos de maior destaque, mais evidente no cenário e menos evidente, porém sempre ocupando os espaços da política através dos seus representantes, tornando-se, em termos político, uma família de influência nas decisões tomadas no cenário político do Estado da Paraíba e de Pernambuco e, em algumas localidades, como é o caso aqui estudado, o município de Queimadas foi dominado politicamente por representantes desta família desde o processo de emancipação até o presente momento, demonstrando, assim, o poder da família e a família no poder.

²⁹ BOURDIEU, Pierre. Sociologia. São Paulo, Ática, 1983, p. 21.

³⁰ No que diz respeito ao acúmulo de patrimônio material e econômico ver: RÊGO, André Heráclio. Op. cit, p. 82-93.

³¹ RÊGO, André Heráclio. Op. cit, p. 18.

Mas como é possível pensar a continuidade do poder local, via laços de parentesco, mas também via tradição familiar e dominação na política local? Esses são alguns dos temas do próximo capítulo.

CAPÍTULO III – TRADIÇÃO FAMILIAR E DOMINAÇÃO NA POLÍTICA LOCAL

3.1. Do Coronel Chico Heráclio ao Major Veneziano

Encarado como sistema político, clientelismo e/ou mandonismo local, o coronelismo teve como período de maior vitalidade, o período que abrange a chamada Primeira República. O coronelismo além de se apresentar, neste período, como peça fundamental de um jogo de poder, era ainda concebido como um conjunto de práticas de dominação política que se institui como resultado das lutas estabelecidas entre as classes sociais. A ação do coronel, além dos mecanismos formais e legais de controle político, era a violência, a vingança, a solidariedade dentro da parentela, a política de favores e de punições, a corrupção eleitoral e a apropriação privada do Estado. O coronelismo, portanto, é visto como um produto da concentração da terra, considerando-se uma vinculação entre o econômico e o político, ora como fenômeno que ocorre muito mais no plano político, como afirma FORTUNATO (2008: 47), em seu livro “O conceito de coronelismo e a imagem do coronel: de símbolo a simulacro do poder local”.

Outra importante obra que faz referência às práticas coronelistas é a obra “Política e Parentela na Paraíba: um estudo de caso da oligarquia de base familiar” na qual LEWIN (1993) entende o coronelismo como forma de domínio do poder local e o domínio este que é exercido por meio da posse da terra, associado a uma linhagem de prestígio; dito de outro modo, o padrão de propriedade da terra é refletido na organização política local das oligarquias que tem por base o sistema de parentelas, e este sistema é distribuído através das famílias tradicionais, as elites tradicionais. FORTUNATO (2008) ao comentar a obra de LEWIN (1993) destaca que esta “aborda as práticas coronelistas como práticas que se configuram a partir do atraso tecnológico, econômico e social que se verifica no nordeste brasileiro; concluindo que uma das chaves mais fascinante para decifrar a história rural da nação, particularmente ao nível regional, é exatamente a parentela de elite no Brasil com sua política de família”. (FORTUNATO, 2008: 152) Além disso, FORTUNATO (2008) destaca que, conforme LEWIN (1993), ainda ocorre uma perpetuação dessas práticas, ou seja, uma perpetuação da força do parentesco na política paraibana. É na esteira desta análise que proponho

apresentar neste texto a influência de base familiar advindas do coronel Francisco Heráclio do Rêgo e do Major Veneziano Vital do Rêgo, na perpetuação e, ao mesmo tempo, disputas políticas entre duas famílias, Ernesto e Rêgo, na política local do município de Queimadas, ambas advém do mesmo tronco familiar, possuindo uma relação muito próxima em termos de parentesco e que são exatamente essas duas famílias, que dominaram o cenário político do município, em termos de disputas, da década de 1970 até o final da década 1990.

O coronel Francisco Heráclio do Rêgo – popularmente conhecido por coronel Chico Heráclio, é natural de Limoeiro, no estado de Pernambuco; é destacado, por VILAÇA & ALBUQUERQUE (1978), no livro “Coronel, Coronéis”, como sendo o caso mais interessante do seu estudo visto que, Chico Heráclio

é coronel-vaqueiro, coronel-político, coronel-dominador, (..) que sofreu combate com a cidade já grande e em processo de rebelião. Que enfrentou lutas – muitas vezes vencida – com a incipiente burguesia comercial e industrial, a desafiar seus domínios. Que viu crescer, à sombra da urbe, grupos de interesse e até ideologias de esquerda e revolucionárias que o antagonizaram e se antagonizaram na luta pelo poder. Que, mais do que nenhum outro, revela a ambigüidade particular de sua situação histórica (VILAÇA & ALBUQUERQUE, 1978, p.44)

Homem de poucas letras, mas de muita inteligência, Chico Heráclio nunca gostou de estudar, embora seu pai, João Heráclio do Rêgo, houvesse colocado para estudar em uma escola na cidade do Recife. Foi sempre um amigo da imprensa, devido ao poder que exercia na cidade de Limoeiro, no estado de Pernambuco, atribuindo inclusive concessões locais para os meios de comunicação, como exemplo, a Empresa Jornal do Comércio S.A. Casou-se três vezes, a primeira vez com Dona Maria Miguel, a segunda com Dona Virgínia, com esta teve três filhos, Heráclio Moraes do Rêgo, que foi uma vez deputado estadual e três vezes deputado federal; Francisco de Moraes Heráclio, prefeito por duas vezes e deputado estadual por quatro mandatos; e José Heráclio do Rêgo, este vereador em um só período, não simpatizava com a vida pública. Teve, ainda, também como esposa, de quem se separou posteriormente, Dona Consuelo.

Como nos afirmam ainda VILAÇA & ALBUQUERQUE (1978), Chico Heráclio

tem capacidade incomum de comando, decidido e corajoso mesmo assim, no auge das lutas políticas jamais descurou da segurança pessoal, ainda que seja homem de coragem incomum. Quando o tempo eleitoral esquenta, Zé Vigia fica-lhe na retaguarda,

impressionantemente fiel e desacomodado se o patrão dá as costas à rua, quando senta em casa de amigo ou faz a catequese eleitoreira aqui e ali. (VILAÇA & ALBUQUERQUE, 1978, p.111).

A sua força política era tamanha que fizera, como visto, dois filhos de destaque na política pernambucana, além de oferecer uma estrondosa votação, no município de Limoeiro, ao candidato ao Governo do Estado de Pernambuco, Agamenon Magalhães, aproximadamente 90 por cento dos votos de Limoeiro. Afirmava Chico Heráclio que

o governo do estado é produto de Limoeiro. Posteriormente elegera-se suplente de Senador junto a Agamenon Magalhães. O coronel de Limoeiro possuía um vasto número de compadre e comadres, chamava-se do Estado inteiro pelos seus préstimos e o seu compadrio, causa e efeito de prestígio político, aumentou grandemente. Atencioso para os compadres e delicado no trato às comadres, usou-as sempre que possível como instrumento de combate às candidaturas adversárias, dando-lhes a pecha de comunistas, qualificação a afastá-los do eleitorado feminino. (VILAÇA & ALBUQUERQUE, 1978, p. 116)

Ainda no mesmo livro, acima citado, podem ser lidas algumas passagens que nos deixa claro a força política deste coronel na década 1950, força política esta que, embora ele não aceitasse ser Governador do Estado de Pernambuco, sempre atuou nos bastidores do poder, influenciando diretamente nas decisões do Governo e na indicação de nomes para o executivo e o legislativo do Estado. Isto fica evidente quando VILAÇA & ALBUQUERQUE (1978) citam o cronista João do Mato que afirma:

Chego a dizer que no seu Partido ninguém dispõe de igual prestígio. O Governador do Estado deve ser quem o senhor quiser, caso o PSD esteja em condições de eleger o governador. Conhecendo assim a sua importância na política do Estado de Pernambuco é que eu me resolvi a lhe fazer um pedido que o senhor influa para que a Assembléia Estadual não se encha de gente que não queira fazer alguma coisa pelo povo. (VILAÇA & ALBUQUERQUE, 1978, p.116).

O poderio político do coronel estava aliado ao poderio fundiário. Possuidor de grandes fazendas a exemplo de Escuro, Baixa Verde, Varjadas (a mais famosa e a melhor), São Roque, Santa Tereza, Carié (no município de Buíque e a maior, com 52.000 hectares), Jerimum, Três Lagoas, Taquari, Salinas (herdada do pai), Queira Deus, Viração, Areias e os engenhos Santa Cruz e Riachão, Chico Heráclio exercia domínio, assim, sobre vários redutos eleitorais chegando a ter 31 municípios enquanto

base eleitoral. Destaca-se estes municípios através dos versos de Ernesto Cândido, que foi vereador, graças a Chico Heráclio, em Glória de Goitá,:

Mas, contudo, o coronel
 Está muito satisfeito
 Tem 31 municípios
 Que estão todos direitos
 Fazendo o que é necessário
 E, os seus correligionários
 Chegando tudo de eito.

A Glória de Goitá
 Já está em suas mãos
 Carpina, Pau D'Alho, São Lourenço
 Vitória de Santo Antão
 Paulista, vai mais ou menos,
 Gravatá, Bezerras, Moreno,
 Escada e Jaboatão.

Buíque e João Alfredo
 Nazaré e Surubim
 Escada, Cabo, Catende
 Pesqueira, Belo Jardim
 São Caetano e Barreiros
 Lagêdo e Limoeiro
 Bonito e São Joaquim.

Bom Jardim e Rio Branco
 Orobó e Umbuzeiro
 Ele tem a votação
 Quase como em Limoeiro
 O coronel de persi
 Conta com 40 mil
 Em um cálculo verdadeiro.
 (...)

O coronel vai eleger
 O Governo do Estado
 Também uns 20 prefeitos
 E uns 12 deputados
 Sendo 2 federais
 10 estaduais
 Será o resultado.
 (...)

(VILAÇA & ALBUQUERQUE, 1978, p.124)

Vê-se que aliado ao grande número de compadres e comadres que o Coronel tinha, têm-se também este domínio sobre as grandes propriedades fundiárias e, conseqüentemente, o domínio sobre vários redutos eleitorais dos municípios de Pernambuco. A sua liderança, portanto, não pode ser analisada exclusivamente pelo domínio econômico que o mesmo exercia, mas também se deve levar em consideração a

sua figura carismática associada a sua vasta parentela³² e sua enorme quantidade de compadres e comadres. Assim, e concordando com Queiroz que, relativizando a propriedade fundiária, assevera que

o coronelismo tem como base o poder político do coronel que advém das relações de solidariedade vertical e horizontal no seio da parentela. Segundo Queiroz, é na parentela, como grupo, que se apresentam interligados o aspecto político, o econômico e o de parentesco, e que se desenvolve a reciprocidade que se estenderá ao setor político. (FORTUNATO, 2008, p. 34)

É dessa liderança política tradicional que advém à liderança do Major Veneziano Vital do Rêgo. Major Veneziano, como assim gostava de ser chamado, nasceu no município de Bom Jardim, Pernambuco, e muito cedo veio para o então distrito de Queimadas, pertencente a Campina Grande, onde residia com seu pai Coronel Vital, na fazenda existente na comunidade do Castanho. Major Veneziano, assim, radicou-se em Campina Grande, onde ainda solteiro instalou e dirigiu a Companhia de Ferro Carril, uma Empresa de bondes de burro pertencente ao seu tio Pompílio Ernesto do Rêgo.

Mas foi a partir do seu sogro, Coronel Silvino Figueiredo, que Major Veneziano passou à militância político-partidária na cidade de Campina Grande. Em 1947 foi lançado candidato a prefeito de Campina Grande, pelo então Deputado Federal Argemiro Figueiredo³³ e sob a legenda da extinta União Democrática Nacional (UDN), enfrentando uma poderosa coligação de forças políticas.

³² Por parentela brasileira, Queiroz entende “um grupo de parentesco de sangue formado por várias famílias nucleares e algumas famílias grandes (isto é, que ultrapassam o grupo pai-mãe-filhos), vivendo cada qual em sua moradia, regra geral economicamente independentes (...) Além de grupo econômico, era também a parentela um grupo político, cuja solidariedade interna garantia a solidariedade dos membros para com os chefes (...) Como grupo, apresentava pois a parentela três aspectos interligados – o político, o econômico e o de parentesco (...)” (apud Fortunato. Cf. Queiroz, 1977, p.165-167)

³³ Em seu livro “Lutas de vida e de mortes: fatos e personagens da História de Campina Grande (1945/1953)”, Josué Sylvestre destaca que “é impossível escrever sobre a história de Campina Grande, a partir de 1928, sem colocar em destaque um político que se transformaria com o passar do tempo na mais polêmica personalidade do município e um dos mais importantes líderes do Estado da Paraíba. Argemiro de Figueiredo, filho do Cel. Salvino Gonçalves Figueiredo e de D. Luíza Viana Figueiredo. Filho e irmão de líderes políticos (seu irmão mais velho, Dr. Acácio Figueiredo, foi eleito deputado estadual em 1928 e posteriormente chegava à Câmara Federal), Argemiro demonstrou desde cedo uma vocação natural para as lides da vida pública. Em 23 de agosto de 1932 foi nomeado Secretário do Interior e Justiça pelo interventor Gratuliano da Costa Brito, tomando posse no dia 5 de setembro. Estavam fixadas as bases do seu prestígio a nível estadual. Em 1933 e 1934 se empenharia ao lado de José Américo, então seu chefe político, na consolidação do partido que fundaram, o Progressista. Com a reformulação político-administrativa ocorrida no País em decorrência da Constituição de 34, foi eleito Governador da Paraíba no dia 24 de janeiro de 1935, pela assembléia Constituinte do Estado, composta de 30 membros. Com a implantação do Estado Novo em 10 de novembro de 1937, teve a sua permanência na direção da Paraíba confirmada e foi nomeado interventor federal no dia 24 de novembro.” (SYLVESTRE, 1982, p.67-68)

Embora Argemiro Figueiredo contasse no Governo do Estado da Paraíba com o Dr. Osvaldo Trigueiro, sentia a necessidade para a realização do projeto político, conquistar a prefeitura da maior cidade do interior da Paraíba e, em termos de colégio eleitoral, a mais importante do interior paraibano, para isso far-se-ia necessário um nome de uma pessoa que fosse leal e de confiança, esta pessoa indicada foi Major Veneziano Vital do Rêgo, posto que era um amigo e parente fiel, cunhado de Argemiro de Figueiredo.

Salienta SYLVESTRE que Argemiro tendo o seu cunhado na Prefeitura tinha acima de tudo “um amigo incondicional e voluntarioso, audaz e corajoso, pronto para enfrentar adversários e barreiras por maiores que fossem, contanto que o objetivo final fosse alcançado: chegar, como governador eleito, ao Palácio da Redenção”. (SYLVESTRE, 1982, p.76). Mas esta escolha do nome de Major Veneziano Vital do Rêgo, por Argemiro de Figueiredo, como seu candidato à prefeitura de Campina Grande, causou muitas discordâncias dentro do grupo argemirista, inclusive o seu irmão mais velho e ex-deputado federal Acácio Figueiredo, foi contra esta indicação, assim como Agripino Agra, seu outro cunhado.

Embora tendo estas discordâncias dentro do grupo, Argemiro não desistiu de apoiar Major Veneziano, para tanto, alegava dois motivos, (além daquele motivo, já posto, que era por ser uma pessoa de confiança, cunhado, aquele que seria o elo, se chegasse a Prefeitura de Campina Grande, para o apoio incondicional a Argemiro a chegada Governo do Estado); os dois motivos, nesse sentido, eram: 1) de ordem política e 2) de ordem pessoal. Quanto ao primeiro motivo, de ordem política, residia no fato de Major Veneziano ter sido para Argemiro de Figueiredo um grande arregimentador eleitoral, afirmava Argemiro, fazendo alusão ao Major, que “rende as homenagens ao seu esforço quase sobre-humano, na cidade, nos bairros, nos distritos, dia e noite, sem descanso, algumas vezes expondo a própria vida, pela vitória do partido a que nos filiamos” (SYLVESTRE, 1982, p.78); o motivo de ordem pessoal relata Sylvestre que, quando da tentativa de invasão da residência de Argemiro, em 1930, no auge das manifestações liberais para vingar a morte de João Pessoa,

Veneziano, então com 23 anos de idade, **postou-se sozinho** no quintal da casa que dava para a rua hoje denominada Major Jovino Do Ó, pronto para repelir com sua arma à ameaça de linchamento do Dr. José Agra, parente de Argemiro, embora ardoroso prócer perrepeista ao lado do Cel. Salvino Figueiredo. Na parte da Frente,

na rua Vidal de Negreiros, ficaram alguns Ribeiros, e outros poucos amigos e parentes. (SYLVESTRE, 1982, p.78)

Sempre apoiado por lideranças expressivas e vinculado aos laços de parentesco, Major Veneziano, não vencendo esta eleição de 1947, desloca-se para o seu Estado de origem, onde reside o seu tio Coronel Francisco Heráclio do Rêgo, a maior liderança coronelista de Pernambuco. Com o apoio desta liderança, que possuía sobre seu comando mais de 30 municípios de Pernambuco, Major Veneziano é eleito deputado estadual em 1951 e 1955. Posteriormente a este período, e a duas magistraturas, Major se despede da Assembléia legislativa de Pernambuco e retorna a Paraíba, especificamente, Campina Grande, por motivos diversos, especialmente para colaborar junto ao seu filho, para seu ingresso na política paraibana.³⁴

Após a chegada de Major Veneziano à Paraíba e tendo Antônio Vital do Rêgo, seu filho, e Petrônio Figueiredo, seu sobrinho eleito em 1958, mais uma vez com apoio do líder da política paraibana, Argemiro de Figueiredo, se aproxima mais um evento histórico, qual seja, a emancipação política dos distritos, que pertenciam à época a Campina Grande: Galante, Fagundes e Queimadas. Conforme José Cruz, um dos meus informantes e proprietário do Cartório do município de Fagundes, quando indagado sobre a emancipação do município de Fagundes e de Queimadas afirmou que

o município de Queimadas e Fagundes foi tudo um projeto só, Queimadas, Fagundes e Galante; Galante contestou e quase caía o município de Queimadas e o de Fagundes, porque Vital do Rêgo colocou Antonio Lucena pra defender no Supremo Tribunal Federal, nesse caso a gente ganhou lá. (Entrevista com José Cruz, em 06 de agosto de 2008)

Como afirma José Cruz, a luta em prol do processo de emancipação política do município de Queimadas deveu-se ao então deputado estadual Vital do Rêgo, que escreveu o projeto de lei nº 2.622, de 14 de dezembro de 1961, e o município foi instalado no dia 30 do mesmo mês e ano. Este projeto que tornou o município de Queimadas politicamente independente de Campina Grande não foi uma ação sem

³⁴ Em uma coletânea de textos intitulada “Major Veneziano: Tempos de sempre”, no artigo: “Uma Presença”, de Virgínius da Gama e Melo, afirma que os motivos de Major Veneziano não querer mais ser deputado estadual pelo estado de Pernambuco “são diversos, inclusive o ingresso do seu filho na política paraibana, foi um dos motivos que fizeram com que não se candidatasse ao Parlamento pernambucano, mais uma vez. Eleito seria, como fora das duas vezes anteriores, todos sabem os que vivem esses tempos”. (MELO, 1979:p. 35)

interesse, muito pelo contrário, já havia toda uma articulação para que ele fosse prefeito do município de Queimadas;

A influência de Vital do Rego era aqui em Queimadas e Fagundes, o avô dele é daqui dos Jardins o Coronel Vital. O Coronel Vital e a base política dele era aqui, João Figueiredo que era aqui de Fagundes era quem, era um dos líderes dele nessa região. (Entrevista com José Cruz, em 06 de agosto de 2008)

João Figueiredo³⁵, por assim dizer, era irmão de Argemiro Figueiredo, por sua vez, ambos cunhados de Major Veneziano, e possuía fazenda em Fagundes, era o grande líder na localidade:

Coronel Heráclio que tinha essas regiões todinhas aqui, o Castanho era dele, o Campo de Boi era dele, os Jardins era dele, do Coronel Heráclio. Campo de Boi, Castanho, Jardins aqui de Fagundes. Aquela fazenda de Zé Maria como que chama, Caibeira era tudo do Coronel Heráclio. (Entrevista com José Cruz, em 06 de agosto de 2008)

Foi o pai de Major Veneziano, Coronel José Vital do Rêgo, que herdou a fazenda do Castanho. Em síntese a família de Major Veneziano era detentora das grandes extensões de terras existentes no município de Queimadas, assim como do município de Fagundes, em especial o seu cunhado João Figueiredo, grande líder político da localidade. A emancipação, nesse sentido, favoreceria a possível candidatura ao cargo executivo, por parte de um representante desta família influente politicamente e poderosa pelo fato de serem grandes latifundiários. O próprio Major Veneziano já trazia consigo uma forte carga para usar uma terminologia de Bourdieu, de *capital simbólico*, visto que era filho de Coronel José Vital do Rêgo, primo do Coronel Francisco Heráclio de Pernambuco, Estado do qual o Major já havia, com o apoio do seu tio, sido eleito por duas vezes ao cargo de deputado estadual; somando-se a isso, a influência argemirista, dos seus dois cunhados, Argemiro de Figueiredo, como já mencionado, grande líder político da Paraíba, e João Figueiredo, chefe político do município de Fagundes, associado a isto se tinha, ainda, o representante mais novo desta tradição, Antônio Vital do Rêgo, deputado estadual e pai do projeto de emancipação política de Queimadas. Era o primeiro projeto, na história do município, para se fazer esta liderança tradicional o primeiro prefeito de Queimadas.

³⁵ Vale destacar que a esposa de João Figueiredo, Izolina Vital Figueiredo, era irmã de Major Veneziano, e por sua vez Major Veneziano era casado com a irmã de João Figueiredo e Argemiro Figueiredo.

Mas em termos de liderança, o então distrito de Queimadas que se destacava no município de Campina Grande, não tinha apenas os representantes da família Rêgo, tinha, também, obviamente, outras famílias influentes, a exemplo da família Barbosa, família tradicional e possuidora de grandes extensões de terras. Desta família se destacou no campo da política a Sra. Maria Dulce Barbosa³⁶, que assumiu o mandato de vereadora por três legislaturas consecutivas de 1947 a 1959. Interessante destacar dessa figura política, entre outras coisas, que ela não foi favorável ao processo de emancipação política do município no ano de 1961, assim afirmou em 1992 numa entrevista concedida ao “Jornal Acontece”: “eu desejaria que Queimadas tivesse mais amadurecimento, antes de ser emancipada”³⁷, muito embora mais a frente fosse candidata e eleita prefeita do município em 1963.

Foi a partir de 1946, após a queda da Velha República e o fim do Estado Novo, que se deu à promulgação da nova e democrática Constituição do Brasil. Pela primeira vez as mulheres podiam não só votar, mas também se candidatar a Cargos Públicos Eletivos. E eleições nacionais foram então convocadas, inclusive para preencher os cargos das recém formadas Câmaras Municipais. O clima da época era muito politizado. Havia uma agitação geral e os vários caciques políticos se sentiam inseguros e tentavam garantir os seus vários “redutos políticos” através das velhas práticas de intimidação, perseguição e arbítrio.

A professora Maria Dulce Barbosa, como assim também era conhecida, havia iniciado sua carreira no Magistério nos primeiros anos da década de 30 e, como Diplomada no Colégio das Neves, em João Pessoa, foi logo nomeada pelo Governo do Estado para ser Diretora do recém formado Grupo Escolar José Tavares, fundado em substituição à Escola que previamente funcionara na Vila e Distrito de Queimadas, sua terra natal. Foi também no início dos anos 30 que ainda jovem vira falecer o seu pai e, não tendo irmãos, mas apenas uma irmã, a Sra. Lourdes Barbosa, Dulce se empenha e

³⁶ Nasceu em 1916, em Queimadas, na época distrito de Campina Grande (PB), filha de Cecília de Melo Barbosa e de João Barbosa da Silva, próspero agricultor de algodão e cereais na região. Maria Dulce fez o curso pedagógico no tradicional Colégio das Neves na capital do Estado e retornou à sua terra natal para lecionar. A agitação política dos anos 1930 e 40, principalmente o movimento de mulheres na Paraíba, atraíram-na para esse campo, entusiasmada com a idéia de que as mulheres também deveriam participar do espaço público. Engajou-se, então, no movimento pela redemocratização em 1945 e nas eleições municipais de 1947, candidatou-se ao cargo de vereadora do município de Campina Grande pela legenda da União Democrática Nacional (UDN). Seu reduto eleitoral foi o distrito de Queimadas, onde sua família era importante proprietária de terras. Elegeu-se vereadora por três mandatos consecutivos. Dona Dulce, como é chamada, foi à primeira mulher eleita vereadora na Paraíba e figura entre as mulheres brasileiras de mais longa carreira política. (In:Dicionário das Mulheres do Brasil, 2000, p. 388)

³⁷ Este depoimento está no livro: LOPES, Antônio Carlos Ferreira. “Queimadas, seu povo sua terra”. Queimadas, 2008. p.107.

se dedica em desenvolver o Grupo Escolar José Tavares, fazendo deste uma referência e modelo a ser emulado por outras instituições de ensino no âmbito do Estado. Dessa forma, nos afirma sua sobrinha Germana Correia Lima que, “pelo seu esforço e sucesso Dulce Barbosa foi adquirindo influência e respeito da população local, e muitos a buscavam com frequência para obter orientação ou ajuda” (...). Continua Germana:

isso naturalmente não passou despercebido entre as velhas lideranças políticas do continuísmo na Paraíba, durante o período crítico e superaquecido da redemocratização e, como o seu idealismo jovem a marcava como seguidora natural das novas tendências democráticas, ela passou a ser alvo de pressões, cada vez mais intensas para que se mantivesse “neutra” ou preferencialmente apoiasse as forças do continuísmo reacionário. (Entrevista com Germana Correia Lima, em 06 de fevereiro de 2006)

Em entrevista realizada com Dulce Barbosa, em 30 de abril de 2008, fica muito nítido em suas memórias a figura do seu Pai, que lhe foi sempre de inspiração e apoio e que, antes dela, teria seguido a orientação política do Dr. Argemiro de Figueiredo. No entanto é importante salientar que Germana, sua sobrinha, acentua que João Barbosa, conhecido como Joca Barbosa, fazendeiro e homem respeitado, que exercia a função de autoridade civil a cargo do policiamento local, já havia falecido há mais de 10 anos quando Dulce Barbosa, sua filha primogênita, se decidiu a embarcar na carreira política. Com este argumento ela tenta mostrar que Dulce Barbosa ingressa na política pelos méritos próprios, entretanto destaca-se que embora a iniciativa tenha sido própria, Dulce Barbosa trazia consigo o nome e a representação de uma família tradicional e de líderes ou chefes políticos, arregimentadores de votos da vertente argemirista. Esta condição que ela tinha não se deve descartar, visto que o sobrenome Barbosa é um elemento distintivo, dentro do campo político local da época.

Ela carregava pois consigo como importante referência o ser filha primogênita de João Barbosa, e pelo fato deste não possuir filhos, esta se tornou à herdeira política dos Barbosa. Isto se torna claro em uma das falas de um dos entrevistados:

Já existia um tio de Dona Dulce, chamado Joaquim Barbosa, que foi representante de Queimadas no Conselho Administrativo de Campina Grande, em 1926. Quer dizer, vem de longe. O pai de Dona Dulce, chamava-se João Barbosa, ele era liderança política da região; aí quando ele morreu em 36, Dona Dulce herdou dele essa liderança, certo? Onde já foi candidata em 45 – ou 46, não sei a data direito – pelo partido de Argemiro Figueiredo. Ela era a liderança coronelista de Queimadas. (Entrevista com José Ezequiel, em 18 de abril de 2008)

No livro de Josué Silvestre (1988), já citado alhures, ele nos afirma que Argemiro Figueiredo recebia um grande apoio dos coronéis existentes nos distritos, a exemplo, ele cita Dulce Barbosa como sendo desta tradição, até pelo fato do poderio sobre as propriedades de terras que seu pai deixou no município.

É notório que a grande liderança política da Paraíba nesta época fora Argemiro de Figueiredo, membro da União Democrática Nacional (UDN), embora apoiado pelas tradições coronelistas, comandava o partido que reunia as forças em prol da redemocratização brasileira, e o qual abandonou no início dos anos 50, em favor do Partido Trabalhista Brasileiro. Nessa ocasião, Dulce Barbosa seguiu igualmente a sua liderança como já o havia feito em 1947 e o faria em 1951. Em 1955³⁸, mais uma vez, é eleita vereadora e ao término deste mandato, coincidiria que Queimadas passaria, através da lei já mencionada, a ser município.

A historia política de Dulce Barbosa de agora em diante passará a ser com a sua terra de origem, na condição de cidade e não mais distrito. Queimadas se tornou município e teve dois prefeitos interinos: Lourival Barbosa (1961-1962) e José Maria Vital Ribeiro (1962-1963) nomeados pelo Governador do Estado, Pedro Gondim³⁹. Este último prefeito interino é filho de Zé Ribeiro e Eutícia Vital Ribeiro, irmã de Major Veneziano. E Vital do Rêgo era casado com a filha do então Governador Pedro Gondim.

Essas famílias tradicionais que exerciam forte poder político sobre Queimadas, e estendendo-se sobre a Paraíba e Pernambuco, faziam os casamentos quase que todos entre esses grupos de parentes; tal fato é notório posto que Major Veneziano era casado com a irmã de Argemiro Figueiredo e de Joãozinho Figueiredo, e este casado com a irmã de Major Veneziano. Sobre essa questão, assevera um outro informante:

³⁸ Vale salientar que neste período compreendido entre 1951 e 1955, o Major Veneziano estava atuando como deputado estadual representando o Estado de Pernambuco com o apoio do seu tio o coronel Chico Heráclio, enquanto que aqui, na Paraíba, a liderança de Queimadas, distrito de Campina Grande, quem Argemiro Figueiredo apoiava era Dulce Barbosa. Para tanto, Argemiro e Severino Cabral apoiaram em 1962 Dulce Barbosa e Veneziano com o poderio do Estado, à época, governado por Pedro Gondim, sogro de seu filho Antônio Vital do Rêgo, o que leva a crer que a separação entre Argemiro e Major Veneziano (cunhados e antigos aliados) fazia parte de um projeto político de Antônio Vital do Rêgo, que via na possibilidade de ser diretamente ligado ao Governo do Estado, passar a ser a liderança principal de Campina Grande.

³⁹ Pedro Gondim, sogro de Vital do Rêgo, é eleito Governador do Estado nas eleições de 03 de outubro de 1960, obtendo 18.114 votos em Campina na Grande e 148.961 votos em todo o Estado, concorrendo com Janduhy Carneiro, irmão de Ruy Carneiro, que obteve 11.322 votos em Campina Grande e 124.041 votos em todo Estado. (SYLVESTRE, 1988, p.318)

Barbosa, Araújo, Maia, Ernesto e Rêgo tudo isso advindo desta mesma rama e claro ia se misturando, mas um fato curioso é que eles casavam entre eles mesmos, inclusive famílias que tem primos com primos, se uma esposa falecesse casava com uma irmã se existisse, se existisse uma irmã solteira era quase regra dele se casar com aquela irmã. (Entrevista com Antônio Carlos, em 14 de abril de 2008)

Eram famílias possuidoras de grandes extensões de terra e interligadas umas as outras. Seguidora do grupo argemirista, Dulce Barbosa, quando candidata, em 1962, disputa eleição com o Major Veneziano. Este com o apoio do Governador do Estado, do seu sobrinho José Maria Vital Ribeiro, prefeito interino e Antônio Vital do Rêgo, seu filho, então deputado estadual e, em tempos de famílias tradicionais do município, contará com o apoio da família Ernesto.

Por sua vez, Dulce Barbosa, como já mencionado, contará com o apoio de Argemiro de Figueiredo e Severino Cabral, além da grande maioria das famílias tradicionais, como as famílias Ribeiro, Muniz, Gonzaga, Albuquerque e Maia, conforme detalhou um dos entrevistados

O Major Veneziano apoiado pelo seu filho, o então deputado Vital do Rêgo, e pelo governador da época, Pedro Moreno Gondim, o sogro do seu filho Vital do Rêgo. E Dulce tinha o apoio de Doutor Maia e de Argemiro Figueiredo, e também dos Ribeiro aqui, que eram os fortes comerciantes de algodão da época. Então era o poder político do Estado, contra o poder econômico de César Ribeiro e Argemiro Figueiredo. Então Dulce ganhou a eleição, na época, por setenta e um votos. Teve como seu vice Camões, e Veneziano teve como seu vice Raimundo Montenegro. Então ganhou a eleição, na época, Dulce Barbosa. (Entrevista com Antônio Olímpio, em 17 de abril de 2008)

Esta campanha, como relatado por grande parte dos informantes, foi muito acirrada. Até porque se encontrava em jogo, e essa é uma das minhas hipóteses, um projeto maior que diria respeito ao fortalecimento político da família Rêgo no município, sendo, posteriormente, base para que Vital do Rêgo, tendo o seu sogro no Governo do Estado, pudesse vir a ser o prefeito de Campina Grande. Este o motivo que tornou Dulce Barbosa contra o projeto de emancipação do município, posto que sabia ela que para a campanha municipal Major Veneziano viria muito forte; este também foi o motivo que fez com que Major Veneziano retornasse a Paraíba, deixando o Estado de Pernambuco. A intenção seria fortalecer politicamente a família Rêgo no Estado da Paraíba, e o momento seria este. Por isto a articulação de Vital do Rêgo em transformar o distrito de Queimadas e o de Fagundes em município.

3.2. O fazer político de Carlos Ernesto

3.2.1. Relações de favores, relações de compadrio e dominação.

No contexto político nacional, especificamente no início da década de 60, o Brasil passava por transformações políticas que repercutiriam em todas as esferas. É nessa década que será deflagrado e declarado o Golpe Militar, este que perdurará até os cinco primeiros anos da década de 80. É, portanto, nesse período que serão constituídos legalmente e institucionalizado o Bipartidarismo através da Aliança Renovadora Nacional – ARENA e Movimento Democrático Brasileiro – MDB. O primeiro, entendido como partido situacionista, e o segundo, sobreviventes do processo de cassação e oposicionista ao regime militar. Em termos de representatividade no Senado Federal, com esta reforma partidária que o regime militar realiza do pluripartidarismo para o bipartidarismo, a situação consegue através da ARENA obter uma representatividade de 69,2 %, enquanto que a oposição alcançaria uma representatividade de 30,8 %, o que equivaleria em termos numéricos a 45 Senadores da ARENA e 20 Senadores do MDB, isto a composição do Senado Federal em 1965/1966. (SCHMITT, 2000, p.36). Através desses números já se percebe a disparidade representativa entre ARENA e MDB, e a maneira através da qual o regime militar manteria domínio sobre a situação política.

Esta dinâmica de domínio político por parte dos militares ocupando a maioria das cadeiras no Senado e na Câmara Federal, conseguindo eleger a maioria dos representantes na Câmara e no Senado, perdurou durante todo o regime. Para tanto, vale destacar que em termos de Nordeste, já nos final dos anos 70, os situacionistas apresentaram-se ainda com uma representatividade extraordinária, ou seja, “a maioria da ARENA no Congresso Nacional foi obtida no Nordeste, garantindo-se, segundo alguns, a estabilidade do regime (...) O partido do Governo preencheu 08 das nove vagas senatoriais em disputa e elegeu 92 Deputados Federais contra 34 do MDB, correspondendo, neste caso, a uma diferença de 58 cadeiras.”. (ROLIM, 1979, p. 53)

Estes dados permite afirmar o controle político que o regime militar mantinha sobre a maioria das lideranças do Nordeste e não será diferente com a Paraíba. Nas eleições municipais de 1972 e 1976, para se ter um exemplo, verificou-se que a ARENA elegeu a maioria esmagadora dos Prefeitos e Vereadores em todos os Estados, o MDB

elegera, em todo o Brasil, 463 Prefeitos, enquanto que a ARENA com os prefeitos nomeados somava-se 3.484. No Nordeste seguia-se o mesmo ritmo, em termos de maioria, a ARENA obteve 1.229 prefeituras e o MDB 145. Embora, à época, a Paraíba se destacasse por possuir 36 prefeituras governadas pelo MDB dos 171 municípios, vê-se que a maioria estava sob o controle dos partidários da ARENA. (ROLIM, 1979)

É inserido nesse contexto político nacional e regional que no município de Queimadas irá se destacar como liderança local o Tenente Carlos Ernesto, advindo de uma família tradicional de políticos, mas que não participava da vida pública através de cargos executivos ou legislativos. Como já exposto no capítulo anterior, Carlos Ernesto é filho de Francisco Ernesto do Rêgo, sobrinho de José Vital do Rêgo, e primo legítimo de Major Veneziano, este que exerceu grande influência política no município de Queimadas até o início dos anos 60.

É desta família tradicional, de influência política e detentora de boa parte das terras existentes no município de Queimadas que advêm Carlos Ernesto. Faz-se, assim, necessário compreender o fazer político da liderança Carlos Ernesto no município de Queimadas, visto que será a partir do seu fazer político juntamente com o fazer político do Major Veneziano que serão construídas as duas lideranças de destaque da política local e que perdurará nas próximas três décadas (1970, 1980, e final da década de 1990) de dominação política e de disputas de capitais simbólicos no campo político local, com especial acirramento entre as lideranças Tião e Saulo Ernesto, a partir da década de 1980 e 1990. Na década de 60 no município de Queimadas⁴⁰ a economia local

⁴⁰ Conforme os dados da dissertação “Agricultura Familiar no município de Queimadas, PB: Forma de organização, desafios e perspectiva” de Antônia Maria da Silva (2001: 61), apresentada à Coordenação do curso de Mestrado em Economia Rural, da Universidade Federal da Paraíba, em 27 de Abril de 2001, nos mostra que os números revelam uma mudança nos dados populacionais do município, na “década de 1970 Queimadas possuía uma população de 21.258 habitantes, sendo deste total, 18.248 residiam na zona rural e 3.010 área urbana; já no censo de 1980 os dados revelam mudança no panorama populacional no município. Queimadas contava com uma população total de 25.473 habitantes, desta vez com uma população rural de 19.704 habitantes e uma urbana de 5.769 habitantes. Comparando-se com os dados de 1970, tem-se um crescimento na população total de 20%, enquanto que a população rural cresceu apenas 8% e, o mais expressivo, o crescimento da população urbana alcançou 91%, revelando, portanto, um grande salto da população urbana, mais ainda distante da população da zona rural. O censo de 1991 mostra continuidade da tendência revelada na década de oitenta. A população total do município somou 32.555 habitantes, enquanto a população rural apresentou o total de 20.741 habitantes, e a urbana, 11.814 indivíduos. Desta vez, o incremento da população total foi da ordem de 28%, sendo o crescimento rural de 5% e o crescimento urbano alcançou o patamar de 104%. Em 1996, os dados revelam tendência de redução relativa da população rural ainda mais significativa. Neste ano, a população total registrada foi de 33.461 habitantes, dos quais 19.141 residentes na zona rural e 14.312 na zona urbana. Sendo assim, o crescimento da população total foi de 3%, enquanto que a população rural sofreu uma redução de 8% e a população urbana, por sua vez, cresceu 21%. Os dados sinalizam que houve, neste período, grande perda da participação da população rural em relação à população total, haja vista que, se em 1970 a população

praticamente girava em torno da agricultura e dos poucos empregos que o poder público local produzia. A maioria da população vivia na Zona Rural vivendo dos lucros advindos daquilo que na terra plantava, principalmente o milho, feijão e algodão. O comércio era muito incipiente, inexistindo praticamente estabelecimentos comerciais. Os comerciantes nesta época que se destacavam eram os donos de mercearias, pequenas vendas, que comercializavam, em sua grande maioria, produtos relacionados à alimentação e a limpeza, cito aqui, como comerciantes de destaque à época o senhor José Tavares, o senhor João Virgínio e o Senhor Vital Francisco da Silva.

Poucas eram as ruas existentes e as que existiam não eram calçadas, a não ser a Rua da Igreja Matriz, conhecida como a Rua João Barbosa da Silva, nome dado em homenagem ao pai da primeira prefeita constitucional de Queimadas, Maria Dulce Barbosa.

As famílias denominadas tradicionais que aqui residiam e exerciam poder político, eram as famílias Barbosa, Gonzaga, Ernesto, Rêgo, Maia, Ribeiro e Lucena. Todas essas famílias exerciam domínio sobre as melhores terras do município e, conseqüentemente, possuíam as grandes extensões de terras. Os Maias, por exemplo, possuíam mais de três mil hectares de terras, os Ernestos só aqui em Queimadas possuíam mais de 600 hectares de terras e todas essas terras além de serem propícias para o plantio das culturas como: milho, feijão, fava e algodão; possuía ainda grandes reservatórios de águas que, em período de seca, servia a toda a população carente. Soma-se a isso, o gado que estas famílias criavam e destes tiravam o leite para ser vendido na cidade vizinha e pólo comercial – Campina Grande. Associava-se a isso o que, era de costume na região, o fazendeiro garantir, por dia, um litro de leite ao seu afilhado. Em outras palavras, era de costume as pessoas carentes e os mais necessitados atribuir seus filhos a uma dessas famílias tradicionais, visto que além da “proteção” e “segurança”, o leite já estava garantido para a criança.

Além disso, geralmente essas famílias carentes, das quais era a grande maioria da população no município, em épocas de seca, como já mencionado, dependia das famílias tradicionais em relação aos reservatórios de água, assim como também muitos trabalhavam na agricultura nas terras dessas famílias tradicionais locais. Trabalhavam como meeiros, vaqueiros, cultivando o algodão, o milho e o feijão, em período de plantação e em período de colheita, colhendo estas culturas; na seca trabalhavam

rural representava 86% da população total, em 1980 esse percentual cai para 77% e, na década de noventa, há uma acentuação desta tendência: em 1991, representa 64% e, por fim, em 1996, fica 57%”.

cortando lenha e ajudando, cortando palma, capim, alimentos em geral para o gado. Nesse sentido, criava-se toda uma relação de dependência para com estas famílias tradicionais as quais em troca garantiria a “segurança”, a “proteção” e o básico para a sobrevivência de todo o grupo familiar.

É nesse contexto, em que politicamente predominava no Brasil um regime autoritário e de relações sociais permeadas pelos favores e relações de dependência, que se constitui socialmente a liderança política de Carlos Ernesto, este que exercerá grande influência a partir da metade da década de 60 até o início da década de oitenta, através da sua forma de fazer política.

Neste capítulo a pretensão analisar como se instituiu, dentro do campo político local, a liderança de Carlos Ernesto, primo do Major Veneziano Vital do Rêgo. A principal tentativa é compreender as práticas desenvolvidas por Carlos Ernesto que o fez conseguir uma forte hegemonia no campo político, o autorizando, por exemplo, a ter o direito de indicar sucessivamente quatro nomes para concorrer nas eleições à prefeitura municipal, tendo feito a todos eleitos. Cabe indagar: que capitais sociais foram construídos e que capitais estavam em disputa neste campo político? O que tornou Carlos Ernesto figura tão evidente dentro deste campo político? Que elementos de distinção/diferenciação o fez ter mais notoriedade que os outros? Em síntese, que tipo de dominação foi estabelecida por Carlos Ernesto no município de Queimadas através de suas práticas políticas? E que práticas/ações foram estas numa sociedade com características basicamente rurais?

Carlos Ernesto, liderança do município de Queimadas da década de 1960 até o final da década de 1980, apresenta algumas características interessantes para se compreender as relações sociais, os laços e o elo moral que caracterizavam o *habitus* político do município. Ele serviu ao exército brasileiro, em meados do período da segunda grande Guerra Mundial, na cidade de Recife, chegando, assim, a receber a patente de Tenente. Foi também Secretário de Agricultura no Governo de Severino Cabral, no Município de Campina Grande. Foi o único cargo público que ocupou, mesmo assim, não chegou ao término do mandato, renunciando, pois não se adequou ao trabalho público, ainda assim foi destaque no cargo que ocupou durante este tão curto período, como nos afirmou o seu filho de maneira um tanto apaixonada, Saulo Ernesto:

Era muito interessante o trabalho dele, ele nunca, ocupou o cargo público, apenas uma vez só ele foi secretário de agricultura do governo Severino Cabral, quando Queimadas ainda pertencia a Campina Grande foi um grande secretário inovador porque a primeira

frota de trator de Campina pra agricultura foi adquirida por ele, ele tem um trabalho brilhante, embora não tenha passado mais que um ano, porque ele não se adequou ao serviço público. (Entrevista com Saulo Ernesto, em 13 de abril de 2006)

Corroborando com o discurso acima, outra informante, Tereza Leal, também filha de Carlos Ernesto acrescenta que o pai não gostava de assumir cargos públicos e nem tampouco de ser chamado à atenção pelo seu superior, no caso, por Severino Cabral, então prefeito de Campina Grande, que já havia chamado à atenção de um de seus secretários em público. Disso resulta que Carlos Ernesto pela sua própria formação de tenente e pela tradição familiar, não admitia receber nenhuma reprimenda ou ser chamado à atenção por pessoa nenhuma, até porque no município de Queimadas, ele já exercia certo domínio político, associado à figura do seu pai Francisco Ernesto do Rêgo. Por tradicionalmente ter evitado assumir cargos públicos cabe investigar os mecanismos de mando e de poder utilizados por Carlos Ernesto para se transformar em uma importante liderança política.

Um dos depoentes, João Vitorino Filho, homem do campo, agricultor e residente ainda hoje na zona rural do município de Queimadas, apresentam-nos Carlos Ernesto como sendo

uma pessoa que resolvia qualquer problema no município, problema de ordem inclusive muito particular, a exemplo de brigas entre casais, entre outros colocados pela sociedade de queimadas, quando não dava mesmo para resolver ele avisava antecipadamente a pessoa. A palavra de seu Carlos valia tudo, pois o que ele dizia, podia confiar. Carlos Ernesto foi uma liderança em todos os aspectos, não gostava de participar de governo, nem tampouco subir ao palco para pedir votos, gostava de ficar entre o povo, conversando com seus compadres, e o que prometia, cumpria. (Entrevista com João Vitorino Silva, em 27 de maio de 2006).

Conforme a conversa que tive com uma de suas filhas, Tereza Leal, Carlos Ernesto teve muito mais de (300) trezentos afilhados, as crianças quando nasciam no município, os pais ‘davam’ para que Carlos Ernesto fosse, juntamente com Maria Leal, seus padrinhos, isto ficou perceptível a partir do trabalho de campo e das entrevistas realizadas junto a alguns habitantes da zona rural do município; até hoje muitas são as pessoas que falaram que se orgulhavam e agradeciam aos seus pais por eles terem “dado” elas para serem afilhadas de Carlos Ernesto. Afirmavam, essas pessoas – que em sua grande maioria são carentes e pobres: que Carlos Ernesto era como um pai, uma vez que tudo que precisava ele “ajudava”. É nesse sentido, que as palavras do senhor

João Vitorino confirma o exercício de dominação exercido por Carlos Ernesto, uma vez que “o que ele dizia, podia confiar”. Podiam confiar as pessoas que pertenciam a este sistema de apadrinhamento, seus compadres, comadres e afilhados, e os que seguiam e, sobretudo, respeitavam as suas “palavras de ordem”. Digo “palavras de ordem” pelo fato de que na resolução de problemas, como as brigas entre casais que ele resolvia, conforme os discursos dos entrevistados, não era apenas Carlos Ernesto, que lá estava resolvendo o determinado problema, mas “o Tenente Carlos Ernesto”, filho de “Francisco Ernesto” que, por sua vez é da família do conhecido Coronel Chico Heráclio”, ou seja, é perceptível os elementos de distinção/diferenciação que traz a liderança Carlos Ernesto, a dominação que o mesmo exerce no município se estabelece por estes capitais simbólicos acumulados no decorrer de sua própria história social.

Há uma dominação que se pauta na tradição familiar e associado a sua imagem existe a representação do “tenente”, representante do poder militar, e é este poder que no período de domínio político local de Carlos Ernesto, está também dominando o país, e não seria diferente uma vez que a liderança política local comunga da cartilha da própria ARENA, que embora não seja candidato para disputar o cargo executivo local, é quem indica os nomes, entre as suas indicações destacam-se Sebastião de Paula Rêgo e Saulo Ernesto, este último primo do primeiro e filho de Carlos Ernesto, considerado o seu herdeiro político.

Nestas referências feitas acerca da liderança Carlos Ernesto, vê-se que alguns elementos merecem uma maior atenção. As relações de compadrio, por exemplo, como já mencionado, assume uma importância fundamental para se compreender as relações sociais desta família em Queimadas, visto que é a partir destas relações que os processos de dominação se farão mais presentes, ou seja, nesta relação do “dando” que se “recebe”, movido pelas trocas de interesses, que na maioria das vezes não são racionalmente calculadas, mas sim tomadas e guiadas pelo *senso prático* dos agentes, é que se constroem toda a relação de dependência e, conseqüentemente, de dominação.

Desta feita, o compadrio assume uma característica fundamental, qual seja, a característica de ser um ritual⁴¹ em que os pais para “dar” o seu filho a alguém ou a

⁴¹ Conforme nos define Martine Segalen (2002), “o rito ou ritual é um conjunto de atos formalizados, expressivos, portadores de uma dimensão simbólica. O rito é caracterizado por uma configuração espaço-temporal específica, pelo recurso a uma série de objetos, por sistemas de linguagens e comportamentos específicos e por signos emblemáticos cujo sentido codificado constitui um dos bens comuns do grupo”. E, continua a autora, “o ritual faz sentido, visto que ordena a desordem, atribui sentido ao acidental e ao incompreensível, confere aos atores sociais os meios para dominar o mal, o tempo e as relações sociais. Sua essência é misturar o tempo individual e o tempo coletivo. Definido em suas propriedades

algum casal para serem padrinhos, não o fazem por mero acaso, tem algumas características que permeiam esta relação, tais como: credibilidade (confiança), respeito (admiração), segurança (proteção).

Este ritual, portanto, de “dar” os filhos para que Carlos Ernesto e Maria Leal fossem padrinhos são característicos de ações simbólicas manifestas por emblemas sensíveis e materiais; além disso, possui toda uma função estratégica, visto que a credibilidade – confiança, está no fato, como já mencionado, de Carlos Ernesto ser um “homem de palavra”, o que “dizia cumpria”, e isto lhe conferia respeito, pois o espaço da política nem sempre é o espaço da “palavra cumprida”, porém, mais e muito mais, da “palavra prometida”, daí também se desenvolve a idéia e o por quê de Carlos Ernesto não querer subir no palanque e ficar ao lado dos candidatos que ele apresentava, preferindo agir nos bastidores do poder, exercendo sua liderança política por trás do “palco”, na coxia, posto que é uma atitude totalmente estratégica permanecer junto aos compadres, na mesma condição, de “igual para igual”; é a liderança que, embora ocupando uma posição diferente, das demais pessoas dentro da estrutura política e social local, está no mesmo espaço compartilhando conversas e saberes do cotidiano com os seus compadres e amigos.

Aqui se encontra presente mais uma maneira tática e estratégica de se relacionar com os seus “conterrâneos”, demonstrando simplicidade, mas, ao mesmo tempo, exercendo dominação, visto que as pessoas nestes espaços quase sempre “pedem” algo à liderança política local. Temos, nesse sentido, uma aproximação afetiva e econômica que se imbricam nas relações da construção do fazer político local.

Assim, o estar próximo é estratégico do ponto de vista político, haja vista que desta forma, ele podia conversar com diferentes pessoas e, podia analisar, no interior do espaço social, como as pessoas estavam se comportando e que atitudes tomavam quando os candidatos, por ele apoiado, estavam discursando, como atuavam etc.

Assim, as relações parentais e os laços de credibilidades vão se construindo na força da palavra, das “ajudas”, dos “favores”, em uma frase: “do que se promete, faz”. Todas estas ações trazem consigo uma dimensão simbólica muito forte posto que imprimem valores que conduz os agentes a passarem a ter respeito – admiração, levando várias famílias a tomar Carlos Ernesto, como exemplo de uma pessoa a ser

seguida, tornando-se, assim, num misto de “protetor dos pobres” e “conciliador de conflitos”:

Porque o povo tinha ele com maior respeito, ninguém ia na casa dele para voltar com as mãos sem nada, ta um doente aqui, o momento de precisão mais do cara é quando ta morrendo de fome ou doente, quem chegar é o primeiro. Seu Carlos cobria tudo de remédio, de feira. Era todo mundo que adoecesse, que precisava de alguma coisa, era só ir lá. Ele conseguia, fazia de todo o jeito, mas, dava jeito. Tinha dia que eu trabalhando lá, o dinheiro que ele recebia do leite, ele tirava, tirava do dinheiro do leite que era dele e ajudava, ajudava a todo mundo, o povo que ia atrás. Nunca foi uma pessoa pra dizer assim voltei sem nada, nunca, nunca, até hoje. Morreu, mas, a fama ficou que até hoje está por aí, é, e outro que nem ele não tem mais não. A palavra dele era um tiro, se ele dissesse assim, é assim, é assim, pronto, podia escrever, podia escrever que era aquilo mesmo, e o pessoal obedecia ao conselho que ele dava, sempre para o bem. Olhe você ia tremendo de raiva, vamos dizer assim, você tinha raiva de mim, você ia para me pegar com a maior raiva, se ele encontrasse com você ou mandasse chamar você, aí você já vinha rindo para o meu lado, você já vinha “olá rapaz tudo bom”. Eu vi muitas vezes lá, os cabras ali do Oití, do Balanço, ali da Serralta, quando pegava briga pra lá, corria lá pra seu Carlos. O pessoal não precisava ir para a delegacia, ele mandava só o recado, diga a fulano que venha aqui, acabavam as encrencas. (Entrevista com João Vitorino de Andrade Filho, em 27 de maio de 2006)

Este discurso pronunciado por um dos entrevistados que conviveu com Carlos Ernesto, trabalhador inclusive da sua fazenda situada na Comunidade da Mumbuca, deixa claro, o tratamento que as pessoas atribuíam e até hoje tem como representação desta liderança local, tendo-a e concebendo-a como “protetora”, aquela liderança que sempre está a “ajudar” os mais humildes e os mais necessitados. Em outras palavras, este exercício político demonstra claramente a prática do assistencialismo tão utilizada no modo de fazer política no nordeste, revela ainda que, além dessas práticas, Carlos Ernesto conseguia empregar também diversas pessoas nos setores que exercia influência, ou seja, no setor público local, assim como nos estabelecimentos públicos do Estado, o que nos conduz a afirmar que associado ao assistencialismo tinha-se também a prática do clientelismo, as quais vão se constituindo como uma rede de relações legítimas e reconhecíveis que vai moldando juntamente com as relações de compadrio o exercício de dominação através dos laços de dependência. Ou seja, é daí que se constroem os laços sentimentais e pragmáticos que ligam as pessoas à liderança e a “dependência política se traduz na triste palavra “eu devo favor”, o que significa uma forma de gratidão, uma dívida cujo preço é a fidelidade sem limites, mas que pode

resultar na possibilidade constante da humilhação pessoal e familiar, (...). Noutras palavras, perde mais que ganha, devido aos prejuízos causados pela perda da autonomia”.⁴²

Noutra dimensão, qual seja, a dimensão da segurança – proteção, as pessoas que escolhiam Carlos Ernesto e Maria Leal para serem padrinhos de seus filhos e, conseqüentemente, compadre e comadre, escolhem no sentido de “receber”, por parte do casal proteção, haja vista que ele resolvia qualquer “problema”, quer fosse na esfera política, judicial, econômica e, até mesmo, nas relações de micro-poderes entre as famílias. Assim, “oferecer” à criança, a Carlos Ernesto e Maria Leal era estar atribuindo-lhes não apenas do ponto de vista do “conforto espiritual”, tendo em vista que o ritual de passagem do batismo⁴³ caracteriza-se por isso, mas era também e sobretudo, ter “conforto material”, segurança, sentir-se protegido. Esta noção fica ressaltada, de maneira nítida, nas palavras de uma de suas afilhadas:

eu gostava muito dele, é ... para mim é mesmo que ser meu pai. Maravilhoso ele, muito bom, para mim e para todo mundo, qualquer coisa que o povo queria era com ele. Ia lá e ia ser muito bem recebido, do jeito que ele recebia um rico recebia um pobre, do mesmo jeito. Ele não tinha escolha, não tinha distinção, meu padrinho não tinha escolha. E sempre muito educado. Eles dois aí, eu sempre olho muito para eles porque são maravilhosos, e agente todinho lá de casa ama eles todo. (Entrevista com Albertina de Souza Andrade, em 27 de maio de 2006).

Esta é, a meu ver, uma estratégia fundamental desta relação de compadrio, que faz dessas relações processos rituais no sentido de que devem ser consideradas “como um conjunto de condutas individuais ou coletivas relativamente codificadas, com suporte corporal (verbal, gestual e de postura), caráter repetitivo e forte carga simbólica para atores e testemunhas” (SEGALÉN, 2002, p.32).

Não é a toa que, para além dos padrinhos, a quem os pais “prometiam” seus filhos, tinha-se também a madrinha de apresentação e todos aqueles também que viam ritualisticamente este ato. Assim, “o rito é uma linguagem eficaz na medida em que atua na realidade social, decorrendo daí que o rito não se pode fazer de qualquer

⁴² ADILSON FILHO, José. A cidade atravessada: velhos e novos cenários na política belojardinese. Recife, COMUNIGRAF, 2009, p. 73.

⁴³ Conforme Ellen F. Woortmann, “Toda criança, ao ser batizada, ganha um padrinho, um “pai espiritual”, e uma madrinha, “mãe espiritual”, que, como em todas as sociedades de tradição cristã, mantêm com seus afilhados determinadas relações de obrigações social e ritual”. Essa relação é fundada em um rito de passagem, o batismo, enquanto nascimento simbólico. (WOORTMANN, 1995, p.285)

maneira, precisando se apoiar em símbolos reconhecidos pela coletividade” (SEGALEN, 2002, p.32).

Neste caso, específico de Carlos Ernesto três elementos são fundamentais enquanto símbolos reconhecidos pela coletividade, a saber: à credibilidade (confiança), o respeito (admiração) e a segurança (proteção). Tais elementos são fundamentais para a construção desta tradição familiar e, conseqüentemente, para a legitimidade desta liderança através do exercício de dominação material e simbólica, uma vez que se por um lado tem-se instituído na cultura local a prática política baseada no assistencialismo e no clientelismo, como já aventado, por outro, tem-se associado a esta a prática simbólica do batismo, do “dar o filho” como forma de reconhecimento legítimo do poder exercido por Carlos Ernesto. Percebe-se assim, que para além dos “favores” que se realizavam no espaço político propriamente dito através do assistencialismo e do clientelismo, também se tinha os favores no espaço religioso.

Dito de outra maneira, o compadrio tem outras funções além das espirituais, ou seja, assegura socialização das crianças, estabelecendo laços entre pessoas da mesma classe ou de classes sociais diferentes, atendendo às necessidades da família, garantindo trabalho e abrigo, etc. As relações, para tanto, funcionam da seguinte forma: “na maioria das vezes é o padrinho quem fornece ajuda e proteção aos afilhados e compadres, mas esses também o ajudavam, ao trabalhar para ele sem cobrar, ao executar tarefas graciosamente, ao votar em seus candidatos, entre outros”⁴⁴.

Com base no exposto, o compadrio é para além do parentesco ritual, parte da própria estrutura do parentesco, em outras palavras, como ensina Ellen Woortmann (1995),

o compadrio não é apenas uma forma de ‘parentesco ritual’ ou de ‘parentesco fictício’, isto é de pararentesco. Ele é parte da própria estrutura de parentesco. (...) considero o significado do compadrio (...) destacando a relação entre padrinhos e afilhados, assim como a relação entre compadrio e nomeação. (WOORTMANN, 1995, p.285).

Observa-se, com isso, seguindo os passos, ainda de Ellen Woortmann que

entre padrinho e pai estabelece-se, então, uma **relação de troca**, pois a obrigação de um tem como contrapartida a obrigação do outro. É preciso lembrar que pelo menos em tese, todo pai é também padrinho, e todo padrinho é pai. Instaura-se uma relação de **reciprocidade de**

⁴⁴ RÊGO, André Heráclio. Família e Coronelismo no Brasil: uma história de poder. São Paulo, Girafa Editora, 2008, p. 48.

obrigação entre pai e padrinho em função de um terceiro termo, o filho/afilhado(a), que no futuro será pai e padrinho. (WOORTMANN, 1995, p.290) (grifos nossos)

Ellen Woortmann destaca dois tipos de compadrio, o que se caracteriza por ser “horizontal” e “intensivo” no qual os pais convidam pessoas do mesmo *status* social para serem padrinhos dos seus filhos e que residam dentro do mesmo *sítio*, do mesmo círculo de parentes; e o outro é o que se caracteriza por ser “vertical” e “extensivo” no qual as relações se dão com pessoas de *status* superior, caracterizado pela patronagem, e os laços se dão fora do círculo, do *sítio*, ampliando as redes de solidariedade.

É neste modelo de compadrio, “vertical” e “extensivo”, que se coloca Carlos Ernesto, visto que, para a sociedade de Queimadas da época, ele tinha *status*, possuía capital simbólico incorporado, posto que pertencia a uma “família de tradição”, cujo nome remete a uma investidura de poder, associado a isto também havia recebido a patente de “Tenente Carlos Ernesto”, e as pessoas que “davam”, “ofereciam” seus filhos para serem afilhados dele, eram, em quase sua totalidade, pessoas exteriores a família Ernesto.

Desta feita, aumentavam-se às relações de solidariedade, criando através do compadrio, vínculos alternativos e análogos ao parentesco, estendia-se à rede de favores, os laços de dependência, e o exercício de dominação material e simbólica sobre estes que ficavam devendo-lhes sempre “favores”, é a dádiva, enquanto dívida permanente.

Portanto, “o compadrio é ademais uma forma de elevação social para as classes mais desfavorecidas: ter por padrinho um senhor rural era uma espécie de promoção social para o afilhado e para seus pais. Tratava-se também de uma forma de dependência econômica”.⁴⁵

O respeito, que do latim *respectu*, reverência, veneração, que Carlos Ernesto adquire no decorrer do processo histórico de dominação política no município de Queimadas, só vem a reforçar e legitimar as práticas de convivência por ele adotada. Ou seja, admira-se e respeita-se a liderança, posto que muitos cidadãos necessitam e dependem das ações do dominante; Carlos Ernesto serve como uma espécie de mediador entre o povo e o estado instituído, na satisfação de suas demandas. Logicamente as famílias que ficam na dependência destas práticas, recebem também

⁴⁵ RÊGO, André Heráclio. Op. cit, p. 47.

algo em troca que é a segurança, por exemplo, e as benesses do poder atribuído à liderança, em contrapartida, perdem a sua autonomia, tornando-se submissos e reféns das ações da liderança política local.

Nesse sentido, pode-se notar que “dar” o filho para ser afilhado de Carlos Ernesto e Maria Leal, está intrínseco, para além, da segurança, a noção de “honra”, daí se perceber, a partir desse elemento, que a palavra “dar” o filho para alguém ser padrinho é uma honra, pois, honra-se a pessoa que recebe e esta pode vir a contribuir com os seus saberes práticos, com a confiança, a admiração e a segurança, criando relações de amizade e relações parentais. (WOORTMANN, 1995, p.310).

Percebe-se a partir desses elementos, que as relações sociais entre as pessoas (compadrios) vão se moldando muito mais na sua dimensão afetiva e na sua submissão econômica a partir das relações parentais verticais, construindo verdadeiros laços de reciprocidade.

Numa conversa com um senhor, chamado Kbôclo, poeta popular do município, ele afirma que tanto Carlos Ernesto como Saulo Ernesto tem um “feitiço que toda pessoa que se aproxima passa a admirar”, afirma ainda o mesmo, “eu não sei o que é isso não, que até as crianças quando se aproximavam deles gostam”. Além desse “feitiço”, outra característica que constituía a liderança de Carlos Ernesto seria a sua característica de “despreendimento” e “devotamento” em “ajudar” as pessoas em qualquer problema que elas tivessem, conforme depoimento de seu filho, Saulo Ernesto:

Papai era uma pessoa que a comunidade de Queimadas o chamava de Padre, Delegado, Juiz, coisas dessa natureza, porque ele resolvia sempre as grandes questões de Queimadas e pouca a justiça daqui era ocupada, porque ele era um mediador, ele era um pacificador. Até briga de casais, coisas dessa natureza, ele conseguia reconciliar, casais, pessoas que vamos supor antigamente essa questão de perdição de moças, ele fazia o casamento então por isso que entrava de padre, então ele era uma pessoa dessa natureza, e nunca quis ocupar cargo. (Entrevista com Saulo Ernesto, em 13 de abril de 2006)

A partir da fala de seu filho, percebe-se que Carlos Ernesto tinha um “especial talento” de concentrar vários poderes e atributos em suas mãos, chegando a poder ser comparado a uma espécie de déspota, ou seja, Carlos Ernesto concentra em suas mãos diversas esferas de poder encarnada em pessoa, é o poder tendo uma fisionomia, a de quem o exerce, essa liderança, portanto, “encarna o poder: reveste-o de um corpo carnal, atribui a essa abstração uma forma humana, material e sensível”.

(SCHWARTZENBERG, 1977, p.10) O que nos leva, à luz de uma sociologia crítica, a perceber não como virtude o fato de Carlos Ernesto concentrar tanto poder sobre sua liderança, mas sim como esta concentração de poder o conduz a dominar as diversas esferas da sociedade queimadense, inclusive a exercer influência nos espaços mais micros da sociedade, que é no espaço familiar. A dominação se instaura com a cumplicidade daqueles que a sofrem, como acontece com as relações domésticas. O dominado favorece a elaboração da sua própria dominação através da afeição e admiração⁴⁶ que sente pelas elites políticas ou, neste caso, por este representante da elite política local e, dessa forma, legitima o exercício do poder simbólico compreendido através desta violência simbólica que conduz os agentes a se tornarem submissos e com dívidas de “favores” impagáveis.

O poder passa de algo meramente abstrato e se corporifica na liderança política local. É no corpo que o poder se torna morada privilegiada das práticas e das representações. “O corpo fala e sua linguagem revela a maneira como pensamos, agimos e sentimos a vida política”.⁴⁷

Desembocando e se efetivando nas “relações de favores”, “no sentimento”, nas relações de “dar” e “receber” e “retribuir”, é que vão se fundamentando as práticas, os exercícios de poder, e o processo de dominação a partir dos laços de dependência que os favores constroem.

As relações eminentemente pessoais⁴⁸, essa maneira de tratar o “outro” atendendo aos seus pedidos, em sua própria casa que se localizada na Fazenda Mumbuca, o fato de ter sido tenente do exército, tudo isso foi fundamental para a construção e o exercício de dominação política realizado por Carlos Ernesto. Então, se construiu, se legitimou e muitos incorporaram, e este o fato de perdurar, até o presente momento, o domínio desta família, em grande parte da população local do município de Queimadas, a imagem e o discurso corporificado de que Carlos Ernesto foi um homem de palavra e que, portanto, qualquer problema ele resolvia, contribuiu para tornar muitos corpos dóceis e adestrados pelo exercício do poder, contribuiu para que essas práticas fossem consumidas. Reforçando este argumento, uma de suas filhas narra o

⁴⁶ BOURDIEU, Pierre. Razões práticas: sobre a teoria da ação. Campinas, 1997, p. 181.

⁴⁷ ADILSON FILHO, José. Op. cit, p. 59.

⁴⁸ Conforme Jessé Souza, essas relações eminentemente pessoais de favores funcionam como “um véu mascarador que permite aquilo que Bourdieu chama de ‘mais-valia simbólica’, no sentido em que as relações aparentemente simétricas permitem a reprodução de trocas assimétricas legitimando, dessa forma, uma relação arbitrária” e, continua o autor, “é o que caracteriza o exercício do capital simbólico através do mascaramento das condições econômicas para o exercício de qualquer forma de dominação” (SOUZA, 2003, p. 49 e 50)

exercício de poder de Carlos Ernesto e como este dominava, através das práticas por ele desenvolvidas, seus subordinados:

esses favores se dava na Mumbuca. Era aberta dia e noite (se referindo a casa na Mumbuca). E ele (Carlos Ernesto) fazia isso não pensando em retribuir **só na política não**, era dele (...) ele era médico, ele era advogado e era juiz, toda pendenga, tudo daqui de Queimadas ia pra seu Carlos Ernesto resolver. Era briga de marido e mulher. Era se seu fulano fosse preso, era seu Carlos quem iria soltar. E as brigas, tudo corria pra Mumbuca (...) (Entrevista com Tereza Leal, em 08 de abril de 2006)

Vê-se aqui que as relações de favores e a sua retribuição não aconteciam “só na política não”, este dado é muito importante, uma vez que essas relações de favores são relações eminentemente políticas, haja vista que “a política não é apenas um discurso ou uma atividade própria de um grupo a ela dedicado diariamente, mas é parte integrante da sociedade desde sua constituição, permeando todas as relações sociais” (MAGALHÃES, 1998, p.17). Portanto, as trocas (favores) serão os elementos fundamentais para garantir e fundar a “vida política” do município, aliás, como já discutido, as relações de favores e de compadrios são relações de troca, e todas essas relações serão constitutivas, a partir desta tradição familiar, para a constituição e exercício dos herdeiros políticos desta tradição.

3.2.2. Dádiva e troca de favores

A partir das práticas de trocas de favores e de compadrio que ajudaram a construir o poder e a liderança política de Carlos Ernesto, é possível observar a presença do personalismo, do populismo, do clientelismo e do chamado “jeitinho brasileiro” sobrepondo a lei institucionalizada sobrepondo a ordem política racional e impessoal, uma vez que, enquanto agente do poder, ele é metamorfoseado, encarnado com o próprio poder, sendo assim a própria lei.

Portanto, há toda uma imposição política e um centralismo por parte da liderança local, o que possibilita e impõe exercícios de dominação sobre os agentes de maneira que estes legitimam e reconhecem, mas nem sempre compreendem a violência que é exercida através deste modo de dominação amparado nas relações de favores. Existe, portanto, “uma resistência de nossa mentalidade ruralista; personalista e pouco racionalista, que ainda confunde os agentes do poder com o poder”. (GOMES, 1989, p.10)

Nestas relações, a noção de “pessoa”, ou esta cultura personalista, fica muito clara quanto à própria idéia de justiça, já que Carlos Ernesto era quem a fazia, ele é quem era a lei, como já dito, não precisava da instituição jurídica e/ou de um juiz institucionalmente legitimado para fazer a justiça, bastava ir até a Fazenda Mumbuca que ele resolvia. Assim ele foi se instituindo enquanto liderança e personalidade. É como vai defender Gomes (1989), “entre nós vigora um padrão de sociabilidade que tem como núcleo a vida familiar e a autoridade do patriarca. Vale dizer, um tipo de autoridade e de vínculos políticos e sociais personalizados e que recorrem à fidelidade e à afetividade” (GOMES, 1989, p.11)

O que não impede de perceber o quanto este modo de realizar a política local é violento, ou seja, ele se torna lei pelo fato do acúmulo ou do centralismo de poder que o mesmo possui, em contraposição tem-se nesse campo a maioria da população pobre e necessitada das “ajudas” desta liderança, o que leva a entender também que é diferenciado o índice de capital cultural e de capital econômico dessas pessoas, tornando-as submissas e, ao mesmo tempo, reféns desse exercício de dominação local, o qual se pauta num extremo processo de distinção e diferenciação.

Estas relações de favores que não eram realizadas apenas às vésperas das eleições, mas, cotidianamente, tem um caráter muito importante para se pensar à prática política local. A noção de “favor” dentro do campo social possui uma relação direta com a noção de “dádiva”.

Dentre os estudos antropológicos clássicos sobre a “dádiva” destaca-se Marcel Mauss (1974), que ao fazer a análise do *Potlach* levanta o seguinte questionamento: “que força há na coisa dada que faz com que o donatário a retribua?”. Esta é uma indagação básica para se compreender as relações de favores que se estabeleciam entre os cidadãos e Carlos Ernesto.

Segundo Marcel Mauss (1974), na dádiva existem três obrigações distintas, são elas: **dar, receber e retribuir**. A coisa dada, seja ela qual for, traz uma característica para além da materialidade, pois trás consigo um significado simbólico, e isto fica claro uma vez que Marcel Mauss estende a noção de símbolo para muito além dos signos lingüísticos, em outras palavras, conforme Caillé,

o emprego da noção de símbolo para muito além dos signos lingüísticos ou pictóricos exclusivamente, é o fato de radicalizar esse conceito da natureza simbólica da relação social, e de tirar daí todas as implicações, negativas e positivas. As palavras, as saudações, os presentes, solenemente trocados e recebidos, e obrigatoriamente

retribuídos sob risco de guerra, o que são, senão símbolos?. (CALLIÉ, 1989, p.5)

E ainda acrescenta o referido autor,

No fundo símbolos e dádivas são idênticos para Mauss, ou pelo menos co-extensivos — num sentido que ainda está por explorar. Não há dádiva que não exceda, por sua dimensão simbólica, a dimensão utilitária e funcional dos bens e serviços. E, reciprocamente, o que é um símbolo, senão as palavras, gestos, atos, objetos e, principalmente, as mulheres e, portanto, os filhos por vir, que são dados solenemente, criando a aliança que afasta a guerra, uma aliança constantemente ameaçada de recair no conflito? Assim, a dádiva e o símbolo são de fato co-extensivos. (CALLIÉ, 1989, p.5).

Assim a relação de compadrio que se estabelece é uma relação ainda mais simbólica porque cria a aliança; é um laço social que é construído por algo que é dado, neste caso, o filho. Entretanto, não necessariamente aquele que recebe precisa retribuir da mesma forma, ou seja, com outro filho, acredito que aqui está a grande contribuição de Marcel Mauss, em pensar este lado simbólico, ou melhor, pensar a dádiva e o símbolo como co-extensivo, como um fato social total.⁴⁹

Dessa maneira é possível perceber que as relações de compadrio não são meras ações utilitaristas, com meios determinados e calculados racionalmente para se chegar a algum fim, mas sim fundamenta algo que é inerente à vida humana, qual seja, o estabelecimento de laços, e a dádiva, nesse sentido, enquanto pautada em três obrigações – **dar, receber e retribuir** – assume uma característica fundamental, como já dito, firmar e fortalecer os laços sociais.

Neste caso, a dádiva assume características importantes, pois é ela quem funda as relações sociais através dos laços que se estabelecem entre indivíduos através da coisa dada, coisa dada esta que possui um espírito, e que, portanto, quem recebe algo que foi dado tem obrigação de retribuir, como nos ensina Marcel Mauss (1974):

⁴⁹ Como bem afirma Alain Callié, “os fatos sociais, diríamos, para resumir da melhor forma a especificidade da visão maussiana, tornam-se totais e não devem mais ser considerados como coisas, e sim como símbolos. Esse princípio não tem um alcance apenas metodológico, mas sócio-ontológico. Não mais se dirá que se deve tratar os fatos sociais "como [se fossem] coisas", subentendendo "quando sabemos perfeitamente que não o são", e sim que se deve tratar os fatos sociais como símbolos, porque sabemos perfeitamente que é essa, na verdade, a sua natureza” (CALLIÉ, 1989, p. 6). E ainda como nos ensina Lévi-Strauss (1976), “um fato social total é dotado de significação simultaneamente social e religiosa, mágica e econômica, utilitária e sentimental, jurídica e moral” (LÉVI-STRAUSS, 1976, p. 92).

o que trocam não são exclusivamente bens e riquezas móveis e imóveis, coisas economicamente úteis. Trata-se, antes de tudo, de gentilezas, banquetes, ritos, serviços militares, mulheres, crianças, danças, festas, feiras em que o mercado é apenas um dos momentos e onde a circulação de riqueza constitui apenas um termo de um contrato muito mais geral e muito mais permanente. Enfim, essas prestações e contra-prestações são feitas de uma forma sobretudo voluntária, por presentes, regalos, embora sejam, no fundo, rigorosamente obrigatórios, sob pena de guerra privada ou pública. Propusemo-nos chamar tudo isso de sistema de prestações totais. (MAUSS, 1974, p.45).

Assim, e conforme Marcel Mauss, a dádiva é *voluntária e obrigatória*, em outros termos, segundo Caillé (1989), a dádiva é

indissociavelmente "livre e obrigada" de um lado, e interessada e desinteressada do outro. Obrigada, pois não se dá qualquer coisa a qualquer pessoa, num momento qualquer ou de qualquer modo, sendo os momentos e as formas da dádiva de fato socialmente instituídos, como bem nota o holismo. Contudo, se se tratasse unicamente de mero ritual e pura mecânica, expressão obrigatória de sentimentos obrigados de generosidade, então nada ocorreria na verdade, já que, mesmo socialmente imposta, a dádiva só adquire sentido numa certa atmosfera de espontaneidade. É preciso dar e retribuir. Sim, mas quando, quanto, com que gestos, quais entonações? Quanto a isso, mesmo a sociedade selvagem mais controlada pela obrigação ritual deixa ainda um grande espaço para a iniciativa pessoal. (CAILLÉ, 1989, p.14)⁵⁰

As pessoas, ao que tudo indica, nestas relações de compadrio, davam a Carlos Ernesto os filhos para que ele fosse padrinho e, assim, recebiam em contrapartida a honra, sentiam-se honrados por ter um filho ou filha cujo padrinho fosse “Seu Carlos”, como assim o chamavam; aqui mais uma vez se observa um outro elemento importantíssimo da dádiva que é a honra. Marcel Mauss defende, através de seu estudo sobre o *Potlach* que, na dádiva dois elementos são essenciais o “elemento da honra, do prestígio, de mana que confere a riqueza e o da obrigação absoluta de retribuir essas dádivas sob pena de perder esse mana, esta autoridade, esse talismã e esta fonte de riqueza que é própria da autoridade”. (MAUSS, 1974, p.50).

A honra é, portanto, uma das formas de retribuição que se encontra no campo do simbólico e o que fortalece este laço existente. Além disso, firma-se após este laço toda

⁵⁰ Aqui Alain Caillé vai fazer uma crítica tanto ao holismo quanto ao individualismo metodológico, uma vez que com essa análise que faz sobre a dádiva, o referido autor vai propor um novo paradigma para as ciências do espírito tendo como fundamento a dádiva, uma vez que tanto o modelo holístico de explicação quanto o modelo pautado no individualismo metodológico são extremistas. Para melhor compreensão destes dois modelos ler: Nem holismo nem individualismo metodológicos: Marcel Mauss e o paradigma da dádiva. São Paulo, Revista de Ciências Sociais, 1989, n° 38.

uma relação mais forte entre os compadres e inclusive os afilhados, por terem muitos compadrios e, conseqüentemente, afilhados, criou-se, a partir desses laços constituídos, toda uma rede de relações, entendendo-se, portanto, rede aqui como sendo “o conjunto das pessoas em relação às quais a manutenção de relações interpessoais, de amizade ou de camaradagem, permite conservar e esperar confiança e fidelidade. Mais do que em relação aos que estão fora da rede, em todo caso.” (CAILLÉ, 1989, p.17).

Cabe agora reconhecer o que são essas alianças que constituem as redes; estas atualmente, como nas sociedades arcaicas, só se criam a partir da aposta da dádiva e da confiança. Vale salientar que o vocabulário da fidelidade e da confiança é indissociável do da dádiva (SERVET, 1994), já que a palavra dada vale mais do que o juramento (VERDIER, 1991).

Essas alianças vão dando contorno a uma rede de relações que para a vida política é fundamental, tendo em vista que os vínculos que são estabelecidos só vêm a fortalecer as relações sociais que estão inseridas no campo político. Afinal de contas o que são as relações políticas senão estas relações entre o **dar, receber e retribuir**?

a questão política, que não é senão a outra face da questão da dádiva, a de saber quem são os amigos e quem são os inimigos. Em outras palavras, e em termos mais maussianos do que schmittianos: com quem se faz aliança (e contra quem)? A quem se deve dar e de quem se pode receber? (CAILLÉ, 1989, p.29).

Assim a presente discussão vai conduzindo para a diferenciação entre a dádiva-partilha e a dádiva-agonística, a primeira pode-se afirmar que diz respeito à dádiva que é construída nos espaços de solidariedade, de fidelidade entre amigos, enquanto que a segunda se constrói no embate, como a própria palavra do grego, *agonistikós*, que está relativo à luta. O campo político é um campo de luta, de disputa, de dádiva-agonística;

entre essas duas esferas – de um lado, a da pequena sociedade que se comunica mais ou menos bem na dádiva-partilha ou na dádiva agonística, e, do outro, a sociedade tendencialmente infinita constituída por todos os aliados virtuais, a da humanidade inteira –, o político traça a fronteira entre os amigos e os inimigos do momento, repetindo na escala da grande sociedade o gesto ancestral da dádiva agonística. (CAILLÉ, 1989, p.33)

Desta feita, pode-se identificar apontamentos para uma relação intrínseca entre: a dádiva, o simbólico e o político, através das trocas de “favores”, quer sejam, no

espaço familiar, as relações de compadrios, quer sejam no espaço do poder público local, nos atos de empreguismo, para a clientela. Portanto, os favores prestados por Carlos aos cidadãos queimadense, criavam toda uma “obrigação” de retribuir e esta retribuição não podia ser de outra forma, senão através do voto, isto pelo fato de que, como já mencionado, as pessoas não tinham outra maneira de retribuir o “favor” a não ser através do voto, assim como mostra esta passagem da entrevista realizada com uma de suas filhas, Tereza Leal:

(...) ele trazia aqui pra cidade e dia de eleição agente trabalhava. (...) **ele botava um tamboretinho ali na porta de Orizete, quando o pessoal chegava: “seu Carlos em quem é que eu vou votar, o senhor me faz favor à vida toda eu só posso lhe pagar com um voto, eu voto em quem seu Carlos?”** Vote em fulano, ele chegava a eleger todos os vereadores, o pessoal que ele indicava, ele elegia. (Entrevista com Tereza Leal, em 08 de abril de 2006) (grifos nossos)

Esta imagem representada discursivamente por Tereza Leal, mostra-nos de maneira nítida a relação de submissão dos eleitores que votavam em seu pai, assim como apresenta a dádiva como uma dívida, esta que é paga através de um exercício de poder, ou seja, as trocas de favores construídas socialmente por Carlos Ernesto juntamente as pessoas mais carentes do município não se resume apenas ao dar, receber e retribuir, mas sim se encontram, também, nessas relações uma demonstração clara de que o poder não se sustenta apenas reprimindo, excluindo, mascarando, mas se utilizando de formas sutis, sofisticadas para aprimorar e domesticar o corpo dos indivíduos. Sua positividade reside na capacidade de “neutralização dos efeitos de contrapoder, isto é, de tornar homens dóceis politicamente”⁵¹.

A dádiva está intrinsecamente relacionada com a dívida, não que aquele que “deu” e o que “recebeu” de maneira calculista fique racionalmente identificando a necessidade de pagar, muito pelo contrário, tal fato assume um ato moral. O “dar” não tem preço, assim como o “retribuir” também não têm preço, por isso a dádiva é intrínseca a dívida, ela não assume uma relação mercantil com meio e fim, ela extrapola esta dimensão, uma vez que os agentes não agem somente em função dos seus interesses, mas também em função de normas e valores, em função do *senso prático*.

A pessoa, por exemplo, que pede a Carlos Ernesto que indique em quem ela deve votar é munido por um sentimento de retribuição por ter sido alhures ajudado, mas

⁵¹. FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 15ª ed. Rio de Janeiro, Graal, 2000, p. 15.

isso não se encerra com o processo eleitoral, pois tal ato não é uma relação meramente instrumental, mas acima de tudo, uma relação moral, e por ser moral ela perpassa deste ato único relacionado meio-fim, está além de uma relação determinista, mesmo a pessoa dizendo que é a forma que pode pagar. Assim, enquanto “que o mercado se baseia na liquidação da dívida. A dívida baseia-se, ao contrário, na dívida. Isso pode ser observado tanto nos **laços primários** como nas **relações de parentesco, na doação a um desconhecido**, na doação de órgãos.” (GODBOUT, 1997, p.07) (grifos nossos).

Essa dívida é construída a partir da dependência política a qual é traduzida na triste palavra

‘eu devo favor’, o que significa uma forma de gratidão, uma dívida cujo preço é a fidelidade sem limites, mas que pode resultar na possibilidade constante de humilhação pessoal e familiar, ou seja, o favor realizado, o benefício gerado, implica àqueles que recebem uma retribuição maior do que o que foi recebido. Noutras palavras, entra-se num jogo do tipo perde mais do que ganha, devido aos prejuízos causados pela perda da autonomia. (ADILSON FILHO, 2008, p.73)

3.2.3. Troca de favores, jogos sociais e violência simbólica

O médico era endeusado, Dr. Patrício Leal lá em Queimadas, Dr. Antonio Heráclio em Campina Grande, Dr. Eustáquio, na Malhada e Dr. Gilvan Barbosa, em Galante, o povo só ia pra eles, no caso quando Dr. Patrício chegava lá na Mumbuca tinha de cinquenta a cem pessoas na porta da casa dele pra fazer consulta, e por conta disso, não tinha exame e não tinha nada, mas acertava nos remédios tudinho, até hoje nunca soube que uma pessoa morreu por causa de um erro médico de nenhum deles. Dos Ernestos, foi, foi Dr. Patrício que sustentou como médico, eles tinham muita liderança, por que era um povo que servia muito ao povo, mas o médico era quem segurava tudo, né? (Entrevista com José Cruz, em 06 de Agosto de 2008)

O depoimento acima descrito aponta para um caminho de interpretação da cultura política local e sua definição com base na legitimação de certas práticas e ações sociais. No depoimento, o entrevistado, José Cruz, proprietário do cartório do município de Fagundes, pessoa que viveu e conviveu com Major Veneziano Vital do Rêgo, destaca a figura do médico como sendo uma figura de sustentação de base política local, vale destacar que o Dr. Patrício Leal, a quem o entrevistado se refere, era concunhado de Carlos Ernesto, o qual atendia diariamente várias pessoas na fazenda Mumbuca, onde residia Carlos Ernesto. Destaca-se ainda, que a população de Queimadas,

principalmente na década de 60, era muito carente e Carlos Ernesto fazia da sua casa, na fazenda, um espaço para atender as pessoas, que por sua vez, compunham sua clientela, servidas a partir da prática do assistencialismo.

Além de ser um latifundiário, proprietário de terras nas quais possuía mais de uma barragem que, em épocas de seca, no verão, eram liberadas para a população mais carente para que pudessem utilizar as águas para suas necessidades diárias, também possuía uma quantidade enorme de afilhados, assim como, através da máquina pública e das influências políticas, conseguia, também, através de sua influência pessoal, empregar várias pessoas residentes no município junto aos organismos públicos, tudo isto como formas de construir laços sociais através da “prática de favores”. Outro entrevistado, que foi Candidato em 1982 à vice-prefeito, apoiado por Saulo Ernesto, filho de Carlos Ernesto, e que conviveu com este, destaca que,

O forte de Seu Carlos Ernesto era a palavra e a ação, ele tinha palavra e tinha ação. A casa dele, na época, em mil novecentos e sessenta e poucos, tinha tudo, era cinqüenta, cem pessoas todos os dias: aquela pessoa comia, aquela pessoa procurava um advogado, ele resolvia; procurava o juiz, e ele mesmo aconselhava a pessoa. Negócio de casamento, ele aconselhava a pessoa, a pessoa se casava. Se a pessoa se separasse, ele ia lá, dava um conselho à pessoa, a pessoa voltava a conviver normalmente. Foi um grande líder, Carlos Ernesto, um grande líder. Um homem de palavra, um homem de ação, um homem muito sério. (Entrevista com Antônio Olímpio, em 17 de Abril de 2008)

Vê-se a partir disso que o “fazer favor” está na base da construção dessas práticas. O “fazer favor” está na base do “fazer político”, e este, por sua vez, é moeda corrente que se converterá em uma retribuição, o “fazer favor” – é um dar –, portanto, – está no plano da dádiva, destaca-se que toda dádiva já é em si mesma uma dívida – exige obrigatoriamente, um compromisso moral, uma retribuição, esta que não se realiza através de um cálculo racional, mas sim pelo simples fato de estar em *jogo*, de dar importância a um *jogo social*. Outro depoente e opositor historicamente ao grupo representado pelo filho de Carlos Ernesto, Saulo Ernesto, quando perguntado como ele via Carlos Ernesto, qual a representação deste para ele, a resposta foi a seguinte:

Carlos era um homem de ação, era um homem de ação. Ele não gostava de duas conversas. Se ele pudesse te ajudar, estava te ajudando; se ele não, não podia também te ajudar. Ele não tinha esse desencontro de informação. Se você dissesse “eu preciso”, ele estava ali. Então ele era um homem de “sim?”, “sim”; e eu creio que também no “não”, “não”, ele também sabia dar e com isso fez a diferença – e

ainda faz a diferença, hoje tem um nome forte por isso. Era um homem íntegro; era um homem que tinha, portanto, além da integridade, respeito ao ser que tinha menor condição material do que ele – e às vezes ele se colocava até no mesmo nível para resolver o problema dele. Por isso ele fez a diferença. (Entrevista com Maurício Xavier, em 18 de Abril de 2008)

A fala deste entrevistado, professor de matemática e atual vice-prefeito do município, opositor a Saulo Ernesto, reforça a fala do aliado de Carlos Ernesto, em termos de representação quanto ao fazer política local, ou seja, ambos os entrevistados reforçam e legitimam, por assim dizer, o discurso de que Carlos Ernesto era um homem de “ação”. Ação esta referente ao modo de “fazer ajudas”, de realizar “favores” para os mais humildes, não percebendo, assim, os interesses de dominação que estão por traz de todas essas formas de realizar ajudas. Aceitam a prática como formas virtuosas do agir de Carlos Ernesto, não as vêem e não as percebem como maneiras sutis de adestrar os corpos, de tornar os corpos dos agentes menos favorecidos e de seus subordinados, frágeis e disciplinados através das ajudas recebidas. Estes ficavam então, presos a um regime político de dominação e de dívidas quase “eternas”, as quais perpetuaram como dívidas para serem pagas, preferencialmente e principalmente, na forma de votos. Ou seja, as relações de favores, as ajudas, se criam num espaço social específico, com valores construídos historicamente por agentes que detêm os capitais simbólicos de notoriedades legitimados, logo as pessoas participam desses “jogos sociais” através da necessidade que os levam a sempre recorrer à liderança que pode “ajudar”.

Bourdieu (1996) utiliza a palavra *illusio* que vem da raiz da palavra latina *ludus* (jogo), e assim substitui a palavra interesse, visto que interesse é “estar em”, participar, admitir que o jogo merece ser jogado. Portanto,

os jogos sociais são jogos que se fazem esquecer como jogos e a *illusio* é essa relação encantada com um jogo que é produto de uma relação de cumplicidade ontológica entre as estruturas mentais e as estruturas objetivas do espaço social. Isso é o que quero dizer ao falar de interesse: vocês acham importantes, interessantes, os jogos que têm importância para vocês porque eles foram impostos e postos em suas mentes, em seus corpos, sob a forma daquilo que chamamos de o sentido do jogo. (...) assim pode-se estar interessado em um jogo (no sentido de não lhe ser indiferente) sem ter interesse nele. (BOURDIEU, 1996, p. 139)

Logo essas práticas de ajudas, através do atendimento médico gratuito, de serviços advocatícios gratuitos, de conselhos e desses favores em maneira geral, fazem parte de jogos sociais, que os agentes participam, embora o agente político saiba a intenção dessas suas práticas, onde ele quer chegar, mais isto faz parte de uma escolha particular dele, visto que possui toda uma sociedade que vive e sobrevive dessas relações de favores.

Então, no princípio dessa ação “generosa” de uma variedade de favores prestados e, conseqüentemente, de trocas de favores, ao contrário de existir uma intenção consciente de um indivíduo isolado, “o que existe é essa disposição do *habitus* que vem a ser a generosidade e que tende, sem intenção explícita e expressa, à conservação ou aumento do capital simbólico⁵²: como o sentido da honra”. (BOURDIEU, 20001a, p. 236). Vejamos o depoimento de uma das entrevistadas:

Você sabe que Patrício Leal foi à pessoa de destaque na Saúde de Queimadas e ninguém nunca fez uma homenagem a ele, a primeira pessoa a fazer uma homenagem a ele aqui em Queimadas foi eu, com um desfile em que eu homenageie ele, aí eu disse: “Bau eu vou decidi uma coisa agora você não vai dizer, e nem falar no meu nome porque se você falar, ninguém vai querer porque eu sou contra, você vai a Patrício e pede a Patrício que quer colocar na Câmara um projeto pra que o nome do projeto seja o nome do pai dele, pra que Patrício tome conta disso tudinho e faça com você isso tudinho porque você não sabe como fazer aí você vai”, aí ele foi pra João Pessoa, chamou Patrício fizeram tudinho quando trouxeram de João Pessoa pra câmara por um deputado lá, tudo e aqui foi aprovado aí levaram pros deputado aí foi aprovado e o nome do hospital é o nome dele Patrício Leal, me disseram que era e eu acredito que seja, eu pedi a Bau e Bau fez, agora Bau não teve essa idéia e nem ninguém teve essa idéia, só que eu nunca quis dizer isso a ninguém porque era uma coisa que me interessava, sabe por quê? Porque ele quem salvou minha vida, porque eu estava desenganada, eu estava morrendo, e ele me salvou. (...) (Entrevista com Maria das Neves, em 14 de Abril de 2008)

Estes favores prestados pelos médicos, algo que ainda se faz cotidianamente no município, possui um significado muito grande para a pessoa que recebe o favor, gerando nesta um sentimento quase “eterno” de gratidão.

⁵² Fazendo uma leitura de Bourdieu, Jessé Souza destaca o capital simbólico como sendo um capital negado e travestido. Em outras palavras esse capital é só “percebido como legítimo quando desconhecido enquanto capital”. Logo, continua Jessé, “Capital simbólico parece significar o capital, ou melhor, uma espécie de crédito social no sentido mais amplo, que logra transmutar-se e não revelar suas origens arbitrárias. Desse modo, capital simbólico pressupõe mascaramento e opacidade com relação às suas origens e funcionamento prático”. (SOUZA, 2003, p. 48)

Aqui o dom se exprime na linguagem da obrigação, “que se converte em reconhecimento incorporado, em inscrições nos corpos sob forma de paixão, amor, submissão, respeito, de uma dívida insolvente e, como se diz, freqüentemente eterna” (BOURDIEU, 2001a, p. 242)

É nesse sentido que Bourdieu (2001) nos chama a atenção para o efeito simbólico dessas relações, além disso, para o fundamento do poder simbólico, que é um poder que cria, se acumula e se perpetua pelo fato de haver uma troca simbólica, “em relações duráveis de poder simbólico pelas quais se é obrigado e com as quais a gente se sente obrigado; ela transfigura o capital econômico em capital simbólico, a dominação econômica em dependência pessoal até em devotamento, em piedade (filial) ou em amor”. (BOURDIEU, 2001a, p. 242)

Essas relações de favores, para tanto, se constituíram como algo muito forte na cultura política local, criando assim aquilo que denominamos de dependência pessoal, posto que este modo de fazer política reproduz “agentes históricos dotados, através de sua aprendizagem, de disposições duráveis que os tornam aptos e inclinados a participar de trocas, iguais ou desiguais, geradoras de relações duráveis de dependência (...)” (BOURDIEU, 2001a, p. 244) estas relações não são necessariamente fundadas a partir de um cálculo econômico racional, podendo, sim, sempre dever algo à dominação durável garantida pela violência simbólica.

Daí que, seguindo a trilha de Bourdieu (1996), os agentes sociais, orientam suas práticas, a partir do sentido do jogo, incorporando uma cadeia de esquemas práticos de percepção e de apreciação que funcionam como instrumentos de construção da realidade. E não a partir de um objetivo que calculadamente se pretende chegar através dos meios.

A relação de favores que vão constituindo o *habitus* político local, por exemplo, de dar remédios para pessoas enfermas, consultas médicas, feiras, trabalhos advocatícios, carro para transportar mudanças, entre outros, são favores que, devido à precariedade das famílias, não se tem como recompensar, além do mais, embora sejam realizados com recursos, na maioria das vezes, do governo municipal, através do líder político, passa como se fosse resultado da bondade de seu autor, como resultado de sua generosidade, inclusive financeira.

Isto imprime ao beneficiado uma dependência que o leva, na maioria das vezes, a comprometer-se com a liderança em questão; sendo assim, uma forma de retribuir a

“atenção recebida” é o voto ou naquele de quem se recebe a ajuda ou em quem ele indicar.

A lealdade política, lealdade do voto, é adquirida via compromisso: “ela não implica, necessariamente, ligações familiares ou vinculação a um partido; a lealdade política tem a ver com o compromisso pessoal, com favores devidos a uma determinada pessoa, em determinadas circunstâncias”. (PALMEIRA, 1996, p. 46).

3.2.4. O padrinho político

Agora, faz-se necessário, perceber como o sentido do jogo, colocado e incorporado pelos agentes através da prática e das relações de favores na cultura política local, se institui e constrói maneiras de agir e de pensar, assim como maneiras de orientar as escolhas políticas no decorrer de aproximadamente quatro décadas. Ou seja, as trocas de favores com dívidas “quase eternas” é o que permitirá que o modo de fazer política de Carlos Ernesto, construa sustentação de quatro lideranças políticas locais, que atuaram no município de Queimadas, da metade da década de 1960 à década 1990.

A primeira campanha, posterior a emancipação política do município, como já visto, se deu em 1962, entre Major Veneziano Vital do Rêgo e Dulce Barbosa; seguido a esta campanha, em 1966, Dulce Barbosa indica o seu parente, José Camões Barbosa Pinto, que já havia também composto a chapa majoritária com ela, na condição de vice-prefeito em 1962 pelo PTB, e que agora tem como vice-prefeito, Severino Barbosa.

José Camões Barbosa sai candidato pelo MDB e perde a campanha para o candidato a prefeito José Ribeiro de Albuquerque Júnior e seu vice Severino Amaro do Nascimento. José Ribeiro recebeu o apoio de Major Veneziano e Carlos Ernesto.

É a partir desta campanha que Carlos Ernesto começa a surgir como liderança. É notório que até o processo de emancipação política do município de Queimadas duas lideranças assumiam destaque dentro do campo político local: Dulce Barbosa e Major Veneziano. Até o presente momento, Carlos Ernesto não se apresentava como liderança política, à força política de Carlos Ernesto começa a surgir com este apoio que ele, juntamente com Major Veneziano, oferece ao candidato José Ribeiro de Albuquerque Júnior, pai do prefeito interino José Maria Vital Ribeiro e esposo da Sra. Eutícia Vital Ribeiro, irmã do Major Veneziano.

Cargo: Prefeito			
Candidato	Partido / Coligação	Votação	Situação
José Ribeiro Albuquerque Junior Vice: Severino Amaro do Nascimento	ARENA	1.380	Eleito
José Camões Pinto Vice: Severino Barbosa		1.268	
Votos brancos		159	
Votos nulos		135	
Total apurado		2.942	
Eleitorado		4.124	
Abstenção		1.182	28,6%

Dados do Tribunal Regional Eleitoral. Tabela 01

A partir da campanha de 1966, cujo resultado final da campanha eleitoral se encontra na página acima, Carlos Ernesto apóia Zé Ribeiro, todos os demais prefeitos sucessores serão indicados por ele, ou seja, numa prática política denominada de mandonismo. Este que, por sua vez, só vem a reforçar a prática centralizadora e concentradora do próprio momento histórico que vivenciava o Brasil, ou seja, Carlos Ernesto, além de exercer todo este poder de dominação através das práticas de favores locais, tais como clientelismo, assistencialismo e outras, estava também apoiando politicamente o regime militar, no mesmo Partido deste, até porque o mesmo já havia sido militar e tinha uma relação estreita de amizade com este grupo que agora se encontra no governo central e centralizando as decisões políticas na sociedade brasileira.

Convêm acrescentar que a escolha pelo Partido da Aliança Renovadora Nacional não é desinteressada ou inconsciente, muito pelo contrário, é uma escolha estratégica e inclusive de interesse pessoal, haja vista que sempre foi um simpatizante do modo militar de disciplinamento, logo isto viria a se tornar mais evidente no campo político local com o apoio dos militares às candidaturas apresentadas por Carlos Ernesto ao poder executivo e, além disso, ficam também nítidas as relações de consangüinidade ou de parentesco, quanto à indicação dos quatro nomes por ele sugeridos para o exercício do executivo local. O primeiro nome indicado foi José Ribeiro Albuquerque Junior, casado com a irmã de Major Veneziano, portanto, com a prima legítima de Carlos Ernesto; o segundo, Leonardo Honório de Melo, primo legítimo de sua Esposa, Maria Leal Ernesto de Melo; o terceiro, Sebastião de Paula Rêgo, filho de Joventino Ernesto do Rêgo, primo legítimo de Carlos Ernesto e, por última indicação, Saulo Leal Ernesto de Melo, o seu filho primogênito.

Leonardo Honório de Andrade Melo, como já mencionado, é indicado em 1969 para disputar a prefeitura municipal contra o candidato a prefeito José Camões Barbosa Pinto e o vice Sebastião de Paula Rêgo, também conhecido popularmente pelo apelido de Tião. José Camões Barbosa Pinto que fora apoiado, na eleição anterior, por Dulce Barbosa. O candidato de Carlos Ernesto, no referido pleito, foi Leonardo Honório de Melo, que teve como vice, o seu filho, Saulo Leal Ernesto de Melo:

Quem apoiou Leonardo Honório de Melo foi um dos homens muito fortes da nossa comunidade, naquela época. Um fazendeiro forte, homem de dignidade, homem decente, cidadão íntegro: Seu Carlos Ernesto. (...). E então, na época, ele ia apoiar – Saulo queria que apoiasse ele, mas Saulo ainda tava na universidade, era muito jovem e Seu Carlos Ernesto achou por bem apoiar Leonardo Honório de Melo, era um agricultor forte, tinha uma olaria lá na Mumbuca, na entrada do Brito (Entrevista com Francisco de Assis, em 24 de Abril de 2008)

Com esta eleição, embora a diferença tenha sido pouca, entre o primeiro e o segundo colocado, já é perceptível a força política de Carlos Ernesto, visto que esta é a segunda eleição no município que Carlos Ernesto apóia, enquanto liderança política, inclusive colocando o seu filho para ser aos 20 anos de idade, vice-prefeito. Leonardo Honório é eleito e, assim, se confirma à nova liderança política de Carlos Ernesto. Neste período já começa também a ser construída outra importante liderança local, Sebastião de Paula Rêgo (Tião) que, embora houvesse sido vice-prefeito de José Camões Barbosa Pinto e perdido a eleição, já havia sido vereador de 1966 a 1969, sendo no município o vereador mais votado com 601 votos; destaca-se que em 1966, quando candidato a vereador, Tião também recebeu o apoio de Carlos Ernesto, foi este quem o apresentou como político. Como informa um dos entrevistados:

Pelo histórico, quem ascendeu ele politicamente foi o saudoso Carlos Ernesto. Por ser família, são família. Ele é primo do atual prefeito, primo legítimo – salvo engano, os pais são irmãos, ou os avós são irmãos, alguma coisa assim. Quer dizer que eles são famílias. Então por ser família, o senhor Carlos Ernesto – um homem ligado a um conceito moral, um dos maiores líderes políticos que Queimadas já teve –, ele projetou, portanto, Tião. (Entrevista com Maurício Xavier, em 18 de Abril de 2008)

Abaixo, resultado das eleições de 1969:

Cargo: Prefeito			
Candidato	Partido / Coligação	Votação	Situação
Leonardo Honório de Andrade Melo Vice: Saulo Leal Ernesto de Melo	ARENA2	1.098	Eleito
José Camões Barbosa Pinto Vice: Tião	ARENA1	1.061	
Maria Dulce Barbosa Vice: José Maciel da Silva	MDB	350	
Votos brancos		26	
Votos nulos		67	
Eleitorado		4.298	

Dados do Tribunal Regional Eleitoral. Tabela 02

É chegada à eleição de 1972 e nesta quem sai candidato é Sebastião de Paula Rego (Tião), tendo como vice, Antônio Alves Monteiro, e mais uma vez com o apoio de Carlos Ernesto, o prefeito é eleito. Aqui se concretiza a legitimidade política de Carlos Ernesto, enquanto mandatário do poder político local, como nos afirma Antônio Olímpio,

Apoiado por Carlos Ernesto. Juntou-se o útil ao agradável: porque Tião, popularmente muito bem situado perante a população, veio com o apoio de Seu Carlos Ernesto. Foi uma vitória esmagadora mesmo. (Entrevista com Antônio Olímpio, em 17 de Abril de 2008)

Sebastião de Paula Rêgo (Tião), com o apoio de Carlos Ernesto, consegue vencer José Maria Vital Ribeiro com 3.373 votos contra 1.076 votos. A partir dessa vitória, Carlos Ernesto, não apenas se institui como importante liderança local, mas igualmente cria as condições para legitimar uma outra liderança política que marcará as disputas da década de 80 até o final da década de 90, encontrando, posteriormente, enquanto liderança política de tamanha expressão para disputar dentro do campo político as eleições do município de Queimadas, seu filho, Saulo Ernesto.

Destaco tal informação tendo em vista que a partir de 1980 o campo político de Queimadas ficará dividido entre os *saunistas* e os *tiãosistas*. Estes dois grupos, enquanto filhos políticos de Carlos Ernesto, se distinguirá dentro do campo político a partir dos seus capitais específicos, mas que também exercerão domínios nas décadas mencionadas devido as redes de laços sociais arraigados nas práticas de favores que foram incorporadas no decorrer da história política e da construção deste município,

propiciado pelo empreguismo local e junto ao Estado, pelo assistencialismo prestado as pessoas mais carentes e pelo clientelismo possibilitado pelo poder público local.

Cargo: Prefeito			
Candidato	Partido / Coligação	Votação	Situação
Sebastião de Paula Rêgo Vice: Antonio Alves Monteiro	ARENA3	3.373	Eleito
José Maria Vital Ribeiro	ARENA2	1.076	
Votos brancos		61	
Votos nulos		113	
Total apurado		4.623	
Eleitorado		5.836	
Abstenção		1.213	20,7%

Dados do Tribunal Regional Eleitoral. Tabela 03

Posterior a esta campanha, será a vez de Carlos Ernesto lançar seu filho, Saulo Leal Ernesto de Melo, como nome a candidatura ao executivo, tendo como vice Severino Souto Vélez, conhecido como Biu Souto. E Carlos Ernesto mais uma vez, consegue fazer mais um prefeito.

Cargo: Prefeito			
Candidato	Partido / Coligação	Votação	Situação
Saulo Leal Ernesto de Melo Vice: Severino Souto Velez	ARENA1	3.608	Eleito
José Ribeiro de Albuquerque Júnior Vice: José de Anchieta Pachu	ARENA3	1.214	
Maria Dulce Barbosa Vice: Clodomiro Gonzaga Albuquerque	MDB1	432	
Fernando Gomes da Silva Vice: Clodomiro Gonzaga Albuquerque	MDB3	55	
Votos brancos		116	
Votos nulos		127	
Total apurado		5.552	
Eleitorado		7.080	
Abstenção		1.528	21,5%

Dados do Tribunal Regional Eleitoral. Tabela 04

Com base nas tabelas acima descritas, constata-se que a partir de 1966 surge no campo político do município uma nova liderança política, Carlos Ernesto. É exatamente a partir deste período, que acontece a paulatina perda de poder político de Dulce Barbosa e Major Veneziano; fato decorrente do próprio desgaste político que vinham

sofrendo ao longo dos anos, visto que tanto um, quanto o outro, ingressam no campo político de disputas a partir da década de 40, quando Queimadas pertencia, na condição de Distrito, a Campina Grande. Assim, é notório que essas lideranças já vinham perdendo espaço no campo político local e Carlos Ernesto começa a exercer influência quanto às escolhas das lideranças para administrar o município.

Um outro importante elemento definidor do enfraquecimento da liderança política, Dulce Barbosa, dá-se por ocasião da aliança política entre Carlos Ernesto e Major Veneziano, ambos primos, no ano de 1966, que receberam o apoio do regime militar, inclusive, sendo eles, os representantes locais da ARENA.

Na campanha de 1969, a tabela 01 não contempla essa informação mas nesta disputa, várias forças políticas locais se uniram em torno da candidatura de José Camões Barbosa Pinto, a exemplo de José Maria Vital e Major Veneziano. Assim, nesta campanha eleitoral, Carlos Ernesto já demonstra a sua força política quando lança o nome de Leonardo Honório de Andrade Melo, e este basicamente contou apenas com o apoio daquele, uma vez que Dulce Barbosa, uma das grandes lideranças locais da época, também se lança candidata. Mesmo assim, Carlos Ernesto consegue, na linguagem popular, “fazer o seu candidato”.

Na primeira eleição, a diferença entre Zé Ribeiro, o primeiro colocado, e Camões, o segundo colocado, foram de apenas três pontos percentuais. Nesta, Zé Ribeiro contando com o apoio de Major Veneziano e Carlos Ernesto.

Já na eleição de 1969, Leonardo Honório, primeiro colocado, obteve quarenta e três pontos percentuais, enquanto que Camões obteve quarenta e dois por cento do total de votos apurados. Uma eleição praticamente empatada, mas vale destacar que Carlos Ernesto apoiara Leonardo Honório basicamente sozinho e contando com uma oposição que tinha Camões com o apoio de Vital do Rêgo, de José Maria Vital e Severino Bezerra Cabral, que a época, era a grande liderança de Campina Grande. Associado a isto, tinha-se Tião, que havia ingressado na política em 1966, como vereador indicado por Carlos Ernesto, e despontava com uma grande aceitação e reconhecimento popular; as falas abaixo, demonstram tal assertiva:

(...) e quem foi que criou Tião? E muitas pessoas diziam, “Tião é coronelista”, quem criou Tião? Quem criou Tião, quem fez Tião? foi Carlos Ernesto. (Entrevista realizada com Antônio Carlos, no dia 14 de abril de 2008)

Em 69, Camões já tinha sido eleito, em 62, vice de Dulce. Em 66, José Ribeiro foi candidato a prefeito, apoiado por Carlos Ernesto, Major Veneziano, todo mundo – o próprio Tião apoiou também José Ribeiro. Quando foi em 69, Tião foi pra vice de Camões – aí perderam a eleição. Camões tinha o apoio de Cabral – Camões e Tião tinham o apoio de Cabral, que era a maior força política de Campina da época e do Estado. O outro candidato, Leonardo Honório, teve o apoio de Seu Carlos Ernesto e José Ribeiro. Os daqui ganharam a eleição, o Leonardo ganhou a eleição. (Entrevista com Antônio Olímpio, em 17 de Abril de 2008)

Posterior a esta campanha, segue-se a de 1972, os números demonstram que não só Carlos Ernesto, novamente sai fortalecido como liderança local, mais associado a isto Sebastião de Paula Rêgo (Tião), já demonstra sua capacidade de liderança e sua aceitação e reconhecimento popular, chegando a obter aproximadamente setenta e três por cento dos votos apurados, contra vinte e três por cento dos votos do seu concorrente, José Maria Ribeiro, segundo colocado. A diferença entre este e aquele foi de aproximadamente cinquenta pontos percentuais a mais, num universo de 4.623 votos apurados, o que implica dizer que Sebastião de Paula Rêgo (Tião) obteve 2.297 votos a mais.

Na campanha de 1976 na qual Carlos Ernesto indica o seu filho para ser o Candidato a prefeito, mais uma vez consegue eleger o candidato indicado. Nesta, aliado ao apoio de Carlos Ernesto, o candidato também teve o apoio de Sebastião de Paula Rêgo (Tião) e conseguiu obter sessenta e cinco por cento dos votos apurados e o seu concorrente em segundo lugar, José Ribeiro Albuquerque, têm vinte e um por cento, enquanto que a mais importante liderança feminina de Queimadas, Dulce Barbosa, conseguiu obter apenas sete por cento. O que comprova a força da liderança política Carlos Ernesto e o surgimento de duas outras lideranças no município, Sebastião de Paula Rêgo (Tião) e Saulo Leal Ernesto de Melo, ambos apadrinhados e colocados no cenário político local por Carlos Ernesto.

Saliente-se ainda que José Ribeiro, Leonardo Honório de Andrade Melo, Sebastião de Paula Rêgo e Saulo Leal Ernesto de Melo, todos esses foram indicações de Carlos Ernesto, e a coincidência entre todos, como já mencionado, além das afinidades políticas, é a de serem parentes entre si; como reforça o depoimento abaixo transcrito:

então é praticamente aquela história, (...), então Zé Ribeiro é eleito nesse momento e aí começa a surgir à figura de quem? De Saulo, de Tião, de Leonardo e também volto a lembrar são todos da mesma família, Leonardo Honório era filho de quem? De Júlio Honório que era da família de Dona Dulce, Júlio Honório de Melo, mesma família

de Saulo Ernesto. (Entrevista com Antônio Carlos, em 14 de abril de 2008)

Nota-se que desde a emancipação política de Queimadas, o campo político, no que diz respeito à ortodoxia, vai se constituindo a partir do domínio exercido politicamente pelas famílias tradicionais, as quais dominam em termos de possuírem o maior número de capital econômico, cultural e político. Ou seja, são essas lideranças pertencentes às famílias tradicionais quem dominam e controlam a distribuição do capital dentro do campo, posto que são eles quem exercem o domínio político e econômico.

Assim, destaca-se que, antes da emancipação, as famílias tradicionais que exerciam domínio estavam ligadas à liderança da família Barbosa e da família Ernesto-Rêgo, representados respectivamente, por Dulce Barbosa e Major Veneziano. Posteriormente, no interior da mesma parentela, apresenta-se, Carlos Ernesto, igualmente reivindicando o papel de liderança política local; indicando e fazendo quatro prefeitos, todos da mesma família. Desses quatro, duas serão as lideranças que a partir da década de 80 passaram a disputar as eleições no campo político local: Sebastião de Paula Rego (Tião) e Saulo Leal Ernesto de Melo, ambas “crias políticas” de Carlos Ernesto. Como nos afirma, um dos entrevistados, reforçando tal análise;

Vem de toda essa tradição. Saulo Ernesto, Tião, todos vieram dessa tradição política. Então Queimadas, assim, Queimadas sempre foi, sempre teve no poder aqui pessoas ligadas à tradição política: o caso de Tião, o caso de Saulo; Dulce Barbosa, que era da família de João Barbosa, coronéis também políticos da época; Camões, Camões Barbosa, que foi vice-prefeito aqui no tempo de Dulce Barbosa e foi candidato a prefeito depois de Tião, perdendo a eleição para Leonardo Honório. O próprio Leonardo Honório, também (...) (Entrevista com Antônio Olímpio, em 17 de Abril de 2008)

Assim, a política local do município de Queimadas tem sido profundamente entrecortada e influenciada por uma tradição de base familiar, composta de vários grupos de parentelas instituídas ao longo da história política do município.

Uma vez definido a arqueologia do poder político em Queimadas, a partir dos laços de parentesco de suas principais lideranças políticas, principalmente a partir da década de 1960, cabe agora analisar as diversas práticas, trajetórias e rituais das disputas políticas travadas entre os políticos locais, tema do próximo capítulo.

CAPÍTULO IV – TRAJETÓRIAS, RITUAIS E DISPUTAS POLÍTICAS.

4.1. Pelas trilhas históricas dos agentes políticos

4.1.1. A trajetória política de Sebastião de Paula Rêgo

Sebastião de Paula Rêgo é filho de Joventino Ernesto do Rêgo, este que, por sua vez, é filho de João Ernesto do Rego, irmão de Francisco Ernesto do Rêgo e este pai de Carlos Ernesto. É, portanto, através deste que Sebastião de Paula Rêgo ingressará na política no município de Queimadas, a partir da década de 1960.

Tião, como assim é conhecido, ainda jovem ingressa na antiga SANESA, hoje CAGEPA, localizada na comunidade de Caixa D'Água. Chegou a estudar no Colégio Pio IX, mas sempre foi uma pessoa de “poucos estudos”, de “poucas letras”, como popularmente se diz aqui no Nordeste, porém com características pessoais que rapidamente o destaca: a sagacidade e a habilidade política.

Em 1966 ingressa na vida pública, apresentado por Carlos Ernesto. O seu ingresso se deu primeiramente como vereador para o qual conseguiu ser eleito com 601 votos. O vereador mais votado, para esta legislatura. Como nos afirmou uma das depoentes,

Ele foi vereador, ele começou como vereador com o apoio de Carlos Ernesto, depois foi vice-prefeito, porque nos municípios antigamente existia uma liderança política que fazia, que preparava uma pessoa que tinha um certo carisma e que dava pra política, ele era introduzido na política, pela família e pelo pessoal da comunidade, então eu posso dizer que existia o **carisma político**, a tendência política, o **sangue**, como povo diz, mas Carlos Ernesto foi influência na vida de Tião como político. (Entrevista com Marizabel Toscano, em 12 de Julho de 2008)

É interessante observar como a entrevistada já vai apontando as características que irão constituindo o agente político Tião, tais como as habilidades do fazer político; opinião está compartilhada por outro informante:

Era o nome de Tião. Tião era um nome muito maneiro na época. Estava despontando ali uma verdadeira liderança de Queimadas, todo mundo só falava em Tião. (Entrevista com Antônio Olímpio, em 17 de Abril de 2008)

Tendo Tião essas características, já despontando como liderança, Camões o convida para ser seu vice. Carlos Ernesto, para tanto, lança o seu candidato, Leonardo Honório e vence as eleições. Mas as pessoas já começavam a “pedir” Tião, Carlos Ernesto percebendo a força de adesão popular dirigida ao seu oponente, chama-o para si, e se torna o seu aliado, lançando-o prefeito:

O povo mesmo começou a pedir, mas Tião era muito novo ainda, muito jovem; aí em 69, ele não foi candidato a prefeito, ele saiu candidato à vice-prefeito de Camões Barbosa. Camões já tinha sido o vice de Dulce Barbosa, era muito mais antigo do que Tião na política de Queimadas (...) Nessa campanha de 69, com a vitória de Leonardo, o povo de Queimadas começou a reclamar, dizendo que se Tião tivesse saído na cabeça da chapa teria sido eleito – e o povo ficou naquilo, só exigindo a presença de Tião. Aí quando foi em 72 foi à vez de Tião. (Entrevista com Antônio Olímpio, em 17 de Abril de 2008)

O fato é que Tião já vinha se legitimando como um político de característica popular. Então associado à força política de outro líder carismático, Carlos Ernesto, Tião consegue também ser prefeito em 1972 com uma grande vitória sobre o seu concorrente e primo legítimo, José Maria Ribeiro, com 2.297 votos a mais. Além disso, ocorre um novo fato: um dos candidatos a vereador, Severino Pedro da Silva, conhecido por “Sr. Pina”, com o apoio de Carlos Ernesto, consegue obter 1.003 votos, num eleitorado de 4.623 votos apurados, o que implica afirmar que obteve aproximadamente vinte por cento do total dos votos válidos:

Nessa campanha José Maria já não recebeu o apoio de Carlos Ernesto e lançou-se candidato – e Tião ganhou a eleição para o próprio José Maria. Tião teve 3.373 votos e José Maria, 1.076 votos. Tião ganhou por uma diferença de 2.297 votos. Porque você vê, dá mais de 200% a diferença. Foi muito amplo; para a época, foi uma maioria muito grande. Nessa eleição, o que marcou muito também foi à eleição de Pina para vereador – em 1972, quando Tião foi prefeito. Pina na época teve, 1.003 votos; mas só que ele teve também 157 votos como Pina – mas na época, como ele não tinha registrado o nome dele de Pina, os 157 votos foram nulos. Então seriam 1.200 votos pra Pina, se tivessem considerado os outros votos. Foi a maior votação, até hoje, pra vereador, foi Pina. Pina foi um candidato apoiado por Carlos Ernesto, e tinha poucos candidatos também. Tinha Anchieta Pachu, Edmilson Alves, Manoel Candido – na época só foram eles mesmos. (Entrevista com Antônio Olímpio, em 17 de Abril de 2008)

Tião foi eleito prefeito em 1972 com o apoio de Carlos Ernesto. Andava a cavalo saindo de casa em casa. Foi uma campanha, como se costuma dizer, relativamente fácil, visto que não se tinha uma oposição forte em termos de arregimentação de voto, até porque a liderança mais forte do município estava apoiando aquele que não tinha desgaste político.

Posterior a esta eleição, Tião virá disputar outro pleito apenas dez anos após, em 1982, posto que foi prefeito de 1972 a 1976⁵³, apoio, juntamente com Carlos Ernesto e seu primo, Saulo Ernesto. Em 1976 e em 1982, volta para ser candidato a prefeito novamente. Carlos Ernesto morre em fevereiro de 1982 e, conseqüentemente, ocorre algumas desavenças no interior do grupo político construído pela liderança.

Tião muito habilidoso politicamente, busca e consegue recompor o quadro de forças da política local. Tendo Saulo Ernesto a pretensão de ser Deputado Estadual⁵⁴, renuncia a prefeitura e a entrega nas mãos de seu vice, Biu Souto. Este, no entanto, resolve aliar-se a Tião no apoio às eleições municipais e trai a Saulo Ernesto, deixando de fazer parte de sua base política. Biu Souto resolve “apostar” na recente liderança política local, Tião.

Este acontecimento provoca toda uma mudança em termos de posicionamentos dos agentes dentro campo político local. Saulo Ernesto perde o apoio de Biu Souto para sua candidatura a Deputado Estadual e Tião inicia, desta feita, aliado ao poder executivo, toda uma articulação para construir o seu grupo de lideranças políticas locais.

A partir de então está demarcado, dentro do campo político de Queimadas, as disputas através das duas lideranças apadrinhadas por Carlos Ernesto: as disputas em torno de capitais por aquilo que é, por excelência, do campo político, o poder. De um lado, tem-se o grupo político ligado a Sebastião de Paula Rêgo; do outro, o grupo político de Saulo Ernesto. Tião, como já mencionado, pelas suas características de excelente articulador político, consegue atrair para seu grupo várias lideranças, assim como forjar novas lideranças:

Carlos Ernesto morreu em 82. Parece-me que em fevereiro de 82. Então ele morre nessa época e Tião aproveita para articular o movimento político em favor dele. Porque Tião já vinha como uma liderança emergente no município, certo? O único entrave a Tião era Seu Carlos. Até pela questão de que ele tinha uma questão com Seu

⁵³ Vale salientar que de 1976 até 1982 os mandatos para prefeitos passa a ser de seis anos.

⁵⁴ Consultar, neste capítulo, o tópico “Trajetória política de Saulo Ernesto”.

Carlos, Tião tinha uma questão com Seu Carlos de ... respeito. Muitas vezes, a gente podia até citar que aquilo era uma questão de agradecimento a Seu Carlos, ele tinha essa relação. Mas quando Seu Carlos morre, talvez Tião não tinha o mesmo relacionamento com os filhos de Seu Carlos, ele rompe com o grupo e passa a liderar o seu próprio grupo. Eu creio que isso aí seja a partir do seguinte: Saulo pode ter – Saulo, como prefeito na época, pode ter – deixado de favorecer algumas peças, algumas pessoas que eram líderes políticos da época. Então, Tião simplesmente fez esse grupo partir e daí ele foi. Está aí as estratégias políticas de Tião. Por que? Porque Tião ele conseguiu focar nomes importantes da política de Queimadas. Um novo grupo. Aí a gente cita, na época a gente cita Mário Cardoso, que, inclusive, foi candidato posteriormente a prefeito, certo. Foi vereador, presidente da câmara, enfim. Dutra, certo? Isso foi tudo, esse grupo, Tião foi criando pessoas, pegava do nada e trazia pra cá e essa pessoa... Dona Josete – mas Josete não é recente, é 88. Mas é dessa época, os vereadores – Toinho da Baixa Verde...Ele começava a visitar as bases, e nas bases ele observava que faltava, que tinha algum que era liderança, certo. Então ele apostava. Seu Gedeão; Gedeão já tinha sido candidato, já tinha sido vereador uma vez antes, me parece que em 69. Mas tinha saído da política, e Tião foi lá, pegou seu Gedeão, trouxe e seu Gedeão nunca mais perdeu uma eleição, desde 82. Enfim, Tião teve essa coisa: ele forjava nomes. Tanto forjou em 82, quanto forjou em 88, quanto forjou em 92, em 96, e até no ano 2000, nomes que foram criados por ele e hoje estão na disputa. (Entrevista com José Ezequiel, em 18 de Abril de 2008)

A característica de Tião como um político articulador é comprovada a partir desta eleição, visto que ele não apenas forja novas lideranças, mas provoca o racha no grupo que fora criado por Carlos Ernesto, grupo este que participavam as duas principais lideranças Tião e Saulo Ernesto;

É como o povo dizia antigamente, é o racha da política, o racha do voto, né? Então foi isso que aconteceu, Saulo foi prefeito, filho de Carlos Ernesto, Tião foi prefeito de 73 a 77 e quando saiu apoiou Saulo Ernesto, Saulo Ernesto foi prefeito num mandato de 6 anos de 77 a 82, depois nesse período houve um racha na própria administração, Tião participava da administração de Saulo também, então houve esse racha e ficaram como adversários, então ficavam medindo forças, Tião indicava um prefeito apoiado por ele e Saulo se candidatava, sempre quando era no período eleitoral a margem de voto de diferença do ganhador e do perdedor era muito pequena, então viveram essa luta política por mais de duas décadas. (Entrevista com Marizabel Toscano, em 12 de Julho de 2008)

Tião tendo forjado essas lideranças sai candidato e, com o seu grupo político constituído, disputa a eleição com dois nomes respeitados no município de Queimadas Antônio Olímpio, formado em Farmácia, e Manoel Mendes, formado em Direito, estes com o apoio de Saulo Ernesto e o então Governador do estado, Clóvis Bezerra, sogro de

Patrício Leal Filho⁵⁵, conhecido como Patricinho, primo legítimo de Saulo Ernesto. Afirma-se que essa campanha foi uma das que mais se gastou dinheiro, visto que o Governo do Estado usou a estrutura apoiando os candidatos Manoel Mendes e Antônio Olímpio, conforme este último

essa campanha teve muito dinheiro. A gente estava com o governo na mão – o governo do Estado era o doutor Clóvis Bezerra e Fabrício era o secretário de Estado na época. Patrício, no caso, é o primo de Saulo e era Secretário de Finanças do Estado da Paraíba. Então vinha muito recurso, a gente fazia muita ponte aí, fazia muito açude. Muito dinheiro pra ajudar o povo; a campanha foi uma campanha muito rica em dinheiro. Mas devido ao tempo – três meses só para a eleição – não deu tempo pra nada. Houve também aquele problema que Biu Souto era o vice de Saulo Ernesto. Saulo saiu pra ser candidato a Deputado, Biu Souto assumiu a prefeitura faltando dez meses para Saulo terminar o mandato. Depois que Biu Souto assumiu, faltando três meses, ele não quis mais conversar com a gente e procurou se aliar a Tião. Aí se aliou a Tião e facilitou mais ainda a vitória de Tião. (Entrevista com Antônio Olímpio, em 17 de Abril de 2008)

Vê-se a partir deste depoimento, a força política da liderança emergente, Tião do Rêgo, o qual consegue vencer os candidatos apoiados por Saulo Ernesto mesmo esses contando com o apoio do Governo do Estado. Tião vence esta eleição tendo como vice Antônio Alves Monteiro, com 5.774 votos e o seu concorrente, segundo colocado, obteve 1.461, uma diferença de 4.313 votos, em termos percentuais Tião obteve sessenta e nove por cento e o seu mais forte opositor conseguiu obter apenas dezesseis por cento de votos apurados. Com esta expressiva votação, em termos percentuais, Tião repetia a sua votação de 1972, já em número de votos, Tião em 1972 obteve 3.373 num universo de 4.623 votos apurados e de 5.836 eleitores e, dez anos após, teve 5.774 votos, num universo de 8.362 votos apurados e de 11.274 eleitores, ou seja, Tião consegue nesta campanha obter quase o triplo de votos do concorrente que ficou em segunda colocação.

Esta campanha, assim, passa a ser, como já mencionado, paradigmática pois surgirão a partir desta, os que seguirão o grupo de Saulo Ernesto, os também chamados *saulistas*, e os que irão seguir Tião, os *tiãosistas*, famílias inteiras passarão a acompanhar um ou outro, até o final da década de 1990, posto que começam a emergir

⁵⁵ Patricinho, como assim é conhecido no município de Queimadas, é filho de Patrício Leal que, por sua vez, é casado com a irmã de Carlos Ernesto, Beatriz Ernesto, e sua irmã Maria Leal é casada com Carlos Ernesto, são concunhados.

novas lideranças políticas no município. Esta demarcação dentro do campo político fica bem clara, conforme depoimento de um de nossos entrevistados:

Em 82 a demarcação do campo político foi em 82. plenamente nessa época. Na eleição de 72, o prefeito foi Tião, apoiado por Carlos Ernesto, certo? 76, o candidato foi Saulo Ernesto, apoiado por Tião, certo? Em 82 houve a sucessão, a separação, a divisão. Quer dizer, Tião foi pra um lado, na época Tião já se sentiu, com a morte de Seu Carlos – e isso é o divisor de águas, a morte de Seu Carlos, em 82. Então, a partir daí, em 82, as pessoas que admiravam Tião, passam a seguir Tião; as pessoas que admiravam Saulo, passam a seguir Saulo. As pessoas que tinham sido, de uma certa forma, escanteadas por Saulo, passam a apoiar Tião; as pessoas que tinham sido escanteadas por Tião, passam a apoiar Saulo. Então começa a existir o antagonismo a partir daí, de 82. (Entrevista com José Ezequiel, em 18 de Abril de 2008)

Tião eleito se fortalece cada vez mais. Saulo Ernesto tendo seu primo Patrício Leal junto ao governo do Estado é chamado para ocupar o cargo de Presidente da CINEP, através deste cargo, Saulo consegue implantar e criar em Queimadas o Distrito Industrial. Mas, posteriormente vem à campanha, em 1986, para Governador e Saulo Ernesto assim como Tião do Rêgo, apóiam Marcondes Gadelha, este perde e Saulo Ernesto também sai da CINEP e passa a morar e trabalhar como engenheiro concursado pelo Estado, na cidade de João Pessoa.

Tião na condição de prefeito em Queimadas tendo apoiado para deputado estadual Carlos Dunga e, após este passar para a bancada governista, logo Tião também passa a ter o apoio do governador Tarcísio de Miranda Buriti. Com isto Tião passa a ter também poder junto ao Estado e agora sozinho, em termo de liderança local, passa a exercer também influência junto ao Estado.

Após esta eleição veio a de 1988, nesta Tião não podendo ser candidato, indica um homem do povo e tendo chamado um dos vereadores, Francisco de Assis Maciel Lopes, para ser secretário, resolve indicá-lo como vice-prefeito;

Houve uma pesquisa fechada, eu não sei na realidade se houve um candidato que foi lançado, porque os candidatos, eu não vou dizer que não existia aquele voto já com um nome feito por Tião, ai eu não vou desmerecer, mas a influência de Tião no começo, porque, Tião era o seguinte, quando assumia como prefeito, com um mês, dois meses ele já tava falando em sucessor, ele já preparava o sucessor dele com muita antecedência, ele com pouco tempo de campanha, a gente dizia ta muito cedo Tião de você falar na pessoa que vai lhe suceder, mas ele dizia eu já tenho que organizar, que ajeitar o nome, ele dizia: eu já

tenho que ter um bom nome de muita influência pra preparar com antecedência, ele dizia até isso. Então ele lançou Zé Pereira e Assis e achou que Zé Pereira tava mais preparado na época, o nome Zé Pereira ia ser mais aceito do que o de Assis, porque Assis foi uma pessoa que lutou muito tempo nas campanhas com Tião, começou aqui como tesoureiro, foi tesoureiro duas vezes então passou o nome a ser conhecido. Então lançou Zé Pereira e Assis o vice, de início não foi muito bem aceito por Assis, mas depois ele aceitou. (Entrevista com Marizabel Toscano, em 12 de Julho de 2008).

A partir desse depoimento nota-se o quanto Tião do Rêgo era articulador, posto que não esperava que se aproximasse o período eleitoral para construir o nome de seu sucessor, muito pelo contrário, ele já começava a fazer a partir do momento em que ganhava a eleição, já pensava quem seria a pessoa que iria sucedê-lo. Neste caso, para a campanha de 1988, ele optou por uma pessoa que não estava no governo, mas que era muito próximo do homem do campo, uma pessoa simples mais de muito respeito junto aos munícipes de Queimadas. E para ser o candidato à vice-prefeito ele escolhe uma pessoa que vinha trabalhando com ele como tesoureiro, enfim, uma pessoa a quem devotava confiança.

Vale salientar que embora José Pereira fosse uma pessoa respeitada, seu nome não era conhecido no município; foi Tião quem apresentou o nome tanto de José Pereira como também o nome de Assis, visto que em todas as reuniões que realizavam, antes de escolher quem seria o “cabeça da chapa”, Tião tinha bastante cuidado com as palavras para não afirmar, antes do período das convenções, o nome que seria o majoritário, Tais assertivas ganham visibilidade nas palavras da Sra. Marizabel Toscano:

Até nas conversas, quando ele fazia as conversas, fazia inauguração de eletrificação rural ele dizia que o candidato dele era Zé Pereira e Assis ou Assis e Zé Pereira, ele dizia assim um dos dois, até pra isso ele tinha uma visão pra não magoar, nem dizer o nome de Zé Pereira primeiro ou o de Assis (Entrevista com Marizabel Toscano, em 12 de Julho de 2008)

Como já dito, Tião escolhe José Pereira para ser o seu candidato a prefeito e a vice-prefeito Assis Maciel, os quais terão como concorrentes, Saulo Ernesto e Vital Maria Ribeiro. Tião tinha nesta campanha, além da máquina administrativa, tinha o apoio do Estado. Os candidatos apoiados por Tião vencem esta eleição obtendo 6.047 votos contra o segundo colocado com 3.849, ou seja, uma diferença de 2.198 votos num total de 15.113 votos apurados, o que implica afirmarmos, em termos percentuais que

deste universo de votos apurados, o primeiro colocado obteve 40 por cento dos votos e o segundo 25 por cento, uma diferença de 15 por cento a mais entre o primeiro e o segundo colocado.

Após assumir o cargo de prefeito, José Pereira não concordando que Tião opinasse em sua administração, rompe com aquele que havia indicado para tal posto. Essa característica de Tião apoiar e, posteriormente, aquele que ele apóia romper com ele, se tornou um hábito um tanto corriqueiro na política local.

A próxima campanha, em 1992, esta sim, foi à primeira campanha em que se encontrariam disputando a eleição majoritária, as duas crias políticas de Carlos Ernesto, Tião do Rêgo e Saulo Ernesto. Tião tinha como vice-prefeito José Maria Vital, seu primo legítimo, e Saulo Ernesto, Mário Cardoso que havia na eleição anterior sido candidato a prefeito e obtido 824 votos pelo PMDB, apoiado por Dulce Barbosa. Nesta eleição Saulo Ernesto teve o apoio de José Pereira, então prefeito e Dulce Barbosa, liderança política da década de 40 e presidente do PMDB local. Tião recebeu o apoio de Carlos Dunga, então deputado, e do destacado líder político da Paraíba naquele momento Ronaldo Cunha Lima:

assim, eu via assim, Tião sabia tirar proveito dos seus apoios, por exemplo, a partir desse momento que nós podemos despertar, ele passou a ter os Cunha Lima como referência, então, eu me lembro uma passagem nos últimos comícios, em frente ao mercado público, que Ronaldo Cunha Lima chegou rápido porque ia pra Boqueirão, com Carlos Dunga e aquela multidão esperando Ronaldo falar, porque falava em versos né? E as pessoas adoravam isso né? Então lhe disse: **“vou embora mas deixo meu coração, a metade com vocês o resto com Tião”**. E assim Tião sabia tirar um bom proveito disso né? Ronaldo Cunha Lima em pleno alvo dele, fazia aqueles versos improvisados e dizia isso aí e estourava muito bem e todo mundo aplaudia, porque no discurso dele, era ele a pessoa certa, pra moralizar, pra estar lá na prefeitura, pra ajudar fulano e cicrano, ele sempre colocava isso, e isso funcionava, ele não era uma eloquência pra deixar a pessoa chorar, estilo Argemiro de Figueiredo que fazia muito nos discursos dele, ele não era uma pessoa...ele falava pouco mas falava o que o povo queria ouvir. (Entrevista com Antônio Carlos, em 14 de abril de 2008) (grifo nossos)

Como já destacado, Tião era um político e um grande articulador, sabia tirar proveito das situações. Associado a isto recebe também o apoio de Cássio Rodrigues da Cunha Lima e a estrutura da Prefeitura de Campina Grande em Queimadas. Aquele

articula com Cássio para que Mário Cardoso não seja candidato à vice-prefeito com Saulo Ernesto, mas Mário Cardoso não aceita, segundo um dos informantes:

As articulações eram o seguinte... Sim, nessa campanha de 92, José Pereira não foi o candidato a vice – ele foi na de 96. Em 92 o candidato à vice de Saulo Ernesto foi Mário Cardoso. Como Tião tinha o apoio de Cássio Cunha Lima e Mário também era ligado a Cássio Cunha Lima, Cássio chamou Mário e disse assim: “ô Mário, tu já é de casa...” “tu és de casa e Tião de casa, então vamos fazer uma chapa eclética, vamos misturar o negócio aí; aí está sendo uma chapa hermética” – o próprio Cássio falando, porque hermética tem só de casa, né? Aí ele disse: “vamos trazer José Maria do outro lado, bota como vice de Tião e você sai candidato a vereador, eu lhe dou toda a condição”. Aí Mário não aceitou. Mário não aceitou, ele meteu os pés, estrebuchou, perdeu até a gratificação que ele tinha na prefeitura de Campina por conta disso. José Maria foi o vice de Tião e Mário passou a ser o vice de Saulo Ernesto. E só a prefeitura de Campina era metade do Estado, na época. Foi, entrou com peso mesmo, foi. Era máquina, era tudo, tinha tudo aqui: toda a estrutura da prefeitura de Campina veio pra aqui, pra Queimadas. (Entrevista com Antônio Olímpio, em 17 de Abril de 2008)

Nesta eleição correram os boatos de que Tião havia “roubado” a eleição, por fazer “aparecer” votos favoráveis a ele que não existiam. Ao indagar a nossos informantes sobre este boato, alguns, obviamente os eleitores de Saulo Ernesto, afirmaram que sim, visto que Tião, na linguagem dos entrevistados, era muito “esperto”, enquanto que os eleitores e simpatizantes de Tião afirmaram, também obviamente, que não. Que a vitória de Tião era justa e legítima da vontade do povo queimadense. A oposição a Tião fez espalhar um outro boato na cidade de que Tião, por ser um grande articulador e conhecedor da realidade do município, conhecia inclusive a maioria dos cidadãos de Queimadas pelo nome, comprava votos às vésperas da eleição, assim, “Saulo Ernesto dormia prefeito e acordava sem ser”;

Era muito difícil, era muito fiscalizado, quando antes de fechar o boletim de urna, o BO como chamavam, tinha antes de você fazer o BO, você sabia quantos votos tinha saído pra Tião e quantos votos tinha saído pro adversário, ou pra Zé Pereira, ou pra Assis Maciel, ou pra Saulo, antes de fechar ali já tinha, o povo já saía com o comentário, e às vezes assim essa coisa de dormir eleito e acordar derrotado era aquela história de véspera de eleição, como em outras eleições ocorreu que a noite nos bastidores, na calada da noite, sai com alguma coisa assim como compra de voto, tirava aquela votação que o outro teria, é desse jeito. (Entrevista com Marizabel Toscano, em 12 de Julho de 2008)

Nesta eleição, muito disputada, Tião do Rêgo sai vitorioso, obtendo 7.041 votos e Saulo Ernesto 6.602 votos, num universo de 18.097 votos apurados, uma diferença do primeiro colocado para o segundo de 439 votos. Assim, Tião obteve 38,9 por cento dos votos apurados e Saulo Ernesto, 36,5 por cento dos votos. Os dados confirmam as duas forças políticas construídas por Carlos Ernesto na década de 70. Assim esta eleição de certa forma consolida aqueles que na opinião popular foram tidos como “os donos dos votos de Queimadas”. Conforme Lopes (2006: 31)

Tião saiu bastante fortalecido, pois ia ser prefeito pela terceira vez e todos os candidatos apoiados por ele ganharam. Saulo Ernesto, por sua vez, continuava forte, porque apesar de perder, sempre obtinha expressiva votação mesmo com poucos recursos financeiros, e como dizia o povo, só chegava a Queimadas nas “vésperas” da eleição. Portanto Doutor Saulo perdia, mas continuava com o apoio, o respeito e os votos do povo. (LOPES, 2006, p. 31)

Sucedese a esta, a eleição de 1996; desta feita Tião apóia o seu secretário de finanças, Francisco de Assis Maciel Lopes, este que já havia sido o vice-prefeito de José Pereira, indicado por Tião. Tendo Assis Maciel sendo o cabeça da chapa, agora a grande preocupação estava na escolha do vice, tinha-se dois nomes à época, o professor e diretor de um colégio no município, José Miranda, e o vereador Zezé de Anchieta. Tal escolha se deu em uma assembléia junto ao diretório do Partido;

uma eleição dentro dos partidos e dos diretórios, o diretório dos partidos foi quem escolheu, os diretórios dos partidos que faziam chapa dentro do governo e os pré-candidatos a vereadores que fizeram a escolha, ai à escolha saiu, Zé Miranda, mas houve a insatisfação de muitos, quando foi pra suprir essa insatisfação, quando Assis assumiu, foi assumir, o presidente da câmara, eleito entre os vereadores, ai colocaram Zezé de Anchieta. (Entrevista com Marizabel Toscano, em 12 de Julho de 2008)

E nesta eleição para a escolha do vice Assis Maciel optou por Zé Miranda. E muitos, segundo os informantes, saíram insatisfeitos com tal escolha. Mas mesmo assim, a campanha teve prosseguimento, e do outro lado, como oposição, mais uma vez, sem nomes de lideranças que pudessem disputar contra o candidato do grupo de Tião, o nome que se recorre, mais uma vez é o de Saulo Ernesto, o qual terá como vice o ex-prefeito que fora apoiado por Tião na campanha de 1992, José Pereira. Foi outra campanha bem disputada. Assis Maciel teve 9.018 votos e Saulo Ernesto 8.296, uma

diferença entre o primeiro e o segundo colocado de 722 votos. Tião mostra assim, a sua força política fazendo mais uma vez um candidato indicado por ele. Tião se instituiu como grande liderança da década de 1990, se tornando para muitos, um candidato e um político imbatível.

Ocorre que com a vitória de Assis Maciel, observa-se um racha no grupo político de Tião, visto que devido à disputa para vice, muitos ficaram magoados com a indicação de José Miranda. E Zezé de Anchieta se candidatou a vereador novamente e foi eleito. Somando-se este acontecimento ao fato de que quando Assis assume Tião também queria interferir na sua administração, ocorre mais uma vez um rompimento;

O que levou esse rompimento de 97 de Tião romper com Assis Maciel foi o problema do candidato à vice, não foi nem Assis porque Assis apoiou Zé Miranda e antes de Zé Miranda existia uma tendência aqui, que hoje a escolha de candidato a vice pra fazer chapa com o prefeito, também é uma escolha muito pesada, começou surgir a escolha pesada aqui em Queimadas, quando foi o primeiro vice de Assis que existia de Zé Miranda e Zezé de Anchieta o grupo queria, inclusive pra escolha desse candidato a vice houve até uma eleição. (Entrevista com Marizabel Toscano, em 12 de Julho de 2008)

Estes rompimentos, conforme narrou a informante Marizabel, existiam porque os candidatos colocados por Tião se ressentiam da interferência de Tião na administração pública;

Um processo de campanha para o substituto e os rompimentos o pessoal ficava assim na interrogação, porque surgia o rompimento de Tião logo que ele fazia um candidato, que o candidato era eleito. Era porque os candidatos que assumiam tinham medo da interferência política de Tião, então acho que dentro disso do medo de que ele tivesse alguma interferência na administração, então era criado o clima, então, muitas vezes o que Tião quando administrador fazia, o substituto não fazia a mesma coisa, então aquilo chateava ele querer que a administração fosse pautada em cima da administração dele, assim do prefeito chegar na prefeitura na hora e atender o povo da zona rural esse tipo de coisa assim, porque cada um tem seu sistema de administração, então existia esse afastamento entre Tião e candidato que tinha sido eleito logo, né? Recente, ai criava logo as arestas e tinha o rompimento político, porque eles achavam que Tião ia fazer interferência e Tião às vezes também ter interferência, num era nem interferência, Tião queria que ele fosse um modelo de administração pública, seguisse o modelo de trabalho dele, mas cada um tem seu sistema administrativo. (Entrevista com Marizabel Toscano, em 12 de Julho de 2008)

Após esta eleição, tem-se a eleição de 2000, nesta Assis Maciel irá disputar com aquele que o havia colocado na vida pública, Tião do Rêgo. Assis Maciel já sabendo da forma de fazer política de Tião, visto que havia sido tesoureiro de Tião várias vezes, consegue atrair para o seu novo grupo político que começava a emergir a maioria daqueles que sempre acompanharam Saulo Ernesto, associado a isto surge no município um outro grupo denominado de “Grupo dos Vinte”, composto por profissionais liberais do município, mas que residiam e atuavam profissionalmente em outras cidades e até mesmo em outros estados. Neste grupo participavam engenheiros, médicos, advogados entre outro, os quais objetivavam realizar uma administração que fosse:

De inovação, o “Grupo dos Vinte” chegou pra reestruturar uma administração, porque as administrações eram muito fechadas, a administração era voltada muito para o prefeito, né? Mesmo com as pessoas que fazem as campanhas e tudo, que tem visões administrativas sempre são ligadas mais ao prefeito. (Entrevista com Marizabel Toscano, em 12 de Julho de 2008)

Com o apoio deste grupo, Assis Maciel realiza uma das campanhas mais bem articuladas e organizadas na história política do município, e assim consegue vencer o seu padrinho político com um resultado esmagador, com 11.002 contra 6.650 votos. Destaca-se, conforme os números do Tribunal Regional Eleitoral, que houve uma queda do eleitorado da campanha de 1996, para a campanha de 2000 no município; o número de eleitores cai de 25.933 para 21.886⁵⁶, algo merece ser analisado mais detalhadamente, até para se compreender o que levou a esta diminuição no eleitorado de 4.047 votos. O interessante é que isto ocorre exatamente no período em que o sucessor de Tião do Rêgo, passa a disputar e a ser concorrente político do seu mentor.

4.1.2. A trajetória política de Saulo Ernesto

A trajetória política de Saulo Ernesto⁵⁷ é datada a partir da década de 60, período no qual Carlos Ernesto (pai de Saulo Ernesto), começa a se destacar como uma liderança local. O seu ingresso, desta feita, se dá, primeiramente, como vice-prefeito de

⁵⁶ Consultar o Tribunal Regional Eleitoral.

⁵⁷ Saulo Leal Ernesto de Melo nasceu no dia 26 de dezembro de 1946, na cidade de Umbuzeiro, Estado da Paraíba. Seus pais: Carlos Ernesto de Melo e Maria Leal Ernesto de Melo e avós paternos: Francisco Ernesto do Rêgo e Adiles Ernesto de Melo; e avós maternos: Crispim José de Melo e Ana Leal de Melo.

Leonardo Honório de Andrade Melo, pessoa esta indicada também por Carlos Ernesto, ao cargo majoritário de prefeito, sendo, neste período, seus opositores: José Camões Barbosa Pinto, como prefeito e Sebastião de Paula Rêgo (Tião), como vice-prefeito. Isto fica bem claro no depoimento de sua irmã Tereza Leal:

Tudo começou quando papai lançou Leonardo Honório a prefeito, foi Leonardo contra Camões e Tião como vice, Tião vice de Camões, então Leonardo não foi um personagem muito bem aceito pelo povo, então reclamavam muito, **seu Carlos porque é que não é o senhor**, porque papai nunca quis ser candidato, toda vida indicava, mas, pra ele mesmo ele nunca quis ser candidato, aí o pessoal começou a pedir porque era que ele não fazia a troca poderia colocar Saulo ou um filho dele pra ser candidato, mas ele indicou Leonardo e foi levando, aí chegou um determinado ponto que ele viu que esta rejeição estava meio alta pra Leonardo, então, foi quando ele colocou, o pessoal pedindo, aí ele colocou Saulo como vice. (Entrevista com Tereza Leal, em 18 de abril de 2006) (grifos nossos)

Leonardo Honório é eleito e Saulo Ernesto aos vinte e um anos de idade assume o cargo de vice-prefeito do município de Queimadas em 1969, a vitória se deu por uma diferença de votos de trinta e sete, ou seja, Leonardo Honório e Saulo Ernesto obtiveram 1.098⁵⁸ votos contra 1.061 votos dos seus opositores. Nessa época, Saulo Ernesto era ainda estudante de Engenharia, na Universidade Federal da Paraíba.⁵⁹

Esta legislatura vai de 1969 ao final do ano de 1972, período em que Saulo Ernesto estava se formando, terminando o curso de Engenharia. Leonardo rompe com Carlos Ernesto e este, por sua vez, convoca Sebastião de Paula Rêgo, e o lança prefeito. Tião, foi candidato com o apoio de Carlos Ernesto, tendo como vice Antônio Alves Monteiro. É eleito prefeito em 1973, com uma votação de 3.373 contra 1.076 do seu opositor José Maria Vital Ribeiro. Saulo Ernesto, já formado, vai trabalhar na Bahia e lá passa dois anos. Em 1975, Carlos Ernesto adoece e é submetido a uma operação cardiovascular, Saulo Ernesto, por ser o filho primogênito, teve que retornar da Bahia para tomar conta das coisas do pai. Quando retorna a Paraíba, começa a trabalhar na Companhia das Indústrias do Estado da Paraíba – CINEP – como engenheiro, assim

⁵⁸ Esses dados referentes à quantidade de votos e, conseqüentemente, a diferença de votos entre um candidato e outro, foi obtido no Tribunal Regional Eleitoral.

⁵⁹ Saulo Leal Ernesto de Melo recebe o diploma de formação em Engenharia Civil do professor e diretor da Escola de Engenharia da Universidade Federal da Paraíba, Gonzalez y Gonzalez, em 15 de dezembro de 1973.

como também passa a ensinar na FURNE, hoje Universidade Estadual da Paraíba – UEPB e a trabalhar na construtora que ele mesmo funda.

Com o fim do mandato eletivo de Sebastião de Paulo Rêgo em finais de 1976, este indica Carlos Ernesto para ser o próximo prefeito do município e mais uma vez este rejeita ao cargo e indica o nome de Saulo Ernesto.

Saulo Ernesto, filho de Carlos Ernesto e primo de Sebastião de Paula Rêgo, tendo apoio desta tradição, consegue ser eleito prefeito do município de Queimadas em 15 de Novembro de 1976, pela Aliança Renovadora Nacional (ARENA)⁶⁰, com uma votação de 3.608 votos contra 1.214 votos arregimentado por seu opositor, José Ribeiro de Albuquerque Júnior e José Anchieta Pachú, como candidatos a prefeito e a vice, respectivamente.

Em meados de 1982, Saulo Ernesto renuncia com a pretensão de pleitear ao cargo de Deputado Estadual, mas surge uma proposta de ser presidente da CINEP e, portanto, ele aceita esta proposta e assume o cargo com o intuito de desenvolver o Distrito Industrial do município de Queimadas, tendo em vista que no decorrer de sua administração já havia começado obras nesse sentido, tal intento é explicado em seu discurso;

O Distrito Industrial ele foi realmente um gesto ousado porque nós disputamos com Campina Grande, essa questão do Distrito por ser uma cidade de meio porte e nós por não termos nada a gente conseguiu convencer o governador da época o Doutor Burití, que os preços pedidos lá em Campina pra ampliação o projeto principal, o primeiro projeto era a ampliação do Distrito de Campina, mas os preços estavam impraticáveis, além do que, após a compra do terreno que era uma coisa na época de muito valor dada à proximidade até da própria Campina, nós usamos o artifício de colocá-lo no Ligeiro. O Ligeiro eram cinco fazendas então nós adquirimos uma, a de Zé Farias, com oitenta e nove hectares a preço razoável, era um quarto do valor de Campina, então a infra-estrutura já estaria mais facilitada o terreno plano e próximo a Campina Grande, numa área bem próxima a Campina Grande, servida por ferrovia. Então fizemos uma justificativa e ele nos autorizou a negociação, logo foi implantada durante a minha gestão aí seguida para consolidação do Distrito foi quando fui convocado pra ser presidente da CINEP e eu renunciei a prefeitura para consolidá-lo, então no mesmo ano de oitenta e dois nós fizemos a inauguração do Distrito já com galpão e multiquadras e já com cinco empresas implantadas. (Entrevista com Saulo Ernesto, em 13 de abril de 2006)

⁶⁰ Para melhor compreender os partidos políticos no período do regime militar consultar Rogério Schmitt (2000).

Tendo assumido o cargo de presidente da CINEP, quem assume a prefeitura é o vice-prefeito Severino Souto Velez, mais conhecido por Biu Souto. Este que o apoiaria para Deputado, mas em fevereiro de oitenta e dois, morre a grande liderança do município de Queimadas, Carlos Ernesto, e este acordo que em princípio se havia firmado, com a morte de seu Carlos não ocorre mais. Biu Souto não apóia Saulo Ernesto para Deputado Estadual e se alia a Sebastião de Paula Rêgo, os quais viriam a apoiar, Carlos Dunga para Deputado Estadual, hoje suplente de Senador da República.

Resumidamente, Saulo Ernesto não sai candidato, uma vez que a proposta do então governador da época, Clóvis Bezerra, (este que era sogro do primo de Saulo Ernesto, Patrício Leal), para ser presidente da CINEP é prontamente aceita. Desta feita, Biu Souto aliado a Tião, apóia Carlos Dunga para Deputado Estadual e Tião pleiteia ao cargo de prefeito, Saulo Ernesto indica Manoel Mendes para o cargo de prefeito e Antônio de Olímpio para vice. E para Deputado Estadual Saulo Ernesto apóia Afrânio, filho de Clóvis Bezerra, candidato que Saulo Ernesto já havia apoiado quando prefeito. Dessas alianças travadas entre um grupo e outro, o grupo vencedor é o de Sebastião de Paula Rêgo que, tendo como vice Antônio Alves Monteiro e o apoio do então prefeito Biu Souto, conseguem vencer Manoel Maria Mendes e Antônio Olímpio de Arruda, candidatos apoiados por Saulo Ernesto, por uma diferença histórica, no município de Queimadas, de 4.313. Assim, Sebastião de Paula Rêgo e Antônio Alves Monteiro obtiveram 5.774 votos contra 1.461 votos arregimentados por Manoel Mendes e Antônio de Olímpio.

Em 1986, mesmo sem o apoio das lideranças locais, Saulo se candidata ao cargo de Deputado Estadual e é no município o Deputado mais votado, mas não consegue alcançar o coeficiente eleitoral, Saulo perde esta eleição, passa a morar na capital do Estado da Paraíba, João Pessoa. Mas não deixa de ter os vínculos com o município, porém vem visitar o município só nos momentos que antecedem às eleições para disputar o cargo de prefeito. Saulo Ernesto passa a residir na capital e a fazer parte, como engenheiro, de um grupo de pesquisa do Estado;

(...) reassumi minhas funções eu faço parte de um grupo de pesquisa do Estado, fazia parte, hoje eu sou um engenheiro aposentado, e essa função só poderia ser exercida em João Pessoa, então eu passava todo tempo em João Pessoa e só podia retornar pra fazer política partidária em Queimadas nas vésperas das eleições que era o período que a lei permitia meu afastamento, nós chegávamos aqui a três meses das eleições e eu me candidatava a pedido dos amigos, isso por três vezes

e ainda, sempre com votação expressiva, perdia por poucos votos e além do que a lei da via era aquela contagem manual e só Deus sabe como é que aquilo se procedia. (Entrevista com Saulo Ernesto, em 13 de abril de 2006)

Em 1988, Saulo Ernesto se candidata novamente à Prefeitura do Município, após ter deixado o cargo para assumir a presidência da CINEP, tendo como vice-prefeito Vital Maria Ribeiro e sendo os seus opositores José Pereira dos Santos e Assis Maciel, estes que tendo o apoio de Sebastião de Paulo Rêgo, vencem as eleições, no referido pleito, por 6.047 votos contra 3.849 votos. Após a eleição, Saulo Ernesto retorna a João Pessoa, vem na cidade de vez em quando, passando, muitas das vezes, apenas horas no município.

Posterior a eleição de 1988, ocorre a de 1992. Até então, tinha-se no município de Queimadas os denominados comícios. É a partir de 1992 que surgem os “*showmícios*” e que a espetacularização da política passa a ser bastante enfatizada.⁶¹ Na campanha de 1992 irão se encontrar para a própria disputa no campo político, Sebastião de Paula Rêgo e Saulo Leal Ernesto de Melo, cada um disputando por segmentos opostos – convém lembrar que esses eram os dois jovens que Carlos Ernesto havia inserido no campo político, desta feita, cada um pelo seu partido, disputando o cargo executivo. Esta foi, sem dúvida, uma das disputas mais emocionantes até então travadas em Queimadas. Isto porque, de um lado, apresentava-se o concorrente ao pleito municipal, Sebastião de Paulo Rêgo com o apoio da prefeitura e do governo do Estado e do outro, Saulo Ernesto com o mesmo modelo de fazer campanha, qual seja, o “modelo franciscano”⁶², como fica bem claro nas palavras de sua irmã, Tereza Leal:

então todas elas foram umas campanhas carentes sem ter boas condições financeiras, os comícios aqueles comícios simples quando

⁶¹ Jean Baudrillard nos ensina que “o jogo eleitoral se identifica há muito tempo aos jogos televisados na consciência do povo. Este que sempre serviu de alibi e de figurante para representação política, se vinga entregando-se à representação teatral da cena política e de seus atores. O povo tornou-se público. É o jogo, o filme ou os desenhos animados que servem de modelos de percepção da esfera política”. À Sombra das maiorias silenciosas – O fim do social e o surgimento das massas. Tradução de Suely Bastos, 4ª edição, São Paulo, brasiliense, 1994, p. 34.

⁶² A palavra **franciscana**, nesse sentido aqui trabalhado assume a característica de uma categoria nativa, tendo em vista que foram as pessoas, os participantes destas eleições que Saulo Ernesto disputou que assim utilizaram o termo. Ela diz respeito à maneira como era feita “**as ajudas**”, na verdade, contribuições de campanha, para os comícios, para a participação das pessoas nos processos eleitorais, as camisas, os santinhos, enfim o material de divulgação e os carros que transportavam as pessoas até a zona rural para os comícios que lá ocorriam eram quase, em sua maioria, das pessoas que se cotizavam. Aqui se vê o que outrora ocorria em Queimadas, quando ainda era vivo Carlos Ernesto, às práticas de reciprocidade e dádiva norteando, desta feita, diretamente à eleição do seu filho, Saulo Ernesto.

eles traziam já começavam a trazer shows e trazia, botava um palco, fazia os shows em um caminhão, caminhão doado, do próprio eleitor, dava os caminhões pra... Se fosse feito o palanque em quanto os outros tinham estrutura pra botar em... A gente saía... o comício hoje é aqui no mercado aí a gente pegava barbante pegava retrato saía fazendo... Fazia grude pra colar fotos colar retratos quer dizer era todo mundo voluntário, não tinha negócio de bandeira, não tinha camisas, porque não tinha condições financeiras pra isso, agente era na, como se diz no peito e na raça. (Entrevista com Tereza Leal, em 08 de abril de 2006)

A eleição de 1992 foi uma das eleições mais disputadas no município, tendo em vista que, na linguagem da comunidade, Saulo Ernesto já estava eleito, todos os que acreditavam em sua campanha e que já vinham apoiando e acompanhando as eleições que ele disputava, afirmavam que Saulo Ernesto não perdia esta eleição de 1992. Na própria contagem de votos, que nessa época era em cédulas, e a contagem era manual, os fiscais saíam dos seus setores e conversavam com familiares de vereadores aliados e afirmavam que não tinha mais condição, Saulo Ernesto é o prefeito, mas, no entanto, o seu concorrente, Sebastião de Paula Rêgo, tinha bem mais fiscais trabalhando para ele, como ponderaram alguns dos informantes e o próprio Saulo Ernesto.

Talvez sobre este acontecimento seja apropriado o comentário que um dos assessores de campanha de um candidato a vereador em São Paulo fez para justificar a derrota de seu candidato, citado pela antropóloga Karina Kurschnir (2000): “Ele já estava eleito, pelos nossos cálculos. Dormiu eleito, mas acordou sem cadeira. Conseguiram passar a perna nele com métodos que não se consegue provar, mas sabe-se que houve”. (KURSCHNIR, 2000, p.50)

No entanto, este foi um acontecimento que necessita de uma investigação mais profunda acerca dos motivos que levaram Tião a vencer em várias campanhas eleitorais, mesmo com um favoritismo pouco expressivo.

Este caso das dúvidas quanto à lisura do pleito eleitoral, ocorreu na campanha de 1992. Campanha esta que a diferença de votos foi mínima, inclusive o candidato Sebastião de Paulo Rêgo, afirmou, na época para Saulo Ernesto, seu opositor, que ganharia a campanha por uma quantidade média de 300 votos de diferença e Saulo Ernesto não acreditou porque tinha a convicta certeza de que estava eleito, uma vez que o povo já comemorava sua vitória, assim como não deu credibilidade ao seu opositor no que diz respeito à diferença de votos que ele falara, pois, era uma diferença muito pequena para um universo de 22.186 eleitores. Segundo o próprio Saulo Ernesto

a de noventa e dois que eu tinha a absoluta certeza de que teria ganho a eleição, inclusive a própria população já estava me parabenizando, não se admitia derrota naquela época, e o fato curioso é que o meu concorrente, no caso Tião do Rêgo, ele disse que ia ganhar por trezentos votos, eu achei que num eleitorado enorme como era o de Queimadas na época, você fizesse um cálculo de trezentos votos pra se ganhar uma campanha, e ganhou por quatrocentos e trinta e nove, então é uma coisa muito curiosa, é uma coisa que depois de uma própria revelação dele que saiu, tenho testemunha inclusive, ele hoje falecido, mas isso aí ele me revelou que eu **dormi duas vezes prefeito de Queimadas**, é muito curioso num eleitorado como é o de Queimadas você dizer que vai ganhar por trezentos votos e ganhar. (Entrevista com Saulo Ernesto, em 13 de agosto de 2006) (grifo nosso)

Saulo Ernesto, portanto, perde esta campanha para Sebastião de Paula Rêgo, este que obteve 7.041 votos contra 6.602 votos.

A história se repete na campanha de 1996, quando novamente, segundo Saulo Ernesto, “ele dorme prefeito e acorda sem o ser”. É interessante que este fato é revelado na campanha seguinte, a de 2000, na qual Saulo Ernesto viria a ser o pré-candidato à vice-prefeito de Assis Maciel que caminhava para a reeleição, mas ocorre nos bastidores da política outros acordos que fazem com que o candidato à vice não venha a ser Saulo Ernesto, mas sim, Pedro Saulo Pereira Pachú. Ocorre o que se denomina no meio político de “traição” e, nesta altura dos acontecimentos, Saulo Ernesto que compunha os quadros do Partido Democrático Brasileiro – PDT – não havia mais possibilidade de se articular e se lançar candidato, pois, como se sabe, existem critérios e períodos convencionais nos partidos e nas coligações para que se possa sair candidato.

Saulo Ernesto, portanto, na eleição para prefeito seria o vice de Assis Maciel, mas devido às articulações e as estratégias no **campo político**, o impedem de sair. Não tendo mais condições, devido o período das convenções já terem passado para Saulo lançar sua candidatura ou articular uma nova composição de força, se alia a Sebastião de Paula Rêgo – Tião – o seu adversário político histórico.

Na eleição de 2000, as duas maiores forças da política se encontram pela primeira vez, na história política do município, unidas em um só palanque objetivando o executivo, Tião como o candidato e Saulo Ernesto o apoiando. Essa foi uma das eleições menos emocionantes, como muitos afirmam, devido à falta de disputa, pois, muitos sempre acompanharam a forte disputa travada entre Saulo Ernesto e Sebastião de Paula Rêgo no decorrer da história política de Queimadas e agora estavam os dois, unidos em um só grupo político.

Com este apóio de Saulo Ernesto a Tião, a maioria dos eleitores de Saulo Ernesto, revoltados, não votaram em Tião, mas sim em Assis Maciel, o candidato opositor, haja vista que quem votava em Tião não “simpatizava” com Saulo Ernesto e vice-versa. Assis Maciel é eleito com 11.002 votos, contra 6.650 votos. Esta foi, portanto, a maior diferença de votos, entre dois candidatos que pleitearam ao cargo de prefeito, ou seja, 4.352 de diferença.

Tendo em vista que Saulo Ernesto sofre um duro golpe na campanha de 2000, além das que já sofrera em campanhas anteriores, só voltará a ser candidato na eleição de 2004. Nesta eleição que mais uma vez foi muito disputada, merece registro o seu desgaste político principalmente por ter apoiado, no ano de 2000, Sebastião de Paula Rêgo, que sempre foi seu opositor.

Mesmo assim, Saulo começa a ir às casas dos seus amigos, das pessoas mais próximas, das pessoas que acreditavam em seu projeto político e apresentava, estrategicamente, um folheto sobre o que havia feito quando prefeito em 1976. Era como se fosse um trabalho de esclarecimento sobre as obras que havia realizado no município. Mas muitas pessoas não acreditavam, outras zombavam, afirmando que Saulo Ernesto não tinha condições de administrar o município que o seu tempo já havia passado. Entretanto, ele não deixou de persistir e com esse trabalho de ir a pé, de casa em casa foi reconstruindo o seu espaço político. Caminhando com a sua esposa Elinete, foi conseguindo fazer com que as pessoas comesçassem, partir do panfleto distribuído e que continha as suas realizações na administração no ano de 1976, e retomando a imagem de seu pai, Carlos Ernesto, voltassem a acreditar novamente em seu projeto político.

Convêm salientar que a conjuntura político administrativa do momento também favoreceu exemplarmente a consolidação de sua candidatura, e conseqüente vitória, pois a atual situação do município não era nada boa e passava por alguns problemas administrativos graves, tais como: as sucessivas ausências do prefeito, Assis Maciel, em seu gabinete de trabalho, para atender no Ligeiro, lugar onde residia; lixo constante na cidade; descaso para com o município e alguns espaços públicos que se encontravam abandonados, tudo isso contribuiu para que a oposição se fortalecesse como alternativa de governo.

Em junho de 2003, em uma reunião convocada pelo Partido dos Trabalhadores, a oposição do município de Queimadas se reúne para realizar uma discussão em que pudesse a partir daquele momento fortalecer e cada vez mais o grupo da oposição. Em

conjunto iriam todos às comunidades rurais para apresentar o que queriam fazer e/ou desenvolver para o município, caso viessem a ser eleito. A princípio, todos os participantes gostaram da reunião conforme nos esclarece o Jornal Folha do Cariri:

os participantes consideraram um sucesso a reunião da cúpula da oposição, realizada no dia 19 de junho, no Instituto Menino Jesus. Entre os opositoristas, marcaram presença na reunião: Antônio Carlos PT, Dr. Pedro Saulo (sem partido), Ronaldo Lucena (PMN), Aduino Macário (PV) e Saulo Ernesto (sem partido) além do professor Mauricio Xavier (PST) que não faz parte do grupo de oposição (Folha do Cariri, Queimadas - PB, Julho de 2003, p. 05)

Acontece ainda uma segunda reunião da oposição, no dia 27 de junho de 2003. Nesta reunião se discutiu que em dezembro do corrente ano, far-se-ia uma pesquisa para prefeito em que o valor desta pesquisa seria dividido por todos os membros do grupo e, conforme o resultado da pesquisa, quem ficasse em primeiro lugar, democraticamente, seria o candidato ao cargo de prefeito e quem ficasse em segundo, conseqüentemente, seria o candidato à vice-prefeito, concordando assim, os demais seriam à base de sustentação da campanha, assim como, se eleitos, participantes do governo. Conforme a reportagem

Os líderes de oposição estiveram mais uma vez reunidos para discutir assuntos relacionados às eleições municipais do ano que vem. O encontro aconteceu no dia 27 de julho, no Instituto Menino Jesus, contou com as presenças de Pedro Saulo (PTB), Ronaldo Lucena (PMN), Arnaldo Maia (PPS), Saulo Ernesto (sem partido), professor Antônio Carlos do PT e outros convidados. Na pauta do encontro foi discutida a possibilidade da oposição lançar uma única candidatura para disputar com o candidato da situação, nas eleições de 2004. Para isso será lançada até o final do ano uma pesquisa para apontar entre si quem será o cabeça da chapa das oposições, o segundo colocado das pesquisas poderá ser o vice, e os demais optarão pelo apoio com ou sem coligação (Folha do Cariri, Queimadas – PB, agosto de 2003, p.05)

Tudo a princípio parecia que estava acordado, em outras palavras, pactuado, mas Dr. Pedro Saulo, no período de julho, se encontrava como o candidato mais expressivo da oposição, e, contrariando a maioria, afirmava que não precisava fazer uma pesquisa em dezembro, a pesquisa, segundo ele poderia ser realizada em setembro. Sua justificativa para uma pesquisa em setembro se respaldava no argumento de que todos os candidatos já eram bastante conhecidos no município.

Não concordando com esta postura o pré-candidato do Partido dos Trabalhadores, Antônio Carlos, assim como Saulo Ernesto, se manifestam contrários, o primeiro justifica sua postura afirmando que o seu nome não é conhecido em todo o território do município e que os nomes conhecidos em todo o município são os de Saulo Ernesto e Pedro Saulo, assim sendo, precisaria de mais tempo para realizar a pesquisa eleitoral para que cada um, ou em conjunto, ou sozinhos, pudessem ir de localidade em localidade do município mostrar a sua proposta de governo para o município; o segundo argumenta que é preciso mais tempo porque é interessante que as comunidades conheçam todos e vejam as suas propostas de governo.

A reunião foi encerrada com este impasse e uma outra ficou marcada para o dia 23 de julho, só que esta não ocorre. Diante de tal quadro divergente, dá-se a ruptura da oposição e cada um vai para o seu lado. Pedro Saulo se filia ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), este que tem como presidente a filha do ex-prefeito de Queimadas, Sebastião de Paulo Rêgo, Socorro e que, por sua vez, já articulava como vice de Pedro Saulo, o seu marido, Ricardo Lucena. Com essas novas alianças/adesões constrói-se um grupo muito forte, com o apoio do ex-prefeito Tião e, conseqüentemente, do Deputado Federal Carlos Dunga, que desde 1982 é aliado de Tião.

Enquanto isso, a “situação”, com muitos problemas, tenta discutir o melhor nome para o município e aponta como pré-candidatos, Raimundo Farias que, no momento, era presidente da câmara municipal; Zé Maria, responsável pela pasta de Agricultura do município, professor Maurício Xavier e João Batista, mais conhecido por Batista, sogro do então Deputado Estadual Jacó Maciel.

Desses nomes indicados pelo grupo da “situação” para disputar a eleição de 2004, o mais aceito foi o de Maurício Xavier e os outros sofriam grande rejeição, principalmente, Batista, haja vista que este morava na cidade de Alcantil, e não tinha aceitação popular, pois, havia chegado ao município de Queimadas apenas para ser candidato trazido pelo Deputado Jacó Maciel. Conforme o Jornal Folha do Cariri;

(...) a pesquisa encomendada pelo grupo da situação envolvendo os nomes do presidente da câmara Sr. Raimundo Farias, do secretário de Agricultura José Maria, do professor Maurício Xavier, entre outros, (para saber da população o melhor nome para disputar a prefeitura) garantiu o nome do professor em 1º lugar. (Folha do Cariri, Queimadas - PB, julho de 2003, p. 05)

Pedro Saulo quando indagado sobre a pré-candidatura de Batista, assim se expressou:

Deve ser uma pessoa de bem, não o conheço, mas respeito. Porém acho que Queimadas tem filho capaz de representar excelentemente a cidade, na administração pública, ou seja, como prefeito. E esta idéia do Deputado, para mim, é um desrespeito com os filhos de Queimadas. (Folha do Cariri, Queimadas – PB, setembro de 2003, p. 03)

O que ocorreu, segundo relatos do Jornal Folha do Cariri e depoimentos de alguns informantes, foi uma forte rejeição aos nomes postulados como pré-candidatos da “situação”. Parece que o que ocorreu foi aquele velho paradigma na política que não adianta ter apenas dinheiro sem um nome construído, assim como não adianta ter um nome muito bom sem os recursos para custear a campanha. Foi o que aconteceu no município de Queimadas, por ocasião da campanha eleitoral do município no ano 2002; a “máquina administrativa”, neste caso a prefeitura, tinha recursos para custear a campanha até porque também tinha um Deputado Estadual, mas não tinha um nome que pudesse vir a representar os anseios da população, o nome do professor Maurício era um nome forte, mas não a ponto de disputar com o de Dr. Pedro Saulo que já vinha fazendo sua campanha e tinha uma boa aceitação. O nome de Maurício Xavier era forte, mas em relação aos que faziam parte do grupo da “situação”. Em entrevista com Pedro Saulo, no Jornal Folha do Cariri, fica nítida a força que este tinha, tanto por estar em um grupo forte, como também por ter um respaldo positivo enquanto médico:

(...) todas as pesquisas realizadas pela situação, segundo informações de terceiros, meu nome tem despontado com mais de 50 %, diante de todos os seus candidatos. Isto prova que a situação está com dificuldade de apresentar um candidato. (Folha do Cariri, Queimadas – PB, setembro de 2003, p.03)

O campo político assim vai se estruturando; Saulo Ernesto com o seu trabalho junto aos amigos, faz uma espécie de trabalho de base, apresentando o que **fez** quando foi prefeito e tentando organizar alguns segmentos da sociedade civil, dentre esses se destaca os segmento comercial e o segmento da juventude, e assim vai paulatinamente se fortalecendo e se instituindo como um nome na disputa do poder municipal.

Para “agradar” ao segmento comercial ele constrói a Associação Comercial que, notoriamente, é o segmento mais forte de Queimadas, tendo em vista que Queimadas

ocupa, em relação ao Estado da Paraíba, a 12ª maior economia devido a forte atividade comercial e do distrito industrial. Fica clara a influência da Associação Comercial de Queimadas, a partir do seguinte discurso no Jornal Folha do Cariri:

Os comerciantes começam a organizar-se em associação, na cidade de Queimadas, com a criação da Associação Comercial. Em reunião realizada no dia 04 de setembro, foi aprovado o estatuto da entidade, e eleita uma direção provisória para dar continuidade aos trabalhos de legalização da Associação Comercial. Esta diretoria vai comandar a entidade até que seja eleita uma definitiva para o próximo biênio, segundo informou o idealizador Saulo Ernesto. (Folha do Cariri, Queimadas – PB, setembro de 2003, p.06)

Em relação ao segundo segmento – a juventude, ele organiza a diretoria da Fundação Carlos Ernesto – FUNCER – inaugurada no ano de 1983, entidade esta que traz o nome do seu pai. Em seu estatuto, a FUNCER destina-se a desenvolver trabalhos nas áreas social e cultural. Um trabalho dirigido à juventude, outro segmento estratégico do ponto de vista político, é visto com bastante simpatia, haja vista que o município estava muito carente no que diz respeito às atividades culturais, então se reestrutura a FUNCER e a partir dela, começa a se realizar eventos que possam envolver a juventude de Queimadas. Um dos eventos que mereceu destaque foi a “Feira Educativa e Cultural de Queimadas” – FECQ, realizada em dezembro de 2003.

Essa maneira de trabalho, o incentivo à formação de associações, em organizar a cidade por segmentos, ganha repercussão no município e passa a receber bastantes elogios; isso fica claro quando ao ler uma nota de um cidadão queimadense ao Jornal Folha do Cariri, sobre a Associação Comercial:

(...) É a união fazendo a força, e comprovando o velho chavão das passeatas, que povo unido jamais será vencido. Pois bem, é preciso que nós estejamos preparados e organizados para enfrentar as mudanças surgidas à quase todo instante na sociedade, hoje globalizada. São novas técnicas comerciais, industriais, novos tipos de comércio, novas tecnologias, novas alternativas, novos direitos, novos deveres, novos caminhos que atingem a todos indistintamente. E para enfrentá-los é preciso que estejamos preparados, e acima de tudo, organizados. Pois é através da organização que somamos forças, e que na maioria das vezes, nos levam às conquistas, (...) aqui vai o meu reconhecimento e agradecimento às pessoas que tem tomado iniciativas como estas, e me coloco à disposição para cooperar no que for possível, pois todos só têm a ganhar, principalmente o município que fica com a sua sociedade organizada e conscientizada. (Folha do Cariri, Queimadas- PB, outubro 2003, p.04)

Após este trabalho desenvolvido por Saulo Ernesto, no ano de 2003, no município de Queimadas, observa-se um crescimento em seu prestígio político, este se fortalece politicamente e a sua grande estratégia de visibilidade política é não perder de vista a campanha que se aproxima com o respaldo do passado, quando foi prefeito de Queimadas. Saulo Ernesto em uma entrevista concedida ao Jornal Folha do Cariri, indagado se seria candidato a prefeito ao pleito de 2004, afirmou:

Sou candidato, sim. **O meu passado, as minhas raízes políticas, as minhas realizações como ex-prefeito, a minha dignidade, tudo isso me recomenda.** Como se não bastasse, não poderia ficar omissos num momento administrativo tão difícil como o que vive o município. (Folha do Cariri, Queimadas – PB, novembro de 2003, p.03) (grifo nosso)

O seu passado torna-se um referencial para a construção da sua imagem no presente e por ocasião da campanha eleitoral. O folheto que distribui de casa em casa com sua esposa, demonstram essa simbiose passado-presente e esta relação se torna um dos instrumentos de convencimento, principalmente para aqueles que não eram nascidos no período de sua administração, em grande maioria, a juventude.

Saulo Ernesto se filia ao Partido Socialista Brasileiro (PSB) que havia criado sua comissão provisória em 30 de junho de 2003⁶³, partido do qual Saulo Ernesto será membro e que será o nome mais cotado para ser o candidato ao cargo de prefeito. Em dezembro de 2003, é lançado o nome de Saulo Ernesto como o representante do Partido Socialista Brasileiro no município para disputar o cargo executivo, conforme o Jornal Folha do Cariri, que se diga de passagem, exalta, de maneira nada imparcial, a figura do candidato:

O Partido Socialista Brasileiro da cidade de Queimadas já decidiu que o ex-prefeito Saulo Ernesto será o candidato à sucessão municipal de 2004. (...) Saulo Ernesto é um homem bastante identificado com a população e a sociedade queimadense. Pois já foi vice-prefeito e prefeito do município por uma vez, fazendo uma boa administração em termo geral, realizando dezenas de obras, principalmente na área da educação e do social, proporcionando oportunidade de trabalho aos filhos da terra. É um homem conciliador de uma boa visão administrativa e espírito público empreendedor, conhecedor profundo dos problemas municipais e o qual pode contribuir em muito para

⁶³ “Criado no dia 30 de junho de 2003, o PSB (Partido Socialista Brasileiro) da cidade de Queimadas, elegeu sua comissão municipal provisória, já aprovada pela estadual, cujo objetivo é estruturar o partido neste município. A comissão ficou constituída dos seguintes membros: Antônio Fernandes da Silva Tavares (presidente); Samuel Nogueira de Carvalho; Saulo Leal Ernesto de Melo; Elinete da Silva e Luísa Julimar Bezerra” (Folha do Cariri, Queimadas – PB, setembro de 2003, p.03).

impulsionar o desenvolvimento e o progresso da cidade (...) (Folha do Cariri, Queimas – PB, dezembro de 2003, p. 03)

Pedro Saulo continuava com sua aceitação popular, mas agora igualmente começava a ascender nas pesquisas realizadas pelos grupos políticos locais o nome de Saulo Ernesto à prefeitura. Nesse novo cenário a “situação” tinha os seus nomes mais nenhum conseguia ter respaldo suficiente para a disputa, dos nomes cogitados, o de Mauricio Xavier era o que despontava, mas mesmo assim perdia nas pesquisas para Saulo Ernesto e Pedro Saulo. Saulo Ernesto, dessa forma, sem apoio político de nenhuma força, apenas com o nome, a tradição, um passado que poderia mostrar com as obras realizadas em sua administração anterior, consegue alcançar nas pesquisas o segundo lugar como favorito ao cargo executivo.

A “situação” que era o grupo do Deputado Jacó Maciel e de Assis Maciel, este último prefeito em seu segundo mandato, não poderia mais concorrer ao cargo. Para tanto, tinha a “máquina na mão”, “a prefeitura”, como é denominado no mundo da política, mas não tinha um nome forte para disputar.

Conforme a lógica da política que difere da ética, a “situação” era apresentada ao seguinte cenário: ou apoiaria Maurício e perderia a eleição, conforme as pesquisas apontavam, e perdendo estaria entregando a prefeitura ao então vice e opositor mais ferrenho, e na época pré-candidato, Dr. Pedro Saulo e os seus aliados Sebastião de Paulo Rêgo, Ricardo Lucena, esses que foram oposição em todo o governo a Assis Maciel, ou então, a outra alternativa seria apoiar a eleição de Saulo Ernesto, uma vez que este era o segundo colocado nas intenções dos eleitores.

E este em relação aos dois grupos, tinha um “nome” conhecido em todo o município, mas não tinha condições de bancar a campanha, fazer comícios, material de divulgação, adesivos, músicas, camisas, enfim, indumentárias e artefatos para o *marketing* político, para a publicidade do candidato. O grupo da “situação” tinha toda essa estrutura para fazer a campanha, mas não tinha um “nome” que fosse forte a ponto de disputar com Pedro Saulo, uma vez que este tinha um “nome”, pois, era médico no município, e bastante conhecido e respeitado, e tinha também o apoio do grupo de Sebastião de Paula Rêgo, que se mantinha aliado a Carlos Dunga.

O quadro político estava muito disputado e a “situação” para não “perder o poder”, para os seus maiores opositores, convida Saulo Ernesto ⁶⁴ para ser candidato da “situação”, mesmo por outro partido, e caberia também a “situação” indicar o vice prefeito, qual seja, o sogro do Deputado Jacó Maciel, Batista.

Este foi um acontecimento que mexeu com todas as peças do tabuleiro de xadrez que é a política, pois com este apoio Pedro Saulo, candidato da oposição, que já se imaginava eleito devido às pesquisas que o indicavam, muda totalmente, uma vez que Saulo Ernesto agora estava aliado não apenas a Assis Maciel e a Jacó Maciel, mas a toda uma base de vereadores, dos 15 vereadores da câmara municipal, 13 aderiram a Saulo Ernesto.

Na eleição de 2004, portanto, ocorre algo importante e inovador, da mesma maneira que 1972 se implantou em Queimadas os chamados “comícios relâmpagos”, nesta se implantou os denominados “debates públicos”, os quais possibilitaram um maior esclarecimento, sobre as propostas/proposituras dos candidatos ao cargo

⁶⁴ Esta aliança entre Saulo Ernesto e Batista não foi aceita por todos os membros do partido, pois, no sábado, dia 29 de maio de 2004, alguns representantes do partido ligados a Antônio Barbosa (Bala) e a José Rodrigues, secretário geral do Partido PSB local, se reuniram para discutir a vice, tendo em vista que não aceitavam a candidatura de Saulo Ernesto com o vice sendo indicado pela “situação”, ou seja, não aceitavam Batista, dessa forma Germano, um dos membros do partido recorre à executiva estadual para resolver este impasse, e a executiva através de sua representante legal Nadja Palitot, envia um documento autorizando a coligação e a indicação de Batista a Vice-prefeito na chapa com Saulo Ernesto. Com isso ocorre uma ruptura local entre os membros do partido do qual o presidente do PSB local, Antônio Fernandes da Silva Tavares, juntamente com seu amigo Samuel Nogueira de Carvalho, passam a apoiar a campanha de Pedro Saulo contra Saulo Ernesto. Enquanto isso, o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido da Mobilização Nacional (PMN) fazem aliança e lança também os seus nomes, Ronaldo Lucena candidato a prefeito e Antônio Carlos a vice-prefeito; Maurício Xavier, assim como Raimundo Farias que eram os nomes cotados para o cargo de prefeito com o apoio da situação, vão cada um tomar seus rumos, Maurício Xavier, rompe com a “situação” e assume uma postura adversa sendo, portanto, candidato a prefeito pelo Partido Socialista Democrático Cristão – PSDC – e passa a ser oposição ao grupo político que sempre esteve aliado. Da mesma maneira Raimundo Farias, por não ser mais o nome indicado para pleitear o cargo executivo, ele passa agora, ainda presidente da câmara, a ser oposição ao Deputado Jacó Maciel e ao, então, prefeito Assis Maciel, em seguida, se filia ao PPS e apóia Pedro Saulo para prefeito. Isto fica claro numa matéria na Folha do Cariri sobre as coligações no município de Queimadas. “No município de Queimadas, na 59ª zona eleitoral quatro candidatos a prefeito foram indicados para concorrer à prefeitura municipal; o PSDC coligou-se com o PHS, visando disputar as eleições para prefeito e câmara de vereadores no próximo dia 03 de outubro. Para a eleição majoritária a coligação ‘Mudar é Preciso’ homologou o nome do professor Maurício Xavier (27) para prefeito e o professor José Maria da Silva PHS para vice. Na chapa proporcional, a coligação indicou dezoito candidatos a vereador; o médico e atual vice-prefeito Pedro Saulo (14), foi indicado pela coligação ‘Muda Queimadas’ formadas pelos partidos PTB, PPS, PMDB e PSDB, para concorrer a prefeitura no dia 03 de outubro. Para vice-prefeito foi escolhido o vereador Ricardo Lucena de Araújo. A chapa proporcional PPS e PTB indicaram dezoito candidatos a vereador, doze homens e seis mulheres; a coligação “É Hora de Mudar” formada pelos partidos: PMN e PT, homologou o nome do comerciante Ronaldo Lucena (33), para prefeito e do professor Antônio Carlos para vice. A chapa proporcional tem treze candidatos a vereador para a eleição de 03 de outubro, são doze do sexo masculino e uma do sexo feminino; a coligação “Queimadas pra frente”, formada por PDT/PL/PSB/PV, homologou o nome do engenheiro aposentado e ex-prefeito Saulo Ernesto (40), para concorrer à eleição municipal no dia 03 de outubro. O vice é “Batista”. Na chapa proporcional foram indicados 35 candidatos a vereador”. (Folha do Cariri, Queimadas – PB, julho de 2004, p. 04)

executivo. Estes debates ocorreram em alguns estabelecimentos tais como: Sede do Conselho de Desenvolvimento Rural, Colégio Professor José Miranda e no Ginásio Poli Esportivo do Ligeiro.

A forma de organização do debate se deu da seguinte maneira: tinha um mediador que, por exemplo, na comunidade do Ligeiro, foi o professor de Filosofia da Universidade Estadual da Paraíba, Iomar Ricardo da Silva, o qual conduziu o debate em torno das propostas e do projeto político que cada um dos candidatos tinha para o município.⁶⁵

Esses debates foram de fundamental importância para o município, tanto do ponto de vista da sociedade como para os candidatos, uma vez que esse momento tornou-se um espaço mais democrático, pois os eleitores tinham como ouvir e debater as propostas dos candidatos, já que nos *Showmícios* os cidadãos vão mais para se divertir com a “festa” e esse espaço, contrariando, o espaço dos comícios, serviriam para a discussão das idéias e propostas dos pleiteantes.

Desta feita, as eleições se aproximam e Saulo Ernesto com uma diferença muito pequena de votos, 269 votos, dentro de um eleitorado de quase 27.000, obtendo, portanto, 9.741 contra 9.472 do seu opositor Pedro Saulo, é eleito, em 03 de outubro de 2004.

Finalmente após várias campanhas eleitorais e tanta perseverança, Saulo Ernesto sai vitorioso e novamente, dá-se uma reconfiguração no poder local na cidade de Queimadas.

4.2. Campo político e rituais

4.2.1. Campanhas franciscanas

Um das maneiras de se pensar a construção dos agentes políticos é inserindo-o e ou analisando-o dentro do campo político, campo de disputas, em que os rituais de consagração⁶⁶ são fundamentais, a exemplo os comícios e os “*showmícios*”, para a

⁶⁵ Consultar Jornal Folha do Cariri, de 18 a 24 de setembro de 2004, Ano II, número 27, Queimadas - PB, para observar o debate que está ocorrendo nos espaços da sociedade civil organizada do município de Queimadas.

⁶⁶ Entende-se aqui por “rito de consagração ou rito de instituição o rito que tende a consagrar ou legitimar, isto é, a fazer desconhecer como arbitrário e a reconhecer como legítimo e natural um limite arbitrário, ou melhor, operar solenemente, de maneira lícita e extraordinária, uma transgressão dos limites constitutivos da ordem social e da ordem mental (...)” (BOURDIEU, 1998, p.98)

disputa de capitais simbólicos⁶⁷ e, conseqüentemente, a construção dos agentes nessas disputas com suas características particulares e seus capitais adquiridos historicamente.

Como já afirmado ao longo desse texto, é a partir da década de 1970 até finais da década 1990, que a história política do município de Queimadas é marcada por grandes disputas entre duas forças que, historicamente, se constituíram no cenário político municipal, a força política vinculada a Sebastião de Paula Rêgo e a força política vinculada a Saulo Ernesto.

A disputa como em todo e qualquer campo sempre foi bastante acirrada. E no campo político, especificamente, esses acirramentos são mais visíveis posto que se encontram nas próprias ações cotidianas das famílias, dos indivíduos que optam, por um candidato ou outro, mas são nos rituais de consagração que os agentes apresentam de maneira mais nítida este acirramento.

É por ocasião de realização dos comícios, em um primeiro momento, e em um segundo momento, a partir de 1992, nos “*Showmícios*”, que a disputa eleitoral terá como aliada a mídia, como propiciadora da estandartização dos rituais de consagração da política.

Um dado interessante para se compreender a constituição do campo político no município é, além de perceber a trajetória política de cada um desses agentes citados, nos remete as memórias, aos discursos dos entrevistados sobre os rituais de consagração, pois são neles que ocorrem todo um processo de visibilidade do candidato, tornando-o, embora o candidato seja aquele que está próximo do eleitor, algo distante, devido à própria posição que ocupa dentro do campo político.

O candidato, assim, torna-se alguém, que possui uma certa sacralidade, algo sagrado, um certo poder de encantamento. Tal investimento de poder pode se dar pelo fato do candidato, ao contrário do eleitor, saber falar em público, ser de uma família tradicional e respeitada, possuir poder econômico, ser uma pessoa letrada, possuir carisma, ter acesso às famílias influentes na localidade, entre outras características.

É possível afirmar que são os capitais adquiridos historicamente que fazem com que ocorra esse distanciamento, por um lado, e, por outro lado, ao mesmo tempo, uma maior admiração por parte das pessoas, eleitores, para com o candidato. Esses capitais,

⁶⁷ Conforme a abordagem de BONNEWITZ (2003), os capitais simbólicos correspondem ao “conjunto dos rituais (como as boas maneiras ou o protocolo) ligado à honra e ao reconhecimento. Afinal, apenas o crédito e a autoridade conferem a um agente o reconhecimento e a posse das outras três formas de Capital (Capital econômico, cultural e social). Ele permite compreender que as múltiplas manifestações do código de honra e de regras de boa conduta não são apenas exigências e controle social, mas constitutivas de vantagens sociais com conseqüências efetivas”. (BONNEWITZ,2003, p. 53-54)

ou seja, capital cultural, social e econômico, todos eles vão constituindo o capital simbólico que dentro do campo de disputa política, através dos rituais de consagração, assume uma relevância ímpar, haja vista que cada candidato vai se utilizar das suas astúcias para tentar conquistar o eleitor.

Esta maneira de conquistar o eleitor no processo de disputa pode acontecer de diversas formas dentro do campo político, pode ser através do capital econômico ou através dos demais capitais. Nos comícios, realizados em Queimadas, vários capitais são utilizados, merecendo destaque, para o agente político Tião a referência à família Rêgo e o seu jeito carismático e popular de fazer campanha. E quanto a Saulo Ernesto, destaca além do sobrenome Ernesto, a referência à tradição familiar e o título adquirido, este enquanto forma de capital cultural, o qual é trabalhado através da sua formação e dos seus discursos, bem como de suas habilidades para falar em público. Sobre esta habilidade, informa um dos entrevistados fazendo menção de como Saulo Ernesto era anunciado nos comícios e a sua oratória como algo de destaque:

“O estudante de Engenharia”, “o jovem estudante de Engenharia”; Saulo geralmente era anunciado assim. “O jovem universitário de Engenharia Saulo Ernesto”. Por sinal sempre foi um grande orador e Saulo empolgou muita gente com seus discursos, sua eloquência de oratória, esse negócio todo. Foi um grande orador Saulo, sempre foi; desde jovem, desde quando estudante, sempre foi um grande orador. (...) Sem dúvida, sem dúvida, essa oratória contribuiu muito. **Além do prestígio político do pai dele, a oratória dele juntou o útil ao agradável.** Porque na época, sempre quem falava bem, geralmente era o estudante do clássico, que fazia clássico: que fazia Direito, essas coisas. Mas Saulo, na área de Engenharia, na área técnica, sempre falou melhor do que todos os estudantes, sempre foi um bom orador. (Entrevista com Antônio Olímpio, em 26 de março de 2006) (grifo nosso)

Aqui se destacam características fundamentais e que, portanto, são constitutivas da imagem desse personagem político, quando anunciado em 1966 à vice-prefeito, como o “jovem estudante de engenharia” vê-se aí o adjetivo que qualifica o personagem Saulo Ernesto, assim como essa relação que faz para com o curso de engenharia, como sendo elementos que vão dando credibilidade à pessoa política; características essas que são fundamentais para a disputa dentro do campo político, haja vista que se disputam também símbolos que representam capitais.

Este destaque quanto à formação acadêmica é um destaque do capital cultural, entendendo-se que este é um conjunto de qualificações intelectuais que são produzidas

pelo sistema escolar ou transmitidas pela família e que, portanto, pode ser distinguido de três maneiras: em estado incorporado como disposição duradoura do corpo, por exemplo, a facilidade de expressão em público; em estado objetivo como bem cultural, com obtenção de quadros de obras de artes, por exemplo; e em estado institucionalizado, isto é, socialmente sancionado por instituições, como os títulos acadêmicos.⁶⁸

Na referida citação é nítido o capital cultural enquanto disposição duradoura do corpo, tendo em vista que a oratória, o poder de domínio para com as palavras, como sendo algo característico deste personagem e a referência ao substantivo engenheiro, que aqui assume mais uma característica adjetivante, uma vez que é algo que qualifica a pessoa e que é utilizado também como algo que legitima a oratória, que diferencia o orador de outro orador, é algo que está intrínseco ao discurso, fortalecendo-o, pois, quando é anunciado nos comícios o “jovem estudante universitário de engenharia”, esta maneira de chamar já impõe respeito, uma vez que não é qualquer pessoa que está sendo convidada a discursar, mas alguém que possui certos atributos que o autorizam a falar. A referência ao título, legitima a sua oratória. Desta feita

um enunciado performativo está condenado ao fracasso quando pronunciado por alguém que não disponha do “poder” de pronunciar-lo ou, de maneira mais geral, todas as vezes que “pessoas ou circunstâncias particulares” não sejam as mais indicadas que se possa invocar o procedimento em questão. (BOURDIEU, 1998, p.89)

O discurso político para se legitimar, para ter respaldo, tem que assumir algumas prerrogativas que estão relacionadas com as propriedades do discurso, propriedade daqueles que as pronuncia e propriedade da instituição que o autoriza.⁶⁹ Neste caso, Saulo Ernesto encontra-se respaldado por toda uma tradição familiar que o legitima e, além disso, têm este capital cultural transmitido objetivamente através da oratória e de sua formação acadêmica. Isto em um período em que poucas pessoas chegavam a se inserir em cursos universitários, principalmente, quem morava em cidades do interior, devido às condições materiais que eram escassas e o difícil acesso aos meios de transportes para fazer este deslocamento.

⁶⁸ BONNEWITZ, Patrice. Primeiras lições sobre Sociologia de Pierre Bourdieu. Tradução de Lucy Magalhães, Petrópolis, RJ, Vozes, 2003.

⁶⁹ Consultar PIERRE, Bourdieu. Linguagem e Poder Simbólico. In: A economia das trocas lingüísticas: O que falar quer dizer. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998, p.89, (Clássicos, 4)

A eficácia simbólica das palavras é exercida na medida em que a pessoa-alvo, neste caso o eleitor, reconhece quem a exerce como podendo exercê-la de direito, repousando-a na crença.⁷⁰ Esta crença se constrói a partir de elementos que as pessoas identificam no candidato como legítimos. As ressalvas, por exemplo, de Saulo Ernesto como filho de Carlos Ernesto, jovem estudante de engenharia, todos esses são elementos legítimos para tal crença.

Com esses elementos, Saulo Ernesto vai, no interior do **campo político**, através desses capitais simbólicos, se instituindo, se consagrando numa terminologia utilizada por Bourdieu. Como o referido sociólogo afirma,

instituir é consagrar, ou seja sancionar e santificar um estado de coisas, uma ordem estabelecida.(...) A investidura (...) consiste em sancionar e em santificar uma diferença, fazendo-a conhecer e reconhecer, fazendo-a existir enquanto diferença social, conhecida e reconhecida pelo agente investido e pelos demais. (BOURDIEU, 1998, p.99)

Essa consagração vem como se fosse algo quase que natural, uma vez que as pessoas começam a percebê-lo de outra maneira, ou seja, não mais como a pessoa Saulo Ernesto, mas, sim, esta pessoa somada aos atributos que lhe foram imputados bem como os valores e comportamentos que foram adquiridos historicamente. Passam a tratá-lo com mais respeito. É a investidura que exerce uma eficácia simbólica pelo fato de transformar a pessoa consagrada. Como afirma Bourdieu (1998)⁷¹, de início ela transforma a representação que os demais agentes tem sobre estas pessoas modificando-a, atribuindo-lhes ao personagem político, no nosso caso, títulos de respeito e, em seguida, a pessoa investida também passa a adotar comportamentos condizentes com a investidura, com a representação que a exerce.

A própria categoria “Doutor”, como assim se começou a denominá-lo, “Doutor Saulo Ernesto” foi uma dessas concessões de títulos que está diretamente associada a esta investidura e, conseqüentemente, a eficácia simbólica. Como bem expressa o senhor Antônio Olímpio quanto a esse título de respeito que o povo passa a atribuir a Saulo Ernesto:

⁷⁰ Consultar PIERRE, Bourdieu. Op.cit. 1998: p. 95.

⁷¹ Consultar, BOURDIEU, Pierre. Idem. 1998, p. 99.

Mas veja bem, essa relação de doutor pra sociedade, ela não pega muito bem – esse título não pega – quando o portador daquele título, o possuidor daquele título exige que o chamem de doutor. Mas Saulo nunca ligou pra isso; mas mesmo assim o pessoal sempre o tratou de doutor. (Entrevista com Antônio Olímpio, em 26 de março de 2006)

A representação que as pessoas farão daqui por diante, a partir da investidura, é Doutor Saulo Ernesto, a eficácia simbólica está no respeito que ele adquire no decorrer de sua trajetória pessoal e política. Tudo isto se construiu no cotidiano, mas são nos espaços de ritos de consagração que isto mais se apresenta, enquanto elementos que o diferenciam dos outros personagens, principalmente nas eleições que disputou com Sebastião de Paula Rêgo, o qual lhe atribuía este título, exatamente, como uma maneira de tentar distanciá-lo do povo, uma vez que nas campanhas que Saulo Ernesto disputou e que vinha, de João Pessoa para o município de Queimadas, às vésperas das eleições, Tião o chamava de o “Doutorzinho da capital”⁷², pretendendo, assim, distanciá-lo da população, e conseguir à sua antipatia, uma vez que Tião morava no município e não tinha formação acadêmica. Segundo depoimento de um dos informantes, tais assertivas podem ser constatadas:

Tião se referia a Saulo como “o Doutor”, certo? Ele tentava dizer que ele era um analfabeto que tinha conseguido chegar ao posto de ser prefeito de Queimadas, esses detalhes todos; e “o Doutor” não conseguiu. Então Tião brincava com – e trabalhava bem – a questão do pessoal, da psicologia do povo, mostrando que ele se parecia com o povo, por ser analfabeto na linguagem dele, enquanto Saulo era totalmente diferente do povo, porque Saulo era “Doutor”. Então criou, naquela campanha de 88 (oitenta e oito), essa questão: “o Doutor”, “o Doutor”, “o Doutor”, que era exatamente um termo pejorativo, pegando a população que não tinha informação, que não tinha instrução; se comparando com essa população e jogando Saulo exatamente contra, porque Saulo vinha como o oposto, como o cara que queria saber mais de tudo e esse negócio todo. (...) (Entrevista com José Ezequiel Barbosa Lopes, em 23 de março de 2006)

É interessante notar como no campo político, também campo de disputas simbólicas, uma palavra, uma titulação ela pode adquirir sentidos opostos, sentidos que venham a favorecer ao opositor, como exemplo, tem-se a utilização e a resignificação que foi atribuída estrategicamente por Tião para se contrapor a Saulo Ernesto. Em outras palavras, um recurso simbólico que era muito forte, enquanto capital cultural,

⁷² Neste capítulo no tópico intitulado “O Doutor e o Matuto Sabino” analisaremos mais detalhadamente os usos dessa palavra dentro do Campo Político.

capital de notoriedade, reconhecimento, para Saulo Ernesto. Tião a utiliza dando-lhe um significado oposto, tentando, assim, promover o distanciamento dos eleitores para com o seu opositor, com o elemento da espacialidade e da respeitabilidade através do título de reconhecimento. O primeiro, o elemento da espacialidade é quando se refere que Saulo Ernesto é da capital, vive em João Pessoa, e o segundo diz respeito ao título, a investidura simbólica adquirida. São as estratégias utilizadas, no campo político, para se chegar ao poder.

É como nos ensina Maria Helena Weber (1996:11) em “Mídia e Eleições: Relações (Mal)Ditas”: “fazer política é dizer bem, dizer em parte, dizer mal, dizer estrategicamente. Os dizeres bem ditos ou mal ditos constituem paisagens para as disputas entre eleições, mídias e cidadãos”.⁷³

Nos comícios esses discursos eram quase sempre ressaltados, principalmente no de 1988. Entretanto, contrapondo-se a esse distanciamento ocorre no ritual de consagração – comício – dois fenômenos ritualísticos importantes:

- 1) os comícios relâmpagos; e
- 2) as campanhas franciscanas.

Fenômenos estes que merecem ser trabalhados mais detalhadamente, uma vez que são antropologicamente acontecimentos relevantes, pois, apresentam certas características do ritual dos comícios da época, unidos ao cotidiano da política.

Em todos os municípios brasileiros e em Queimadas não seria diferente, existiam os comícios que se caracterizavam pela realização de discursos proferidos pelos candidatos em vias públicas, geralmente em praças, ruas etc. Os discursos eram longos, debatiam-se idéias, projetos para o município, e, após estes discursos, havia alguma atração musical para os cidadãos-eleitores ali presentes. Sobre este tempo, informa um dos depoentes, José Ezequiel:

Quando eu vinha pra os comícios – meu pai me trazia pra os comícios aqui na rua – muita gente, a concentração dos comícios ali na rua do mercado, aonde ainda hoje se faz àqueles comícios e desde aquela época que era ali que se fazia e já havia muita gente participando disso. E nos sítios também, mesmo sem energia elétrica, mas muita gente ia assistir, participar dos comícios daquela época. É totalmente diferente dos comícios que a gente vê hoje, que hoje é mais questão de festa, mais a questão de “*showmício*” e naquela época mesmo o

⁷³ Consultar o texto Mídia e Eleições: Relações (Mal) Ditas de Maria Helena Weber. IN: NETO, Antônio Fausto & PINTO, Milton José (Org.). O Indivíduo e as Mídias. Rio de Janeiro: Diadorim, Editora LTDA, 1996.

pessoal ia pra escutar o candidato (Entrevista com José Ezequiel Barbosa Lopes, em 23 de março de 2006).

E ainda,

(...) nós levávamos esses triozinho de forró local mesmo, não tinha essa história de banda dessas coisas cara não, né, então os comícios eram mais na base do entusiasmo mesmo da população esse ouvia os moradores se davam atenção aos moradores, ao mesmo tempo, que pra divertir um pouco a população se colocava os artistas da terra mesmo. (Entrevista com Saulo Ernesto em 13 de abril de 2006)

Estrategicamente devido à boa retórica, a qual ainda é o princípio de disputa argumentativa indispensável à sedução e a persuasão para o voto, como nos ensina Weber (1996), Saulo Ernesto nos comícios sempre conseguia atrair muitas pessoas. O interessante é que na época da campanha para o pleito de 1976, não existia transportes para conduzir as pessoas para as localidades onde estavam sendo realizados os comícios. As pessoas/cidadãos saíam a pé para escutar as propostas e as idéias dos candidatos, além de serem também seduzidas pelos discursos. Dessa forma, de maneira estratégica e diferenciando-se dos comícios convencionais, nos quais reuniam pessoas de todas as comunidades, nesta relação de proximidade para com o povo, Saulo Ernesto institui, desde 1976, nas práticas da política queimadense, os chamados comícios-relâmpagos, como ele mesmo explica;

Isso aí foi uma idéia que tive, na campanha de setenta e seis, eu num comício de encerramento de campanha, eu como não tinha condição financeira pra transportar, porque ninguém transportava gente, hoje é usual a se transportar, na época então procurei movimentar a cidade eu chegava em, na, nos bairros e nas pontas de ruas faladas com carro de som subia numa caminhonete e lá convocava a população fazia um comício relâmpago vinte, trinta, quarenta pessoas cinquenta pessoas e a noite o comício foi um estrondo, porque eu procurei movimentar a cidade e deu certo sem gastar um tostão com transporte de pessoas pra comícios até porque não tinha atração nenhuma, não existia atração nenhuma. (Entrevista com Saulo Ernesto, em 13 de abril de 2006)

O “comício-relâmpago” além de trabalhar a imagem de um agente político o qual discursaria em pouco tempo, era realizado em diferentes localidades do município, tornando o candidato, cada vez mais próximo do eleitor, e que, portanto, se aproveitava do momento para falar sobre a sua plataforma de governo e convidar para o comício convencional à noite. Ainda nas palavras de Saulo Ernesto,

era o comício onde só falava um orador que no caso o que estava convocando a população, e ali eu aproveitava pra dizer alguma coisa que fiz na localidade, então era coisa rápida coisa de quinze, vinte minutos e dali já partia pra outra localidade. Então ali não se estabelecia o comício convencional, ali se estabelecia o movimento pra exatamente movimentar a população. (Entrevista com Saulo Ernesto, em 13 de abril de 2006)

O “comício-relâmpago” era realmente estratégico no campo político, tendo em vista que no comício convencional a estrutura era maior que esses e que quem detinha o poder econômico poderia alugar transportes para conduzir os eleitores até o local da realização do mesmo. Dessa maneira o “comício-relâmpago” do ponto de vista político, era mais econômico, linguisticamente falando, já que os discursos eram mais curtos, assim como os gastos com recursos financeiros, eram amenizados, já que o candidato saía em um transporte junto às comunidades, como nos explicou Antônio Olímpio:

A finalidade do comício-relâmpago era abranger o maior número de eleitores possível, no menor espaço de tempo – e com mais economia também. Então, naquele tempo, os recursos de campanha eram poucos, então a gente tinha que procurar fazer o comício relâmpago. O tempo, a gente estava andando contra o tempo, contra o relógio, então o comício-relâmpago, a gente começava com muita gente, em poucos minutos; em muitos locais, em pouco tempo também.” (Entrevista com Antônio Olímpio, em 26 de março de 2006)

O tempo é o que caracteriza o “comício-relâmpago”, é ele que o diferencia do comício convencional, e tudo que ocorre é em torno dele. Na campanha, o tempo se torna curto para o candidato devido à grande quantidade de comunidades existentes no município a serem visitadas. No modelo convencional de comício, além de gastar muito, não é possível realizá-lo junto a todas as comunidades, uma vez que a estrutura é maior e é necessário um planejamento e uma maior demanda de tempo.

No “comício-relâmpago”, mesmo sendo um improviso planejado⁷⁴, mas não anunciado, sua estrutura é bem menor o que possibilita ao candidato o deslocamento de uma comunidade a outra em um mesmo dia,

⁷⁴ É caracterizado por improviso planejado pelo fato que se improvisava no ambiente, em decorrência da estrutura da organização do comício não ser bem trabalhada, como seria no comício convencional, mas ocorre também o planejamento para saber quais as comunidades que irão passar, mesmo que estas não saibam que será realizado este comício-relâmpago, assim a curiosidade é algo que também é enfatizado, como estratégia para atrair as pessoas da comunidade e aqueles que por perto estão passando. É notório que em política a expectativa gerada pode se transformar em um importante aliado.

(...) era uma coisa improvisada quando chegávamos lá colocávamos um som e já chamava né? Agora à curiosidade já ia chegando gente naturalmente pra saber o que é que estava existindo, o locutor começava a fazer a convocação e dali, as pessoas que, os passantes, então, iam ficando e juntava vinte, trinta, quarenta pessoas e em torno desse movimento havia aqueles que escutavam a nossa mensagem e tal, então por curiosidade, à noite tava ao lado conosco. (Entrevista com Saulo Ernesto, em 13 de abril de 2006)

Desta feita, o aproveitamento do tempo é bem maior, assim como a quantidade de pessoas que se reúne. A partir desta variável se obtém uma economia lingüística, no espaço onde se reúne com as comunidades, bem como uma economia financeira. E se amplia à quantidade de eleitores para ouvir as propostas e, por conseguinte, o estar-junto, algo que é fundamental em uma sociedade em que as relações de reciprocidade são bastante definidoras e constitutivas no cotidiano das pessoas.

O distanciamento dos candidatos que a princípio se dá no comício convencional, a partir deste novo modelo assume um novo significado: o candidato se aproxima do eleitor, e o eleitor se sente mais próximo do candidato. Ocorre uma *brevidade temporal* e uma *brevidade discursiva* nos comícios relâmpagos, algo que será posteriormente característico no espaço do “*showmício*”.

É, portanto, uma nova linguagem que começa a surgir de maneira estratégica no campo político, é o que Carlos Félix Piovezani Filho (2003)⁷⁵ caracteriza de brevidade e conversação, utilizando-se de um discurso próximo às pessoas simples, valendo-se do que elas conhecem, assim como, através da conversação, por meio deste discurso próximo, construindo a imagem do político acessível sempre próximo e aberto ao diálogo.

Outra característica dessas campanhas e que perpassam pelas falas de todos os entrevistados é a categoria nativa de “campanhas franciscanas” que se relaciona também com a estratégia dos “comícios-relâmpagos”, tendo em vista que nestes os gastos são bem menores. Dito isto, as “campanhas franciscanas”, ou o “franciscanismo político”, foi uma maneira que as pessoas, os compadres e amigos de Carlos Ernesto, encontraram para “ajudar” a campanha do seu filho Saulo Ernesto, em suas campanhas; era como se fosse uma maneira de retribuir os favores prestados por Carlos Ernesto.

⁷⁵ PIOVEZANI, Carlos Félix Filho. Política Midiatizada e Mídia Politizada: fronteiras mitigadas na Pós-Modernidade. In: GREGOLIN, Maria do Rosário. Discurso e Mídia: A cultura do Espetáculo. São Carlos, Claraluz, 2003, p. 49 a 64.

As campanhas franciscanas se caracterizavam pelo sistema de distribuição sw cotas entre as pessoas. As pessoas se cotizavam para ornamentar os comícios, se cotizavam para comprar as camisetas, cediam caminhões para realização dos comícios, uns dividiam o dinheiro da gasolina, outros ajudavam com o carro para se deslocar da cidade à zona rural nas realizações dos comícios, enfim era uma ação franciscana, remetendo-se a idéia de que “é dando que se recebe”, é “ajudando que serás ajudado”,

(...) então todas elas foram umas campanhas carentes sem ter boas condições financeiras, os comícios aqueles comícios simples quando eles traziam já começavam a trazer shows e trazia, botava um palco, fazia os shows em um caminhão, caminhão doado, do próprio eleitor, dava os caminhões pra... Se fosse feito o palanque em quanto os outros tinham estrutura pra botar em... a gente saía... o comício hoje é aqui no mercado aí a gente pegava barbante pegava retrato saía fazendo... Fazia grude pra colar fotos colar retratos quer dizer era todo mundo voluntário, não tinha negócio de bandeira, não tinha camisas, porque não tinha condições financeiras pra isso, agente era na, como se diz no peito e na raça (Entrevista com Tereza Leal, em 08 de abril de 2006)

Esta cultura política da ajuda perpassa por todas as campanhas de Saulo Ernesto, as pessoas ajudavam sempre, se cotizavam. É interessante perceber que esta ajuda se dava não em relação ao “partido” como ocorrem com as doações, por parte de grandes empresas privadas, em nível nacional, aos “partidos políticos”. Essas doações, ajudas, eram direcionadas ao agente político, ou melhor, a campanha que cada um fazia se cotizando para ajudar o candidato e não o partido, em outras palavras, transpondo esta análise micro para o plano macro, as pessoas votam e estabelecem relações políticas para com os agentes-candidatos e não para com os partidos que o candidato representa.

Não é, por acaso, que em todos os entrevistados ficou patente a referência que se faz a pessoa Saulo Ernesto e não ao partido do qual ele faz parte e o representa, o partido fica como se fosse algo em segundo plano, e, portanto, perde visibilidade na cotidianidade da política, uma vez que o eleitor não leva em conta a dimensão institucionalizada, não vota através do projeto pensado pelo partido, mas pela relação que o agente assume. É o agente, conforme seu fazer política, seu capital político que está firmado no crédito, na crença e no reconhecimento que o torna diferente, são, portanto, características firmadas no agente que o diferencia dos demais.

Esse modelo de “campanha franciscana” fortalece no plano da cultura essas relações mais próximas e mais de contato direto entre o eleitor e o candidato,

principalmente em uma sociedade como a de Queimadas em que as relações de compadrio são muito fortes, assim como as relações de favores.

Algo interessante a observar é que este “modelo franciscano” de campanha em que a ajuda era norteadora, perpassa pelas campanhas até início da década de 1990 em que Saulo disputou, mas nem todas merecem a ênfase como as primeiras em que o ritual de consagração eram os comícios,

Saulo (...) contava mesmo com os artistas da casa; os artistas da casa iam, a título de ajuda assim, todo mundo fazia o seu showzinho lá: um cantador de viola, um aboiador, um sanfoneirozinho da região. Então todo esse pessoal participava dos comícios, já pra... em forma de ajuda a Saulo. (Entrevista com Antônio Olímpio, em 26 de março de 2006)

O modelo “franciscano de campanha” é algo que se relaciona diretamente ao tempo dos “comícios-relampâgos”, tendo em vista que esta maneira de fazer comício está relacionada à variável *tempo*, que diz respeito a uma economia lingüística ou discursiva, assim como a uma economia de recursos, devido à inexistência destes para fazer grandes comícios, em decorrência dos poucos recursos eram realizados poucos e os poucos que eram realizados tinham, em sua constituição, a prática do franciscanismo, das ajudas e doações para a realização dos mesmos.

São, portanto, essas práticas que nortearam o cotidiano da política, tornando as eleições bem mais emotivas, com a proximidade entre candidato e eleitor, a “ajuda” como sendo uma característica definidora das relações entre os indivíduos.

4.2.2. O nascimento dos “showmícios”

A partir de 1992 é demarcado o período em que começa a se desenvolver os *showmícios*. Com o *showmício* o debate entre as idéias se esvai, se fragmenta; de 1992 a 2000 as campanhas passam a ser realizadas com grandes *shows*, com grandes atrações; as pessoas não vão mais as ruas ou em tal localidade onde se realiza tal ritual tão somente para escutar as propostas de seu candidato, mas sim, para ver e ouvir o espetáculo, a apresentação das grandes bandas. Os *shows* passam a sobrepor o discurso político apresentado durante os comícios. Este é ofuscado pelo brilhantismo dos jogos de luzes que espetacularmente fazem parte do cenário no qual as bandas se apresentam, o político é também quem anuncia, quem deseja uma boa festa aos cidadãos e, esses,

por sua vez, se divertem, pois o intuito, o que o atrai para o ritual da política é também, a festa.

É o processo de espetacularização do social e do campo político, que começa a ser ambientado pela mídia. De uma sociedade em que a imagem vai se tornar centro, pensando globalmente, esta nova era, a era da telepolítica,⁷⁶ mediapolítica (Roger-Gerárd Schwartzberg) ou vídeopolítica (Giovanni Sartori), como tem sido apontado por alguns autores “se caracteriza pelo predomínio da imagem sobre a palavra, do visível sobre o inteligível, da percepção sobre o conceito, da capacidade de ver sobre a capacidade de pensar” (RUBIM, 2000, p.53)

É como bem afirma um dos entrevistados, quando indagado sobre o período dos comícios em relação aos *showmícios*,

(...) porque quem vai pro comício vai pra escutar o que o candidato quer dizer e quem vai pra um showmício vai pra ver festa. Então tem uma diferença muito grande. Então a mensagem dos candidatos não está se passando. Hoje o pessoal está votando num produto e talvez, com a volta – principalmente em cidade pequena – com a volta daqueles, das campanhas como era feito antigamente, talvez o pessoal escute mais o candidato, tenha tempo de ouvir as propostas do candidato e isso é interessante. Porque hoje não está havendo isso, não está se passando nada pra o pessoal, o pessoal vai pra os comícios apenas pra ir pra uma festa. (Entrevista com José Ezequiel Barbosa Lopes, em 23 de março de 2006).

Na era da espetacularização da política, Schwartzberg (1977, p. 09), formula que, “a política, outrora, eram as idéias. Hoje, são as pessoas. Ou melhor as personagens.” O poder, portanto, continua Schwartzberg, “tem uma fisionomia: a do dirigente que o exerce. De abstrata, a arte política se fez figurativa. O poder, então, se humaniza, se anima e adquire vida. Personaliza-se. No sentido dado por Littré a “personalizar”: “conferir uma existência pessoal a uma abstração, ou a um ser inanimado”. (SCHWARTZENBERG, 1977, p.10)

Os candidatos rapidamente se tornam produtos vendáveis aos cidadãos consumidores, usando aqui uma terminologia de Nestor Garcia Canclini; assim, a

⁷⁶ Como bem nos esclarece Rubim (2000, p.50) “O equacionamento privilegiado das novas configurações do campo político nesta circunstância histórica e midiática peculiar deve acompanhar e dar ênfase às suas inovadoras espacializações sociais, aos registros de funcionamento acionados e aos formatos adquiridos pela política. A Idade da Mídia redimensiona e resignifica a política em três patamares distintos: na telepolítica, isto é, na política realizada em redes eletrônica, analógicas ou digitais; no aparecimento de novos ingredientes políticos; e na redefinição dos regimes de funcionamento e dos formatos da política realizada em espaços geográficos determinados – aqui apreendidos pela metáfora da rua – pela virtualidade da sua possível absorção em redes midiáticas, retidas na noção metafórica de tela”.

marca do dirigente passa a equivaler à marca de fábrica e de comércio, utilizada para distinguir os produtos de um fabricante ou as mercadorias de um comerciante, a marca se relaciona diretamente à pessoa tornando-a capaz de ser identificada pelo rótulo que é a sua marca, é algo que adquire corpo, fisionomia, vida.⁷⁷ O homem político, portanto, nesta fase da espetacularização da política, se torna um personagem que desempenha papéis, assim como um ator que figura seu personagem no palco de um teatro.

Esta maneira de expressar a política tem contribuído muito para a construção de candidatos como meros produtos midiáticos, produtos construídos a partir de elementos em que a própria sociedade clama em determinada época histórica.

Na sociedade brasileira há um exemplo recente no que diz respeito a esta construção e concepção de um produto⁷⁸ a ser consumido pelos cidadãos e construído pela mídia o personagem político Fernando Collor de Melo. Como atesta Luis Felipe Miguel (2002):

A Rede Globo, a maior rede de televisão do Brasil, trabalhou bem a manipulação das imagens para a apresentação de um candidato ainda desconhecido no Brasil, Fernando Collor de Melo, pois este não estava ligado as grandes tradições da política brasileira, assim como pertencia a um dos Estados mais pobres da federação. Mas a Rede Globo, o apresentou como um candidato jovem, alto, forte, demonstrando virilidade e modernização, ao contrário do seu opositor, Luis Inácio Lula da Silva, que se apresenta como um candidato barbudo (simbolizando a velhice), baixo, com um discurso comunista, simbolizando o atraso. Ainda mais, a Rede Globo passa a transmitir, através das telenovelas da época, a novela “Que rei sou eu?”, a qual era, por sua vez, uma alegoria a conjuntura política brasileira na qual se relatava a história do reino de Avilán, cujo povo sofrido reencontrava a esperança ao conduzir um jovem líder que desafiava a corrompida elite local. (MIGUEL, 2002, p. 40)

Acrescenta o citado autor: “candidato improvável de outras épocas (parlamentar inexpressivo, governador de um estado periférico, sem apoio de estruturas

⁷⁷ Consultar: SCHARTZENBERG, Roger-Gérard. O Estado Espetáculo: ensaio sobre e contra o star system em política. Tradução de Heloysa de Lima Dantas, São Paulo, Círculo do Livro, 1977, p.14.

⁷⁸ Como formula George Balandier (1982, p.62), “a multiplicidade e a difusão dos meios de comunicação modernos modificaram profundamente o modo de **produção** das imagens políticas. Elas podem ser fabricadas em grande quantidade, por ocasião de acontecimento ou de circunstâncias que não tem necessariamente um caráter excepcional. Elas adquirem, graças aos meios audiovisuais e à imprensa escrita, uma força de irradiação e uma presença que não se encontram em nenhuma das sociedades do passado. Elas se tornam quotidianas; isto quer dizer que elas se tornam banais e se desgastam o que exige renovações freqüentes ou a criação de aparências de novidade”.

partidárias fortes), Collor foi uma espécie de “prova viva” da midiaticização da política no Brasil redemocratizado”. (MIGUEL, 2002, p. 40)

A partir desse panorama pode-se perceber a força que adquire os meios de comunicação, a mídia na construção de personagens políticos. É preciso destacar que isto é uma realidade em que a partir da modernidade se instituiu, mesmo sabendo que estes processos de midiaticização e de espetacularização não se dão de maneira homogênea, ou mesmo, de forma igual em todas as sociedades, dependendo do grau de técnicas informacionais em cada espaço social, dependendo da tecnologia que é investida, ou seja, quanto mais tecnologia investida, maior a espetacularização, pois, mais artifícios, mais maneiras são exploradas para trabalhar a construção dos candidatos-personagens e o espetáculo da política.

Assim, vê-se que os rituais de consagração, os “*showmícios*” são atividades presentes na maioria das cidades do Brasil, cada uma com as suas peculiaridades, tentam trabalhar nesses rituais os seus personagens políticos, utilizando recursos da mídia e recursos da tradição.

Com as campanhas políticas em cidades de dimensão menor, como é o caso de Queimadas, cria-se toda uma tensão entre as pessoas tanto do ponto de vista dos candidatos que estas apóiam, como em relação aos boatos que surgem em relação aos candidatos, boatos do tipo se tal candidato X ganhar vai transferir pessoa Y para tal lugar por que votou contra. Se tal pessoa ganhar vai cortar as “bolsas de estudo” que são dadas aos colégios. A construção de uma espécie de “circuito de boatos” é comum entre os grupos que estão disputando no campo político. Os boatos são construções, na maioria das vezes, dos próprios eleitores ou assessores dos candidatos, que “jogam na rua” tal ou qual boato e a cidade passa a viver politicamente desses boatos no período que antecede as eleições.

O município todo se mobiliza, a “política” passa a ser o assunto do dia, o interessante é que muitas pessoas falam que não gostam de “política”, mas nos momentos desses rituais, que são as campanhas, elas se envolvem cada uma a sua maneira. E como nos afirma Irllys Barreira (1998), os boatos são peças que integram o jogo eleitoral, principalmente, quando as disputas são acirradas, algo que, como já demonstrado, se evidencia entre o grupo de Saulo Ernesto e/ou o grupo de Sebastião de Paula Rêgo. O boato surge como algo novo, algo que pode desestabilizar uma disputa.

Vale salientar que o comício assume também uma característica de espaço no qual o candidato pode e deve se justificar ou mesmo se pronunciar sobre tal boato que

surgiu no município, em decorrência do eleitorado ter depositado a crença no candidato ele também quer, agora, que o candidato se justifique, se posicione sobre tal acontecimento. O comício é o espaço no qual as “conversas” cotidianas são “passadas a limpo”. Entretanto, vale salientar, que a dinâmica dos boatos é permanente nas campanhas e disputas políticas locais, e, essas justificativas, ocorrem quando o “boato” é algo muito “forte”. E isto, serve, em contrapartida, como uma forma estratégica de atrair mais pessoas ao espaço onde está sendo realizado.

Em Queimadas aconteceu um episódio interessante na campanha de 2004 que foi uma música que lançaram, em apenas um dia, uma música que se opunha a Saulo Ernesto, era uma música de conteúdo político, dirigida pelo candidato Pedro Saulo, e a música dizia em seu refrão

Eu voto, ou não voto, não voto no velho
Eu voto, ou não voto, não voto no velho

Este refrão teve uma repercussão grande na cidade, pois, Pedro Saulo, conforme as pesquisas demonstravam, tinha uma aceitação muito boa entre os idosos. Com esta música, em destaque o refrão, o boato que surgiu, devido à campanha ser bastante acirrada, foi que essa era uma crítica direta ao candidato Saulo Ernesto. À noite, teria o comício realizado pelo grupo ao qual estava vinculado Saulo Ernesto, este estrategicamente sabendo que as pesquisas apontavam uma maior aceitação de Pedro Saulo entre os idosos, rebate a crítica afirmando que era idoso e que o candidato da oposição não respeita os que estão mais bem aceitos para com ele, se referindo aos eleitores. Desta feita, a música deixa de ser tocada e Pedro Saulo, em outro comício, no dia seguinte, vai se justificar afirmando que não era “contra as pessoas idosas”, o velho a quem ele se referia era o modelo administrativo, a atual administração da cidade que já fazia oito anos no poder.

Dito isto, percebe-se que no campo político, no campo de disputa, as palavras, as músicas, as imagens devem ser trabalhadas com bastante controle e cuidado, pois, a ambigüidade do discurso, das letras de músicas e ou imagens podem ser interpretadas e atribuídas a elas um sentido diverso oferecendo, sem querer, pólvora para o adversário, pois a política é estratégia e manipulação.

4.3. Os discursos e os jogos de linguagem

4.3.1. A Raposa e o Lagarteiro

A construção dos sentidos e usos, como nos diria Wittgenstein,⁷⁹ é produto das relações sociais e depende muito do contexto social, falar é também praticar ações, é mais que dizer algo sobre o mundo, é construir o próprio mundo. Há algo a mais no discurso que exige interpretação e sensibilidade do pesquisador que investiga a relação entre discurso e mundo social. Daí que este autor não pensa a linguagem de maneira essencialista através da qual pudesse existir uma referência universal, muito pelo contrário, o que existem são **jogos de linguagem**. O jogo de linguagem, nesse sentido, se dá no lugar onde concretamente a linguagem é apreendida, utilizada e é neste lugar onde ela ganha sentido revestindo-se assim de humanidade. Desta feita, Wittgenstein nos chama a atenção para a compreensão de que o aprendizado das palavras nunca termina, haverá sempre um processo de aquisição de novas formas de criação de sentido, conforme o

§23 Quantas espécies de frases existem? Afirmação, pergunta e comando, talvez? – Há inúmeras espécies diferentes de emprego que chamamos de “signo”, “palavras”, “frases”. E essa pluralidade não é nada fixo, um dado para sempre: mas novos tipos de linguagem, novos jogos de linguagem, como poderíamos dizer, nascem e outros envelhecem e são esquecidos. (uma imagem aproximada disto pode nos dar as modificações da matemática) O termo “jogo de linguagem” deve aqui salientar que o falar da linguagem é parte de uma atividade ou de uma forma de vida. (Wittgenstein, 1979, p. 18)

A linguagem, por assim dizer, está integrada à prática diária na qual são construídas as formas diversas de significados e usos. Dito de outra forma, a linguagem além de meramente expressar um uso contextual, ela se relaciona a uma *forma de vida*, que, para Wittgenstein, significa os contextos mais significativos da experiência social da linguagem, são nas formas de vida que se dão às marcas mais fortes dos significados

⁷⁹ Foi a partir do contato com as obras do filósofo Wittgenstein e Bourdieu, ambos autores contemporâneos, que surgiu a necessidade de escrever este tópico. Digo isto pelo fato de que ambos concordam em captar a prática dos indivíduos e não se perder em especulações sobre como se daria à formação dos sentidos da linguagem e das práticas sociais.

dotando não apenas a linguagem usada, mas toda prática social e corporal de sentido. As formas de vida, por assim dizer, estão relacionadas às semelhanças de família, as quais são as aproximações entre jogos que inicialmente são os usos de determinadas palavras. Portanto, um uso contextual recebe seu sentido no encadeamento lingüístico que foi desenvolvido pelos participantes de uma interação. No entanto, haverá aspectos que se preservarão no uso de uma palavra, noção, idéia, quando transferido para outro contexto de uso.

As formas de vida possibilitam que em cada caso as intenções dos falantes não digam apenas as palavras, mas estas associadas e somadas a novos significados. Isto é, uma forma de valorar e simbolizar diferentemente uma palavra/atividade. São, portanto, usos que demarcam vivências; formas de vida que redefinem a forma de jogar com uma palavra, assim como as intenções íntimas de vida que redefinem a forma de jogar com uma palavra.

Descobrimos ao pesquisar o poder político e as práticas políticas no município de Queimadas, duas imagens através das quais foram construídos dois discursos e, mais que isto, duas constituições distintivas de mundos construídas e legitimadas dentro do espaço social, nas lutas políticas. Duas imagens que foram constituindo e demarcando a posição de cada um dos agentes envolvidos nas disputas local em busca do poder executivo. Às imagens da Raposa e do Lagarteiro.

Essas duas imagens foram construídas dentro de um contexto cultural específico, a partir de um tempo específico e delimitado: o *tempo da política*, porém, extrapolou esse próprio tempo. Foram construídas dentro do espaço social o qual é definido pela *distinção* das posições que o constituem. Os *usos* realizados com essas duas imagens, Raposa e Lagarteiro, não dizem respeito aos animais em si, embora, numa leitura Wittgensteiniana, se tenha uma *semelhança de família*, porém assumem outras conotações, outros sentidos, como veremos, dentro do contexto ora estudado.

A imagem da Raposa, na literatura política já fora consagrada em um belo texto clássico da literatura política, do pensador italiano Nicolau Maquiavel em sua obra o Príncipe. Este que fez o uso desta imagem para que o príncipe tivesse também habilidades para poder utilizá-las em momentos necessários

Portanto, a um príncipe torna-se necessário saber bem empregar o animal e o homem. Esta matéria, aliás, foi ensinada aos príncipes, veladamente, pelos antigos escritores, os quais descrevem como Aquiles e muitos outros príncipes antigos foram confiados à educação

do centauro Quiron. **Isso não quer dizer outra coisa, o ter por preceptor um ser meio animal e meio homem, senão que um príncipe precisa saber usar uma e outra dessas naturezas: uma sem a outra não é durável.** Necessitando um príncipe, pois, saber bem empregar o animal, deve deste tomar **como modelos a raposa e o leão, eis que este não se defende dos laços e aquela não tem defesa contra os lobos. É preciso, portanto, ser raposa para conhecer os laços e leão para aterrorizar os lobos.** Aqueles que agem apenas como o leão, não conhecem a sua arte. Logo, **um senhor prudente não pode nem deve guardar sua palavra, quando isso seja prejudicial aos seus interesses e quando desaparecerem as causas que o levaram a empenhá-la.** Se todos os homens fossem bons, este preceito seria mau; mas, porque são maus e não observariam a sua fé a teu respeito, não há razão para que a cumpras para com eles. Jamais faltaram a um príncipe razões legítimas para justificar a sua quebra da palavra. Disto poder-se-ia dar inúmeros exemplos modernos, mostrar quantas pazes e quantas promessas foram tornadas írritas e vãs pela infidelidade dos príncipes; e aquele que, com mais perfeição, soube agir como a raposa, saiu-se melhor. Mas é necessário saber bem disfarçar esta qualidade e ser grande simulador e dissimulador: tão simples são os homens e de tal forma cedem às necessidades presentes, que aquele que engana sempre encontrará quem se deixe enganar. (MAQUIAVEL, Capítulo XVIII) (grifos nossos)

O pensador florentino recupera, traz ao campo da política, duas imagens que remontam à mitologia. Para tanto, atenta que o homem político deve ser possuidor desta dimensão animal e homem, ou seja, a dimensão da força e a dimensão do consenso; além disso, destaca que se o homem deve possuir características de algum animal, essas características devem ser da raposa e do leão, “raposa para conhecer os laços e leão para aterrorizar os lobos”. Veja-se que passagem interessante, posto que cabe a raposa conhecer os laços, que laços são esses? O presente estudo, como já mencionado, pretende analisar a constituição do campo político, este que se institui através das tramas que nele são construídas, conforme o posicionamento de cada agente político; assim como através de disputas de capitais dentro do campo, este que, por sua vez, “é o princípio da eficácia de todos os atos de consagração, o lugar da energia social acumulada, reproduzido com a ajuda dos agentes e instituições através das lutas pelas quais eles tentam apropriar-se dela, empenhando o que haviam adquirido de tal energia nas lutas anteriores” (BOURDIEU, 2006, p. 25).

Tião do Rêgo destaca-se no campo político como aquele que sabe articular, que sabe ser manso e sabe ser bravo, conforme um dos entrevistados, afirma que Tião

Na hora de ser manso ele era manso é tipo raposa e cordeiro né, na hora de ser cordeiro, cordeiro, na hora de ser manso, manso, na hora

de ser bravo, bravo, **tem que ser esperto** (...) **sabe planejar as coisas, sabe convencer**, o termo é esse convencer as pessoas a apoiá-lo, na política tem isso, você tem que ter essa arte, falar mesmo se não for verdade o que está falando, mas passa de uma forma tão consistente que passa uma segurança pras pessoas, e essas pessoas terminam lhe apoiando, naquele momento, era característica dele, tinha momento que ele era duro, quando ele achava que tinha de ser, muito duro lá no poder, lá sentado na cadeira do prefeito né pra fazer o que ele mandava e não se discute. (Entrevista com Antônio Carlos, em 14 de abril de 2008). (Grifos nossos)

No depoimento acima, vê-se essas características do agente político bem destacadas, ou seja, Tião jogava conforme o jogo, ele conhecia os *laços*, visto que residia no município e conversava com todas as pessoas conhecendo cada um pelo nome. Conforme Maquiavel, fazendo *uso* da imagem da Raposa, esta tem que ser *esperta*, para conseguir conhecer esses laços, deve ser um articulador. Ainda o mesmo entrevistado, nos afirma, em epígrafe

quem conviveu com ele lá no poder, na administração fala isso abertamente e gritava qualquer um, dava ordem e tinha que ser cumprida, não tinha outra história não, ao mesmo tempo quando chegava à casa do povo ele praticava aquela imagem de manso e de popular tipo, chamar um homem de “corno” e se abraçar com ele, chamar de “corno velho”, chamar uma senhora de “bicha velha feia”, esse tipo de coisa que ele fazia, “tai lascada velha” e as pessoas achavam bom né? Pois demonstrava uma intimidade, quem era que não queria ter intimidade com o prefeito, ele chegava, ia pra cozinha, se abraçava com uma velha senhora muito carente né? Chamar ela de nega velha esse tipo de coisa que ele usava, e isso influencia muito. Portanto, uma das seguidoras dele que é Josete, que ele morreu chamando “nega”, a nega, quer dizer, torna-se carinhoso inclusive vereadora por vários mandatos, e era vereadora dele na região (Entrevista com Antônio Carlos, em 14 de abril de 2008)

Esta passagem apresenta a *esperteza*, característica da raposa, que Tião do Rêgo tinha quanto ao fazer política, além disso, demarca dentro do campo político a sua forma de fazer política, impõe e torna-se legítima, visto que é reconhecida uma visão de mundo. O uso que se faz da imagem raposa não é por acaso, é porque possui incorporado ao agente político toda uma maneira fazer política, algo que para muitos se apresenta como sendo algo que natural, não percebendo, assim, que historicamente Tião havia convivido com grandes lideranças políticas locais, a exemplo de Carlos Ernesto e Major Veneziano, o primeiro que tinha muito essa habilidade política de resolver os problemas locais através do consenso, das conversas enquanto que o segundo, ficou no

imaginário popular, como aquele que resolvia pela força, ou seja, dois perfis políticos que foram de extrema influência na formação da liderança política Tião do Rêgo, vale destacar nestas breves passagens,

ele conseguiu realmente passar isso claro e evidente que ele copiou muita coisa de Carlos Ernesto pra se tornar à liderança que se tornou pra ser adorado pelo povo mesmo dessa forma, mesmo de ter já um desgaste político mas agente viu muitas pessoas até hoje né? Que deu também a admiração a Tião. (Antônio Carlos, 14 de abril de 2008)

E continua outro entrevistado,

É porque são famílias, alguém herda alguma coisa, não é? Não eram homens de duas conversas também. Por isso que herdaram, acho que esses princípios também. O princípio também de fazer política, criar envolvimento, de conquistar, ele aprendeu muito com Carlos Ernesto. Era o corpo a corpo, é se tornar igual ao outro que vai ser interpelado, que vai ser solicitado a um voto, a uma coisa assim, e que no histórico passado foi aquela pessoa amiga, aquela pessoa que atendeu, aquela pessoa que deu atenção. A gente sabe da história de Carlos Ernesto: ele chegava na sua casa, ele tomava água no copo que você tomava, não precisava de um outro, era uma pessoa assim. Era uma pessoa que tinha condições materiais, muito bem, a exemplo dos maiores latifundiários também aqui do município. (Maurício Xavier, 18 de Abril de 2008)

A raposa, por assim dizer, é caracterizada com o modo de fazer política a partir da liderança política Tião do Rêgo que se caracteriza como um político que conhece os meandros da política local. Um político *esperto* que sabe, antes de tudo, jogar com as palavras dentro do campo político, tornando-as elementos *distintivos*, impondo uma visão legítima, pelo fato de ser reconhecida, de mundo. Uma passagem de um depoimento de um de nossos informantes, reforça essa análise:

Certa vez eu tava em Queimadas indo para o cartório, chegou um cara que até morreu agora, era jornalista e veio fazer a campanha de Veneziano, chegou perguntando: onde é que morava a raposa velha? Que era Tião. Ai uma pessoa foi levá-lo lá na fazenda dele (Entrevista com José Cruz, em 06 de Agosto de 2008)

Convêm acrescentar que as palavras no interior do campo político, assumem força já que criam mundos e visões, assim como constroem *divisões*. O uso que Tião do Rego irá fazer da imagem do lagarteiro, quando se aproximavam os pleitos eleitorais,

referindo-se ao seu opositor Saulo Ernesto, que só chegava em Queimadas exatamente na época da campanha eleitoral, é extremamente emblemática e provocativa para construir uma espécie de simbiose entre o político e a ave, que só aparecem de “tempos em tempos.” Vejamos as alusões que Tião do Rego fazia, referindo-se ao seu opositor Saulo Ernesto, segundo o discurso de alguns de nossos informantes:

É, na época da chuva. Aí Tião espalhava aquilo por toda a cidade. Tião ia fazer uma reunião num sítio assim: “ô minha gente, tem novidade pra vocês”; “e o que é, Tião?”; “o lagarteirão chegou em Queimadas de novo”. Aí toda campanha era assim. Em 88, Tião tinha terminado o mandato e lançou José Pereira. José Pereira foi eleito por uma maioria de 2.198 votos. (Entrevista com Antônio Olímpio, em 17 de Abril de 2008)

"lagarteiro" – ele chamava Saulo de "lagarteiro". Você sabe que o lagarteiro é uma ave que existe aqui na nossa região, que só surge, assim, nas primeiras chuvas de inverno, de ano em ano, lá pra o mês de março – agora tô até escutando um cantar ali, na serra. Ele só aparece, assim, nessa época de início de chuva, quando começam as primeiras folhagens. Aí, esse lagarteiro aparece cantando e, depois, ele some, só aparece em épocas... É. Então, Saulo era comparado assim, um político "de épocas", oportunista, só aparecia nas épocas de eleições, e Tião tava aqui todo dia. (Entrevista com Francisco de Assis, em 24 de Abril de 2008)

O lagarteiro é uma ave que aparece de tempos em tempos. E também é muito fácil de abater pelos caçadores, é um passarinho pesado, anda devagarzinho, fica bem mansinho, bem pacífico. (Entrevista com José Cruz, em 06 de Agosto de 2008)

O campo político é regido por lutas simbólicas, as quais são inseparavelmente cognitivas e políticas, e que se dão através de jogos e usos de linguagem, por meio dos quais se impõe uma imagem de si que a distingue da imagem do outro. A luta política, por assim dizer, seguindo a trilha de Bourdieu, é uma luta que se dá numa tentativa de impor uma visão legítima do mundo social, ou melhor, “pelo reconhecimento, acumulado sob a forma de um capital simbólico de notoriedade e respeitabilidade, que confere autoridade para impor o conhecimento legítimo do *sentido* do mundo social, de sua significação atual e da direção na qual ele vai e deve ir”. (BOURDIEU, 2001a, p. 226)

A visão legítima que Tião quer impor é a de que é um político que está cotidianamente junto às pessoas, ele que é o político de Queimadas, que vive em

Queimadas e está junto ao povo todos os dias; Saulo Ernesto, por sua vez, é o político que só aparece em épocas de eleição, assim como a ave “Lagarteiro”, que só aparece em épocas de chuva. Percebe-se, assim, como as posições ocupadas dentro do campo são bem demarcadas, o lugar que o político ocupa e a visão de mundo que o mesmo impõe. Uma visão de mundo pautada no próprio conhecimento prático da realidade. Ou seja,

cada agente possui um conhecimento prático, corporal, de sua posição no espaço social, um “*sense of one’s place*”, como afirma Goffman, um *sentido de seu lugar*, convertido num sentido de localização que comanda sua experiência do lugar ocupado, definindo absolutamente e, sobretudo, em termos relativos como nível hierárquico, bem como as condutas a serem mantidas a fim de mantê-lo (“manter seu lugar”) e de nele se manter (“ficar em seu lugar” etc.). (BOURDIEU, 2001a, p. 224)

Assim, conforme já mencionado, mais reforçando a análise, a raposa e o lagarteiro não são simples palavras soltas apenas no *tempo da política*, elas dizem algo sobre o mundo e, melhor, elas constroem as *distinções* existentes na política local, assim como demarcam posições e elementos que vão caracterizando quanto à forma de fazer política em Queimadas, traçando os perfis das lideranças locais em disputa.

4.3.2. O Matuto sabido e o Doutor

Configurar opiniões e disposições afetivas, fazer com que contingentes expressivos de pessoas as adotem, produzir a manutenção dessa adoção através de reforços constantes etc, tudo isso configura a prática fundamental do *fazer pensar* e do *fazer sentir* (...) A configuração de opiniões e disposições se faz em situação de arraigada competição interna entre partidos, classes de partidos, de grupos ou de pessoas, de forma que uma das várias arenas em que a disputa política se realiza hoje em dia é certamente a arena de lutas pela imposição da opinião publicamente dominada e pela conquista dos imaginários sociais. A competição política em geral depende cada vez mais da disputa por fazer pensar e fazer sentir. (GOMES, 2004, p.259)

São com essas palavras, extraídas do texto, “Transformações da política na era da comunicação de massa”, de autoria de Wilson Gomes, que inicio esta abordagem sobre *O Matuto Sabido e o Doutor*.

O Matuto Sabido e o Doutor é mais uma das formas de se pensar o campo político de disputas no município de Queimadas, a partir da diferenciação existente

entre a liderança política Tião do Rêgo e Saulo Ernesto, na década de 1980 e 1990, enfatizando assim os capitais simbólicos neles constituídos;

Os dois tinham uma formação cultural totalmente adversa. Tião era o matuto inteligente, sábio, cheio de estratégias políticas. E Saulo era um estudioso, cientista, engenheiro, professor de universidade, tinha uma formação cultural boa. Enquanto Tião pregava o assistencialismo, Saulo sempre pregou, trabalhou, implantou o socialismo legal. (Entrevista com Francisco de Assis, em 24 de Abril de 2008)

Embora tenham sido agentes políticos colocados no campo de disputas por Carlos Ernesto, Tião do Rêgo e Saulo Ernesto possuem trajetórias de vida e de profissionalismo totalmente opostos. O primeiro chegou a estudar no colégio Pio IX, em Campina Grande, mas nunca foi uma pessoa dedicada aos estudos, possuindo assim, em termos de escolaridade, o ensino médio. O seu pai Joventino Ernesto do Rêgo, primo legítimo de Carlos Ernesto, era agricultor na comunidade de Guritiba. Tião teve como seu primeiro emprego, a chefia da SANESA, hoje CAGEPA, indicado por Major Veneziano. E por ser uma pessoa que possuía certa habilidade para a política foi apresentado, como já dito anteriormente, por Carlos Ernesto, pai de Saulo Ernesto. Este, por sua vez, além de ser filho da grande liderança política da década de 60 até a década de 80, Carlos Ernesto, o qual já havia sido Secretário de Agricultura de Severino Cabral e servido ao exército chegando a receber a patente de Tenente. Tinha como avô paterno, o senhor Francisco Ernesto do Rêgo, que possuía grandes extensões de terras no município, as quais foram herdadas por Carlos Ernesto e Beatriz Ernesto, seus dois filhos.

Saulo Ernesto passa, ainda jovem, a residir em Campina Grande, na Rua Frei Caneca, e a vir a Queimadas, para a fazenda dos seus pais, apenas aos finais de semana. Estuda no Colégio Alfredo Dantas, onde termina o ensino secundário, hoje ensino médio, e, posteriormente, ingressa a Universidade Federal da Paraíba, onde irá cursar Engenharia Civil, posteriormente, ao término do curso viaja para a Bahia e Manaus onde exerce sua profissão como engenheiro.

Neste breve curso biográfico vêem-se as diferenças, em termos de formação, existente entre os dois agentes políticos, ora analisados. Vê-se que, e seguindo a trilha de Bourdieu, o espaço social, enquanto conjunto de posições distintas e coexistentes, se constrói de tal maneira que os agentes são, assim, distribuídos por três princípios de

diferenciação, o capital econômico, o capital cultural e o capital político. Um dos informantes assim explica as diferenças entre as duas lideranças locais:

A formação social deles era diferente. Enquanto Tião tava no meio do povão, da pobreza, Saulo era mais no meio da elite, se educando, fazendo universidade – quem era universitário naquela época, naquela conjuntura, era tido, assim, como filho de barão, filho de rico, filho de coronel, filho de fazendeiro. Enquanto Tião nasceu numa comunidade pobre, chamada Sítio Guritiba, e vivia sempre, foi criado no meio da pobreza, ele olhava mais o assistencialismo. Saulo já partiu mais pra o lado tecnológico, o lado científico, o lado de curso superior, e partiu mais pra linha de construção, de edificação, de ampliação, do crescimento estrutural da comunidade. (Entrevista com Francisco de Assis, em 24 de Abril de 2008)

Este depoimento nos apresenta pontos interessantes para nossa análise. A começar pelos elementos distintivos da liderança: Tião do Rêgo e Saulo Ernesto. O primeiro era tido como aquele do povão, da pobreza, enquanto que o segundo é associado àquele que vive no meio dos abastados econômica e intelectualmente. Atente o leitor para o fato do entrevistado relacionar o agente político Saulo Ernesto, não só ao fato de cursar universidade, mas de afirmar que aquele que realizava algum curso na universidade era filho de rico, filho de coronel, filho de fazendeiro, imediatamente o entrevistado relaciona o agente a sua condição social, a sua posição social, ou seja, filho de Carlos Ernesto, possuidor de terras e líder político, que possui riqueza material e simbólica.

Daí que o próprio nome Saulo Ernesto já é um elemento distintivo dentro do campo político, porque traz consigo, mais que o sobrenome, traz a história de uma família local. Em outros termos, “através desse modo singular de nomenclatura que se constitui no nome próprio, institui-se uma identidade social constante em todos os campos possíveis nos quais ele intervém como agente, isto é, em todas as suas histórias de vida possíveis”, e continua Bourdieu, “compreende-se, então, que o nome próprio é sempre também, por um lado, um nome coletivo, como nome de família, especificado por um prenome”. (BOURDIEU, 1997, p. 78).

Destaca-se, ainda, que outra forma de diferenciação dentro do campo político se dá pelo acúmulo de capital cultural, este podendo existir no seu estado incorporado, no objetivado ou institucionalizado. Neste último, vê-se que o entrevistado destaca o fato de Saulo Ernesto ser universitário e que, por conseguinte, recebeu o título de engenheiro, o certificado escolar, é um doutor.

É portanto a partir destes elementos de distinção dentro do campo político e dentro do espaço social, que são construídos o modo no qual os agentes são distribuídos de maneiras diferentes e distintivas, respeitando às suas características, que Tião do Rêgo, entendido como “raposa” no município de Queimadas, fará *uso* de outra imagem que possibilita a diferenciação do seu oponente dentro do campo político, faço menção aqui a categoria “Doutor”, visto que é este um outro atributo a ser somado a constituição da imagem política de Saulo Ernesto, dentro do campo de disputa.

Nestes termos, pensar a construção e a constituição do campo político de Queimadas, a partir da década de 80 até finais da década de 90, é acima de tudo, estabelecer uma análise relacional, quanto às posições que os agentes ocupam dentro do campo político, haja vista que o campo é o espaço da prática e das disputas de bens quer sejam materiais ou simbólicos.

A palavra “Doutor”, seguindo uma leitura Wittgensteiniana, assume um novo sentido dentro deste contexto local, é um novo *uso* que dota esta palavra de um sentido imediato. Convém insistir na máxima de que o campo político é um espaço de jogos, e principalmente, jogos de linguagem, de novos sentidos atribuídos às palavras e ações neles contidos. O próprio *habitus* possibilita esta dimensão do jogo. Isto fica claro quando Tião, de maneira habilidosa, consegue jogar com a palavra “Doutor”, esta que simboliza certa superioridade dentro do campo político, visto que o seu contrário diz respeito àquele que não possui conhecimento. Tião utiliza o termo “Doutor” atribuindo outro sentido que só vem a lhe fortalecer no campo político; segundo um dos entrevistados ao se remeter a Tião do Rêgo e aos usos que ele fazia do termo “Doutor”, assim explicou:

(risos) Tião era muito astucioso nisso aí. Porque “doutor”, naquela época, não era doutor, era se misturar com o povo; e os doutores não se misturavam com o povo, entendeu? E Tião se misturava. Tião criou aquilo ali, criou aquela imagem do doutor, “doutor não-sei-o-que”: “ô minha gente, vocês vão votar em mim, um pobrezinho, um pé-de-chinelo, ou vão votar no doutor?”. Aí o povo dizia: “não, eu vou votar no pé-de-chinelo”. (Entrevista com Antônio Olímpio, em 17 de Abril de 2008)

Observe como Tião do Rêgo impõe um novo significado, atribui um novo *uso* à palavra “Doutor”, ao mesmo tempo em que tenta positivar uma característica negativa, a ele atribuída, não ser doutor, pelo uso pejorativo desse termo. Doutor aqui não significa apenas aquele que é formado, mas também aquele que não está próximo do povo, que

não se identifica com o povo. Tião impõe mais uma vez uma visão de mundo, uma visão que é legítima, visto que é reconhecível. Ao mesmo tempo, tenta a partir desta significação atribuída, distanciar o seu concorrente do povo, ou seja, demonstrando que seu opositor, além de ser aquele que é advindo da capital, João Pessoa, não residindo, portanto, no município, é também distante do povo, ou seja é “Doutor”. Daí que Tião apresenta esse distanciamento de Saulo Ernesto tanto pelo fato dele residir em João Pessoa (distanciamento relacionado ao lugar de origem), assim como o distanciamento político, pelo fato de ser “Doutor” e não ser do “povão”:

Ele não era tão presente, pelo fato dos estudos, ser professor de universidade – é óbvio que ele tinha que tá no reduto social dele, e se afastava um pouco da população. E Tião era no dia-a-dia, de manhã até a noite, abraçando o pobre, tomando café com o pobre, sorrindo com o pobre, ao lado do pobre, conhecendo o problema de cada um, o nome de cada um, da criança menor até o mais velho – ele conhecia o nome de todo mundo, chamava pelo nome –, conhecia o problema de cada um. Era uma pessoa, assim, muito aproximada do povo. E Saulo, pela sua posição social que ele exercia, como professor universitário, como uma pessoa de classe média alta, já havia isso... E Tião tirava um certo proveito. (Entrevista com Francisco de Assis, em 24 de Abril de 2008)

Esta fala mostra o fazer político de Tião e como ele ao estabelecer a diferenciação entre o Doutor e o homem matuto, ele mostra a sua forma de fazer política no município, estando próximo das pessoas e conhecendo os problemas destas no dia-a-dia. Em outros termos, com esta diferenciação Tião não só demarcava sua posição dentro do campo político, como também imprimia certo *fazer pensar e fazer sentir* na sociedade local, a partir da sua visão de mundo, do seu senso prático. O ato de falar, portanto, exige o controle da situação ou ao menos saber o que se passa mesmo que não se esteja em posse e domínio completo do contexto, diziam “os sofistas que o importante no aprendizado da linguagem é o aprendizado do momento oportuno (kairós), do senso do oportuno; que pouco importa o que se diz se não for dito oportunamente” (BOURDIEU, 2000, p. 52)

Tião era considerado, conforme a maioria dos entrevistados, como sendo aquele político popular, do “povão”, uma liderança carismática, conforme a fala de uma das entrevistadas,

O Tião era muito carismático, Tião foi aquele prefeito que não era prefeito de gabinete, de ter um gabinete de sentar e ficar lá, em todo

canto ele se sentava, onde ele menos despachava era no gabinete, como o povo diz o gabinete do prefeito, ele despachava em qualquer sala e era o prefeito que ia na casa do povo, ia tomar aquele cafezinho, a prefeitura mesmo no começo dos dias da semana, de segunda a sexta feira vinha aquele povo da zona rural, aquelas lideranças política rural que vinham resolver os problemas da comunidade, porque antigamente quem vinha resolver os problemas da comunidade num era nem associação era a liderança daquela comunidade e vinha e servia aquele cafezinho, ali ele ia conversar e buscar resolver o problema daquela comunidade, Tião era povão, toda vida foi povão nunca foi ligado, nunca foi ligado a classe mais favorecida, mas você sabe no Brasil existe a classe mais favorecida e a menos favorecida e toda vida ele foi povão mesmo, foi carismático era pessoa mesmo ligada ao povo, então não teve doutor que, o simples fato de ser doutor ia ter uma administração melhor do que quem não era doutor, era pelo contrário à administração de Tião ficou conhecida em toda a Paraíba. (Entrevista com Marizabel Toscano, em 12 de Julho de 2008)

Vê-se a partir desta fala como Tião se institui enquanto agente político no município de Queimadas como sendo aquele que se identifica com o povo, não tão somente pelo fato de residir no município, mas por atender as pessoas e visitá-las em suas residências, em tomar um café, bater um papo. Enfim, Tião do Rêgo trazia as características do homem comum, diferente do herói, que é aquele que se apresenta como distante, como algo fora do comum, o extraordinário, aquele que vem como salvador, como o messias, aquele que possui características “divinas”, Tião se apresenta como aquele que é igual ao povo, aquele que está no plano humano, “em escala humana. Superstar da normalidade, anti-herói, antítese da autoridade heróica, ele representa a autoridade rotineira por excelência” (SCHWARTZENBERG, 1971, p.51).

Nesses termos que Tião incorpora todo um *habitus* político, um modo de fazer política, caracterizado por essa assistência cotidiana junto às pessoas, além disso, um político muito articulador, habilidoso nas palavras e na forma de arregimentar aliados e de perseguir inimigos políticos, em síntese, uma raposa;

um homem que era extremamente astuto, era Tião; inteligente com forma de lidar com o povo, bem distinto da de Saulo, Tião é mais ligado direto ao povo de tipo um homem assim, meio, vamos dizer que não tinha uma instrução de escola não era um homem estudado muito estudado, mas era um homem inteligente que sabia conversar com o povo, sabia conversar a linguagem do povo, Saulo pelo contrário, o homem formado, um doutor, inteligente, com grande discurso, para quem sabia discursar, tinha também aquele carisma também com povo, bom alguma coisa ele pegou na campanha né? (Entrevista com Antônio Carlos, em 14 de abril de 2008)

E continua outra entrevistada,

É o que eu disse, ele era muito centralizador, ele era muito carismático, era muito articulador, além de articulador (...), quando surgia uma liderança nova de influência no governo federal ele sempre ele tava ali ao lado, que ele sempre dizia a mim, ele dizia: olhe Maria Izabel, eu só vou atrás de quem tiver pra me dar, quem não tiver pra me dar eu num quero. Então era aquela pessoa que ia buscar muito fora, sabe? Raposa velha por que era uma pessoa tradicional na campanha. (Entrevista com Marizabel Toscano, em 12 de Julho de 2008)

Observa-se que Tião, embora não possuindo este capital cultural institucionalizado, que também é elemento de distinção e diferenciação dos agentes dentro do campo político, consegue a partir do seu “*habitus lingüístico*, esse sistema de disposições que permite falar oportunamente” (BOURDIEU, 2000, p. 53) impor uma visão e divisão de mundo a partir do seu fazer político, a partir do *uso* que atribuí a determinadas palavras, deixando, assim bem claro a sua posição dentro do campo político, ao mesmo tempo, visto que é relacional, demarcava a posição do seu concorrente, assim como as *distinções* existentes entre eles. Assim como se vê também que mesmo ocupando posições diferenciadas dentro do campo e parecendo opostos em tudo, observa-se que há um acordo oculto e tácito a respeito do fato de que vale a pena lutar a respeito das coisas que estão em jogo no campo. (BORDIEU, 1996, p. 141)

A raposa e o lagarto, o matuto sabido e o doutor, foram adjetivos que ajudaram a instituir as figuras desses personagens políticos, para demonstrar mais uma vez que a prática política, é antes de mais nada, uma construção simbólica.

No próximo capítulo, e último dessa dissertação, a tentativa é de propor algumas linhas de análise sobre a cultura política no município de Queimadas partindo do binômio dominação X sujeição, como condição para a reprodução do poder local por meio das práticas do mandonismo e clientelismo, tão presentes na cultura local.

A idéia básica é problematizar a noção de campo político e de como este se institui no município através das práticas das lideranças políticas e dos eleitores. Neste ínterim, a noção da dádiva, da troca de favores, aparece como condição para a reprodução e perpetuação do poder local.

CAPÍTULO V – CULTURA POLÍTICA

5.1. Sobre uma possível nobreza no poder

A construção do campo político no município de Queimadas, não difere em termos de constituição do campo político de diversos outros municípios. Ou seja, uma construção que se deu a partir das elites políticas locais dispendo e impondo

estratégias bem elaboradas para produzir nossas identidades políticas, mediante a construção de um cenário e de um papel secundário a ser desempenhado na sociedade pela maioria dos seus cidadãos. Vale dizer que, embora tais identidades sejam construções históricas provisórias, elas ganham estabilidade, permanência e solidez através da força dos diversos tipos de capitais (econômico, social, político e cultural) que as elites detêm, em contrapartida as camadas populares não dispõem efetivamente de quase nenhum tipo de capital⁸⁰.

As estratégias de dominação que foram construídas socialmente pelas elites locais vão sendo incorporadas nos agentes, como se fossem naturais, ou seja, os corpos passam a ser o espaço do exercício da dominação e da incorporação dos valores construídos por um pequeno grupo que tem um maior *quantum de capital*. Após incorporado esses valores como legítimos, os desprovidos de capital dentro da estrutura social, acabam reproduzindo a concepção dominante como se esta não pudesse ser mudada, assim como se esta fosse a única verdadeira. Com isso, “a força política dos grupos locais se inscrevem, primeiramente nos corpos e mentes dos indivíduos através de valores e imaginários que já existem na própria cultura do povo e que favorecem substancialmente a sua dominação”.⁸¹ Através desta incorporação os indivíduos passam a orientar suas práticas e suas maneiras de agir e tomar decisões por meio dos valores que estão lhes servindo, depois de incorporados, de matriz de percepção e de escolhas e decisões no seio da sociedade. Ou seja, os indivíduos passam a orientar suas práticas pelos valores construídos e impostos pela elite política local.

É a partir desta certa “naturalização”, desta incorporação de valores produzidos pelos que detêm um maior número de capitais, que se sustentam às idéias de que os “caminhos da política somente podem ser trilhados por alguns poucos personagens ou algumas poucas famílias como sendo as únicas capazes do exercício do poder público

⁸⁰ Ver. ADILSON FILHO, José. A cidade atravessada: velhos e novos cenários na política belo Jardimense. – Recife: COMUNIGRAF, 2009, p. 60.

⁸¹ ADILSON FILHO, José. Op. Cit., p. 60.

municipal”⁸². É a força desta prática discursiva incorporada que levou e ainda hoje leva muitos cidadãos e cidadãs no município de Queimadas a acreditarem e reproduzirem o discurso de que a política deve ser para os filhos daqueles que atuam ou atuaram no cenário político por que tem sangue político e não é por acaso que o município de Queimadas, em termos de ruas e estabelecimentos de ordem pública, recebem os nomes, em sua grande maioria, dos familiares dos políticos que pelo executivo passaram, ou seja, é mais uma maneira de deixar marcado no imaginário popular aquilo que fez, e de sobretudo referendar e fortalecer a tradição familiar.

Neste sentido, constrói-se no município, certa nobreza familiar da qual deverá sair os nomes, posto que se concebem como se fossem, os verdadeiros herdeiros da representação política local. Estes são encarados como os detentores “legítimos” para a representação do poder público local. Daí decorre que, até o presente momento, o município continua sobre o domínio da família Ernesto-Rêgo, e as outras famílias tradicionais dão base de sustentação a estes grupos, enquanto seus prepostos, pois também são beneficiados com cargos nos órgãos e instituições públicas locais.

O significado incorporado de que a nobreza⁸³ familiar, ou as famílias de tradição, “as fundadoras do município”, é quem devem, legitimamente ocupar os espaços do poder público local se apresenta de maneira tão contundente na cultura política local que, em período de “crises de lideranças”, digo aqui que com a falta de liderança para as disputas, sempre procuram recorrer àqueles que estão ligados a algumas das famílias tradicionais.

Isto não se estabelece de maneira aleatória, mas sim pelo fato que são esses representantes, possuidores de elementos de distinção, que são mais fortes em termos de concorrência dentro do campo político, associados a isso acrescenta-se que eles tenderão a reproduzir as práticas dos seus antepassados políticos, como maneira, inclusive de “honrar” o nome da família, garantindo os empregos àqueles que sempre o “acompanharam” politicamente.

A nobreza, portanto, enquanto representantes legítimos, visto que são reconhecidos através dos capitais sociais, se tornam por excelência aqueles que podem e devem dominar o município, posto que são eles os consentidos pela maioria da

⁸² ADILSON FILHO, José. Op. Cit., p. 60.

⁸³ Ver. BOURDIEU, Pierre. O Campo econômico: dimensão simbólica da dominação. Campinas, São Paulo, Papirus, 2000, p. 60. A idéia de nobreza é construída e desenvolvida a partir da concepção que Bourdieu oferece, recuperando do latim, ou seja, “o nobre, segundo o latim, é um *nobilis*, um homem “conhecido” e “reconhecido”.

população a qual de maneira direta ou indireta, já foi beneficiada por algum favor dessas famílias e é nos momentos de campanhas eleitorais que as famílias tradicionais relembram aqueles que foram beneficiados dos favores que já foi realizado junto à família carente.

Conforme o depoimento de Antônio Carlos, professor de Geografia da rede pública municipal de Boqueirão, e cidadão do município de Queimadas, afirma que as famílias tradicionais do período de emancipação política e que até hoje perdura são:

as primeiras famílias mais influentes, Barbosa, Araújo, Maia, Ernesto e Rêgo tudo isso advindo desta mesma rama e claro ia se misturando mas um fato curioso é que eles casavam entre eles mesmo, inclusive famílias que tem primos com primos, se uma esposa falecesse casava com uma irmã se existisse, se existisse uma irmã solteira era quase regra dele se casar com aquela irmã, aqui mesmo existiu isso, um dos donos da capivara faleceu e a esposa casou com o irmão dele, uma dessas filhas do irmão dele que foi assassinato, foi Maria de Capitaluche, mas que aponta Dona Dulce, então existia toda uma relação onde não podia sair fora da família. (Entrevista com Antônio Carlos, em 14 de abril de 2008)

Os casamentos, conforme afirmou o entrevistado Antônio Carlos, se realizavam entre as famílias tradicionais, como maneira, inclusive, de ampliar o poderio e a dominação local. Haja vista que se fortaleciam bem mais as famílias em termos de indicação de um nome para administrar a coisa pública, que neste caso se tornava uma extensão do privado, utilizando-se das mesmas práticas e das relações personalistas e pessoais quanto ao gerenciamento do poder público, posto que eram essas famílias que exerciam o domínio político econômico e cultural. Exerciam, no sentido de Bourdieu, o poder simbólico, por excelência, já que o poder simbólico é um poder econômico, político, cultural ou outro que “está em condições de fazer reconhecer, de obter o reconhecimento, ou seja, de se fazer ignorar em sua verdade de poder, de violência arbitrária”⁸⁴.

O entrevistado José Vital Figueiredo quando indagado sobre o tamanho das propriedades de terras de Dulce Barbosa afirmou que tanto Dulce Barbosa quanto Major Veneziano possuíam grandes propriedades, tendo este uma propriedade maior que a de Dulce Barbosa, destaca ainda o entrevistado que em termos de famílias a de Dulce Barbosa era mais expressiva e maior que a de Major Veneziano. Vê-se, dessa forma alguns capitais importantíssimos para as disputas locais a partir dessas lideranças, isto no início da década de 1960, a família e a terra como sendo imprescindíveis para o exercício da dominação.

⁸⁴ BOURDIEU, Pierre. Op. Cit., 2000, p. 60.

Em outras palavras, uma grande família e inclusive unida, como era a família Barbosa, politicamente falando, resulta em bons cabos eleitorais, além disso, têm-se as terras através das quais construía-se outra forma de dominação pautado num capital específico, que é o capital econômico, visto que as pessoas trabalhavam nas terras dessas “famílias tradicionais”. Abaixo o sugestivo depoimento de José Vital Figueiredo,

Dulce também tinha mas Veneziano tinha mais, a propriedade de Veneziano era maior, agora a família de Dulce em Queimadas era maior do que a de Veneziano, a família Barbosa, a família dela era maior do que a de Veneziano. (Entrevista com José Vital Figueiredo, em 08 de agosto de 2008)

Este senso de nobreza, enquanto os reconhecidos e os legítimos, em conduzir o município, até hoje é presente entre as pessoas mais necessitadas; associado a isto também, ainda se encontra as formas de dominação através do exercício do poder simbólico, sendo que este domínio não se estabelece prioritariamente sobre o poder exercido pelos possuidores de proprietários rurais, mas ainda por aqueles que possuem este capital simbólico de notoriedade, representado pelo nome de família tradicional, o nome que é um elemento distintivo dentro dos espaços de poder, associado a isto tem-se também a prática de empreguismo local, pelos empresários oriundos do campo para a cidade, e as trocas de favores através de uma política pautada em práticas assistencialistas e clientelísticas.

A dominação nesse sentido é exercida e só se exerce pelo fato que é reconhecida, em outras palavras, permitida, legitimada, posto que possuem os que acreditam que as famílias tradicionais são as representantes políticas do poder político local. Não percebendo que este discurso incorporado que se apresenta de maneira natural, foi construído historicamente através de profundas violências promovidas pela elite política local que se manteve e se mantém no poder reproduzindo as mesmas práticas estabelecidas pelos seu grupo parental, se constituindo como os herdeiros da política local. Conforme um dos entrevistados quando perguntado sobre essa possível nobreza familiar que domina historicamente o município, ele afirma:

O povo acha que se é pra ser submisso a alguém, que seja submisso a alguém que tenha tradição, certo? Então, nunca eu vou querer ser mandado, ou dominado, ou sei lá, ou liderado por uma pessoa que seja do mesmo nível que eu. (...) Então sempre vai continuar assim. É mais fácil votar no filho de Saulo Ernesto, do que votar no filho de um agricultor por aí – isso aí é muito simples. O povo é que cria essas situações. (Entrevista com José Ezequiel, em 18 de Abril de 2008)

José Ezequiel Barbosa Lopes, refere-se ao “povo” de Queimadas, enfatizando a relação de dominação que existe entre este e as lideranças locais através do elemento distintivo o nome da família. Apresenta-nos como se isto fosse culpa do povo, no entanto, em primeiro momento,

não se coloca como pertencente a esta concepção de que quem deve governar o município sejam apenas pessoas das famílias tradicionais, mas percebe-se, noutra momento, e se coloca como povo quando afirma “que sempre vai continuar assim”, ou seja, ele também incorpora em parte a visão de que a “nobreza familiar” é quem continuará a dominar o município, uma vez que “o povo é quem cria as situações”.

Em outras palavras, as práticas realizadas por estas famílias tradicionais, o exercício de poder sobre os corpos dos agentes, a maneira de pensar as estruturas mentais desse “povo” que o entrevistado se remete, estão incorporados na pele destes agentes, nas falas e no modo de agir, isto que a percepção de escolhas são orientadas a partir da história que fora incorporada e da dominação através das práticas realizadas pelas elites locais, as quais construíram historicamente todo um modo de fazer política através de violências arbitrárias que foram marcadas na pele das pessoas e, muitas dessas, não conseguem se desprender percebendo este modo como legítimo e, portanto, como verdadeiro.

5.2. Cultura política e o *habitus*

Neste trabalho desenvolvi uma linha de análise que tem levado em consideração as maneiras através das quais as práticas e as relações sociais pautadas em “trocas de favores” foram instituídas a partir do exercício de dominação política exercido a partir do grupo familiar Ernesto-Rêgo. Levando-se, assim, como base compreensiva à origem dessas famílias e como essas práticas foram sendo incorporadas pelos agentes de maneira natural a ponto deles são perceberem o próprio processo de docilidade que os seus corpos foram moldados através de regimes de poder, de imposição e, conseqüentemente, incorporação de práticas políticas que historicamente constituíram profundas dependências por parte dos menos favorecidos em relação aos grupos que dominaram ou pertenceram à ortodoxia do campo político local.

Para tanto, cabe agora destacar não somente a maneira como cada personagem foi se legitimando, de forma relacional, inseridos nas disputas e articulando capitais, como elementos diferenciadores e distintivos dentro do campo de disputas, mas também perceber a dimensão cultural na qual esses agentes estão inseridos.

Assim como a maioria dos municípios brasileiros, Queimadas possuiu, desde o seu processo de formação, e ainda hoje possui, uma grande dependência de receitas públicas do ente federal, da União, mostrando-se assim esta submissão quanto a sua receita em relação às transferências constitucionais do Governo Federal, chegando a 99,9% dos seus recursos dependentes de repasses unilaterais. Associado a isto se tem também, um sistema tributário do município desajustado, enormes dificuldades de

acesso ao crédito pelos pequenos e médios agricultores, uma estrutura agrária, ainda, concentradora de terra, característica do Semi-Árido nordestino; a baixa produtividade em todos os setores da atividade econômica; uma elevada concentração de renda (de 9.126 domicílios existentes no município, 6.658 domicílios, equivalente a 72,96%, recebem até 2 salários mínimos, enquanto que 27,04% dos responsáveis pelos domicílios recebem mais de 2 salários mínimos mensais e a baixa qualificação da mão de obra.

Em relação aos índices relacionados ao campo educativo, destaca-se que ainda se encontram muito aquém, e um dos elementos que nos desperta a atenção é que o município se caracteriza com um estado de analfabetismo funcional de grande parte da população jovem, ou seja, a quantidade de analfabetos do município ainda é bastante elevada.

Destaca-se, também, e ainda, que do ponto de vista político-institucional há uma carência muito grande em termos de organização da sociedade civil, ou seja, não existe uma sociedade civil empoderada, organizada política e socialmente, o que não possibilita por em prática mecanismos de participação e controle social de políticas e de fundos públicos, e com isto se fortalece uma cultura política antidemocrática.

Os partidos políticos são apropriados por lideranças locais, as quais decidem quais as alianças devem ser realizadas em períodos eleitorais, sem que antes consultem os filiados para tomarem suas decisões. Em outras palavras, as decisões são tomadas pelo “dono” do partido, políticos locais e não através de debates em fóruns públicos, conforme o ideal democrático. Diante deste quadro, o município se caracteriza através de práticas tidas, no jargão da ciência política, como personalistas, por parte das lideranças políticas locais, clientelísticas, assistencialistas, nepotistas e centralizadoras, focalizadas em interesses individuais dos agentes envolvidos. Soma-se a isto, o fato de que, embora possuindo, 54 associações estas funcionam como instrumentos de arregimentação de votos em períodos eleitorais, visto que a relação com o gestor se dá através do vereador e este junto à associação.

Numa sociedade onde ainda impera o clientelismo e outros padrões de relações sociais baseados em códigos de ética e de direito privado próprio das oligarquias agrárias, apesar de envernizados de modernos, os valores que presidem tais relações são seguidos pelo conjunto da população como algo transcendente e imutável, e não como algo construído socialmente e passível de tematização pública e questionamento.

Nesse sentido, a cultura política local se constitui enquanto cultura política de sujeição, visto que é marcada por práticas políticas autoritárias e que, em geral, tende a reagir às mudanças sociais, ao processo de difusão e exercício de uma cultura política baseada no ideal da democracia participativa. Nessas culturas, a atitude da população, inclusive de suas lideranças políticas e celebridades, é geralmente de passividade diante dos problemas sociais, por isso mesmo tornam-se crônicos, apresentando-se como saída à fuga da população de tais problemas pela via da emigração, do êxodo rural, o que tem sido notório no município. Estando os agentes sociais sempre à espera das decisões do Governo Federal, da burocracia estatal encarregada da face provedora de um Estado Providência, conforme dados do PDPQ.

Então, numa realidade dessas o horizonte de mudança esperado não estaria no seu protagonismo cidadão, na sua ação, avaliação e conhecimentos com relação ao *input* do conjunto do sistema político, tudo parece depender da sorte de ter um “bom” ou “mau” governante, um líder com poderes extraordinários e que encarne a “alma popular” e seja “benevolente” com o povo. Portanto, tem-se uma cultura política pautada em crenças, atitudes e sentidos voltados unilateralmente para os benefícios que poderão ser pleiteados pela fase provedora do Estado, particularmente possíveis de serem obtidos nas relações estabelecidas com os governantes.

Nessa cultura política as perspectivas da população são de satisfação de seus interesses imediatos e particulares. Ao contrário de uma cultura política de participação (SANI, 1995), há certa passividade e espírito de complacência diante dos problemas sociais e outros que atingem uma grande parte ou o conjunto da população.

Constata-se, conforme os dados contidos no PDPQ, que cerca de 95% das associações comunitárias estão atreladas a vereadores e cabos eleitorais, ou seja, onde se poderia encontrar um associativismo cívico e outras entidades pautadas na cooperação, na confiança, em relações menos hierárquicas e heterônomas, por sua vez, alicerçadas em uma cultura política de participação (SANI, 1995), e não baseadas num simulacro de associativismo.

Ao invés das associações comunitárias de Queimadas estarem em busca de interesses coletivos e de valores, normas e atitudes culturais, por sua vez expressos em estruturas sociais e padrões de comportamentos que configuram a comunidade cívica, como as estudada por Alexis Tocqueville nos Estados Unidos e por Robert D. Putnam na experiência da Itália Moderna (PUTNAM, 1996), estão, pautadas em interesses eleitoreiros e particularistas, portanto, favoráveis à reprodução do *status quo*.

Assim, ao invés das associações comunitárias estarem pautadas na cooperação e requerendo aptidão e confiança interpessoais, aptidões essas naturalmente reforçadas pela colaboração organizada (PUTNAM, 1996), se têm associações pautadas na subordinação dos agricultores familiares e dos moradores de bairros aos “caciques políticos locais” e sua política de troca de favores e fidelidades, razões mesmas da subserviência da maioria daqueles que se apropriam e usaram recursos e fundos públicos para reprodução do *status quo*, do atraso econômico, político e cultural do povo.

Sabe-se que nesse contexto as associações não contribuem, portanto, para democratização da sociedade, mas são instrumentos utilizados pelas elites locais para realizar o seu contrário. O que se vê é que prevalece à força do hábito, da tradição, dos valores culturalmente incorporados, inculcados, chamados por Pierre Bourdieu (1998) de *habitus*. Ou seja, o que se tem do ponto de vista da estrutura social são instituições que longe de se pautarem em relações horizontais e de reconhecimento do “outro”, se pautam em princípios hierárquicos e desiguais de relações.

Os agentes políticos locais, por exemplo, encararam e tem encarado o espaço público como se este lhes pertencesse. Portanto, será a partir da extensão do público concebido como privado que os agentes políticos desenvolverão suas práticas e políticas de “ajuda”.

Isto é decorrente, conforme os discursos dos entrevistados, desde o processo de emancipação política do município, ou seja, desde a sua fundação enquanto unidade política independente. E essas relações são as que foram moldando e, conseqüentemente, constituindo o fazer político local, até os dias atuais.

5.3. Sujeição e morte da alteridade

É consenso nos estudos de antropologia, principalmente na vertente da produção da escola sociológica francesa, afirmar que as sociedades se constituem a partir do elemento da troca, quer seja troca de bens materiais quer seja troca de bens simbólicos Mauss (2003) e Lévi Strauss (1976). Todavia salienta-se que as trocas de favores, como mencionadas entre os agentes sociais e os agentes políticos locais, além de estabelecer toda a ordem de funcionamento de *modus operante* de fazer política, também possibilita aos agentes sociais se tornarem submissos nesta relação de poder, àquele (político) que oferece algo ao agente necessitado.

Assim essas práticas clientelistas e assistencialistas longe de serem encaradas como privatização de bens públicos, por parte do agente político local, conforme concebe a ciência política, são encaradas sob a ótica “nativa”, a partir dos benefícios que recebem do político, como sendo *acesso a bens e serviços públicos* as pessoas que, devido a sua própria condição social, não os teriam de outra forma. Nesse contexto, a palavra “público” não significa “recursos que pertencem a todos”, mas recursos monopolizados pelas elites políticas e econômicas”. Ou seja, pessoas “ordinárias” – de estratos inferiores da sociedade – não participariam dessa definição de “público”. (KUSCHNIR, 2007). Por isso mesmo, o acesso às fontes públicas de bens e serviços precisa ser intermediada pelo político ou por alguém ligado ao político, como o médico citado acima, por exemplo, e é visto como um bem extraordinário “que não tem preço”.

Por esta análise suscitam-se duas compreensões: primeiro, que o clientelismo e o assistencialismo possibilitam acesso a bens e serviços públicos; e segundo, que a concepção de “público” para o “nativo” significa recursos monopolizados pelas elites políticas e econômicas e não a concepção compreendida e entendida idealmente pela ciência política para o ideal democrático, que significa recursos que pretendem a todos.

Nesse sentido os agentes sociais orientam suas práticas pelo *senso prático*, conforme o seu *habitus*, o qual é construído historicamente e incorporado pelo agente no decorrer de sua vida. O que se tem percebido, a partir dos discursos e dos dados analisados, é que as práticas políticas, no município de Queimadas, são profundamente marcadas pelo assistencialismo e clientelismo, por “ajudas” por parte dos políticos aos agentes sociais, o que tem se constituído naquilo que tem se denominado de uma cultura da sujeição, a qual se dá e se firma através dos laços de dependência, que como visto no tópico anterior, não deixa de ser uma violência simbólica. E assim sendo contribui para a sujeição do “outro” em relação ao “eu”, ou seja, a sujeição do agente social em relação ao agente político local, tornando-se, nesta relação, um agente heterônomo, ao invés de autônomo, o que provoca a submissão e atitudes de subserviência. Daí que este fazer político fundamentado nestas “relações de favores” proporciona esta denominada violência simbólica, a qual é decorrente da própria maneira como se encontram estruturadas as relações sociais e políticas no município de Queimadas.

Nesse sentido reconhecer os agentes sociais não é apenas atribuir-lhes “ajudas” tornando-os reféns destas ações e tornando-os dependentes do próprio fazer político pautado em profundas desigualdades. Reconhecer os agentes é, antes de tudo, garantir-lhes a possibilidades de agentes autônomos e não heterônomos. É preciso reconhecer no

sentido teológico e antropológico, enquanto seres humanos, e não enquanto seres que votam e que através das “ajudas” retribuirão no dia da eleição. É reconhecer, sobretudo, o seu capital social que faz, por exemplo, as pessoas ganharem mais confiança umas nas outras, tornarem-se altruístas no que fazem, cooperativas e respeitosas ao outro e, capazes de conseguirem com isto resultados que cada um sozinho não conseguiria.

Reconhecer, portanto, é levar o outro em consideração, ouvi-lo, escutar o que tem para dizer e o que não quer dizer, deixar tomar a sua palavra e considerá-la, refleti-la, avaliá-la. E, então, abrir possibilidades de reconhecer-se no que foi dito e no que está para se dizer, porque o que está para ser dito está nascendo no próprio acontecer que o pároco espera acontecer. Em outras palavras, reconhecimento é também ter uma representação ou idéia, numa imagem positiva do outro, de valorização do outro, interpelando-o como sujeito concreto. Portanto, como portador de certas virtudes, de certas habilidades, de certas competências, crenças e valores, no caso particular, certo capital social. E por isto tem um nome, uma identidade, uma missão, um lugar no mundo e com o mundo.

Reconhecer é ainda, ir até o indivíduo ou à instituição e interpelá-los como sujeitos, debater o que pensam, o que fazem e o que podem fazer, para melhorar coisas desse mundo. Aqui começa de fato, a participação ou não? O não reconhecimento de certas entidades e personagens de ascendência moral e intelectual na sociedade pode redundar na perda de capital social e humano mobilizável e mobilizador do processo de construção de uma política pública, ao mesmo tempo, processo de aprendizagem social e, portanto, de possibilidade de mudança social e elevação cultural do conjunto da sociedade. O atrelamento que se têm tido aos políticos e a forte polarização entre partidos/grupos e políticos locais é tão exacerbada que impedem diálogos e processos mais participativos de discussões e busca de alternativas para os problemas locais. De fato, nos contextos de uma cultura política de “sujeição”, o medo e a subserviência presidem as relações entre mandatários de cargos públicos e o eleitorado dependente de suas políticas de favores e recompensas às custas do erário público. Conforme descreve Putnam (1996, p. 91), nestes contextos, como é o caso do Sul da Itália:

[...] a participação política e social organizava-se verticalmente, e não horizontalmente. A desconfiança mútua e a corrupção eram considerados normais. Havia pouca participação em associações

cívicas. A ilegalidade era previsível. Nessas comunidades as pessoas sentiam-se impotentes e exploradas. E com razão.

Naquela realidade, acrescenta esse autor, que o contexto social e histórico local condicionaram profundamente o desempenho das instituições, ou seja, se “o solo é ruim, as novas instituições se definham” (idem, *ibidem*). Pode-se dizer que:

A existência de instituições eficazes e responsáveis depende, no jargão do humanismo cívico, das virtudes e práticas republicanas. Tocqueville tinha razão: diante de uma sociedade civil vigorosa, o governo democrático se fortalece em vez de enfraquecer. (PUTNAM, 1996, p. 191)

E acrescenta:

Pelo lado da demanda, os cidadãos das comunidades cívicas querem um bom governo e (em parte pelos seus próprios esforços) conseguem tê-lo. Eles exigem serviços públicos mais eficazes e estão dispostos a agir coletivamente para alcançar seus objetivos comuns. Já os cidadãos das regiões menos cívicas costumam assumir o papel de suplicantes cínicos e alienados. (PUTNAM, 1996, p. 191)

Trata-se do que se denominou anteriormente de cultura política de “sujeição” e de cultura política de “participação”. Nas “de sujeição” espera-se apenas pelo lado da oferta, das “ajudas”, das saídas do sistema político. As pessoas não lutam para ter um bom governo, políticas públicas governadas com seriedade e mais eficazes. Nestes contextos, instrumentos como os conselhos partidários e setoriais de políticas públicas, as associações, tendem a ter aversões e a serem condicionados pelo contexto adverso, predominando, assim, o autoritarismo, o clientelismo, o familismo amoral travestido de oligarquias e elites sedentas e abocanhadoras da coisa pública, a desgovernança, e conseqüentemente, a morte do “outro” enquanto ser autônomo.

Estes são os valores que norteiam a cultura política local. Mas a cultura não é algo estanque e muito menos ossificada. É algo em movimento e em interlocução com outras culturas, outras identidades, outros valores e com outros interesses. É algo que está sempre interagindo com os diferentes contextos e em diversos momentos históricos. É tanto que não há a cultura, há culturas que se interagem. A cultura é algo em constante processo de mudanças e atualizações num mundo cada vez mais global e multicultural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi pela escrita que tentei expressar a construção da dominação existente no município de Queimadas. Mas não somente por ela, posto que nela estão os sentimentos vividos, as angústias e os sonhos que incorporados a minha pessoa, fazem parte da minha história, ao mesmo tempo em que fazem parte da história do município em que resido. Não sou das “famílias tradicionais”, nem tampouco da “nobreza”, embora tenha participado, vivido e vivenciado no seio e no meio daqueles que fazem parte desta “nobreza”. Daqueles que fazem parte da elite que dominou e continua dominando politicamente o município através das práticas que foram por mim analisadas neste trabalho.

Espero que tenha conseguido alcançar meus objetivos: Em termos metodológicos, o exercício da vigilância epistemológica, do policiamento e controle do olhar e da linguagem, ou seja, de não reproduzir aquilo que a maioria da população percebe como natural ou como virtudes, práticas políticas que historicamente se constituíram e foram incorporadas pelos agentes a partir de práticas violentas e de forma arbitrária, mas consentidas, reconhecidas, portanto, legitimadas. Violentas posto que foram encaradas como virtudes ou bondades por parte dos governantes e lideranças locais, sem perceberem os processos que possibilitaram o exercício da dominação, remeto-me aqui as práticas de favores em todos os aspectos existentes no município.

Em termos práticos, outro objetivo, diz respeito ao fio condutor desta pesquisa que foi compreender que elementos foram norteadores para que o município de Queimadas fosse dominado politicamente por famílias tradicionais durante várias décadas. Tentei compreender o que essas famílias possuíam que as tornavam especiais a ponto de ser permitido, aceito, pela maioria da população, os processos de dominação.

Percebi, desta feita, que o exercício da dominação está relacionado à eficácia do poder, mas este não é um poder apenas das elites tradicionais, ou seja, não depende apenas do seu caráter arbitrário (extração da força física ou econômica), mas sim da aceitação implícita e dissimulada por parte da maioria da população. É o reconhecimento das práticas e do exercício destas como legítimas que as tornam eficazes.

Feito isto, lancei bases para a compreensão do espaço de disputas na década de oitenta e noventa a partir das duas principais lideranças locais, Tião do Rêgo e Saulo

Ernesto, reconstruindo suas trajetórias políticas, baseadas no eixo de herdeiros políticos da liderança Carlos Ernesto, esta que por sua vez adveio dos Heráclio de Pernambuco, que é o tronco de origem política e de dominação.

E, por fim, tentei apontar algumas implicações do modo de fazer política local baseado na “sujeição do outrem”, daqueles que são desprovidos de qualquer tipo de capital e que vivem e sobrevivem da dependência dos dominantes, dos pertencentes à ortodoxia política local; portanto por meio desta prática política violenta e de dependência demonstrei a perda da autonomia por partes dos agentes sociais e com isto a morte da alteridade, ou seja, destes que vivem e sobrevivem dos favores e da dependência por parte das lideranças locais.

Tentei ainda chamar a atenção para o aspecto sobretudo simbólico da construção do poder e de sua reprodução, chamando atenção para as práticas do **dar**, **receber** e **retribuir** como uma verdadeira instituição a fomentar o acesso a bens, status, poder a aqueles destituídos do poder político, econômico, cultural e social, bem como a permitir a reprodução e a continuidade do poder e da atuação política daqueles detentores do poder político, econômico, cultural e social.

Creio que esse texto serve para confirmar e reforçar a evidência de que poucos são na sociedade brasileira, em geral, e na sociedade queimadense, em particular que se sentem atendidos em suas demandas pelo poder público, e talvez essa seja a grande violência prática e simbólica a que se vêm submetidos: a necessidade de um mediador a permitir-lhes o acesso a esses bens e serviços. O político, tem sido, na história da cultura política do Brasil, esse mediador. Talvez daí resida não só o seu poder mas a sua legitimidade.

Com este trabalho, portanto, não foi minha pretensão esgotar os questionamentos e, nem tampouco, dar uma resposta fachada aos questionamentos por mim levantados. A minha pretensão foi compreender os processos de dominação política local partindo da origem das famílias tradicionais que dominaram o cenário político local desde o processo de sua emancipação política até o presente momento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADILSON FILHO, José. A cidade atravessada: velhos e novos cenários na política belo Jardimense. Recife, COMUNIGRAF, 2009.

ALMEIDA, Elpídio. História de Campina Grande. Campina Grande/PB (1962). Edição (facsimile), Epigraf, 1993.

ARISTÓTELES. Ética a Nicômaco. São Paulo, Editora Martin Claret, 2000.

BALANDIER, George. Antropologia Política. [tradução de Octávio Mendes Cajado] São Paulo, Difusão Européia do Livro; Editora da Universidade de São Paulo, 1969.

_____, O Poder em Cena. [tradução de Luiz Tupy Caldas de Moura]. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1982. 78p. (Coleção Pensamento Político)

BARREIRA, Irllys. Chuva de Papéis: Ritos e símbolos de campanhas eleitorais no Brasil. Rio de Janeiro, Relume Dumará. Núcleo de Antropologia da Política, 1998.

BAUDRILLARD, Jean. À Sombra das maiorias silenciosas – O fim do social e o surgimento das massas. Tradução de Suely Bastos, 4ª edição, São Paulo, brasiliense, 1994.

BERREMAM, Gerald. “Por Detrás de Muitas Máscaras”. In: Desvendando Máscaras Sociais. 2ª edição – Rio de Janeiro, RJ, Livraria Francisco Alves Editora S.A., 1980. (p. 123 a 177)

BEZZON, Lara Crivelaro (org.). Guia prático de monografias, dissertações e teses: Elaboração e apresentação. 3ª ed. Campinas - SP, Editora Alínea, 2005.

BILAC, Maria Beatriz Bianchini. As elites políticas de Rio Claro: recrutamento e trajetória. Piracicaba/Campinas: Editora Unimep/Editora da Unicamp, Centro de Memória da Unicamp, 2001.

BONNEWITZ, Patrice. Primeiras lições sobre: sociologia de Pierre Bourdieu. [Tradução de Lucy Magalhães]. Petrópolis – RJ, Vozes, 2003.

BOURDIEU, Pierre. Sociologia. [org. Renato Ortiz; trad. de Paula Montero e Alicia Auzmendi]. São Paulo, Ática, 1983 (Grandes Cientistas Sociais; 39)

_____. Lições de Aula. [Tradução de Egon de Oliveira Rangel]. São Paulo, Editora Ática, 1988.

_____. Razões práticas: sobre a teoria da ação. [Tradução de Mariza Corrêa]. Campinas – SP, Papyrus, 1996.

_____, Compreender. In: A Miséria do mundo. Petrópolis, RJ. Vozes, 1997.

_____, Linguagem e Poder Simbólico. In: A economia das trocas lingüísticas: O que falar quer dizer. 2ª ed., São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1998. (Clássicos 4)

_____. Escritos de Educação. 3ª ed. Rio de Janeiro, Vozes, 1998a.

_____. O campo econômico: a dimensão simbólica da dominação. Campinas – SP, Papyrus, 2000.

_____. O poder simbólico [tradução de Fernando Tomaz] (português de Portugal), 4ª ed. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2001.

_____. Meditações Pascalianas. [Tradução de Sérgio Miceli]. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2001a.

_____. Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico. [Tradução de Denice Barbara Catani]. São Paulo, Editora UNESP, 2004.

_____ e PASSERON, Jean-Claude. Ofício de sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia. Petrópolis – RJ, Vozes, 2004a.

_____. Esboço de auto-análise. [Tradução de Sérgio Miceli]. São Paulo, Companhia das Letras, 2005.

_____. A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos. 3ª ed., Porto Alegre, Zouk, 2006.

_____. O habitus e o espaço dos estilos de vida. In: A distinção: crítica social do julgamento. [Tradução de Daniela Kern; Guilherme J. F. Teixeira]. São Paulo, Edusp; Porto Alegre, Zouk, 2007.

CAILLÉ, Alain. Nem holismo nem individualismo metodológicos: Marcel Mauss e o paradigma da dádiva. São Paulo, Revista de Ciências Sociais, 1989. (Revista nº38)

CÂMARA, Epaminondas. Datas campinenses. Campina Grande, Ed. Caravela. 1998.

CARDIN, H. O Significado de Política. (Norberto Bobbio) In: Curso de Introdução à Ciência Política. Unidade I – Brasília: Editora da Unb. 1984.

CARDOSO, Ruth. C. L. (Org.) “Aventura de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método” In: A Aventura Antropológica: teoria e prática. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.

CHAUÍ, Marilena. Público, privado, despotismo. In: NOVAES, A. (org.) Ética. São Paulo, Companhia das Letras, 1992.

CLASTRES, Pierre. A sociedade contra o estado: pesquisas de antropologia política. [Tradução: Theo Santiago]. São Paulo, Cosac e Naify, 2003.

CONDÉ, Mauro Lúcio Leitão. Wittgenstein: linguagem e mundo. São Paulo, Anablume, 1988.

COURTINE, Jean-Jacques. Os Deslizamentos do Espetáculo Político. In: GREGOLIN, Maria do Rosário. Discurso e Mídia: A Cultura do Espetáculo. São Carlos, Claraluz, 2003. (p. 21 a 34)

DAMATTA, Roberto. Relativizando: Uma Introdução à Antropologia Social. Rio de Janeiro, Rocco, 1987.

_____. O que faz o Brasil, Brasil. 3ª ed. Rio de Janeiro, Rocco, 1989.

_____. O ofício do etnólogo, ou como ter “Anthropological Blues” In: A Aventura Sociológica, Rio de Janeiro, Zahar, 1987.

DINIZ, Eli. Voto e máquina política: patronagem e clientelismo no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

ENGELS, Friedrich. A origem da família, da propriedade privada e do estado. [Tradução de Leandro Konder]. 13ª ed. São Paulo, Civilização brasileira, 1987.

- ERNEST, Gellner. Antropologia política: revoluções no bosque sagrado. [tradução de Ruy Jungmann]. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1997.
- ESTEVES, Paulo Luiz Moreaux Lavigne. Cordialidade e familismo amoral: os dilemas da modernização. Revista Brasileira de Ciências Sociais, 1989.
- EVANS-PRITCHARD, Antropologia social. [tradução de Ana Maria Bessa] – Portugal/Lisboa, Edições 70, 1972. (Perspectivas do Homem)
- FORTUNATO, Maria Lucinete. O conceito de coronelismo e a imagem do coronel: de símbolo a simulacro do poder local. Campina Grande: EDUFPG, 2008.
- FOUCAULT, Michel. A microfísica do poder. 15ª ed. Rio de Janeiro, Graal, 2000.
- _____. Vigiar e punir: nascimento da prisão. [Tradução de Lígia M. Pondé Vassalo]. Petrópolis - RJ, Vozes, 1987.
- FRANCO, Augusto. Capital Social. Leituras de Tocqueville, Jacobs, Putnam, Fukuyama, Maturana, Castells e Levy. Rio de Janeiro, Rocco, 1996.
- FRAZER, George James. O ramo de ouro [tradução de Waltensir Dutra] Rio de Janeiro, Editora Guanabara Koogan S.A., 1982.
- GODBOUT, J. T. Introdução à dádiva. [Tradução de Beatriz Perrone-Moisés] Comunicação apresentada no XXI Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs), São Paulo, Revista de Ciências Sociais, outubro de 1997.
- GOFFMAN, Erving. A representação do eu na vida cotidiana [tradução de Maria Célia Santos Raposo.] Petrópolis - RJ, Vozes, 1985.
- GOMES, Ângela de Castro. A dialética da tradição. São Paulo, Revista Brasileira de Ciências Sociais, 1989.
- HERÁCLIO, Reginaldo e HERÁCLIO, Ricardo. Chico Heráclio, a herança política. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1997.
- _____. Chico Heráclio: o último coronel. Recife, Editora CEPE, 1979.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. 5ª ed., Rio de Janeiro, Editora José Olímpio, 1969.
- KUSCHINER, Karina. O Cotidiano da Política. Rio de Janeiro, Zahar, 2000.
- LAPLANTINE, François. Aprender antropologia. [tradução de Marie-Agnès Chauvel] 13ª reimpressão, São Paulo, Editora Brasiliense, 1999.
- LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, enxada e voto. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1997.
- LEMENHE, Maria Auxiliadora. Família, tradição e poder. Fortaleza, EDUFC, 1996.
- LEWIN, Linda. Política e parentela na Paraíba: um estudo de caso de oligarquia de base familiar. [tradução de André Villalobos]. Rio de Janeiro, Record, 1993.
- LIMA, Luciano Mendonça de. Derramando susto: os escravos e o Quebra Quilos em Campina Grande. Campina Grande, EDUFPG, 2006.
- LOPES, Antônio Carlos Ferreira. Queimadas seu povo sua terra. Queimadas/PB, 2006.
- MACHADO, Roberto. Ciência e saber: a trajetória da arqueologia de Michel Foucault. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1981.

- MACHIAVELLI, Nicolò. O Príncipe. [tradução de Lívio Xavier]. 2ª ed., São Paulo, Abril Cultural, 1979. (Os pensadores)
- MAUSS, Marcel. Sociologia e Antropologia. Vol. II, Tradução de Lamberto Puccinelli, São Paulo, Epu, 1974.
- MAGALHÃES, Nara Maria Emanuelli. O povo sabe votar: uma visão antropológica. Petrópolis - RJ, Vozes, 1998.
- MALINOWSKI, Bronislaw Kasper. Argonautas do pacífico ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da nova guiné melanésia. [tradução de Anton P. Carr e Lígia Aparecida Cardieri Mendonça]. 3ª edição, São Paulo, Abril Cultural, 1984.
- MEDINA, José. Linguagem: conceitos-chave em filosofia. [Tradução de Fernando José R. da Rocha], Porto Alegre, Artmed, 2007.
- MELLO, José Octávio de Arruda. História da Paraíba: lutas e resistência. 10ª ed. Paraíba/ João Pessoa: A UNIÃO, 2002.
- MENEZES, Marilda Aparecida de. História oral: uma metodologia para o estudo da memória. UFRN, Biblioteca setorial do CCHLA, 2005.
- _____. História oral: uma metodologia para o estudo da memória. CNPQ, 2001-2003.
- MIGUEL, Luis Felipe. Política e mídia no Brasil: episódios da história recente. Brasília: Plano Editora, 2002.
- MINISTÉRIO DAS CIDADES. Plano Diretor Participativo: guia para a elaboração pelos municípios e cidadãos. Brasília. 2004.
- MONTEIRO, José Marciano. A Formação de lideranças dentro do Partido. (Resenha apresentada junto à disciplina: “Partidos Políticos”, ministrada pelo professor Luciano Albino da Unidade de Ciências Sociais, Filosofia e Direito da Universidade Federal de Campina Grande, 19 de agosto de 2005).
- MORGAN, Lewis Henri. A sociedade primitiva (Vol. 1 e 2) [Tradução de Maria Helena Barreiro Alves]. Lisboa: Editorial Presença, 1877.
- NUNES, Edson. A Gramática política no Brasil: clientelismo e insulamento burocrático. 3 ed., Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., Brasília, ENAP, 2003.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso. “O Trabalho do Antropólogo: Olhar, Ouvir e Escrever”. In: O trabalho do Antropólogo. 2ª edição. Brasília, Paralelo 15, São Paulo, Editora UNESP, 2000. (p. 17 a 37)
- PARAÍBA. Plano Diretor Participativo de Queimadas - PDPQ. Queimadas, PB: Prefeitura Municipal de Queimadas, 2007.
- PAULA, Juarez. Desenvolvimento & gestão compartilhada. In: Brasil Compartilhado. São Paulo, Personal Consultoria & Amana-Key, 2000.
- PINTO, Louis. Pierre Bourdieu e a teoria do mundo social. [Tradução de Luiz Alberto Monjardim]. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2000.
- PIOVEZANI, Carlos Félix Filho. Política Mideiatizada e Mídia Politizada: fronteiras mitigadas na Pós-Modernidade. In: GREGOLIN, Maria do Rosário. Discurso e Mídia: A cultura do Espetáculo. São Carlos, Claraluz, 2003. p. 49 a 64.

- PUTNAM, Robert D. Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- RAGO, Margareth e VEIGA-NETO, Alfredo. Figuras de Foucault. 2ª ed., Belo Horizonte, Autêntica, 2008.
- RÊGO, André Heráclio. Família e Coronelismo no Brasil: uma história de poder. São Paulo: A Girafa Editora, 2008.
- RÊGO, Antônio Vital (Org.). Major Veneziano: tempos de sempre. João Pessoa, A UNIÃO, 1979.
- ROLIM, Francisco Sales Cartaxo. Política nos currais. João Pessoa, ACAUÃ, 1979.
- RODRIGUES, José Edmilson e GAUDÊNCIO, Edmundo de Oliveira (org.). Memorial Urbano de Campina Grande/Paraíba. Campina Grande, A União Editora, 1996.
- RUBIM, Antonio Albino Canelas. Comunicação e Política. São Paulo, Hacker Editores, 2000.
- SANDRONI, Paulo. Dicionário de Economia do Século XXI. Rio de Janeiro, Record, 2005.
- SANI, Giacomo. Cultura Política. In: BOBBIO, Norberto; *et al.* Dicionário de política. 8. ed. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1995.
- SEN, Amartya. Desenvolvimento como Liberdade. Companhia das Letras, 2000.
- SCHARTZENBERG, Roger-Gérard. O estado espetáculo: ensaio sobre e contra o star system em política. [Tradução de Heloysa de Lima Dantas]. São Paulo, Circulo do Livro, 1977.
- SCHMITT, Rogério. Partidos políticos no Brasil: (1945 – 2000). Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2000.
- SCHULTZ, Theodore W. O capital humano: investimentos em educação e pesquisa. Rio de Janeiro, Zahar, 1973.
- SCHUMAHER, Schuma e BRASIL, Érico Vital (Org.). Dicionário Mulheres do Brasil. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2000.
- SILVA, Antônia Maria da. Agricultura no município de Queimadas, PB: Formas de organização, desafios e perspectivas. 2001, 180 folhas. [dissertação] – Mestrado em Economia Rural – Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, 2001.
- SILVA, Francisco Pontes da, MELLO, José Octávio de Arruda e SANTOS, Walter (Org.) Poder e política na Paraíba: uma análise das lideranças 1960-1990. João Pessoa, A UNIÃO, 1993.
- SEGALEM, Martine. Ritos e Rituais Contemporâneos. [Tradução: Maria de Lourdes de Menezes] – Rio de Janeiro: Editora, FGV, 2002.
- SYLVESTRE, Josué. Lutas de vida e de morte, fatos e personagens da História de Campina Grande (1945/1953). Brasília, Senado Federal, 1982.
- _____, Nacionalismo e coronelismo: fatos e personagens da História de Campina Grande e da Paraíba (1954/1964). Brasília, Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.
- SODRÉ, Nelson Werneck. Colonização. In: Formação história do Brasil. 10ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979. (p.57-108)

SOUZA, Jessé. Capítulo II – Pierre Bourdieu e a reconstrução da sociologia crítica. A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica. Belo Horizonte, Editora UFMG, Rio de Janeiro, IUPERJ, 2003.

_____, (Org.) A gramática social da desigualdade brasileira. In: A invisibilidade da desigualdade brasileira. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2006.

TAVARES, José Antonio Giusi e ROJO, Raúl Enrique. (org.) Instituições políticas comparadas dos países do mercosul. Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

TOCQUEVILLE, Alexis. A Democracia na América. São Paulo, Abril Cultural, 1985.

VELHO, Gilberto. “Observando o familiar”. In: A Aventura Sociológica. Rio de Janeiro, Zahar, 1987. (p.23 a 46).

VILAÇA, Marcos Vinicius. Coronel, coronéis. 2ª ed. Rio de Janeiro, Tempo brasileiro; Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 1978.

WEBER, Maria Helena. Mídia e Eleições: Relações (Mal) ditas. In: Neto, Antônio Fausto e Pinto, Milton José (org.) O Indivíduo e as Mídias. Rio de Janeiro, Diadorim, 1996. (p.11 a 29).

WEBER, Max. A Política como Vocação. In: Ensaios de Sociologia. [tradução de Waltensir Dutra] - Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1963.

WITTGENSTEIN, Ludwig. Investigações filosóficas. [Tradução de José Carlos Bruni]. 2ªed., São Paulo, Abril Cultural, 1979.

WOORTMANN, Ellen F. Herdeiros, parentes e compadres: colonos do sul e sitiantes do nordeste. São Paulo-Brasília, Ed.Unb, 1995.

FONTES IMPRESAS:

- Folha do Cariri, Queimadas - PB, Julho de 2003, p. 05.
- Folha do Cariri, Queimadas – PB, Agosto de 2003, p.05.
- Folha do Cariri, Queimadas – PB, Setembro de 2003, p. 03.
- Folha do Cariri, Queimadas – PB, Setembro de 2003, p.06.
- Folha do Cariri, Queimadas – PB, Outubro 2003, p.04.
- Folha do Cariri, Queimadas – PB, Novembro de 2003, p.03.
- Folha do Cariri, Queimadas – PB, Dezembro de 2003, p. 03.
- Folha do Cariri, Queimadas – PB, julho de 2004, p. 04.

ANEXOS

ANEXO I – Relação e dados sobre os Informantes

FONTES ORAIS:

DADOS REFERENTES AOS ENTREVISTADOS

1) NOME DO ENTREVISTADO: William dos Correios
DATA DE NASCIMENTO: 28 anos
NATURALIDADE: Queimadas
ESTADO CIVIL: Solteiro
PROFISSÃO: Carteiro

2) NOME DO ENTREVISTADO: Paulo de Américo
DATA DE NASCIMENTO: 45 anos
NATURALIDADE: Queimadas
ESTADO CIVIL: Casado
PROFISSÃO: Motorista

3) NOME DO ENTREVISTADO: Edmundo da Silva
DATA DE NASCIMENTO: 35 anos
NATURALIDADE: Queimadas (Sítio Torrões)
ESTADO CIVIL: Solteiro
PROFISSÃO: Artista Plástico

4) NOME DO ENTREVISTADO: Poeta Kabôclo
DATA DE NASCIMENTO: 66 anos
NATURALIDADE: Queimadas (Sítio Torrões)
ESTADO CIVIL: Viúvo
PROFISSÃO: Pedreiro e Poeta popular

5) NOME DO ENTREVISTADO: João Vitorino de Andrade Filho
DATA DE NASCIMENTO: 55 anos
NATURALIDADE: Queimadas (Sítio Catolé)
ESTADO CIVIL: Casado
PROFISSÃO: Agricultor

6) NOME DO ENTREVISTADO: Albertina de Souza Andrade
DATA DE NASCIMENTO: 54 anos.
NATURALIDADE: Queimadas (Sítio Catolé)
ESTADO CIVIL: Casada
PROFISSÃO: Agricultora

7) NOME DO ENTREVISTADO: Antônio Carlos Ferreira Lopes
DATA DE NASCIMENTO: 25/08/1969
NATURALIDADE: Queimadas (Sítio Caracolzinho)
ESTADO CIVIL: Casado
PROFISSÃO: Professor

8) NOME DO ENTREVISTADO: Antônio Olímpio de Arruda
DATA DE NASCIMENTO: 06/04/ 1946
CIDADE: Queimadas Zona Urbana (x) Zona Rural ()
ESCOLARIDADE: Superior (Farmácia)
ESTADO CIVIL: Casado
PROFISSÃO: Bioquímico

9) NOME DO ENTREVISTADO: Maurício da Silva Xavier
DATA DE NASCIMENTO: 05/03/1963
CIDADE: Queimadas Zona Urbana (x) Zona Rural ()
ESCOLARIDADE: Ensino Médio
ESTADO CIVIL: Casado
PROFISSÃO: Funcionário Público

10) NOME DO ENTREVISTADO: José Ezequiel Barbosa Lopes
DATA DE NASCIMENTO: 19/02/ 1970
CIDADE: Queimadas Zona Urbana (x) Zona Rural ()
ESCOLARIDADE: Superior (Biologia)
ESTADO CIVIL: Casado
PROFISSÃO: Professor de Biologia

11) NOME DO ENTREVISTADO: Francisco de Assis Pereira
DATA DE NASCIMENTO: 11/01/1954
CIDADE: Queimadas Zona Urbana (x) Zona Rural ()
ESCOLARIDADE: Superior Incompleto
ESTADO CIVIL: Casado
PROFISSÃO: Comerciante no segmento de confecções

12) NOME DO ENTREVISTADO: Maria das Neves de Lima
DATA DE NASCIMENTO: 1947
CIDADE: Queimadas Zona Urbana (x) Zona Rural ()
ESCOLARIDADE: Superior (História)
ESTADO CIVIL: Casado
PROFISSÃO: Diretora do Colégio Menino Jesus

13) NOME DO ENTREVISTADO: Wilson Gomes da Silva
DATA DE NASCIMENTO: 15/07/1947
CIDADE: Queimadas Zona Urbana (x) Zona Rural ()
ESCOLARIDADE: Ensino Médio
ESTADO CIVIL: Casado
PROFISSÃO: Assistente Administrativo

14) NOME DO ENTREVISTADO: Maria Dulce Barbosa
DATA DE NASCIMENTO: 1916
CIDADE: Campina Grande Zona Urbana (x) Zona Rural ()
ESCOLARIDADE: Superior (História e Direito)
ESTADO CIVIL: Solteira
PROFISSÃO: Professora/ Advogada

15) NOME DO ENTREVISTADO: José Cruz Herculano
DATA DE NASCIMENTO: 12/06/1937
CIDADE: Fagundes Zona Urbana (x) Zona Rural ()
ESCOLARIDADE: Superior (História e Direito)
ESTADO CIVIL: Casado
PROFISSÃO: Aposentado/ Dono do Cartório de Fagundes

16) NOME DO ENTREVISTADO: Everaldo Alves
DATA DE NASCIMENTO: 1968
CIDADE: Queimadas Zona Urbana (x) Zona Rural ()
ESCOLARIDADE: Ensino Médio
ESTADO CIVIL: Solteiro
PROFISSÃO: Agente de Combate as Endemias

17) NOME DO ENTREVISTADO: José Vital Figueiredo
DATA DE NASCIMENTO: 17/10/1931
CIDADE: Campina Grande Zona Urbana (x) Zona Rural ()
ESCOLARIDADE: Superior (Direito)
ESTADO CIVIL: Casado
PROFISSÃO: Aposentado/ Advogado

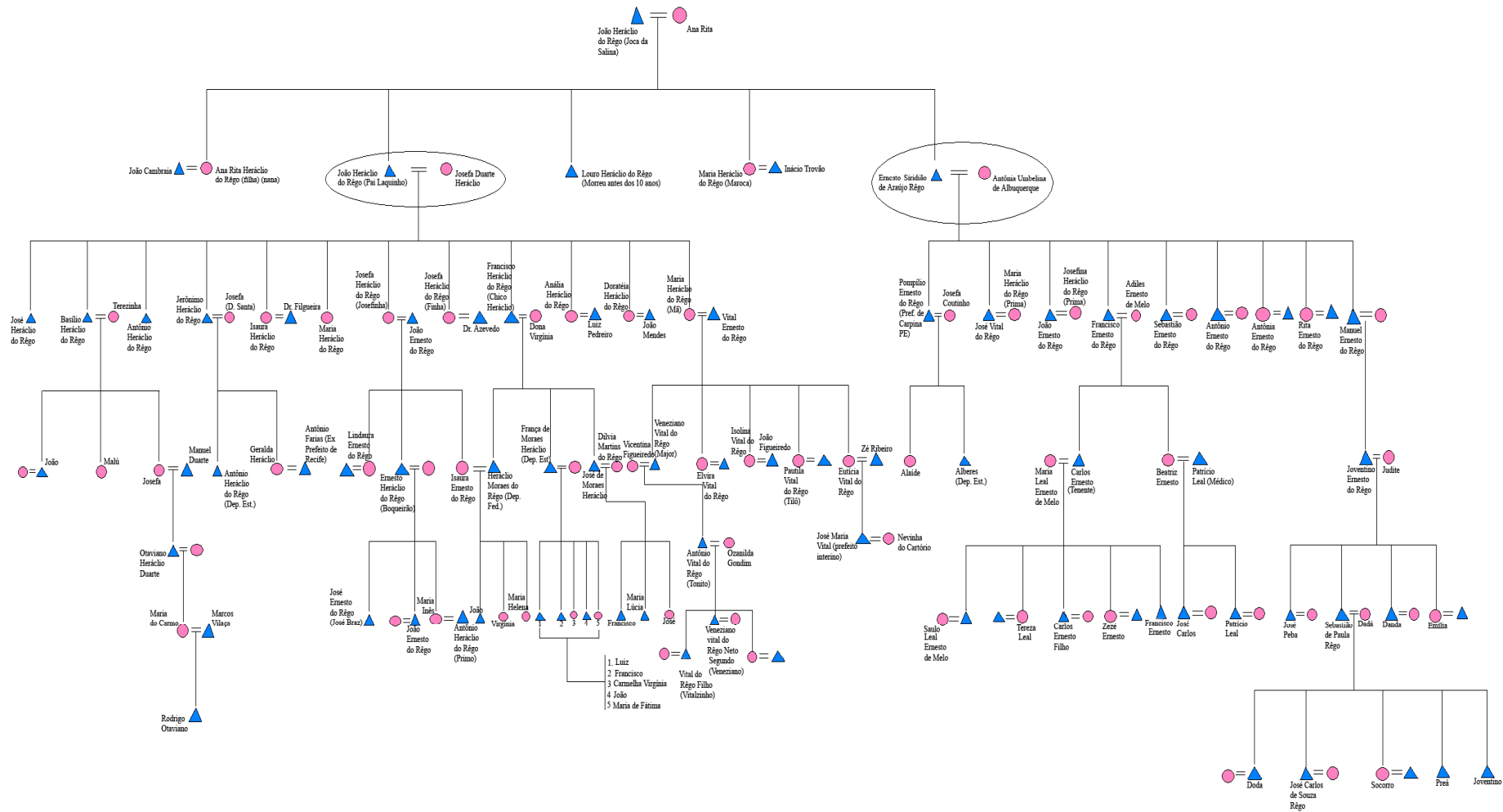
18) NOME DO ENTREVISTADO: Marizabel Toscano de Oliveira
DATA DE NASCIMENTO: 08/11/1949
CIDADE: Queimadas Zona Urbana (x) Zona Rural ()
ESCOLARIDADE: Superior (Administração)
ESTADO CIVIL: Casada
PROFISSÃO: Secretária de Administração

19) NOME DO ENTREVISTADO: Saulo Leal Ernesto de Melo
DATA DE NASCIMENTO: 24/12/1946
ESTADO CIVIL: Casado
PROFISSÃO: Engenheiro
FORMAÇÃO ACADÊMICA: Engenharia Civil
CIDADE: Queimadas

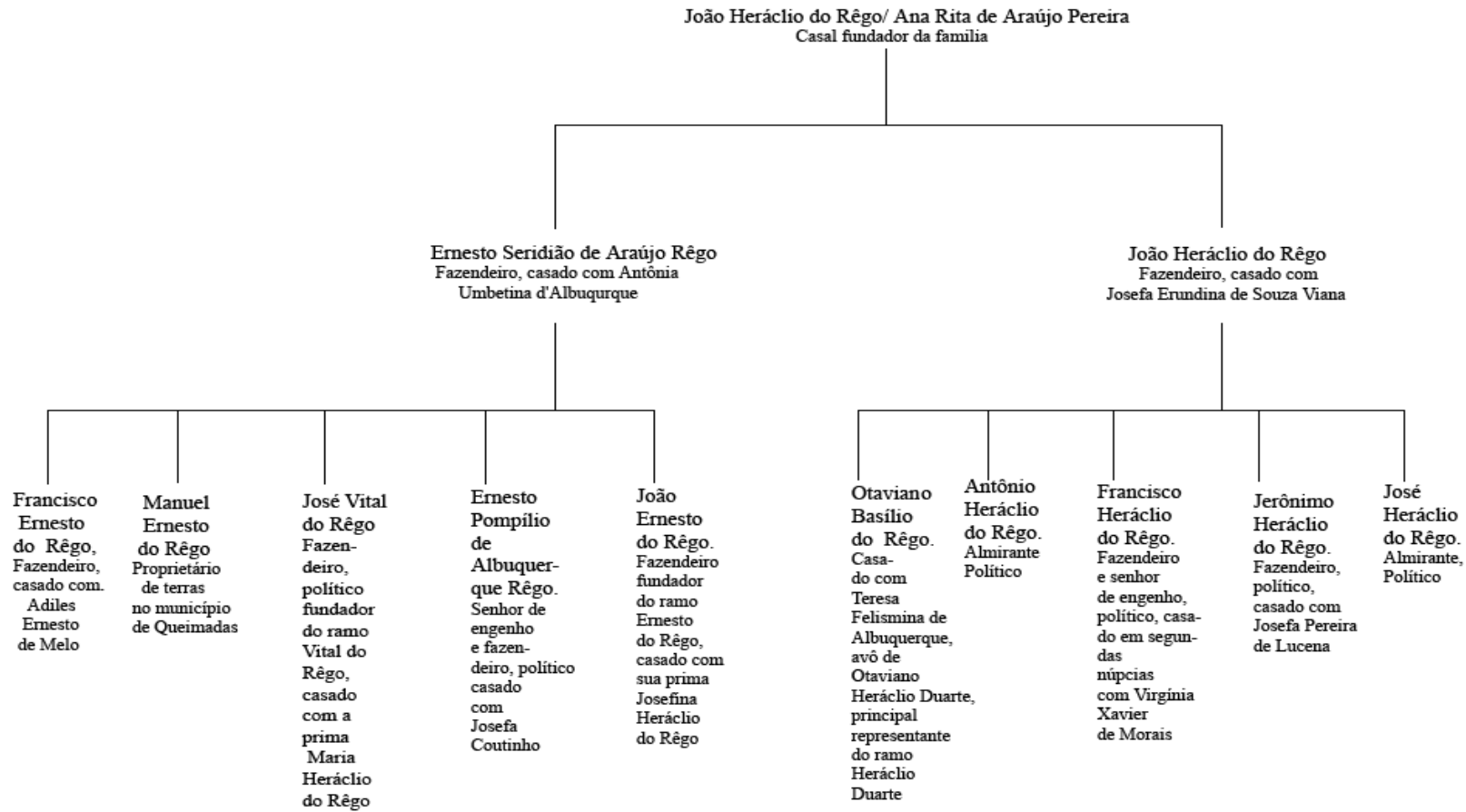
20) NOME DO ENTREVISTADO: Tereza Leal Ernesto Amorim
ESTADO CIVIL: Casada
PROFISSÃO: Engenheira
FORMAÇÃO ACADÊMICA: Engenharia Civil
CIDADE: Queimadas

ANEXO II – Árvores genealógicas da família Heráclio-Ernesto-Rêgo¹.

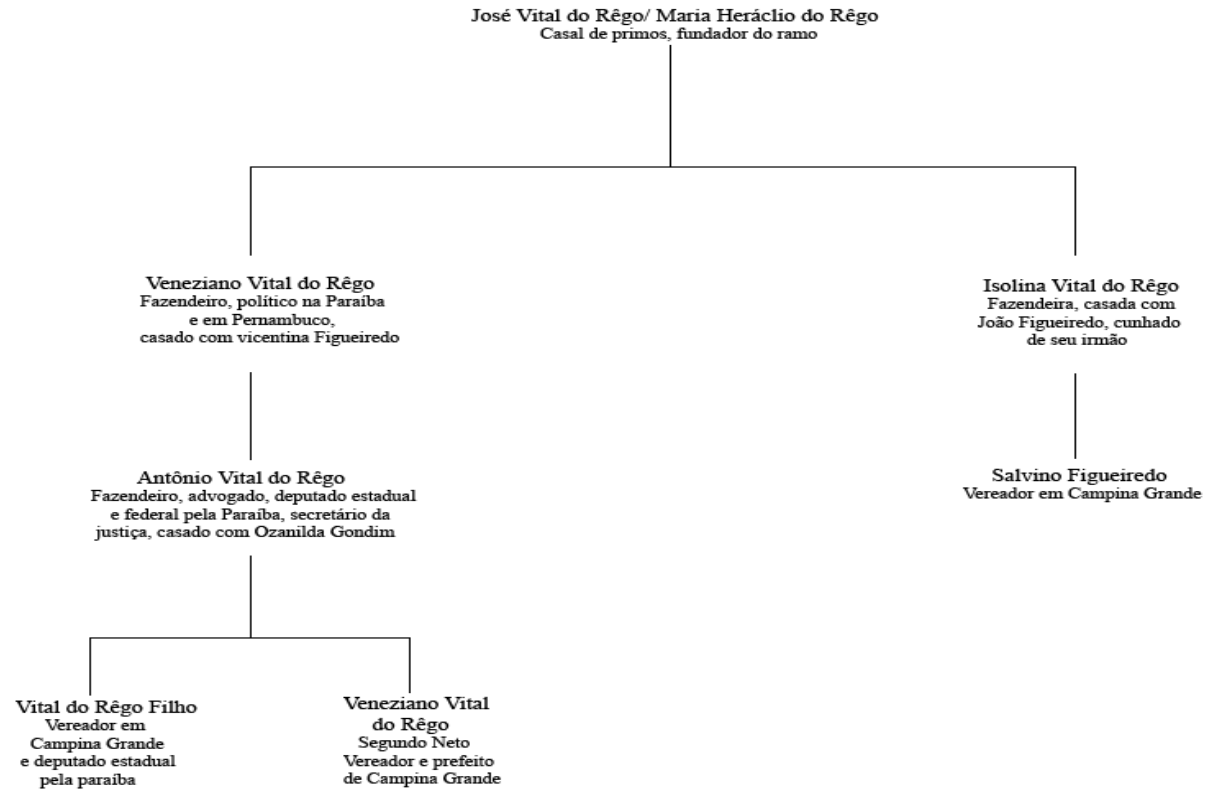
¹ Essas árvores genealógicas das lideranças políticas da família, Heráclio-Ernesto-Rêgo, foram contruídas com base nos Livros: “Chico Heráclio: o último coronel.” de Reginaldo Heráclio; “Chico Heráclio: a herança política”, de Reginaldo Heráclio e Ricardo Herráclio e “Família e Coronelismo no Brasil: uma história de poder. Além dos livros, também foi muito importante as entrevistas realizadas e, conseqüentemente, a memória dos entrevistados.



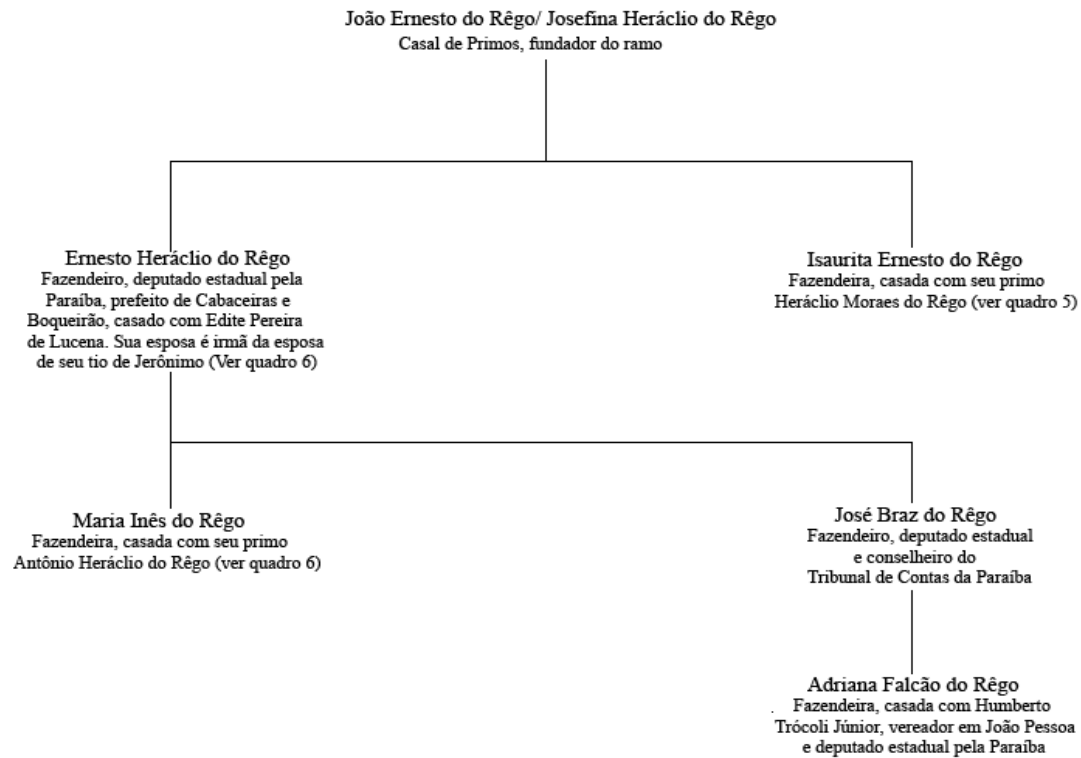
Quadro 1 - As origens dos Ramos Familiares



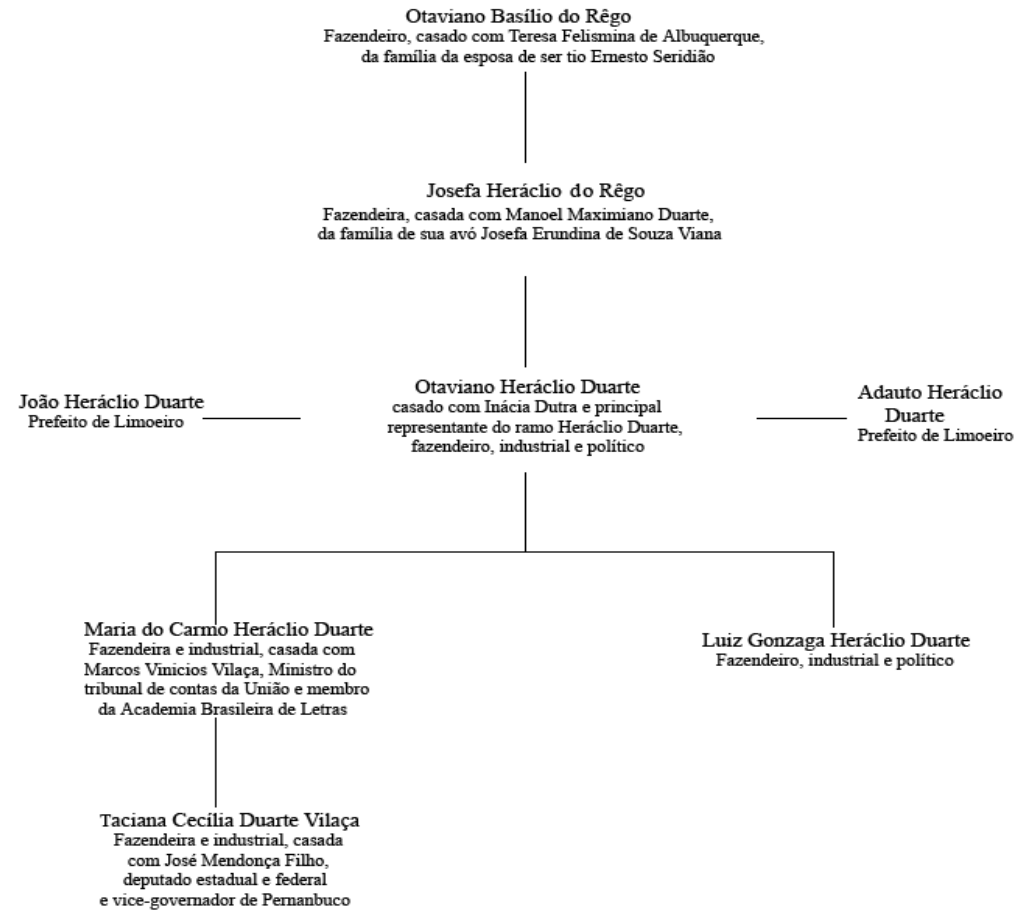
Quadro 2 - O Ramo Vital do Rêgo



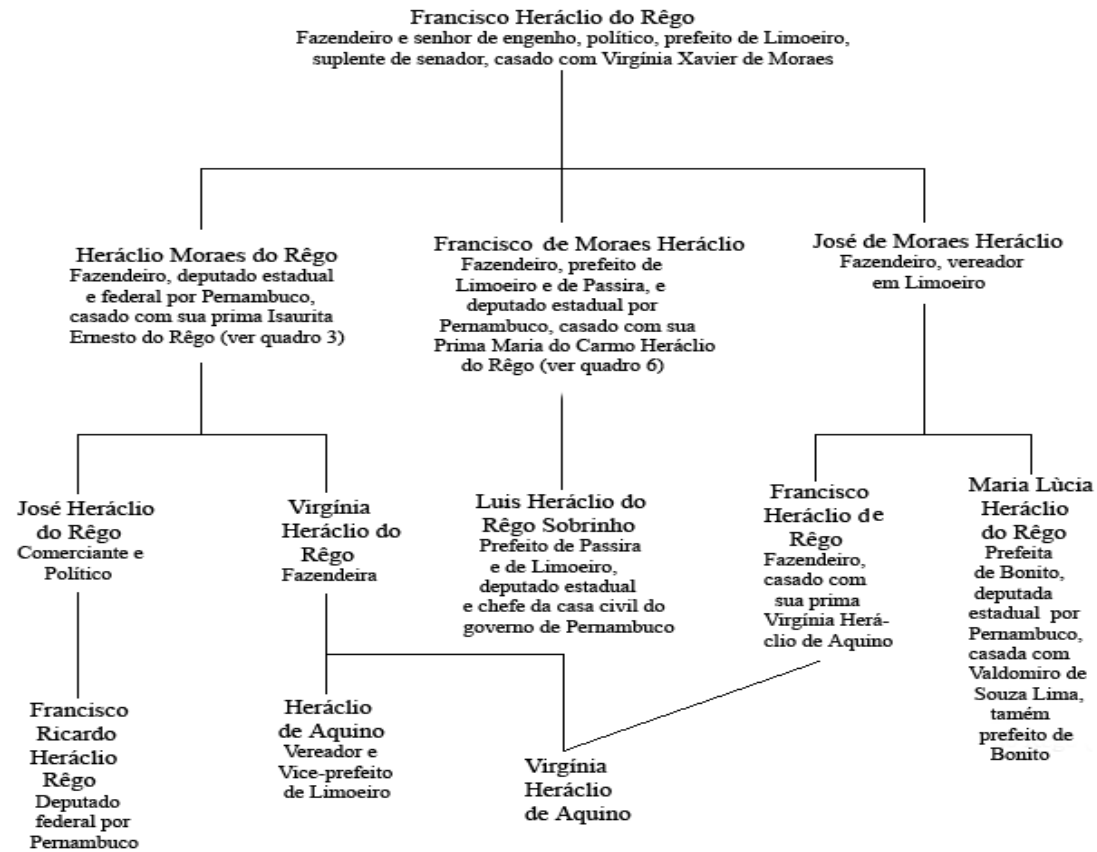
Quadro 3 - O Ramo Ernesto do Rêgo



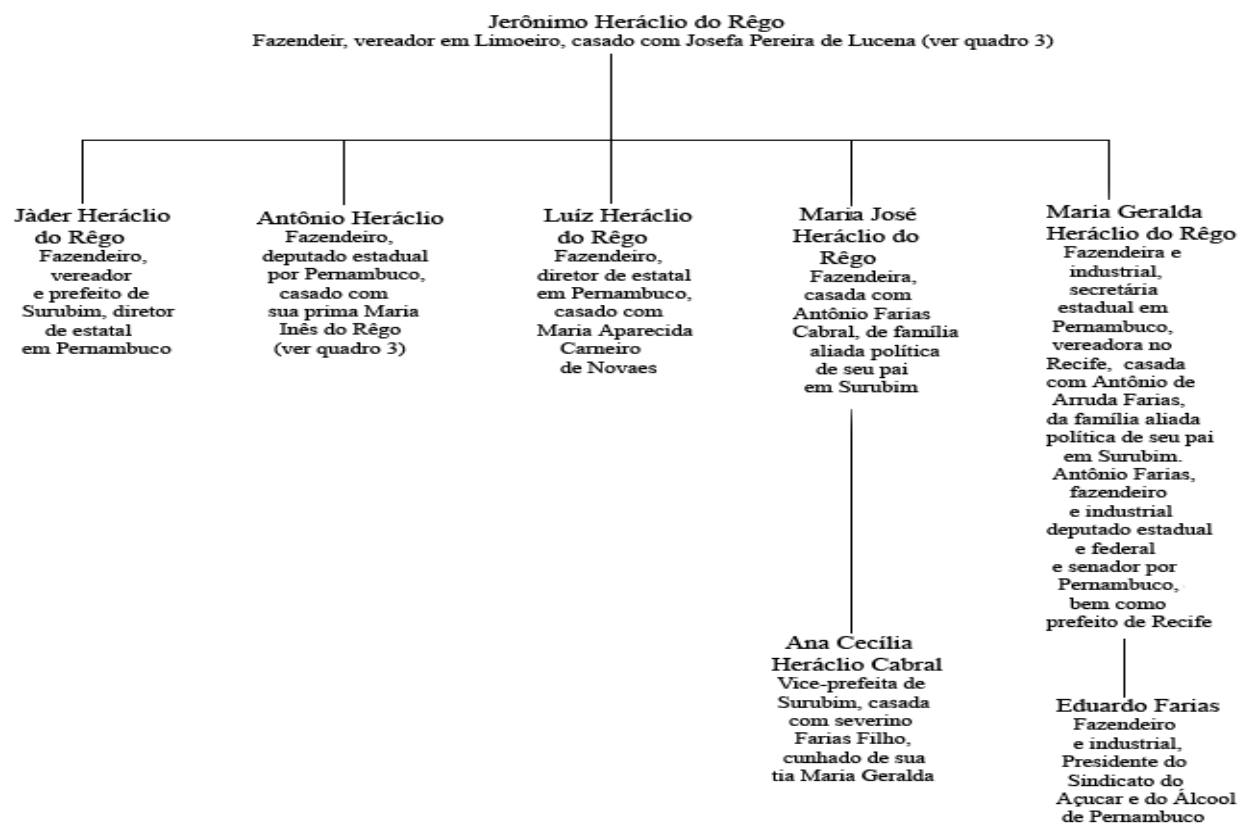
Quadro 4 - O Ramo Heráclio Duarte



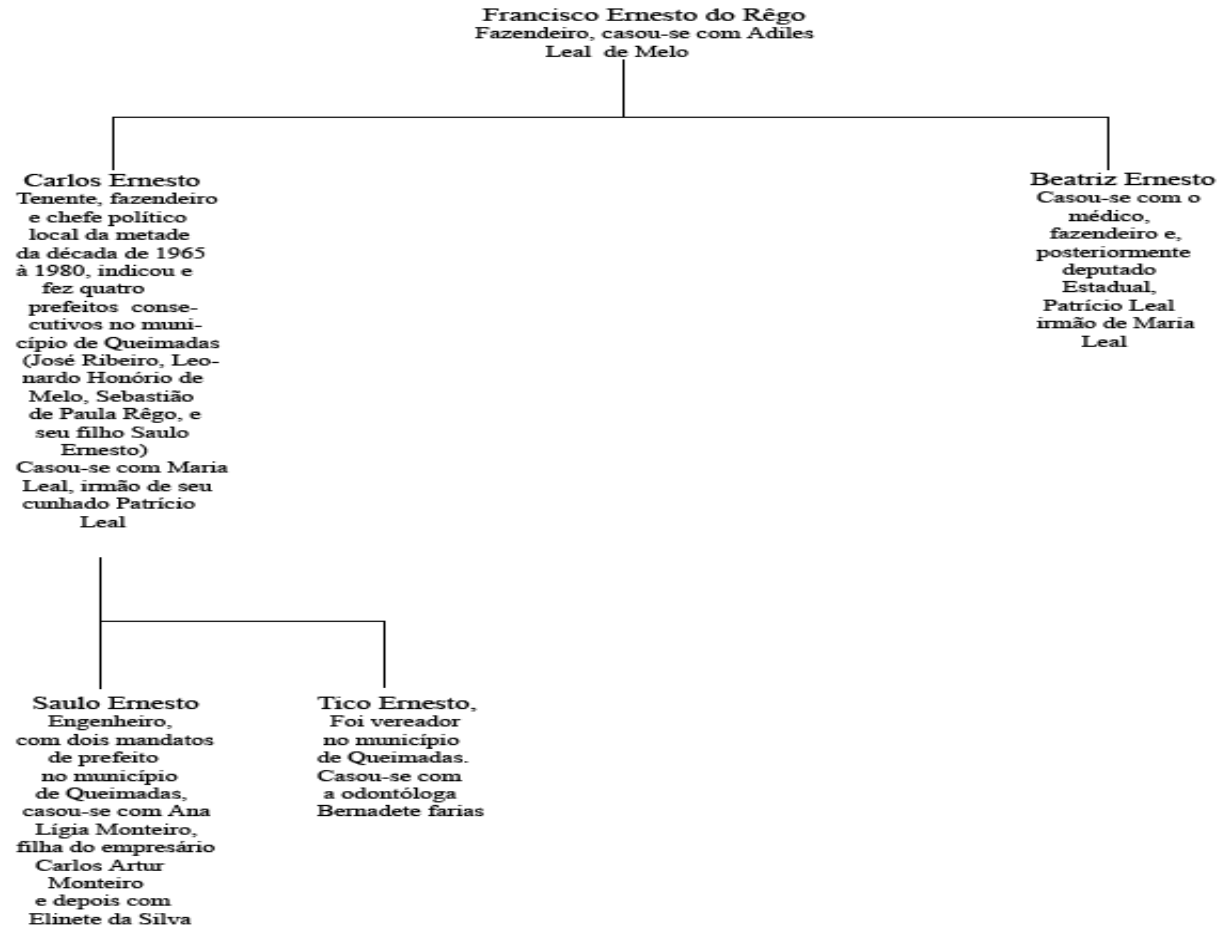
Quadro 5 - O Ramo do coronel Francisco Heráclio Rêgo



Quadro 6 - O Ramo do coronel Jerônimo Heráclio do Rêgo



Quadro 7 - O Ramo Francisco Ernesto do Rêgo



Quadro 8 - O Ramo de Manuel Ernesto do Rêgo

Manuel Ernesto do Rêgo
Proprietário de Terras



Joventino Ernesto do Rêgo
Proprietário de Terras, casou-se
com a Senhora Judite



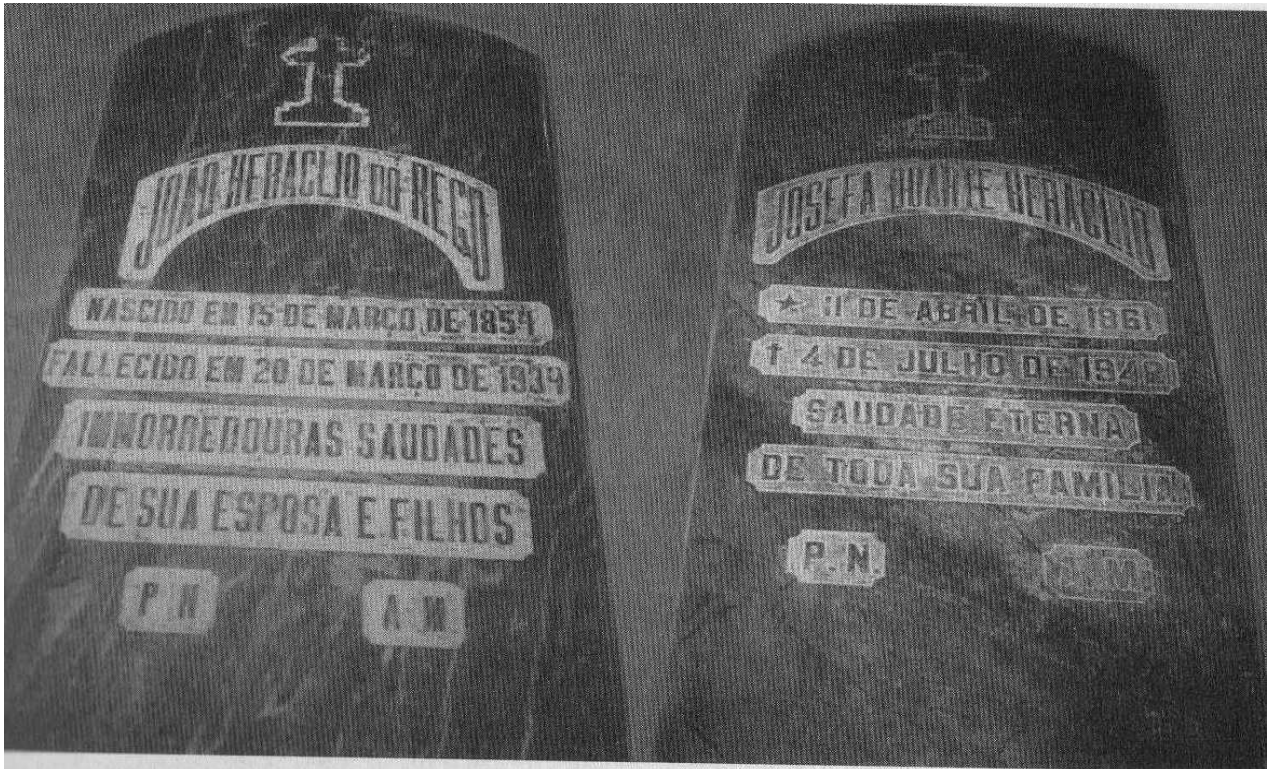
Sebastião de Paula Rêgo
(Funcionário da SENASA
hoje a atual CAGEPA)
Prefeito de Queimadas
por três mandatos.
Casou-se
com Dadá



**José Carlos de Souza
Rêgo.** Empresário e atual
prefeito do município
de Queimadas

ANEXO III – Fotografias da família Heráclio- Ernesto-Rêgo e de lideranças locais¹.

¹As fotografias da família, Heráclio-Ernesto-Rêgo, foram extraídas dos Livros: “Chico Heráclio: o último coronel.” de Reginaldo Heráclio; “Chico Heráclio: a herança política”, de Reginaldo Heráclio e Ricardo Herráclio e “Família e Coronelismo no Brasil: uma história de poder”. Outros livros consultados em termos de arquivos fotográficos foram: “Nacionalismo e Coronelismo” e “Lutas de Vida e de Morte” de Josué Sylvestre. O livro “Queimadas, seu povo sua terra”, de Antônio Carlos Ferreira Lopes, professor de Geografia residente no município de Queimadas. Além dos arquivos fotográficos oferecidos pela família Ernesto ao autor.



Sepulturas do casal fundador da igreja.



Chico Heráclio e os filhos José, Francisco e Heráclio; ladeando-o, os deputados. Pode-se ver nitidamente de como usa o cinto, por fora das arreatas da calça



Banquete em Varjadas: vê-se, da esquerda para a direita, o coronel Chico Heráclio, Barbosa Lima Sobrinho (ao lado do coronel) e Miguel Arraes de Alencar, o último à direita, de luto.

O Coronel Chico brinda, com o Governador Agamenon Magalhães e o General Americano Freire, com água do Siriji, a inauguração do Serviço de Abastecimento d'água de Limoeiro, num dos dias mais expressivos de sua vida de político





Comício da campanha eleitoral de Jarbas Maranhão em Limoeiro, em 1958. Pode-se ver o coronel ao lado do candidato, que discursa à multidão. Note-se a presença dos netos Francisco e Luís, à esquerda.



Encontro político em Varjadas, nos anos cinqüenta. Podem ser vistos, na parte externa da casa-grande, da esquerda para a direita : Heráclio Moraes do Rêgo (terceiro), Veneziano Vital do Rêgo (quarto), Isaurita (a esposa de Heráclio, quinta), Francisco de Moraes Heráclio (sexto), sua esposa Carmem (sétima), o governador Cordeiro de Farias (oitavo), o coronel Chico Heráclio (nono), na primeira fila. Na segunda, o famoso Zé Vigia, guarda-costas do coronel, que porta um chapéu negro.



Cerimônia, no Palácio do Campo das Princesas (sede do governo pernambucano), nos anos cinquenta. Vê-se, ao centro, o deputado Francisco de Moraes Heráclio, o senador Apolônio Sales, o governador Agamenon Magalhães e o deputado Veneziano Vital do Rêgo (de perfil).



Casa-grande da fazenda Sanbra, fim dos anos sessenta. Da esquerda para a direita, José de Moraes Heráclio e sua esposa Dílvia, o governador de São Paulo, Faria Lima, o coronel Chico Heráclio, seu aliado Artur Correia e o governador de Pernambuco, Nilo Coelho.



Inauguração da água de Limoeiro.



Visita de Agamenon Magalhães a Campina Grande, em 1952. Da esquerda para a direita: Agamenon (primeiro), os deputados Veneziano Vital do Rêgo (segundo) e Ernesto Heráclio do Rêgo (quinto).



O “Major” Veneziano Vital do Rêgo, sobrinho de Chico Heráclio, eleito Deputado Estadual por Pernambuco com o prestígio do tio, em 1950. Na foto com a esposa Tininha e o filho Vital do Rêgo (Tonico), um dos maiores tribunos do Norte e Nordeste Brasileiro.



Veneziano Vital do Rêgo e Ernesto Heráclio do Rêgo, na década de 1930.



Virgínia de Moraes Heráclio nos anos quarenta, e Isolina, filha do coronel José Vital, em 5 de setembro de 1924.



O deputado Antônio Vital do Rêgo no começo de sua carreira política na Assembleia da Paraíba, no fim dos anos cinquenta. A seu lado, Raimundo Asfora e seu primo José Braz do Rêgo, também deputados.



Antônio Vital do Rêgo e seu sogro, o governador da Paraíba, Pedro Gondim, no início dos anos 60.



Vista da zona urbana de Cabaceiras, em 24 de junho de 1951, com a rua principal e a igreja à direita.



Manifestação em Cabaceiras por ocasião da primeira investidura de Ernesto Heráclio do Rêgo na prefeitura do município, em 1947.



Caminhada em Cabaceiras, durante a campanha eleitoral de 1958. Ao centro, com terno cinza, o senador Argemiro de Figueiredo.



Comício em Cabaceiras, durante a campanha eleitoral de 1958. José Braz do Rêgo dirige-se à multidão ; a seu lado, Argemiro de Figueiredo e Raimundo Asfora.



Visita do marechal Juarez Távora a Boqueirão, na segunda metade da década de sessenta. Da esquerda para a direita, Ernesto Heráclio do Rêgo, o governador da Paraíba, João Agripino Maia, e Juarez Távora.



Encontro com o Presidente da República, João Goulart, e o Primeiro Ministro Tancredo Neves, em 1961. À esquerda, José Braz do Rêgo (3e).



Recebendo Juscelino Kubitschek, em Campina Grande.



O Major do Povo, na frente de um filho.

CAMPINENSE!
ELEGE O TEU PREFEITO



Veneziano Vital do Rêgo
O LEGÍTIMO CANDIDATO DO POVO

1947
O candidato de 40 anos!...



O Governador Pedro Gondim e ele, por Campina.



**... em plena campanha eleitoral.
No palanque, com Argemiro Figueiredo falando.**





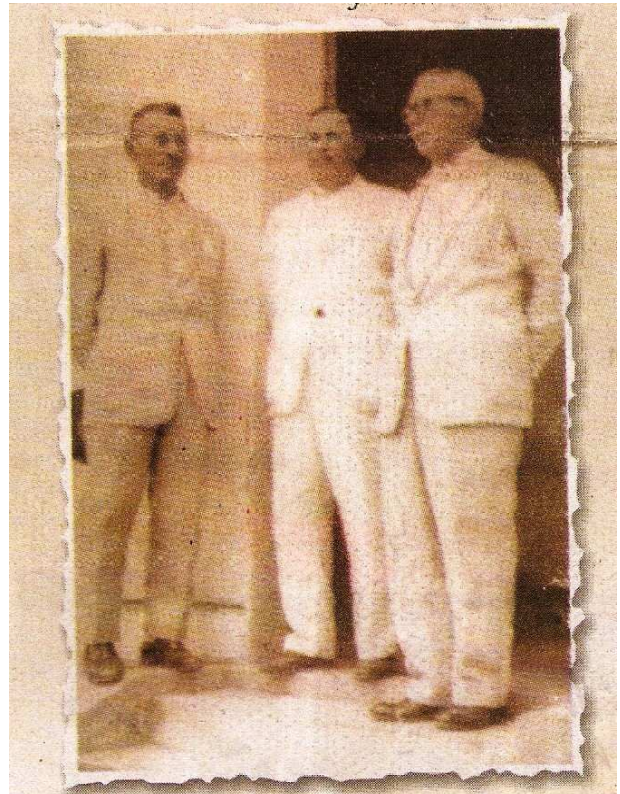
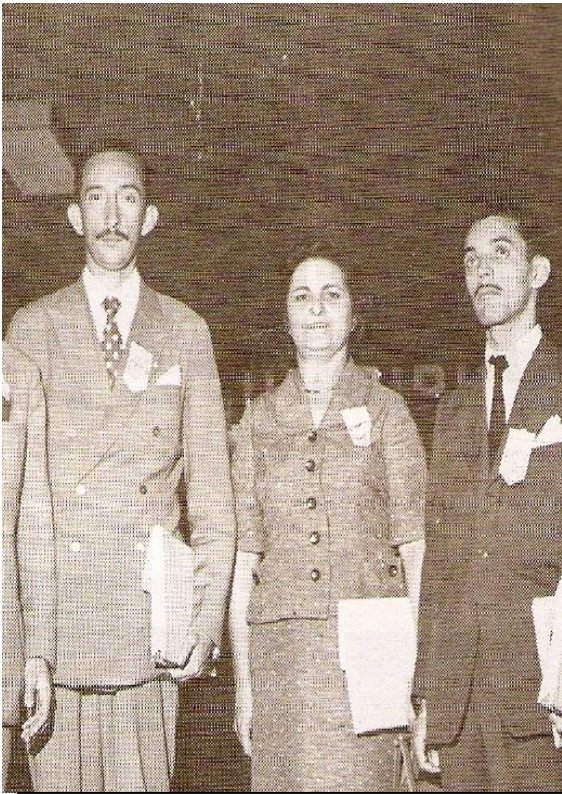
Os irmãos ribeiro. Baluartes do argemirismo nos distritos de Pocinhos, Puxinanã, Massaranduba e Queimadas. Autênticos coronéis da velha UDN na zona rural do município.



José Maia Filho



José Maia, filho da tradicional família Maia do município. Em sua residência, Anália Heráclio do Rêgo (irmã e Chico Heráclio) e Luiz do Castanho, seu esposo, vereador, representando o Distrito de Queimadas, em Campina Grande, de 1951 a 1955.



Da esquerda para a direita: Dulce Barbosa e dois amigos parlamentares, em evento, representando assembléia legislativa de Campina Grande. O senhor José Maia, Severino Cabral e Major Veneziano Vital do Rêgo.



Comício em Queimadas. Newton Rique falando, ladeado por João Pinga Cega, Dulce Barbosa e Bonald Filho. Podem ser vistos ainda Raymundo Asfora, Antonio Moraes, Ivo Leal e José Mota.



Dulce Barbosa



Algumas imagens da primeira mulher vereadora e prefeita do Estado da Paraíba. A primeira e única, até o momento, a ocupar o poder executivo no município de Queimadas.



Desfiles cívicos no município de Queimadas na década de 1960. É possível também ver Dulce Barbosa toda de preto (na foto acima).





Comício de Dulce Barbosa na década de 1940, na rua central do município de Queimadas, Rua João Barbosa da Silva.



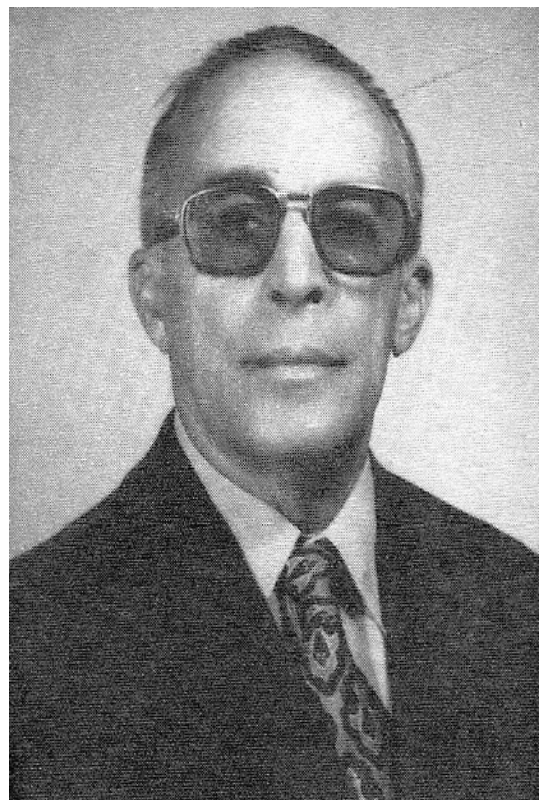
Vereadora Dulce Barbosa, a líder do argemirismo no Distrito de Queimadas, falando no comício de encerramento da campanha de Argemiro a governador, em 30 de setembro de 1950. Podem ser vistos na foto. Anastácio Maia (juiz no Rio de Janeiro); Petrônio Figueiredo e o jovem estudante de então, João Ribeiro.



Da Esquerda para a direita: Dulce Barbosa e sua irmã Lourdes Barbosa, as primeiras professoras e educadoras da Escola José Tavares do município de Queimadas.



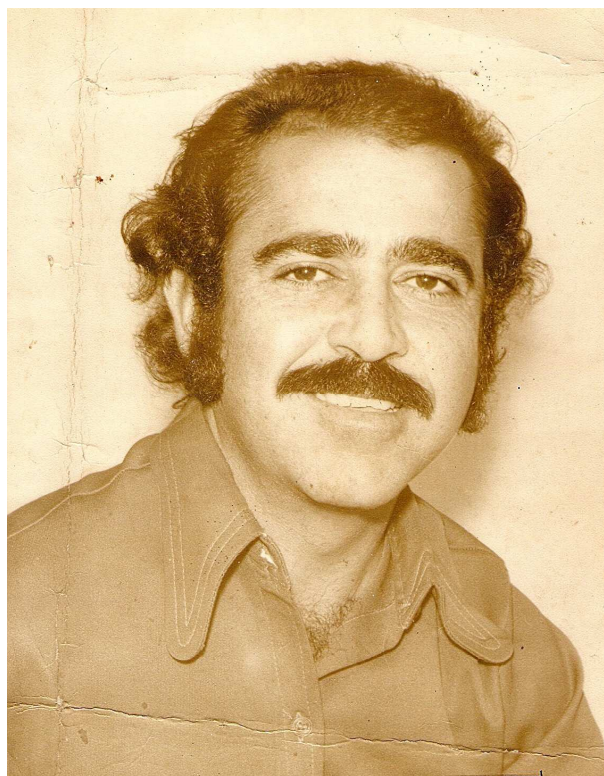
Beatriz Ernesto Leal de Melo



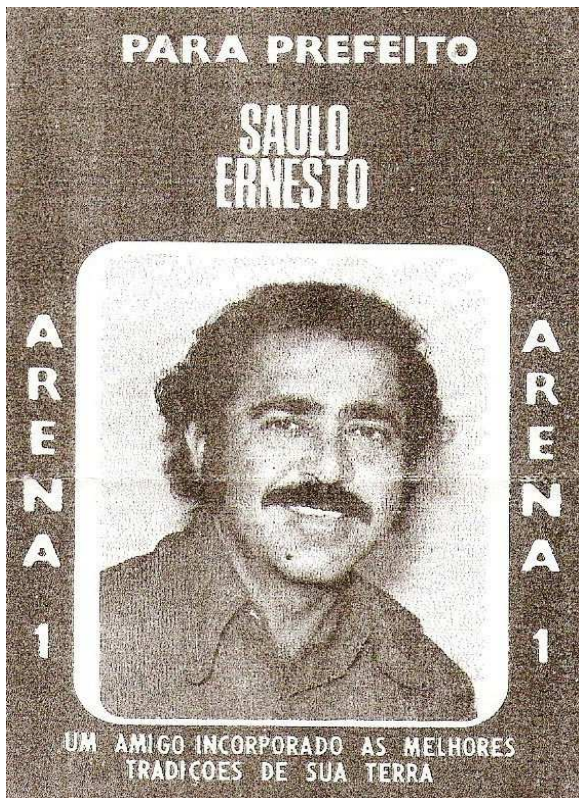
Beatriz Ernesto, filha de Francisco Ernesto, e Patrício Leal, seu esposo e médico que atuou no município de Queimadas prestando assistência médica local. Chegou a ser Deputado Estadual.



Maria Leal, irmã de Patrício Leal, e Carlos Ernesto, irmão de Beatriz Ernesto, seu esposo e líder político em Queimadas da metade da década de 60 até o final da década de 80.



Carlos Ernesto e seu filho, herdeiro político local, Saulo Ernesto.



Carlos Ernesto e seus descendentes políticos. Abaixo, lado esquerdo, Saulo Ernesto, candidato a prefeito, pela ARENA 1, em 1976. E do lado direito, Sebastião de Paula Rêgo, cria política de Carlos Ernesto, três mandatos de prefeito no município.



José Vital Figueiredo



José Vital Figueiredo, filho de João Figueiredo e Isolina Vital do Rêgo, vereador em 1969 no município de Queimadas. E ao lado direito, José Maria Ribeiro, primo de José Vital Figueiredo, e sobrinho de Major Veneziano, filho da sua irmã Eutícia Vital do Rêgo e de José Ribeiro, prefeito interino no município de Queimadas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADAS

**Quem sabe faz a hora
não espera acontecer.**

**Sebastião de Paula Rego
Prefeito**





Queimadas no final da década de 70. Pode se ver a BR 104 e o entroncamento da rodovia PB 148. Além do antigo açude de Queimadas, o ônibus d Condor parado no início da Rua Francisco Ernesto do Rêgo (Rua nova) e as poucas casas existentes na rua Odilon Almeida Barreto.



Festa de confraternização. Sentado pode ser visto o líder político local Carlos Ernesto (usando óculos) e o seu filho prefeito em 1976, por trás de Carlos Ernesto pode se ver também Maria Leal, sua esposa.



Da esquerda para a direita: Saulo Ernesto (primeiro), Biu Souto (terceiro), Sebastião de Paula Rêgo (quarto) e com um cigarro na mão (Carlos Ernesto), assinatura de convênios com o Estado para a maternidade Adiles Ernesto de Melo.



Evento de inauguração do Grupo Escolar da comunidade da Guritiba, em 1978.



Da esquerda para a direita sentados: Wilson Braga (segundo), Patrício Leal Filho (terceiro) e Saulo Ernesto (quarto). Em pé: Antônio Olímpio (terceiro) e Raimundo Farias (sexto). Reunião com o governador Wilson Braga.



Tião do Rêgo junto com Carlos Dunga, em visita ao governador Wilson Braga, no palácio da Redenção (JP), em busca de recursos para Queimadas em abril de 2006

Da esquerda para a direita: Tião do Rêgo, Wilson Braga e Carlos Dunga. Reunião no palácio da redenção com o governador Wilson Braga em busca de recursos para o município de Queimadas, em 1986.

A NOTICIA

QUEIMADAS - ABRIL - MAIO - 1986. Nº 03

QUEIMADAS CRESCE COM SEU POVO



**Comentário
de
letra**

Pág. 05

**Novos
Projetos**

Pág. 03



Sebastião de Paula Rego. Um Administrador voltado para o desenvolvimento de Queimadas.

Um dos primeiros jornais do município de Queimadas.



Nem só de política vive o homem. O município também necessita de fé. Padre Lisboa e Frei Damião.



A fé vivida pelos representantes políticos. Em cima do carro Frei Damião e usando camisa